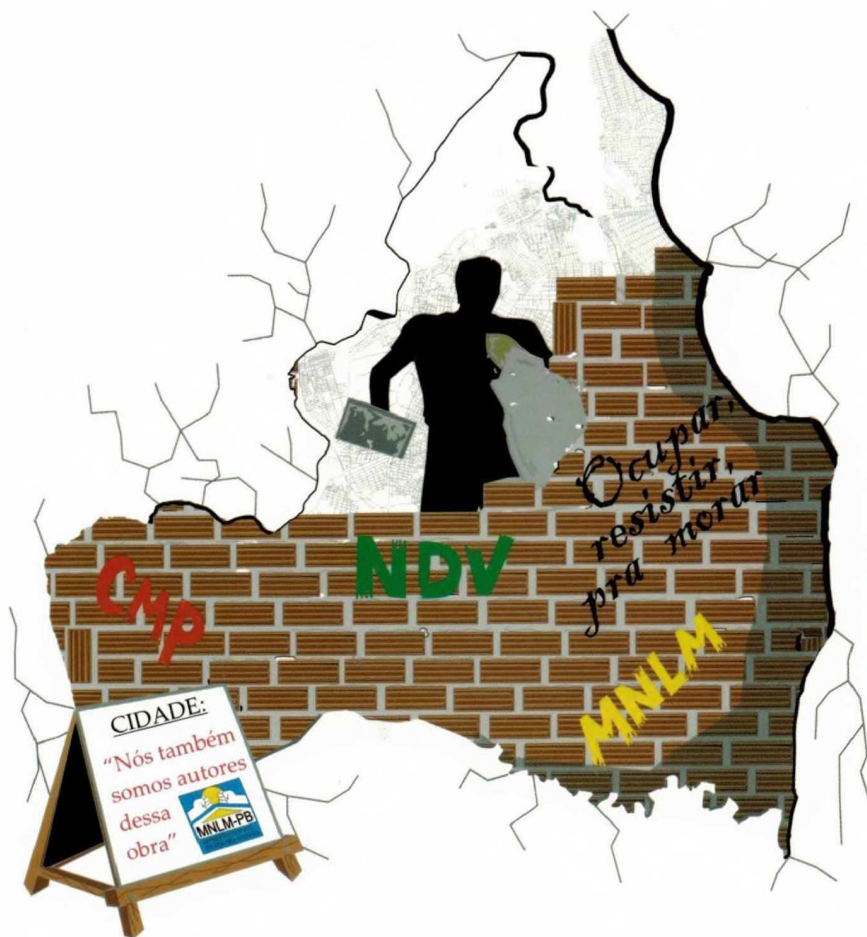


A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JOÃO

PESSOA-PB: Uma análise a partir das práticas socioterritoriais dos Movimentos Sociais Urbanos



Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Não é de hoje que os movimentos sociais têm se caracterizado como um segmento estratégico da sociedade na luta pelos direitos humanos. No ambiente urbano esses movimentos, concebidos como Movimentos Sociais Urbanos (MSUs), são responsáveis pela conquista do direito à moradia enquanto expressão máxima da concepção de habitabilidade. A importância desses atores sociais na produção dos espaços urbanos é justificada pelas transformações socioespaciais decorrentes da ação dos mesmos, especialmente nas cidades latinoamericanas cuja precariedade nas condições de moradia (ocupações irregulares, falta de saneamento, transporte, saúde, trabalho etc) se constitui como entraves na conquista pelo direito à cidade.

No âmbito do conhecimento geográfico, apesar do acelerado processo de urbanização e adensamento populacional dos centros urbanos, elementos estes fomentadores da injustiça social e falta de qualidade de vida, a produção dos geógrafos, particularmente os latino americanos, ainda é tímida no que diz respeito à análise da participação desses atores sociais na produção do espaço urbano.

Esta obra foi pensada com o objetivo de inserir no campo do debate político e científico a análise sobre o papel socioterritorial desenvolvido pelos MSUs. Apesar de ter um recorte escalar, a cidade de João Pessoa, procuramos apreender questões de interesse diversificado ao analisar a produção do espaço a partir das intencionalidades dos diferentes segmentos sociais.

ISBN 978-85-8001-073-2



9 788580 010732



**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JOÃO
PESSOA-PB: uma análise a partir das práticas
socioterritoriais dos Movimentos Sociais Urbanos**

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Expediente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor

Thompson Fernandes Mariz

Vice-reitor

José Edilson de Amorim

Diretor Administrativo

Antônio Clarindo Barbosa de Souza

Capa/Editoração Eletrônica

J. Ricardo Storbem

Conselho Editorial

Benedito Antônio Luciano (CEEI)

Consuelo Padilha Vilar (CCBS)

Edjane E. Dias da Silva (CCJS)

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)

José Helder Pinheiro (CH)

Onaldo Guedes Rodrigues (CSTR)

Marcelo Bezerra Grilo (CCT)

Carlos Alberto Vieira de Azevedo (CTRN)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S4729p

Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana de

A produção de espaço urbano de João Pessoa-PB: uma análise a partir das práticas socioterritoriais dos movimentos sociais urbanos / Xisto Serafim de Santana de Souza Junior. - 1. ed. - Campina Grande: Edufcg, 2012.

280 p.

ISBN 978-85-8001-073-2

1. Geográfica. 2. Geografia Urbana. 3. Movimentos Sociais. 4. Habitação Popular. I. Título

CDU 910

*"Um sonho que se sonha só
é só um sonho que se sonha só,
mas sonho que se sonha junto
é realidade."*

MNLM,
citando um pensamento de Raul Seixas

Dedico este livro a minha querida e amada esposa Priscila por tudo que ela vem representando na minha vida e aos meus pais e meus irmãos que sempre acreditaram em mim.

ÍNDICE

Introdução	1
1 Da criação do território à produção do espaço urbano: uma perspectiva geográfica	9
1.1 A produção do espaço na apropriação do território: em busca do eixo norteador.....	16
1.2 Desvendando os mitos para descobrir as “máscaras”: a participação dos movimentos sociais em contexto.....	27
1.3 Quem são esses novos “sujeitos” sociais?.....	38
2 Elementos da formação socioespacial da cidade de João Pessoa	65
2.1 Fatores da formação do espaço urbano de João Pessoa: em busca de uma identidade.....	71
2.2 Planejamento e gestão: o que está por trás dessas concepções na apropriação do espaço?.....	88
2.3 Os limites do desenvolvimento urbano de João Pessoa: para quem é o discurso?.....	111
3 Espaço construído e espaço em construção: os limites impostos pelas contradições na produção do espaço urbano de João Pessoa (1970-2000)	121
3.1 As idas e vindas do uso do planejamento na política de ordenamento urbano: da atuação do poder público ao surgimento de novos sujeitos sociais.....	126
3.2 planejamento urbano em João Pessoa: as diversas faces de uma ideologia.....	140
3.3 A política urbana de João Pessoa: quando novos sujeitos sociais “roubam” a cena.....	154
3.4 As novas configurações territoriais e as ações dos sujeitos sociais.....	166
4 De quem e para quem é a cidade? à produção do espaço na perspectiva dos MSUs	183
4.1 Os movimentos sociais urbanos de João Pessoa.....	198
4.2 Um olhar geográfico sobre a atuação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa.....	232
4.3 A produção da cidade a partir do discurso dos Movimentos Sociais Urbanos.....	240
4.4 Desafios ao estudo dos movimentos sociais urbanos.....	252
Considerações finais	257
Bibliografia	261
Apêndices	271

MAPAS

01	Distribuição ocupacional.....	81
02	Principais corredores de acesso ao litoral de João Pessoa.....	83
03	Conjuntos Habitacionais em João Pessoa (1960-1980).....	97
04	Principais vias de acesso litorâneo e empreendimentos urbanos.....	116
05	Evolução urbana de João Pessoa.....	169
06	Aglomerados Subnormais.....	173
07	Bairros onde os MSUs já atuaram.....	177
08	Zoneamento urbano e divisão regional por RPA.....	180
09	Distribuição espacial dos domicílios particulares por situação de renda.....	201

FIGURAS

01	Relação entre os sujeitos sociais: o debate sobre a produção do território.....	30
02	Relação entre os sujeitos sociais: o debate sobre a apropriação do território....	32
03	Organização esquemática dos movimentos sociais: produção x apropriação	41
04	Ocupação territorial: João Pessoa no século XIX.....	74
05	Expansão da avenida Epitácio Pessoa: início do século XX.....	77
06	Reforma urbana em João Pessoa (1923).....	92
07	Relação entre os fatores conjunturais (EPS) na produção do espaço urbano....	99
08	Região metropolitana de João Pessoa.....	166
09	Expressões dos Movimentos Sociais Urbanos.....	236

QUADROS

01	Síntese das principais abordagens sobre Movimentos Sociais Urbanos.....	50
02	As idas e vindas do planejamento enquanto política de ordenamento urbano.	110
03	Síntese dos aspectos comuns dos MSUs.....	239

TABELAS

01	População residente na Região metropolitana de João Pessoa.....	166
----	---	-----

FOTOS

01	Estação Ciência, cultura e arte.....	116
02	Condomínio extremo oriental.....	116
03	Condomínio Cabo Branco Residencial Prive.....	116
04	Reunião dos coordenadores do Movimento Nacional de Luta por Moradia.....	203
05 e 06		
	Acampamento Jorge Luiz – ocupação coordenada pelo MNLM.....	203
07 e 08		
	Acampamento 5 de junho.....	205
09 e 10		
	Residencial Colinas do Sul.....	206
11	Reunião entre os coordenadores dos movimentos.....	212
12	Reunião realizada na SETRAPS.....	212
13	Ocupação no centro administrativo.....	212
14	Passeata do grito dos excluídos.....	212
15	Acompanhamento do MNLM na comunidade Mandacaru (Alto do Céu).....	212
16	Acompanhamento do MNLM na comunidade Renascer.....	212
17	Passeata na Avenida Conde da Boa Vista em Recife: Fórum Social Mundial...	212
18	Participação no encontro estadual.....	212
19 e 20		
	Visita da Coordenação do MNLM à Irlanda.....	213
21	Protestos contra o descaso do poder público durante o Fórum Social Nordestino, em Recife-PE.....	223
22	I Encontro Nacional de Habitação (Recife-PE).....	223

APÊNDICE

01	Roteiro das entrevistas e dos questionários.....	273
02	Modelo do termo de consentimento.....	276

ANEXOS

01	Reportagens sobre as ações dos movimentos sociais urbanos.....	279
02	Cartilha do cooperativismo.....	282

LISTA DE SIGLAS

AI5.....	Ato Institucional n.5
ANAMPOS...	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical
APAN.....	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza
API.....	Associação Paraibana de Imprensa
APROS.....	Associação das Profissionais do Sexo da Paraíba
BNH.....	Banco Nacional de Habitação
CAGEPA.....	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAIS.....	Centro de Cidadania, Ações e Interações Solidárias
CEBs.....	Comunidades Eclesiais de Base
CEHAP.....	Companhia Estadual de Habitação Popular
CLACSO.....	Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais
CMP.....	Central de Movimentos Populares
CNBB.....	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNIR.....	Sistema Nacional do Cadastro Rural
COHABS.....	Companhias de Habitação Popular.
COPLAN.....	Coordenadoria Geral do Planejamento
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
CURA.....	Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada
DSC.....	Discurso do Sujeito Coletivo
EMEPA.....	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
FASE.....	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCP.....	Fundação Casa Popular
FDHMMA....	Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
FHC.....	Fernando Henrique Cardoso
FMFH.....	Fundo Municipal de Fomento à Habitação
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
FNRU.....	Fórum Nacional pela Reforma Urbana
FUNDURB...	Fundo de Desenvolvimento Urbano

LISTA DE SIGLAS**Continuação**

GRUCON.....	Grupo de Consciência Negra do Rangel
IAP.....	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME.....	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba.
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS.....	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS.....	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPPUC.....	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

IPTU.....	Imposto Predial sobre o Território Urbano
IRE.....	Instituto de Referência Étnica
LDO.....	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA.....	Lei Orçamentária Anual
LDU.....	Lei de Desenvolvimento Urbano
MEL.....	Movimento do Espírito Lilás
MLB.....	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MLM.....	Movimento de Luta por Moradia
MNLM.....	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNRU.....	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MQ.....	Método Qualitativo
MST.....	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSU.....	Movimento Social Urbano
MTST.....	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NDSTT.....	Nova Divisão Social e Territorial do Trabalho
NDV.....	Núcleo de Defesa da Vida
OAB.....	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG.....	Organização Não Governamental
OSCIP.....	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDU.....	Plano de Desenvolvimento Urbano
PNH.....	Política Nacional de Habitação
PPA.....	Plano Plurianual
RMJP.....	Região Metropolitana de João Pessoa
RPA.....	Região Político-administrativa
SAMOPS.....	Sociedade de Acessoria aos Movimentos Populares
SEDUC.....	Serviço de Documentação Popular
SETRAPS.....	Secretaria de Trabalho e Promoção Social
SFH.....	Sistema Financeiro de Habitação
SPVA.....	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDENE.....	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDOESTE...	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UNMP.....	União Nacional por Moradia Popular
URV.....	Unidade Real de Valor
UVAS.....	União Voluntária de Apoio aos Soropositivos

INTRODUÇÃO

Ao se propor a realização de um trabalho de natureza científica, o pesquisador fatalmente se depara com duas formas contraditórias e complementares de se fazer ciência: a descoberta de fatos ainda não percebidos e a redescoberta de fatos há muito conhecidos como verdades absolutas.

O primeiro tipo está diretamente relacionado à análise prática dos fenômenos que interferem na dinâmica da sociedade, os quais são facilmente catalogados e passíveis de terem seus elementos constituintes mensurados e analisados por meio de parâmetros lógicos e experimentais quanto à sua forma de reprodução. Estes são, na maioria das vezes, caracterizados pela preocupação em estudar o "desconhecido". Já a segunda situação corresponde à análise de como a sociedade participa da formação do espaço onde vive sendo esta influenciada, principalmente, por fatores conjunturais (econômicos, políticos e ideológicos) organizados e dinamizados segundo a atuação de cada segmento da sociedade numa relação espaço-tempo.

Essa segunda perspectiva é, assim, mais complexa que a primeira, justamente por confrontar a sociedade com verdades historicamente consolidadas, especialmente no que diz respeito à produção e apropriação do espaço constituído pelos sujeitos sociais. Contudo, tais verdades possuem dinâmicas e demandas que não podem esperar pelas descobertas obtidas no campo científico, as quais, quando existem, são produtos de contradições e discordâncias por parte dos seus investigadores cujos olhares distintos quanto à perspectiva do objeto estudado acabam por reativar o ciclo no qual a sociedade, de um modo geral, não reconhece a importância dos resultados obtidos.

Nesse contexto, o estudo da dinâmica social, a atuação humana no espaço através de suas inter-relações, torna-se o grande desafio do pesquisador das ciências humanas uma vez que o trabalho passa a ser influenciado por fatores que se apresentam alheios ao seu controle. Isto delinea a capacidade de percepção dos problemas artificialmente criados, os quais acabam sendo externados por uma subjetividade repleta de valores morais socialmente criados e difíceis de serem reconhecidos pelo profissional.

Desta feita, o pesquisador se depara com um problema teórico e prático. Teórico, pois não existe consenso na definição da melhor forma de se observar tal realidade, sendo submetido a fortes questionamentos quanto aos fundamentos metodológicos selecionados para observação da mesma ou da pertinência do estudo para o desenvolvimento científico. É também prático porque, na maioria das vezes, o pesquisador se depara envolvido por dúvidas tanto com relação ao

recorte espacial quanto ao uso e pertinência desse recorte e na definição dos critérios a serem utilizados na observação da realidade socioespacial estudada.

O texto para o qual convidamos o leitor a compartilhar conosco é resultante de uma pesquisa de doutoramento defendida em 2008 na Universidade Estadual Paulista, a qual busca comprovar que os Movimentos Sociais Urbanos (MSUs), apesar de todas as contradições e contrastes inerentes aos seus valores e formas de atuação, exercem uma expressão geográfica no espaço ao produzir territórios, diferenciando-se de outros sujeitos sociais que participam de relações sociais no mesmo espaço.

A justificativa de lembrar tais limitações da pesquisa social, nestas linhas introdutórias, está associada ao reconhecimento de que, ao fazer uma opção pela elaboração de um livro sobre a atuação dos Movimentos Sociais Urbanos, o presente trabalho enquadra-se no contexto da segunda situação mencionada.

Apesar de reconhecermos a existência de uma diversidade de trabalhos sobre as práticas desses sujeitos sociais, especialmente pelos cientistas sociais dentre os quais destacamos os teóricos das escolas norte americana e europeia, a análise de suas práticas territoriais ainda demanda por uma maior atenção, especialmente por parte dos geógrafos cujo campo de atuação está diretamente relacionado as análises sobre as práticas espaciais. É a este profissional que, antecipadamente, dedicamos esta obra.

A dificuldade de incluir o espaço enquanto elemento condicionante da atuação dos movimentos sociais torna limitada e complexa a tentativa de se criar uma teoria que explique as práticas desses sujeitos em todas as suas vertentes. O resultado disso reflete-se na existência de uma diversidade de paradigmas volvidos com a questão da atuação e classificação desses sujeitos sociais, especialmente os que atuam no espaço urbano através da produção de territórios.

As análises que mais se aproximaram da inclusão do território como elemento no estudo dos movimentos sociais foram àquelas decorrentes da influência do materialismo histórico e dialético. Contudo, os trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos de base marxista sobre a relação desses sujeitos sociais no espaço estiveram tradicionalmente limitados a observação desta relação enquanto conseqüências de luta de classes decorrentes da influência das relações capitalistas de produção. Assim, os geógrafos de base marxista desconsideraram, na maioria dos casos, a observação de tais sujeitos enquanto agentes coletivos que influenciam o processo de produção do espaço por terem como princípio de atuação práticas de ordem espacial ou territorial.

Dessa forma, ao analisar as práticas dos Movimentos Sociais Urbanos os estudos buscam, tradicionalmente, dar ênfase à estrutura urbana. Buscam falar

sobre relações de produção ao invés de analisar os tipos de apropriação; analisar as lutas de classe ao invés das diferentes formas de se delimitar as territorialidades; identificar as práticas socioespaciais em detrimento das práticas socioterritoriais.

Diante do contexto apresentado, a Geografia pode (e acreditamos que deva) ser observada como uma ciência capaz de fornecer os subsídios necessários para a observação dessa nova perspectiva de visualização das práticas dos Movimentos Sociais Urbanos uma vez que contém no seu objeto de estudo (o espaço) os fundamentos para compreensão da forma como a sociedade se desenvolve e se expressa.

No Brasil, alguns geógrafos (José Borzacchiello da Silva, Marcelo de Souza entre outros) têm trabalhado com esta temática ao analisar os movimentos populares de bairro, movimentos dos sem-teto etc., enquanto sujeitos sociais. Contudo, as definições sobre o significado de Movimento Social Urbano ou de Movimentos Populares Urbanos desenvolvidas por esses pesquisadores acerca das práticas e classificação desses sujeitos como urbanos merecem ser resgatadas no sentido de observar se tais ações expressam, de fato, produção de território.

Tendo em vista a amplitude do campo de atuação desses sujeitos sociais, optou-se por observar suas práticas na cidade de João Pessoa tendo em vista o fato de que as mesmas são ainda emergentes ou imaturas, estando, portanto, ainda em consolidação, fato este que possibilitou evidenciar o início da articulação desses sujeitos bem como suas influências nas transformações no espaço urbano

Embora reconheçamos a existência de vários movimentos sociais e populares presentes nesse espaço, a metodologia apresentada sustentada no princípio do enfoque a observação de práticas realmente territoriais, direcionaram a selecionar quatro sujeitos que efetivamente se enquadrariam como agentes produtores e reprodutores do ambiente urbano: O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento de Luta nos Bairros (MLB) e o Núcleo de Defesa da Vida (NDV). Tal classificação está sustentada mais no entendimento das práticas desses sujeitos do que de sua natureza. Assim, na concepção aqui trabalhada, os movimentos realmente urbanos, segundo uma perspectiva geográfica, seriam aqueles que lutam pela conquista do direito à cidade a partir da conquista pelo direito à moradia e do direito de acessibilidade ao espaço urbano.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por possibilitar a aproximação necessária com o discurso desses sujeitos e suas intencionalidades para com o espaço geográfico em que desenvolvem suas práticas.

Entre as diversas produções existentes, especialmente no campo da sociologia, lingüística, psicologia e na geografia, embora em pequenas proporções, os argumentos estruturados por Bauer & Gaskell (2002), Minayo (1998; 2005) e Lefevre & Lefevre (2003) vem sendo comumente utilizados pelos pesquisadores nas pesquisas sociais ao optarem pelo método qualitativo enquanto recorte analítico-interpretativo dos fenômenos sociais. A consulta a esses referenciais é o primeiro passo para um melhor conhecimento sobre o uso desse método.

De acordo com Minayo (2005) o uso do método qualitativo possibilita ao pesquisador a “compreensão interpretativa da ação social” (MINAYO, 2005, p. 81). Se inserirmos a produção do espaço como expressão dessa ação tem-se assim que o MQ possibilitaria uma apreensão mais substancial acerca das características e limites de cada ator social envolvido. Nesse contexto, a observação da intencionalidade do sujeito, expressas especialmente nos discursos e ações, apresenta-se como um dos objetivos desse método (MINAYO, 1998).

Tais abordagens, no entanto, possuem elementos comuns a exemplo do reconhecimento da complexidade das realidades humanas; o contato direto com os agentes selecionados para estudo. Em fim, buscam evidenciar a dinamicidade da realidade vivida pelas pessoas através dos seus respectivos grupos (MINAYO, 2005). Nesse sentido, a abordagem qualitativa constitui-se em “uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos sujeitos, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (MINAYO, 1993, p. 244).

Um dos principais questionamentos elaborados pelos críticos, no que diz respeito ao uso do MQ assim como por parte dos autores que realizam estudos com o uso da técnica da pesquisa participante diz respeito aos critérios de estabelecimento do vínculo entre o sujeito-pesquisado (formador do discurso) e o sujeito-pesquisador (analista do discurso). Com relação a isso, Freitas; Souza; Kramer (2003) forneceram algumas alternativas ao conceberem que o objeto do uso desse método em uma pesquisa não seria a realização de uma simples análise interpretativa, mas o caráter dialético que pode ser apreendido a partir do discurso entre os sujeitos em relação ao objeto; entre o sujeito-pesquisado e o sujeito-pesquisador (FREITAS; SOUZA; KRAMER, 2003, p.31).

Outra questão que provoca contendas no âmbito acadêmico diz respeito aos aspectos positivos e negativos do uso do método qualitativo assim como ao questionamento se o mesmo traz consigo fundamentos que o qualifiquem como científico. Com relação a este segundo aspecto, a difusão de análise do uso desse método como fundamento para a pesquisa científica, por parte dos diversos

campos do conhecimento científico, assim como ao fato do mesmo possibilitar a apreensão do discurso do sujeito, ratifica seu caráter científico. contribuições de Victoria; Knauth; Hassan (2000, p. 37-41).

Apesar dessas diferenças, os métodos devem ser concebidos de forma complementar uma vez que possuem limites. Com o uso apenas do método quantitativo fica difícil, na atual conjuntura (econômica, política e social) vivida no país, apreender os motivos que levam os sujeitos sociais a se expressarem no espaço. Por outro lado, essa mesma conjuntura exige do pesquisador, que se utiliza do método qualitativo para subsídio de sua pesquisa, a necessidade de coletar informações complementares para compreensão dos motivos que levaram o sujeito-pesquisado a proferir um determinado discurso.

Tanto um método como o outro está fundamentado em critérios que possibilitem o desenvolvimento da pesquisa. O diferencial consiste no fato de que “sob o ponto de vista qualitativo, os princípios de definição amostral se baseiam na busca de ‘aprofundamento e de compreensão de um grupo’” (MINAYO, 2005, p. 94) inserido em um determinado contexto socioespacial. Já para a pesquisa quantitativa, “a interpretação tem significado muito distinto”, pois “parte dos resultados objetivos apresentados nos gráficos e tabelas, e é respaldada pelas semelhanças e discrepâncias dos resultados de pesquisas similares” (DESLANDES; ASSIS, 2002, p.207).

As considerações de Minayo devem ser observadas com cautela uma vez que a associação do método qualitativo a princípios da definição amostral se apresenta como um equívoco, pois a amostragem é um instrumento adequado à pesquisa quantitativa. Para a pesquisa qualitativa a ideia se adotar amostragens perde sentido uma vez que o MQ está baseado em representações provenientes dos sujeitos em suas diferentes formas de expressões. Assim, saber “quantos”, “quais” e “quem” não se aplica a pesquisa qualitativa pelo fato desta se preocupar apenas com o “por quê”, o “como” e o “para quê”.

O DSC corresponde, assim, a identificação das ideias centrais retiradas do discurso, a exemplo de poesias, cartazes e reportagens que retratem a ação sujeito social em suas práticas cotidianas, segundo as quais é possível identificar o posicionamento de um determinado grupo social acerca de um objeto.

De acordo com Gill (2002, p. 245), essa forma de investigação é constituída tendo como parâmetros algumas características provenientes do construtivismo, a saber: a) as críticas ao conhecimento dado; b) compreensão das especificidades da compreensão histórica e cultural da nossa visão de mundo; c) influência dos processos sociais na formulação do conhecimento; e d) a relação

entre a construção do conhecimento social dos fenômenos e as ações práticas. Corresponde, portanto, a uma “proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal...” (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2003, p. 15).

Da mesma forma que Minayo cai na armadilha de utilizar expressões de natureza tipicamente do método quantitativo (amostragem, percentuais, etc.), consideramos como um equívoco da parte de Fernando Lefèvre e Ana Lefèvre em mencionarem a “tabulação” e “dados” na pesquisa qualitativa. Contudo, isso não deve ser associado a um erro intencional, mas ao fato de ainda sermos influenciados por décadas de uso de termos característicos do método quantitativo.

O texto ora apresentado foi estruturado na análise do discurso dos sendo os “sujeitos coletivos” representados pelos coordenadores dos Movimentos Sociais Urbanos de João Pessoa selecionados para o estudo. Os procedimentos adotados poderão ser observados em SOUZA JÚNIOR (2008; 2010).

O texto está dividido em quatro capítulos sendo. No primeiro priorizou-se o público acadêmico especialmente os geógrafos e cientistas sociais; o segundo e terceiro, além deste público, os gestores urbanos e os diferentes sujeitos sociais e; o último sendo voltado prioritariamente para os movimentos sociais. Tal divisão, no entanto, não deve ser compreendida numa perspectiva exclusivista, mas enquanto uma opção prática para a sua utilização segundo o interesse específico de cada um desses sujeitos sociais

No primeiro capítulo (Da criação do território à produção do espaço urbano: uma perspectiva geográfica) a atenção esteve direcionada para a realização de uma análise sobre a concepção de urbano assim como a concepção de Movimento Social Urbano e território. O urbano é compreendido como relações sociais que caracterizam determinadas funções desempenhadas no espaço, entre as quais se destacam o acesso a infraestrutura, equipamentos e a acessibilidade. Assim, movimentos de gênero, étnicos, ou até mesmo os dos *sem-teto*, *hip hop*, entre outros, embora atuantes e presentes no cotidiano urbano, por produzirem territorialidades (disputas de poder), não foram concebidos, em nossa análise, como MSUs.

Foram escolhidos para à análise os movimentos de luta por moradia, se concebermos esta como um conjunto de conquistas sociais que possibilitam a obtenção de justiça social e qualidade de vida³, e os movimentos preocupados

³ Os termos moradia e habitação serão utilizados em muitos momentos do texto. Estes, no entanto, não deverão ser concebidos como sinônimos pelo leitor uma vez que nos reportamos a concepção

com a mobilidade urbana. São estes que, através de suas estratégias e táticas, produzem territórios (o da moradia), ao ocuparem o espaço e lutarem por sua conquista e condições de exercício da função social para o qual foram criados. Tais territórios são concebidos como decorrentes da produção e apropriação do espaço a partir das relações socioespaciais.

O segundo capítulo (Elementos da formação socioespacial da cidade de João Pessoa) é um convite para que o leitor conheça os processos que influenciaram na formação socioespacial da cidade de João Pessoa a partir dos diversos arranjos políticos, econômicos e ideológicos inerentes a este processo, evidenciando o que está por trás do discurso sobre o planejamento do espaço urbano e como os MSUs são influenciados por esse discurso.

Tais fatores, ao serem observados de forma superposta delegaram, até o final da década de 1970, a responsabilidade de produção do espaço ao próprio Estado. A partir da metade dessa década houve o predomínio do diálogo entre o poder público e as empresas privadas assim como as primeiras participações de segmentos da sociedade civil organizada. Já no final da década de 1980 novos sujeitos sociais passam a participar (como agentes propositores) do diálogo sobre o futuro da cidade reaparecendo, nesse contexto, a importância do poder público, embora com menor influência tendo em vista a posição dos novos sujeitos sociais.

O debate sobre o planejamento urbano é retomado no terceiro capítulo (Espaço construído e espaço em construção: os limites impostos pelas contradições na produção do espaço urbano de João Pessoa). Contudo, a atenção passa a ser direcionada para a análise das políticas urbanas, propostas para o ordenamento espacial da cidade a partir da década de 1970, e a influência dos novos sujeitos sociais na formação socioespacial da cidade de João Pessoa, especialmente os MSUs. A partir desse momento os movimentos de luta por moradia assumem uma posição importante ao se envolverem diretamente com o debate sobre reforma urbana.

O quarto e último capítulo (De quem e para quem é a cidade? à produção do espaço na perspectiva dos MSUs) foi redigido a partir das informações obtidas na atividade de campo realizada durante o período de doutorado de acordo com as quais expressamos o discurso dos Movimentos Sociais Urbanos. Para isso foi utilizamos como análise a participação observante ao invés da observação participante. Conforme já observado em SOUZA JÚNIOR (2008; 2009), a opção por esta metodologia justifica-se no fato de que, enquanto a observação participante valoriza o discurso direto do sujeito, o que demanda a participação

utilizada pelos movimentos que entendem moradia como um conjunto de elementos que constituem as condições de habitabilidade ao passo que habitação corresponderá sempre a residência, teto, etc.

no cotidiano do sujeito estudado; a participação observante permite elaborar o discurso do sujeito coletivo a partir da superposição das diferentes formas que o sujeito utiliza para expressar um pensamento ou intencionalidade, entre os quais se destacam as entrevistas, os projetos, as ações, etc.

O capítulo é redigido não apenas para os pesquisadores que se interessem pelo tema, mas para o leigo e para os movimentos sociais, especialmente por corresponder a fala social desses sujeitos. Assim, se distancia um pouco o capítulo da linguagem utilizada nos demais capítulos uma vez que reproduz a concepção desses movimentos, no que se refere ao posicionamento sobre a produção do espaço urbano de João Pessoa. Enfatizamos, assim, as intencionalidades, cordialidades e diferenças entre os Movimentos Sociais Urbanos, além de retomar as concepções de espaço, território e movimento social.

Finalmente, faz-se mister observar que, por corresponder a resultados de uma tese de doutoramento defendida em 2008, as análises aqui apresentadas dizem respeito ao recorte temporal evidenciado até este período ficando o desafio para o leitor observar os desdobramentos de tais práticas.

Contudo, a atualidade do debate que poderá ser observado nas páginas seguintes está garantida no fato da natureza teórico-metodológica do texto, além do próprio fato que as mudanças nas práticas socioterritoriais de um segmento social como os Movimentos Sociais Urbanos demandam de anos de amadurecimento.

1. Da criação do território à produção do espaço urbano: uma perspectiva geográfica

“Imaginemos uma caverna separada do mundo externo por um alto muro. Entre o muro e o chão da caverna há uma fresta por onde passa um fino feixe de luz exterior, deixando a caverna na obscuridade quase completa. Desde o nascimento, geração após geração, seres humanos encontram-se ali, de costas para a entrada, acorrentados sem poder mover a cabeça ou locomover-se, forçados a olhar apenas a parede do fundo, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do Sol, sem já mais ter efetivamente visto uns aos outros nem a si mesmos, mas apenas sombra dos outros e de se mesmos porque estão no escuro e imobilizados. Abaixo do muro, do lado de dentro da caverna, há um fogo que ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que se passam do lado de fora sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna. Do lado de fora, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres e animais cujas sombras também são projetadas nas paredes da caverna, como num teatro de fantoches. Os prisioneiros julgam que as sombras de coisas e pessoas, os sons de suas falas e as imagens que transportam nos ombros são as próprias coisas externas, e que os artefatos projetados são seres vivos que se movem e falam...” (Cháuí, 2005, p. 11).

A epígrafe acima é conhecida por boa parte dos pesquisadores. Trata-se de uma formulação de Platão (o mito da caverna) que teve por objetivo fazer uma analogia acerca da situação humana e sua resistência e temor pelo desconhecido. Nesta, os homens se vêem amarrados às suas próprias limitações e temerosos pelo desafio de tentar descobrir as verdades que norteiam sua existência, dando a elas verdadeiras formas (ideológicas e estruturais) que possibilitem explicar a complexidade que cada vez mais envolve e influencia nas relações socioespaciais da qual fazem parte.

A partir da utilização da mesma, porém sem a pretensão de querermos nos comparar à genialidade que levou Platão a tal analogia, propomos iniciar o debate com o leitor convidando-o ao desafio de tentar associar esta situação à necessidade do ser humano em criar territórios e defendê-los no sentido de formular relações e práticas necessárias à produção do espaço produzido e apropriado.

Nesse contexto, a nossa caverna (o mundo das aparências apontado pelo filósofo) corresponderia às próprias necessidades que, ao longo da história, emanam do ser humano na busca dos seus domínios e limites (físicos ou simbólicos), os quais são condicionados pelas relações socioespaciais e suas reestruturações. Contudo, com o passar do tempo, esses limites acabam ganhando uma forma cada vez mais definida, resultante de práticas ou ideologias formuladas no âmago da sociedade. O medo de mudanças e a conseqüente perda do controle desses limites, associados à dificuldade em percebê-los, levam este homem a uma necessidade natural de querer transformar a realidade vivida por ele mesmo.

Por sua vez, as sombras corresponderiam aos arranjos (jurídico-político, ideológico, cultural e econômico) que, ao longo do tempo (o movimento das imagens na parede), influenciam na concepção de novas formas e valores. A compreensão dessa dinâmica é, portanto, evidenciada por membros da própria sociedade que passam a questionar os motivos e limitações desses arranjos, além dos recortes muitas vezes criados e impostos à sociedade.

A esse domínio o homem concebeu como sendo território. Sua natureza e dinamicidade decorrem de práticas que levam à materialização, segundo um determinado tempo e em decorrência de uma diversidade de fatores de ordem social, política e ideológica. Contudo, ao falarmos de materialização espacial (produção de territórios) não temos a intenção de excluir a influência da subjetividade na concepção de território, a qual resulta na formação de territórios simbólicos. Nesse contexto, a participação em Movimentos Sociais Urbanos apresenta-se como uma alternativa encontrada por alguns indivíduos no sentido de difundir na sociedade a necessidade de participar ativamente do espaço, produzindo-o e apropriando-se.

No âmbito científico essas denominações e analogias vêm sendo efetivadas de forma consciente, sendo evidenciadas a partir de uma diversidade de terminologias voltadas para explicar os motivos que levam o homem à necessidade de produzir tais domínios, mantê-los ou modificá-los.

A origem do termo território encontra-se diretamente relacionada às práticas que justificam as formas pelas quais o homem vem participando da produção do espaço aonde vive. Assim, o uso dessa concepção passa a ser associado a uma diversidade de significações, quase sempre relacionadas às relações de poder entre os sujeitos sociais. Mais do que a compreensão do significado de território, o problema passa a ser a necessidade de se identificar às suas diversas origens e assim definir as tendências ou imagens produzidas enquanto mecanismo de apropriação do espaço.

O questionamento sobre a produção do espaço, expresso como território, demanda da necessidade de se identificar não apenas os sujeitos ou como eles atuam, mas os motivos que os levam a atuar de uma determinada forma e não de outra; de valorizar determinados elementos socioespaciais e desconsiderar outros; de optar por algumas formas de participar da produção do espaço ignorando outras igualmente relevantes. No caso dos Movimentos Sociais Urbanos essa produção está relacionada à produção e conquista da moradia. Tem-se, assim, um território da moradia.

A escala na qual o território é produzido não é exclusiva desses sujeitos sociais uma vez que não está alheia aos interesses de outros, a exemplo do poder público municipal e dos agentes e empreendedores imobiliários, que ora propiciam as condições de produção e reprodução e, em outros momentos, dificultam esse processo criando contendas com os segmentos da sociedade civil organizada.

Tais contradições justificam o fato de muitos pesquisadores conceberem a existência de uma crise na cidade e da cidade. Esta, no entanto, não se evidencia apenas em termos de uma matriz teórica representada através das diversas indefinições conceituais, mas também como fruto das próprias relações socioespaciais que acabam influenciando os indivíduos a submeterem o uso dessa terminologia a qualquer fator, conjuntura ou modelo, sem se preocuparem com a identificação dos elementos que condicionam sua produção: organização e reorganização dos espaços. Isto propicia a construção de mitos (HAESBAERT, 2004) e, com eles, a (re)produção de formas e processos que caracterizam os territórios enquanto expressão geográfica das relações sociais no espaço urbano.

Os sujeitos sociais são, assim, concebidos como mentores das divergências na produção do espaço segundo as quais o território da apropriação é, simultaneamente, o da desapropriação e o da condição. Alguns de forma consciente, estruturando os elementos que possibilitem um determinado tipo de formação socioespacial; outros de forma espontânea, sem maiores preocupações com os debates que resultam na produção social do espaço.

Nesse sentido, a relação entre forma e estrutura, no âmbito da atual conjuntura socioespacial, tem se tornado cada vez mais complexa uma vez que a estrutura se apresenta agora como a essência dos fatores modeladores, produto das intencionalidades impressas pelos diferentes segmentos da sociedade. Enquanto essência, essas intencionalidades são pouco percebidas pela sociedade uma vez que a população, de uma forma geral, tem restrições para observar os condicionantes que tornam os arranjos aparentemente invisíveis.

Retomando a analogia feita no início é possível caracterizar a primeira hipótese que norteará todo o processo de estruturação do nosso raciocínio: é imprescindível a compreensão dos processos que explicam a produção do espaço cujos arranjos (relações econômicas, sociais, políticas etc.) são produzidos e concretizados, embora a exposição de suas intencionalidades seja imperceptível para a sociedade. Desta forma, como delegar o direito à apropriação do espaço, a exemplo do direito à moradia, mobilidade, inclusão, entre outros, se não se possibilita a compreensão dos motivos que historicamente permitem tal apropriação? Ao produzir e se apropriar do espaço sem compreender o que de fato significam as “projeções” e quem as originam, a sociedade é influenciada a reproduzir modelos e ideologias que nem sempre correspondem às suas reais demandas.

Diante desse quadro de referências, a influência dos MSUs na produção de territórios de moradia tem se apresentado como um elemento-chave para a compreensão do processo de produção do espaço tendo em vista as contradições inerentes ao contexto de sua formação (SILVA, 1983) a partir da influência sobre os processos sociais (GOHN, 1991). Contudo, esta relação está condicionada à própria natureza do movimento, a qual se encontra diretamente relacionada aos fatores ideológicos conduzidos por eventos históricos de natureza cultural, social, econômica e política.

Assim, ao lidarmos com o estudo de sujeitos sociais cuja ação está diretamente relacionada a práticas decorrentes dos fatores apontados, o desafio passa ser então o de se tentar evidenciar o que de fato se encontra por trás dos discursos. De fato, enquanto agentes produtores do espaço, os MSUs apropriam-se dele de forma diferenciada, segundo os elementos presentes no contexto urbano e, principalmente, suas relações com as práticas sociais relacionadas aos problemas urbanos (CASTELLS, 2000, p. 376).

Desta forma, a luta pelo direito à cidade é consequência da própria necessidade que os sujeitos sociais passam a ter ao se tornarem suporte da conquista do território a partir da aquisição da moradia. Isto torna necessária a compreensão do que se pode entender como sendo a

essência desses sujeitos sociais, ou seja, a sua unidade e elementos constitutivos, fundamentais na identificação das contradições internas inerentes aos movimentos enquanto indicador básico (GOHN, 1991) da compreensão de sua participação na produção do espaço urbano.

É perceptível, portanto, a existência de uma estreita relação entre os Movimentos Sociais Urbanos e os fatores responsáveis pela produção do espaço onde exercem suas territorialidades, assim como a relação deles com os demais segmentos da sociais que também participam da produção social do espaço. Tem-se, assim, a visualização de uma relação estruturante, relação social entre os movimentos sociais de ordem basicamente política e ideológica, e outra estruturadora, relação dos movimentos com o espaço onde atuam realizando ações de intervenções (ocupação), resistência (luta) e permanência (conquista do direito à moradia e acessibilidade urbana).

Nesse contexto, a estruturação, compreendida como processo de produção social do espaço, é originada pelas diversas relações sociais numa perspectiva de relação espaço-tempo. O fato é que mais do que o estudo da organização desses movimentos, as suas práticas e relações internas e externas se apresentam como o desafio para a compreensão da influência dos mesmos no contexto da formação social do espaço urbano.

Enquanto sujeito coletivo, os Movimentos Sociais Urbanos representam, de acordo com Silva (1983, p. 13), “as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos”. Isso se dá pelo fato de não conseguirem encontrar os parâmetros para a apreensão da dinâmica socioespacial assim como a própria dificuldade de promoverem as articulações necessárias ao reconhecimento dos mesmos como agentes produtores de dinâmicas espaciais. Isto pode ser observado por sua trajetória dentro da organização espacial da cidade uma vez que se encontram bastante fragmentados, não conseguindo, assim, apreender a cidade em sua totalidade.

Os MSUs são, portanto, condicionados a valores postos por outros sujeitos sociais, especialmente pelo poder público, responsável direto pelo ordenamento do uso e ocupação do solo urbano. Isto tem

influenciado na forma de atuação dos movimentos, inclusive no que concerne a luta pelo direito ao uso dos espaços, especialmente no que se refere à relação dialética entre o público e o privado no contexto da apropriação espacial uma vez que envolve as ações dos movimentos em sua relação com o espaço e com os demais sujeitos sociais.

Isso faz com que seja muito próxima a relação entre apropriação espacial e a produção do espaço decorrente das ações dos movimentos sociais. Com base nisso são produzidos fortes embates quanto à identificação dos elementos a serem evidenciados como prioritários pelos movimentos sociais atuantes na cidade, resultando em uma fragmentação e limitação da atuação desses nas lutas pelos direitos sociais, estando, portanto, presos às mesmas amarras que neutralizam a capacidade da sociedade em avaliar a participação dos movimentos no processo de produção do espaço urbano. Por sua vez, esta produção perde, cada vez mais, significado por não se apresentar como produto real da atuação dos movimentos sociais, sendo mais um espaço de reprodução do que um espaço de estruturação.

1.1 A produção do espaço na apropriação do território: em busca do eixo norteador

Tendo como parâmetro os embates evidenciados entre os sujeitos responsáveis por sua organização territorial, o discurso e as ações voltadas para se pensar à produção da cidade tem reduzido os laços entre o planejamento e gestão dos espaços urbanos. Isto se evidencia na ação de sujeitos sociais que se apropriam do território sem compreender os reais motivos que influenciam no processo da formação socioespacial.

Os debates emergem em meio a três perspectivas que juntas representam todo o mosaico dialético da produção social do espaço: a econômica (porque as mudanças na cidade são coordenadas por relações sociais de produção); a jurídico-política (porque o estado ainda se apresenta como grande articulador do processo de produção espacial) e

a ideológica (porque os limites entre os interesses individuais e os coletivos convergem enquanto visão de mundo). Juntas, tais perspectivas são responsáveis pela reordenação das configurações territoriais, especialmente no que diz respeito aos espaços urbanos onde as relações socioespaciais se apresentam cada vez mais complexas (LIPIETZ, 1988).

Ao produzir conflitos, a dialética resultante da relação entre esses arranjos se torna expressão do próprio espaço, transformando contínua e progressivamente o mesmo. Com base nisso, o espaço passa a ser compreendido pela sociedade como “mais uma justaposição de lugares do que um espaço interativo” (SILVA, 1997, p.90) produzido pelo embates criados entre as políticas públicas (formuladas pelo poder público) e as necessidades sociais (reivindicadas por outros sujeitos) dentro de uma dada formação socioespacial.

São através das relações provocadas pela interface desses indicadores que se evidenciam os maiores contrastes sociais (convergências e dissidências) e da procura por alternativas que favoreçam o processo de organização espacial. Isto se dá em decorrência de estratégias e táticas político-administrativas, as quais, por sua vez, se complementam e se contrapõem segundo a influência de cada sujeito social e do processo de formação histórica do espaço. Percebe-se, com isso, a importância de se observar a produção do espaço a partir da realização de articulações entre esses os diferentes segmentos sociais dentro de um determinado contexto intra-regional.

Ao fazermos referência à formação social do espaço, estamos afirmando que a compreensão de uma organização espacial, construída e moldada pelos arranjos relacionados anteriormente e suas possibilidades de inter-relações, remete à observação de um espaço produzido como um processo contínuo, decorrente das ações e contradições da sociedade através dos seus “atores” sociais. Assim, propõe-se a observação de um espaço no qual o aspecto mais relevante não se fundamente nas formas e funções espaciais, mas na relação contínua entre ambas.

Nesse sentido, as contraposições inerentes aos embates formados entre os sujeitos sociais encontram os seus fundamentos em duas visões de mundo distintas, porém complementares. Estamos nos

referindo às noções de totalidade e estrutura social. A totalidade corresponde aos objetos criados e recriados, além de suas inevitáveis articulações (SANTOS, 1985), nas quais os MSUs vêm cada vez participando de sua produção. A estrutura social está relacionada às funcionalidades inerentes aos elementos espaciais (HARNECKER, 1983), segundo a qual se torna possível a compreensão da própria relação entre os sujeitos sociais responsáveis pelas conexões necessárias ao processo de produção do espaço. Desta forma, tanto a totalidade como a estrutura social proporcionam novos desafios do ponto de vista teórico e metodológico uma vez que se encontram volvidos por tendências e conjunturas diversificadas, porém coexistentes.

A totalidade social corresponde, portanto, às articulações evidenciadas entre os sujeitos sociais em uma dada configuração espacial tendo na figura do poder público o “ator” responsável pela realização das estratégias que acabam condicionando a participação dos outros segmentos da sociedade, alguns organizados e outros envolvidos pela influência de um ou mais fatores conjunturais (econômico, jurídico-político e ideológico). Assim, compreende o processo estruturante na organização espacial, neste caso representado pela relação dos Movimentos Sociais Urbanos com as demais representações sociais. Essa, no entanto, não deve ser compreendida como totalidade espacial ou socioespacial uma vez que nenhum sujeito social seria capaz de apreendê-la em sua plenitude; mas enquanto conjunto das relações sociais entre diversos segmentos da sociedade: o poder público, as empresas privadas e as diversas representações sociais organizadas, entre os quais se destacam os MSUs.

Já a estrutura social está relacionada aos fatores estruturadores da organização do espaço ao representar as relações socioespaciais travadas no mesmo, sendo composta pela participação de três grandes grupos sociais: as empresas privadas (que atuam no espaço, dando-o de valor e sendo um dos principais elementos ordenadores do processo de expansão e recuo da estrutura urbana); o poder público (o qual, tendo influência em diversas escalas, apresentando-se como o responsável direto pelas normas e condutas socioespaciais) e a sociedade civil (que

principalmente nas décadas recentes vem ganhando uma importância política cada vez mais significativa).

Não obstante a busca pelo desenvolvimento socioespacial se apresentar como uma preocupação comum a todos, a sua origem e evolução são repletos de contradições e posicionamentos dicotômicos criados tanto pela conjuntura da organização espacial, a qual se encontra delineada por parâmetros engendrados ao longo de sua formação histórica e ocupacional, como pelas produções acadêmicas voltadas para o estudo das questões urbanas.

Assim, o espaço produzido e apropriado pelos Movimentos Sociais Urbanos é objeto da interferência de fatores históricos relacionados às identidades criadas pelo uso e práticas de segmentos da sociedade não inseridos nos movimentos. Da parte dos movimentos, a experiência adquirida no convívio diário, no qual debatem, discutem, concordam e discordam entre si, influencia na formação de um pensamento comum sobre o espaço onde atuam. Com base nessas observações compreende-se que a produção (e o consumo) do espaço é observada na apropriação diferenciada por parte dos diferentes sujeitos sociais.

Dessa forma, as relações sociais responsáveis pela produção do espaço fundamentam-se na compreensão de que o espaço é produzido por quem de fato exerce o direito de efetivar sua produção. Assim, antes de dar continuidade a este raciocínio, faz-se necessário deixar evidenciado o estreito elo que diferenciaria o espaço produzido (da produção) e o espaço apropriado (da apropriação).

Ultrapassando os limites postos pela própria influência capitalista, observa-se que a produção social do espaço não se resume às transformações estruturais evidenciadas no mesmo, ou seja, “a fabricação material (atividades produtivas da Construção e Obras Públicas) dos suportes físicos dessa atividade” (LOJKINE, 1997, p. 153). Essa fabricação material referida pelo autor está relacionada, em nossa análise, aos debates que engendram a relação entre o agente produtor, o agente consumidor e o agente facilitador.

O fato é que a produção do espaço vai mais além. Ela corresponde também às próprias intencionalidades dos indivíduos, as quais são produzidas pelos embates entre as demandas individuais e coletivas; o público e o privado compreendendo, desta forma, “a produção das idéias, das representações, da linguagem”⁵ (LEFEBVRE, 2001b, p. 44)

O significado de produção, no estudo e compreensão da cidade, se expressa em dois sentidos: um amplo, que corresponde à matriz do seu significado, ou seja, relacionado à criação; e outro restrito, relacionado às bases materiais (LEFEBVRE, 2001b)

O espaço socialmente produzido é, também, o espaço produto das ideias (LEFEBVRE, 2001; LOJKINE, 1997) no qual o valor de uso se torna relevante para o entendimento do processo de formação urbana. Ao contrário do que pode ser observado no processo de produção pautado na materialização das territorialidades, o espaço socialmente produzido é o espaço apresentado igualmente “como sujeito”, ou seja, enquanto “produto e produtor das relações entre os objetos e a própria relação social” a qual “ocorre de forma desigual uma vez que é produto de diversos segmentos da sociedade” (CALIXTO, 2000, p. 36 e p. 42). Ao produzirem território, a partir da ocupação espacial, os movimentos estão nada mais nada menos que expressando ou materializando suas intencionalidades.

Ao fazer referência ao espaço como sujeito, estamos nos reportando às diversas mudanças evidenciadas nos objetos criados ao longo da história, a exemplo de praças, campos, entre outros que têm suas funcionalidades, formas e estruturas modificadas de acordo com a relação social que se evidencia em um determinado período assim como as coexistências de suas funções.

⁵ Em um sentido mais amplo do que o formulado por Lefebvre, entendemos ser mais apropriado o uso do termo discurso ao invés de linguagem uma vez que o primeiro traz consigo a representação mais apropriada das intencionalidades dos indivíduos: suas expressões ou consciência (produto social). Nesse sentido, a linguagem se apresenta como uma faceta dessas expressões.

Nesse sentido, a quem se concebe o direito de promover mudanças nesses espaços? Seria o futuro desses espaços apenas de interesse das sociedades atuais? Que fatores ou eventos devem ser considerados como condicionadores da configuração espacial por determinarem as rugosidades e os novos objetos?

Tais inquietações nos remetem à constatação de que, na atualidade, a questão urbana perpassa as questões de ordem prática ao se enraizar em outra que acreditamos ser mais problemática para se solucionar: a de ordem teórica, especialmente no que se refere à conexão entre espaço e urbano, representada pela própria concepção de território (espaço produzido).

Esta observação nos remete a necessidade de repensarmos algumas concepções que historicamente vêm “engessando” a capacidade de compreensão da atual complexidade encontrada na ação dos sujeitos sociais no espaço onde exercem suas territorialidades, ou seja, o espaço das apropriações (intencionais ou não; voluntárias ou circunstanciais).

Essas limitações têm, como base, o desafio, por parte do geógrafo, em realizar estudos mais substanciais sobre a ação de representantes sociais, em especial os MSUs, na produção do espaço, especialmente no que diz respeito a necessidade de se levar em consideração o fato de tais sujeitos produzirem ideologias e, com elas “a produção e a conseqüente difusão de um ‘estilo de vida’, valores, gostos, acontecimentos, experiências, interesses” (CALIXTO, 2000, p. 179). Isto, possivelmente, explicaria as dificuldades de se desenvolver pesquisas geográficas voltadas para entender o espaço na perspectiva da ação dos Movimentos Sociais Urbanos, assim como o próprio reconhecimento da geograficidade existente na abordagem desse tema.

A própria imprecisão das concepções sobre o que seria de fato o ambiente urbano e seus elementos constituintes tem dificultado o diálogo sobre a organização dos mesmos, especialmente entre os cientistas que estudam a sociedade. Nessa perspectiva, Souza (2004) fornece algumas evidências sobre a questão urbana relacionada às

imprecisões das bases conceituais, especialmente as influenciadas pelas relações socioespaciais que interferem no processo da produção e reprodução do espaço geográfico.

Para facilitar a compreensão dos argumentos que passaremos a apresentar, faz-se necessário evidenciar a nossa concepção de espaço (conceito norteador da pesquisa), a nossa concepção de urbano e a conseqüente compreensão sobre os processos em que se evidenciam elementos responsáveis pela apropriação espacial.

Uma das referências mais utilizadas no meio acadêmico, especialmente o geográfico, na definição do espaço, foi a formulada por Santos (1997, p.51), ao classificá-lo como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

O espaço é compreendido, assim, como o campo das relações ou o ambiente onde a sociedade cria novos objetos ou recria os já existentes através da materialização de suas práticas, escrevendo no território a sua existência. Santos propõe ainda a visualização da indissociabilidade entre os sistemas de objetos e ações, observados em duas perspectivas: verticalidades e horizontalidades. Estas, por sua vez, são aprimoradas ao serem entendidas como representação da totalidade social numa relação espaço-tempo em que se fazem presentes as diacronias (sucessão de tempos) e sincronias (simultaneidade de tempos) ou superposição dos eventos.

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos sujeitos e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências. (SANTOS, 1997, p. 126).

Compreende-se, assim, que tais relações entre objetos e ações não podem ser evidenciadas apenas nas escalas regional, nacional ou planetária, mas também na própria escala do cotidiano da sociedade, cujo resultado corresponde a verdadeiras transformações espaciais, ou seja, “intrusão da sociedade nessas formas-objetos resultante nas mudanças de funções” (SANTOS, 1997, p.85). Esta escala do cotidiano é a escala da cidade onde as práticas são bem mais evidenciadas e na qual se percebe as manchas deixadas no espaço através da participação no processo de redefinições no ordenamento socioespacial. Esse cotidiano se apresenta não mais como uma relação entre os iguais, mas enquanto produto de relações conflitantes, dialéticas e contraditórias entre os sujeitos.

Já o urbano se apresenta como algo que “designaria então uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta” (CASTELLS, 2000, p. 40). Seria, para Castells (2000), o espaço onde se efetivam as contradições sociais, abrangendo uma dimensão, densidade e heterogeneidade, correspondendo assim campo onde as relações sociais, enquanto sistema de “atores” (CASTELLS, 2000), se encontra em “ebulição”, ou seja, ao local nos quais as relações se tornam mais complexas: um “campo de tensões altamente complexo (...) um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente” (LEFEBVRE, 1999, p.47).

Nessa perspectiva, Seabra (2001, p. 191) entende o urbano como “espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados e que estão funcional e estritamente articulados ao nível do cotidiano” cujo sentido “transcende a cidade, sem todavia deixar de engloba-la” (CARLOS, 2001, p. 32).

Diante disso, o espaço urbano se apresenta como uma totalidade decorrente de vários arranjos socioespaciais cujo valor de uso encontra-se limitado ao tipo de funcionalidade e acesso permitidos (VILLAÇA, 2001) tendo, na prática cotidiana dos sujeitos sociais o principal elemento

de sua complexidade. Isto remete à necessidade de ultrapassarmos os limites que compreendem o urbano enquanto estrutura e buscar nas ações desenvolvidas por tais agentes, em suas práticas de produção, consumo e apropriação espacial, a reestruturação enquanto essência da dinâmica urbana. Para Villaça (2001), o fator localização se constitui como um importante indicador da evidência de mudanças socioespaciais percebidas nos ambientes urbanos, alguns de forma mais rápida, outros de forma lenta; alguns de forma abrangente e homogênea, outros de forma segmentada e heterogênea. A localização se constitui, portanto, em um elemento estratégico na decisão pela ocupação e conquista do território cujo discurso da permanência a todo custo está amparado na luta pelo direito à cidade.

Tais condicionantes possibilitam visualizar que, antes mesmo de ser produto da influência dos fatores econômicos, políticos e ideológicos a produção social do espaço se efetiva com a criação da identidade do indivíduo e do grupo coletivo com o espaço onde este atua (CARLOS, 2001; SEABRA, 2001). Seus gostos e desgostos; Seus medos e suas esperanças; mas também suas práticas de luta e resistência; Suas vivências e suas expressões, marcas e símbolos; Sua transformação do eu (indivíduo) para o nosso (coletivo).

Assim, ao nos submetermos ao desafio de analisar como os Movimentos Sociais Urbanos participam do processo de produção do espaço através de sua apropriação, percebemos que a participação desses sujeitos sociais na busca pela apreensão da totalidade espacial assim como suas coexistências, apresentam-se como um ausente-presente evidenciado na própria lógica dialética do processo de produção do espaço urbano.

A totalidade? Dialeticamente falando, ela está presente, aqui e agora. E não está. Em todo ato humano, e talvez desde a natureza vivente, existem todos os momentos: trabalho e jogo, conhecimento e repouso, esforço e fruição, alegria e dor. Mas esses momentos exigem uma 'objetivação' na realidade e na sociedade (...). Próxima

nesse sentido, a totalidade está, portanto, igualmente distante: imediatividade vivida e horizonte. (LEFEBVRE, 1999, p. 132).

Observadas nesta perspectiva, as transformações socioespaciais vão além das mudanças na funcionalidade dos objetos. Elas são também ideologia e, como tal, sofrem interferência dos sujeitos sociais quanto ao seu significado (CASTELLS, 2000) e na contextualização do urbano em sua dinâmica e historicidade. Isto influencia na observação do risco de se conceber o espaço apenas como produto das relações de troca (enquanto valor de troca) desconsiderando a importância dos elementos que possibilitam considerá-lo enquanto valor de uso de acordo as inter-relações produzidas entre as conjunturas que delimitam a sua formação - produto dialético decorrente das relações socioespaciais.

Com relação à dificuldade de se observar a dinâmica espacial a partir dessa perspectiva, Lefebvre (1992) argumenta que

the opposition between exchange value and use value, though it begins as a mere contrast or non-dialectical antithesis, eventually assumes a dialectical character. Attempts to show that exchange absorbs use are really just an incomplete way of replacing a static opposition by a dynamic one. The fact is that use re-emerges sharply at odds with exchange in space, for it implies not 'property' but 'appropriation'. Appropriation itself implies time (or times), rhythm (or rhythms), symbols, and a practice. The more space is functionalized - the more completely it falls under the sway of those 'agents' that have manipulated it so as to render it unifunctional - the less susceptible it becomes to appropriation. Why? Because in this way it is removed from the sphere of lived time, from the time of its 'users', which is a diverse and complex time (LEFEBVRE, 1992, p. 356).

O ponto-chave para a compreensão da relação decorrente da historicidade refletida nas relações sociais materializadas, as quais são ao mesmo tempo coexistentes e superadas (a negação ou substituição do velho pelo novo), varia tanto horizontalmente, numa perspectiva espacial sincrônica, como verticalmente, numa perspectiva temporal diacrônica.

Tais relações são produtoras de espaços cada vez mais amorfos e flexíveis uma vez que “na prática socioespacial, esse mundo se revela em suas contradições, em um movimento que aponta a um processo em curso, com base no processo das relações sociais” (CARLOS, 2001, p.11 e 12).

Embora exista uma dificuldade de se visualizar essas observações nas territorialidades produzidas pelos Movimentos Sociais Urbanos atuantes em João Pessoa, especialmente pela dificuldade de articulação entre os mesmos, pode-se perceber que a produção do espaço está condicionada a diversos interesses. Estes, por sua vez, vão desde a superação dos limites municipais, ao se espriar para escala regional onde se evidencia uma história dependência com as organizações espaciais evidenciadas em Recife e em Natal, até o próprio processo endógeno de relações e dinâmicas espaciais na formação intra-urbana da cidade.

O fato é que, ao lidar com as coexistências das atuações socioespaciais, os movimentos apresentam dificuldades em perceber a própria dinâmica espacial, no concernente às estratégias dos diferentes sujeitos sociais, em sua totalidade. Da mesma forma, as relações entre tais sujeitos apresentam-se superficiais uma vez que as ações são desenvolvidas de forma isolada.

1.2 Desvendando os mitos para descobrir as 'máscaras': a participação dos Movimentos Sociais Urbanos em contexto

Os estudos sobre a influência dos Movimentos Sociais na cidade vêm sendo realizados pelos geógrafos de forma ainda moderada, especialmente no que diz respeito influência desses sujeitos sociais no processo de produção do espaço. Já com relação aos estudos sobre a atuação dos movimentos sociais no campo, estes são mais comuns de serem encontrados, inclusive por parte dos geógrafos no desenvolvimento de análises sobre os impactos das relações trabalhistas e a luta pela terra a partir da análise das territorialidades desses sujeitos sociais.

As produções geográficas abordando esta temática já se apresentam como eixo-temático de diversas instituições de ensino superior. Contudo, o estudo da atuação desses sujeitos sociais em um espaço urbano, está fragmentado, sendo a produção restrita a alguns pesquisadores que os analisam como mais um elemento das relações sociais de classe sem aprofundarem suas análises sobre sua participação na produção social do espaço a partir da produção de territórios e da influência na promoção da acessibilidade urbana.

Isso evoca a necessidade de se repensar as limitações que historicamente têm influenciando na forma de se pensar o espaço geográfico produzido ou apropriado por tais sujeitos sociais. Dessa forma, concordamos com Gohn (2004) ao mencionar que existem pelo menos três fatores que têm influenciado em tais limitações.

O primeiro estaria relacionado à tendência de, enquanto pesquisadores, elaborarmos estudos empírico-descritivos nos quais contextualizamos a existência desses sujeitos sem apreender as expressões dos mesmos no âmbito da cidade. Isto tem produzido efeitos tanto positivos, a exemplo de uma importante renovação e dinamismo das ciências sociais (GOHN, 2004), possibilitando uma maior aproximação com o sujeito e sua influência na dinâmica socioespacial; como negativos, em especial os relacionados às limitações da observação

de práticas e relações travadas com outros agentes espaciais e com o espaço no qual se cria um vínculo afetivo e nos quais as territorialidades reproduzem práticas contraditórias quanto ao uso e produção do espaço urbano.

Outro fator que reflete esta limitação corresponde à própria fragmentação do debate sobre a prática desses movimentos sociais atuantes no espaço urbano. Para isto, seria necessário um diálogo mais consistente entre as ciências humanas.

A existência de um distanciamento entre as possibilidades de se observar as práticas dos movimentos sociais e as bases teóricas que explicam suas atuações torna ainda mais complexa a explicação de suas práticas. O território e seus elementos constituintes (tipo de estrutura e relação socioespacial) apresentam-se como os meios para se observar as estratégias e táticas dos movimentos sociais, especialmente no que se refere à luta pela resolução das questões urbanas.

Um terceiro fator está relacionado ao uso descompromissado do modelo Europeu para os estudos das práticas desenvolvidas pelos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil. Conforme já mencionado por GOHN (2004), tal uso é preocupante uma vez que os recortes defendidos não correspondem às mesmas demandas e complexidades inerentes a realidade brasileira. Os eventos ocorridos na Europa, assim como a própria conjuntura político-social que proporcionaram o surgimento dos movimentos sociais, são distintos dos eventos evidenciados no Brasil, fato que torna necessário rever os fundamentos que são utilizados, a partir da associação entre a produção europeia sobre a formação dos movimentos urbanos, na explicação do surgimento dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil.

Por outro lado, a carência de produções voltadas para a construção de estudos teóricos que expliquem o processo de criação e difusão dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil torna importante a consulta de estudos desenvolvidos pelos pesquisadores europeus. Para isso, são necessários esclarecimentos adicionais que influenciem na redução das disparidades entre estas duas formas de se observar a produção do espaço urbano a partir dos Movimentos Sociais Urbanos.

Problema semelhante ocorre com a ausência de um diálogo com a produção norte-americana uma vez que alguns elementos presentes nas estruturas urbanas são herdados da própria observação do modelo americano, tanto no que diz respeito aos contrastes socioespaciais, criados em decorrência da importância dada ao Estado, como pelos próprios valores culturais que ao longo do século XX foram infiltrados e reproduzidos na cultura brasileira.

Algumas tentativas de aproximação dos estudos científicos sobre este tema vem sendo realizadas no contexto latino americano, tendo como destaque o papel da CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales) na difusão das produções científicas entre os pesquisadores de diversos países latinoamericanos acerca de questões de relevância social, as quais são produções provenientes dos diferentes campos do conhecimento científico.

As limitações apresentadas anteriormente têm, no entanto, dificultado a compreensão de muitos aspectos evidenciados na atuação dos Movimentos Sociais Urbanos, fato que explica o desenvolvimento desse tipo de segmento social em alguns espaços e ineficiência em outros. Em outras palavras, vivemos com a ausência de um aporte teórico que sirva de fundamento para a explicação da complexidade de nossa estrutura social, o qual deve ser concebido em comunhão com a realidade empírica que compõem os elementos que identificam as características dos movimentos atuantes em nossos espaços urbanos.

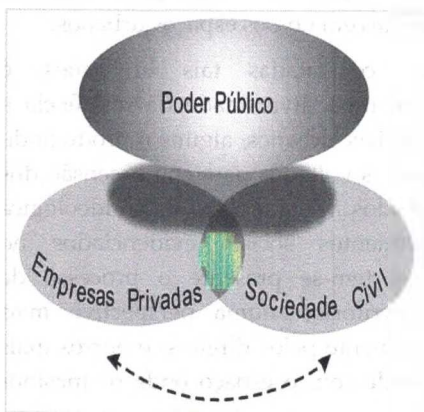
Contudo, embora sejam constatadas tais limitações, é igualmente verdade a existência de uma diversidade de influência e identidades entre os Movimentos Sociais Urbanos, alguns reproduzindo os modelos europeus, especialmente os voltados para compreensão dos limites estruturais, e outros baseados na guerra político-ideológica caracterizada pelos novos movimentos sociais evidenciados no paradigma americano. Em ambos, tem-se presente o processo de construção e reestruturação de territórios: numa perspectiva mais material (disputa territorial, especialmente pelos direitos) e outros mais simbólicos (busca por uma identidade com o espaço onde os mesmos

atuam). Isto justifica a necessidade de desenvolvimento de estudos que analisem essas influências.

Essas perspectivas nos possibilitam refletir sobre uma questão: quando nos referimos ao processo de produção-apropriação do espaço urbano pelos Movimentos Sociais, a qual concepção de território deveríamos fazer referência? Ao território das relações de poder, produto e produção das relações socioespaciais ou ao território do simbólico que envolve a análise de como o espaço é apropriado tendo em vista o debate político amparado por fatores (valores) ideológicos?

No primeiro caso, tem-se o território enquanto produto das práticas urbanas, caracterizado pelo valor dado ao espaço (valor de troca). A triangulação da relação entre os sujeitos sociais deve ser observada em sentido de complementaridade. Assim, essas relações têm na esfera pública o elemento delineador uma vez que é a partir dos parâmetros (legais e políticos) propostos pelo município, que as territorialidades do espaço produzido são, então, materializadas (**Figura 1**) pelas estratégias e táticas socioespaciais desenvolvidas pelos demais sujeitos sociais.

Figura 1: relação entre os sujeitos sociais: o debate sobre a produção do território



A **figura 1** representa o papel do poder público na definição das territorialidades desempenhadas pelos sujeitos sociais. A representação busca evidenciar, pelo menos, três frentes: a) existe uma dependência entre as ações (estratégias e táticas) a qual está representada pelas setas; b) O poder público projeta as regras a serem seguidas pelos sujeitos, especialmente no contexto do ordenamento territorial conforme representado pela sombra projetada e; c) mesmo tendo que obedecer as regras e diretrizes postas, os demais sujeitos sociais mantêm relações de dependência que influenciam na própria atuação do poder público.

O território enquanto produto pode ser compreendido como a categoria espacial na qual podem ser valorizados os objetos, as funções, as estruturas e os processos, coordenados pela esfera pública que ordena as práticas de outros sujeitos sociais e a seleção dos espaços a serem utilizados como estratégicos, redirecionando as relações de poder (disputa territorial) para os mesmos.

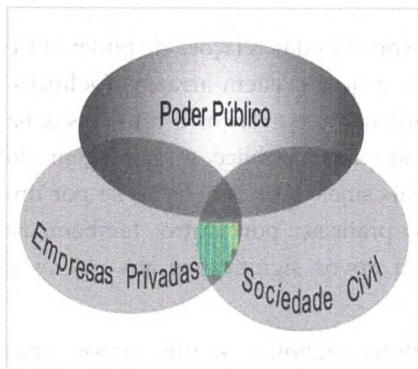
O espaço se torna, assim, expressão das relações de poder entre esses os segmentos sociais, segundo a qual existem arranjos (políticos, econômicos e ideológicos) que coordenam os avanços e retrocessos na configuração territorial, cabendo ao poder público a montagem do cenário a ser trabalhado pelos demais sujeitos sociais. Estes, se por um lado são influenciados por tais práticas, por outro também às influenciam uma vez que fornecem novos significados aos objetos e ações.

Já no segundo caso, o território simbólico, se utilizarmos como referência as concepções trabalhadas por Haesbaert (2004), é decorrente do significado dado ao espaço pela sociedade, através de seus valores, planos e relações. Esse território (espaço apropriado) é envolvido por relações simultâneas que não necessariamente precisam estar disputando, entre si, o controle do território para reduzi-lo (dar sentido a sua existência). Nessa perspectiva, o território-apropriado seria o espaço das multiterritorialidades (Haesbaert, 2004) dos sujeitos sociais ao se relacionarem (território-produto) disputando o espaço, produzindo-o, mas também se relacionando com o mesmo de forma simultânea. Tem-se, portanto, um território decorrente de apropriação.

Para esta nova perspectiva, a triangulação da relação entre os três sujeitos sociais deve ser observada de forma superposta, tendo como delineadores todos os sujeitos sociais que desenvolvem estratégias e táticas de apropriação territorial. Esta apropriação, por sua vez, não necessita ser apenas por substituição (diacronias) uma vez que pode ser evidenciada em sua sincronia (simultaneidade).

Nesse contexto, o espaço é observado a partir das práticas simultâneas entre os sujeitos sociais, sendo classificado pelos valores dados por seu uso e interesses (**Figura 2**).

Figura 2: relação entre os sujeitos sociais: o debate sobre a apropriação do território.



A **figura 2** representa a organização espacial a partir das práticas territoriais produzidas pelas relações entre os sujeitos (área de interseção superior). Nesse sentido, o controle do poder público não conseguem apreender as práticas cotidianas dos demais sujeitos sociais, representada na interseção entre as empresas privadas e a sociedade civil. Ao mesmo tempo, as estratégias e táticas particulares e as relações com o poder público são agora estabelecidas: a apropriação influencia, assim, na produção do espaço.

É em meio ao debate decorrente da relação entre esses sujeitos sociais e suas práticas que permeia a própria formação socioespacial. A cidade é produzida como consequência de um movimento maior que transcende seus domínios (econômicos, políticos e ideológicos), influenciando nas relações e valores socioespaciais. Por outro lado, nesta mesma cidade são expressos os conflitos e contradições sociais entre os seus próprios sujeitos. Assim, cada prática socioespacial é influenciada e influencia este processo.

Um desses sujeitos, vinculados à esfera da sociedade civil organizada, são justamente os Movimentos Sociais Urbanos que passam a ter uma participação mais ativa no debate sobre o direito à cidade a partir da influência da conjuntura política evidenciada no país em meados dos anos de 1970. De fato, esta conjuntura subsidiou a criação de movimentos questionadores dos processos de produção do espaço urbano, especialmente no que diz respeito a lutas urbanas de

favorecimento social sobre as principais demandas espaciais: infraestrutura, equipamentos urbanos de uso público de um modo geral etc.

Durante este período, as ações desenvolvidas por esses sujeitos sociais serviram de parâmetros para a adoção das concepções estruturalistas desenvolvidas por autores como Manuel Castells, Jordi Borja, Alain Touraine, entre outros que se preocuparam com a formulação de teorias e metodologias para explicar os processos que estavam sendo desencadeados na estrutura urbana.

No âmbito da Geografia, a influência desses fatores está relacionada às disputas de poder entre o Estado, enquanto “ator” hegemônico, e os sujeitos sociais emergentes que se sentiam mergulhados pelo então modelo capitalista de desenvolvimento: a globalização (abertura de mercados), a reestruturação produtiva (desenvolvimento de novas tecnologias e meios de produção) e o neoliberalismo, representado pela minimização da participação do Estado no mercado (LESBAUPIN, 2000; ARAUJO, 2000).

Nesse contexto, a produção do espaço é conduzida pelas contradições inerentes às práticas dos sujeitos sociais tendo, no ordenamento urbano desenvolvido pelo poder público, os “limites” do processo de produção do espaço. Já a apropriação é conduzida pelas complementaridades de interesses entre esses sujeitos, as quais, nem sempre concordantes, são complementares na medida em que constroem territorialidades a partir de diálogos e práticas assim como a própria disputa de poder entre os mesmos (apropriação de território), a qual evidencia as contradições socioespaciais e sua complexificação.

Por outro lado, os mesmos interesses pelo território (produzido e apropriado) são evidenciados quando os sujeitos sociais defendem a valorização do território por seu valor de uso (importância no contexto espacial). Os Movimentos Sociais Urbanos partem tanto de uma perspectiva como da outra, ou seja, produzem território, ao realizarem ocupações e lutarem pela conquista dessas áreas ocupadas, se apropriam dos territórios, ao manterem suas práticas socioespaciais e influenciarem

no ordenamento urbano. É nesse contexto que identificamos a dialética na atuação dos Movimentos Sociais Urbanos, assim como a sua complexidade quanto ao interesse pelo direito à cidade.

O direito à cidade é, portanto, decorrente da participação na produção do espaço uma vez que os MSUs passam a se apresentar como representantes legais pelos direitos sociais pela obtenção de melhorias na estrutura urbana e na própria qualidade de vida da sociedade. Da mesma forma, o direito é obtido pela apropriação do espaço uma vez que passam, também, a reivindicar o direito ao uso e acesso aos espaços produzidos ao longo do processo de formação socioespacial da cidade.

As lutas desenvolvidas no contexto urbano desde a década de 1970 são forjadas em meio a essas duas influências, sendo classificadas por três parâmetros: a) a luta por questões relacionadas ao consumo coletivo, que resultou na participação direta na produção espacial; b) a luta pela criação de identidades culturais e valorização da autonomia conquistada, tendo as preocupações relacionadas ao direito ao uso e acesso ao espaço produzido; e c) o aumento do poder local, neste caso com forte participação de empresas privadas nacionais e multinacionais, responsáveis pela redução da participação dos movimentos urbanos: seja no que diz respeito à produção, seja no concernente a apropriação urbana.

As reivindicações dos MSUs estão, assim, pautadas na elaboração de discursos, fato também observado no que se refere à ação do Estado, agente coibidor das práticas desses sujeitos. Na maior parte dos casos, os movimentos eram coordenados pelas pastorais da Igreja Católica que, além de estimularem mobilizações voltadas à transformação social (inclusão social), protegiam os membros do movimento e influenciavam na realização de ações de estratégias para delimitação territorial. Assim, atuavam na definição dos territórios que deveriam ser ocupados ou utilizados para difusão das lutas desenvolvidas pelos mesmos, contribuindo para a adoção de um novo significado a noção de sociedade civil.

Durante o período 1970-1980, e principalmente no final da década de 80, a noção de Sociedade Civil sofre algumas alterações, devido, entre outras coisas, a associação desse significado com as noções de autonomia, participação, direitos humanos e, especialmente, cidadania. Estes termos são cada vez mais relacionados à luta dos movimentos.

Não se trata mais de um sinônimo de sociedade, mas de uma maneira de pensá-la, de uma perspectiva ligada à noção de igualdades de direitos, autonomia, participação, em fim, os direitos civis, políticos e sociais da cidadania (.....) a noção de sociedade civil se transforma e passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado, mas também ao mercado. Trata-se agora de uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado. Em vez de sugerir uma idéia de uma arena para a competição econômica e a luta pelo poder político, passa a significar exatamente o oposto: um campo onde prevalece os valores da solidariedade (BREDARIOL & VIEIRA, 1998, p.101 e108).

Assim como ocorre com a compreensão do processo da organização do espaço urbano, os movimentos sociais podem ser compreendidos a partir de três perspectivas: a) a **política** – representada pelos movimentos de bairros que emergiram na cidade em meados dos anos 1970; b) a **cultural** – representada, predominantemente, pelos movimentos que passaram a se preocupar com a igualdade e liberdade, especialmente de gênero e raça; e c) a **ideológica** – pautada na busca pela autonomia e pela luta em defesa da descentralização administrativa e melhorias em infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Esta descentralização fez com que os movimentos substituíssem as reivindicações sócio-ambientais por reivindicações que transformassem de fato a estrutura social, o que resultou no surgimento de novas demandas como o debate sobre público-privado e a luta pela cidadania, atualmente reconhecida como direito à cidade (GOHN, 2004). Por outro lado, as transformações políticas, associadas às mudanças econômicas e sociais, passaram a influenciar em mudanças nas relações

sociais, tornando cada vez mais fragmentada a ação dos movimentos uma vez que se confundem com os interesses individuais de seus membros. Com isto, a concepção de território (produção e apropriação) torna-se limitada.

Isto influenciou para que na década de 1990 houvesse um descrédito quanto à importância dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito aos debates sobre o processo de formação espacial (disputa por territórios). Esta situação se modificou apenas na metade da década de 1990 por conta de uma alteração na forma de se pensar politicamente o espaço.

Nesse contexto, representantes da sociedade civil passaram a ter uma importância maior sendo mais valorizados por parte do poder público que passou a desenvolver um discurso de uma administração mais participativa e transparente. Esse processo acabou reduzindo o número de movimentos preocupados com mudanças em fatores estruturais assim como o surgimento de outros preocupados com a cidadania, ou seja, a luta pelo direito à cidade representada pela participação na produção, consumo e apropriação espacial. A dicotomia inerente à concepção de território (produção e apropriação) assume, então, uma nova importância ao aproximar as lutas ao cotidiano da sociedade, associando as ações ao discurso proferido por sujeitos que representariam uma determinada coletividade.

Em decorrência dessa aproximação da escala do cotidiano, os Movimentos Sociais Urbanos passaram a ter como prioridade a difusão do trabalho coletivo (direito a ter direito) e ao próprio processo de exclusão social (combate à violência, pobreza e segregação). Foi em meio a esse contexto que os movimentos sociais de João Pessoa começaram a se estruturar. Eles surgem, portanto, em um momento crítico: desconhecimento, por parte da sociedade, do papel e importância desses “atores sociais” para o processo de ordenamento socioespacial; emergência de ONGs que passam a realizar funções tradicionalmente desenvolvidas pelos movimentos e ausência de um histórico de experiência com o espaço no qual exerce sua territorialidade.

Com isso, os movimentos passam a ser caracterizados pelo grau de inclusão e participação no processo de ordenamento urbano. A apropriação do território se efetiva de forma fragmentada uma vez que os objetivos do movimento são também fragmentados. A dificuldade em se articular com os outros movimentos produz uma atuação ainda incipiente. Tais fatores vão servir para mostrar a fragilidade existente nos movimentos urbanos: ausência de uma atuação mais efetiva no processo de produção espacial.

O debate sobre a produção do espaço é restrito a reivindicações superficiais uma vez que os movimentos não participam ativamente das relações socioespaciais inerentes à estruturação das formas, funções e estrutura urbana. Por sua vez, evidencia-se uma passividade quanto à luta pela apropriação espacial. O reflexo disso encontra-se relacionado à dificuldade de se evidenciar os reais valores que identificam o pessoense, ou seja, sua identidade.

Os fatores econômicos, políticos e ideológicos são apresentados como as máscaras da atuação desses movimentos, especialmente por influenciar na articulação dos mesmos e, conseqüentemente, na espacialização de suas ações. O fato de não participarem ativamente da produção e de não se apropriarem do espaço traria, nesse contexto, repercussões ao processo de formação urbana da cidade.

Assim sendo, independente do grau de complexidade encontrado tanto na estrutura espacial da cidade como em sua estrutura social, os movimentos sociais são sujeitos sociais importantes na produção do espaço urbano uma vez que, apropriando-se das vantagens e desvantagens inerentes ao próprio espaço, possibilitam uma maior visualização dos fatores que condicionam sua formação. Para isto, se faz necessário deixar entendido o que concebemos por Movimentos Sociais Urbanos.

1.3 Quem são esses “novos” sujeitos sociais?

A inclusão das aspas ao questionarmos a identidade dos Movimentos Sociais Urbanos justifica-se pelas diversas contradições inerentes a origem dos mesmos no tempo e no espaço. Isso se efetiva especialmente por parte dos teóricos que se dedicaram ao estudo dos MSUs utilizando tais contribuições enquanto subsídio para entender as particularidades no Brasil enquanto consequência do processo de exclusão social decorrente dos impactos da globalização que tem despertado na sociedade o interesse por se organizar e lutar por direitos sociais, a exemplo do direito à moradia.

No tempo, existe a hipótese de que os MSUs tenham surgido de forma mais expressiva na década de 1970 quando diversos países da América Latina, inclusive o Brasil, vivenciavam um momento de pressão do autoritarismo militar despertando na sociedade o anseio pela obtenção da autonomia e inclusão social. Esta situação proporcionou o surgimento de movimentos institucionalizados: sindicatos, pastorais, representantes de bairros, etc.

Existe igualmente a hipótese de que, no Brasil, os MSUs tenham surgido entre as décadas de 1980 e 1990 a partir do processo de redemocratização (especialmente no Brasil), e das inquietações sociais decorrentes da difusão da política neoliberal e do impacto da globalização. Tais eventos despertaram em segmentos da sociedade (população mais carente) o interesse pela conquista dos direitos sociais, especialmente os relacionados aos direitos à moradia digna e mobilidade urbana através da luta pela reforma urbana. Dessa forma, esses sujeitos são originados dos segmentos da sociedade que lutam por justiça social e qualidade de vida (condições de habitabilidade, emprego, moradia, etc.).

Quanto ao espaço, as divergências pairam em torno da hipótese de que os MSUs sejam articulados em escala nacional, desenvolvendo atividades territoriais bem definidas a partir de uma agenda comum de ação; ou estejam presentes em diversas cidades realizando encontros

nacionais, porém possuindo formas de ação bem diferenciadas, tendo como aspecto comum o fato de atuarem na cidade, ou seja, vivenciarem o urbano. Contudo, as diferenças pairam quando o sentido de urbano passa a ser relacionado ao sentido de complexidade socioespacial decorrentes do processo dos conflitos resultantes das relações de produção do espaço (LEFEBVRE, 1999).

O urbano, enquanto forma, transforma aquilo que reúne (concentra). Ele faz diferir de uma maneira refletida o que diferia sem o saber: o que só era distinto, o que estava ligado às particularidades no terreno. Ele reúne *tudo*, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações e formas de comunicações preexistentes. Como forma que transforma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário. (LEFEBVRE, 1999, p. 156)

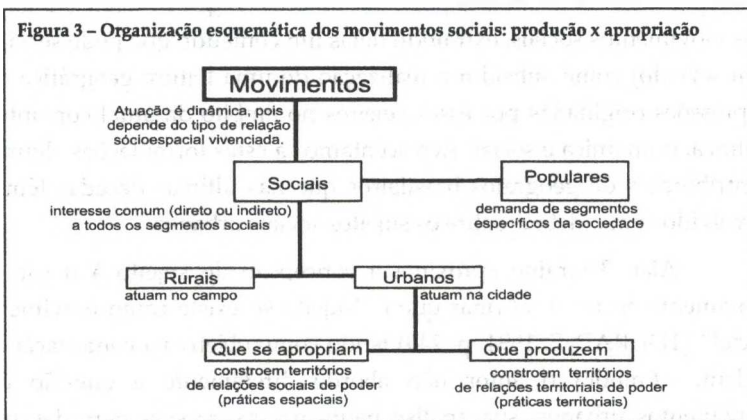
Nesse contexto existem movimentos que mesmo presentes no espaço urbano não participam diretamente dos processos que envolvem a produção desse espaço uma vez que não influenciam nas transformações do terreno. É bem verdade que tanto um como outro produz território ao delinear relações de poder decorrentes das próprias práticas socioespaciais. Contudo, as concepções de território são diferentes. Para os movimentos que, presentes no urbano, não interferem nas redefinições espaciais, o território é simbólico (produto das relações de poder), embora dialeticamente este seja real uma vez que é bem delimitado por tais representantes sociais. Já para os movimentos que, igualmente atuantes no espaço urbano, interferem nas redefinições espaciais, o território é real, ou seja, é materialmente conquistado e delimitado sendo expresso, principalmente, na escala da moradia com rebatimento no reordenamento de outros setores da dinâmica urbana.

Finalmente, a última observação diz respeito ao próprio significado etimológico do que se considera como sendo Movimento Social Urbano. Por movimento deve-se compreender algo transitório: um

processo que se sustenta até o momento em que finaliza o sentido de sua existência. Assim, os movimentos existem em essência até o momento em que existem demandas pela conquista das bandeiras de luta, como é o caso do movimento de sem-terra, sem-teto, luta por moradia, étnico, de gênero, *hip hop*, entre outros.

Contudo, ao adjetivarmos esses movimentos no momento em que inserimos o termo social, o significado se torna mais amplo. Alguns movimentos passariam a não se enquadrar, pois estariam mais para movimentos populares (luta por uma conquista específica de um segmento da sociedade como é o caso do movimento de gênero e étnico) do que para movimento social. O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) surge como exemplo uma vez que, independente da classe social, a questão da moradia se constitui como de interesse de todos os segmentos sociais tanto por aqueles que lutam para ter esse direito (conquista da propriedade e das condições de habitabilidade); como por aqueles que lutam para não perder o direito de propriedade e estimam por uma segregação socioespacial. Existem ainda aqueles que lutam para que tal impasse seja resolvido de forma planejada e articulada evitando, com isso, possíveis distúrbios socioespaciais.

Finalmente, quando inserimos o termo urbano, a complexidade ganha novos ares uma vez que apreende aqueles movimentos que se apropriam do espaço a partir de ocupações temporárias, fluídas ou pontuais; e outros que atuam produzindo e redefinindo o espaço urbano, através de ocupações permanentes (moradia), fixas e diversificadas, conforme já evidenciado em parágrafos anteriores. Em síntese, teríamos o seguinte esquema (**Figura 3**):



Elaborado por Xisto Souza Júnior (2008)

Assim, o que consideramos como Movimentos Sociais Urbanos são os movimentos voltados para lutar por interesses comuns no espaço urbano ao construir o território de relações territoriais de poder, realizando, portanto, práticas territoriais ou influenciando no processo de ordenamento do espaço urbano ao interferir nas funções socioespaciais.

Tal concepção está baseada em formulações já elaboradas por Alain Touraine (1994, 1973, 1969), Manoel Castells (1999; 2000), Jean Lojkin (1997) e Jordi Borja (1975) que desenvolveram importantes considerações sobre a origem dos movimentos sociais, inclusive os urbanos, e suas principais características. Embora se configurem como teóricos reconhecidos internacionalmente, esses autores fizeram uma leitura segundo uma perspectiva das relações sociais, fato que é natural tendo em vista a formação dos mesmos, não se aprofundando em questões que relacionassem esses sujeitos como produtores do espaço urbano, apesar de teorizarem sobre questões urbanas.

Assim, buscaremos nas próximas páginas fazer um resgate das principais idéias trabalhadas por esses autores no que se refere à atuação dos movimentos sociais, extraindo delas um conteúdo que pode servir (e tem servido) como subsídio a realização de uma leitura geográfica das expressões originadas por esses sujeitos no âmbito da atual conjuntura política, econômica e social. Acrescentamos a estas formulações algumas contribuições de geógrafos brasileiros que nas últimas décadas têm se envolvido com o debate sobre os sujeitos sociais urbanos.

Alan Touraine aproxima a concepção de sujeito à noção de movimento social ao afirmar que o “sujeito só existe como movimento social” (TOURAINÉ, 1994, p. 249) tendo como objetivo a contestação da ordem. Embora o autor não aborde diretamente a questão dos movimentos urbanos, sua análise pauta nas expressões deixadas pela sociedade industrial concebida como sociedade moderna, a qual resgata o valor do sujeito (social) cujo fator cultural apresenta-se como principal elemento identificador.

Touraine (1994) compreende, assim, a própria impossibilidade de se separar sujeito (ser produtor da vida social) do indivíduo (ser consumidor de normas e instituições sociais) o qual se torna sujeito na medida em que passa a assumir uma nova posição frente à insatisfação do que é imposto pela sociedade de massa (moderna). Assim, o movimento surge como “um ator coletivo cuja orientação maior é a defesa do sujeito, a luta pelos direitos e a dignidade dos trabalhadores” (TOURAINÉ, 1994, p. 254) tendo como objetivo questionar uma relação que se materializa nas instituições e organizações. Para o autor, o que caracteriza esses novos sujeitos é o fato de que a luta deixa de ser voltada para questionar o sistema de produção, mas as finalidades do sistema de produção.

Embora Touraine esteja fazendo referência a um contexto social que data do final da década de 1960, quando passou a diferenciar os velhos movimentos, a sua concepção é importante uma vez que corresponde à realidade brasileira vivida nas três últimas décadas

quando os movimentos transformam suas bandeiras de luta voltando-se mais pela promoção de reivindicações relacionadas aos direitos humanos (moradia, saúde, etc.) do que ao sistema de produção. Embora as expressões populares tenham permanecido marcadas por temas como o fim de acordos com o mercado internacional, as críticas ao neoliberalismo econômico e as políticas de privatização. Isso, no entanto, existe apenas nos discursos desses sujeitos uma vez que a demanda social se torna, na prática, a principal bandeira de luta.

Hoje o espaço público está lotado por esses novos movimentos sociais, mesmo que muitos só vejam sua fraqueza política. Malgrado a influência exercida sobre eles pelo fundamentalismo revolucionário das seitas esquerdistas ou, ao contrário, seu fechamento em temas não políticos e numa mistura de afirmações muito globais e de objetivos muito particulares, deve-se reconhecer que as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas 'mudar a vida', defender os direitos do homem, assim como o direito à vida (TOURAINÉ, 1994, p. 261 e 262)

Em *Production de la Société* (1973), Tourainé concebeu que a essência dos movimentos sociais não se encontraria orientada por valores expressos de forma consciente uma vez que estariam localizados no nível do sistema de ação histórica definindo-se pelo confronto de interesses opostos para o controle das forças de desenvolvimento. Assim, os movimentos não seriam uma simples expressão de intenção ou concepção de mundo.

Tourainé considera que a conjuntura de desenvolvimento técnico, científico e informacional, caracterizada a partir da década de 1970, obrigou os movimentos a terem que se definir frente aos conflitos sociais que colocavam em xeque o desenvolvimento social. Com isso, os movimentos deveriam ser guiados por três princípios: o da identidade, o da oposição e o da totalidade sendo, portanto, um ator histórico (TOURAINÉ, 1969; 1973).

De acordo com Touraine (1973), no princípio da **identidade** movimento social se autodefine. Assim, este não poderia ser considerado organizado sem ter consciência do que o define, sendo o conflito o elemento que constitui e organiza o movimento. Já o princípio da **oposição**, semelhante ao anterior, seria uma pré-condição à organização do movimento social uma vez que o mesmo precisa definir os seus adversários, os quais se originam a partir do próprio interesse de conflito. Finalmente, o princípio da **totalidade** corresponderia à atenção ao sistema de ação histórica na qual se discute o processo de dominação por parte dos adversários. Este princípio denota bem a importância que Touraine dedica ao fator histórico como elemento de amadurecimento e consolidação do movimento social e seu enfraquecimento representa a fragmentação dos conflitos (TOURAINÉ, 1973, p. 346).

Para Touraine (1973, p.386), os movimentos seriam, portanto, a “expressão direta ou indireta do conflito das classes”. Sua forma depende do sistema político e da organização social, atuando, neste caso, como uma expressão de uma coletividade em diferentes escalas territoriais.

Apesar de considerar o movimento como expressão de uma coletividade, Touraine deixa bem evidente que existe diferença entre movimento social e condutas coletivas, posicionamento este corroborado por outros autores contemporâneos, adeptos da análise social na perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Outra observação relevante nas considerações que Touraine, mencionada no livro *Production de la société* (1973), é a relação do movimento social na conjuntura política. Para o autor, o movimento social não seria matéria-prima da ação política, embora contraditoriamente afirme que eles sejam a razão disto. A relação entre o movimento social e a ação política depende das condições de formação e organização social do movimento. Assim, sendo um movimento grande, este pode exercer uma expressão política. Porém, caso seja pequeno, de pouca expressão, esse movimento pode ser usado pelas forças políticas.

Poderíamos ainda fazer referência a outra contribuição igualmente importante de Alain Touraine, a *Sociologie de la accion* (1969), na qual o autor faz um resgate das concepções de ideologia - “toda identificación de esas mediaciones al sujeto histórico que se hace, em consecuencia, desubjetalizado, reificado” - e utopia, “toda tentativa de um actor histórico para identificarse directamente al sujeto histórico, prescindiendo de lãs mediaciones institucionales y organizacionales” (TOURAINÉ, 1969, p. 169). Com base nessas concepções, o autor reforça a relação dos movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos (sujeitos históricos).

Já Castells (2000, p.375) define movimento social como “organização do sistema dos agentes sociais (conjuntura das relações de classe) tendendo a produzir um efeito qualitativamente novo sobre a estrutura social”. Este efeito qualitativamente é expresso a nível das estruturas e das práticas. Para o autor a observação das contradições inerentes a estrutura urbana se apresenta como um elemento-chave na análise dos movimentos sociais uma vez que põe dúvidas sobre a ordem estabelecida (AMMANN, 1991).

Ao observar a relação entre movimentos sociais e estrutura urbana, Castells concebe os movimentos urbanos enquanto um conjunto de sujeitos sociais resultantes da articulação de um sistema de agentes urbanos que interferem na transformação estrutural do sistema urbano. Assim, para Castells (2000, p. 390), “[h]á Movimento Social Urbano quando há correspondência entre as contradições estruturais do sistema urbano e uma linha exata de uma organização formada a partir da cristalização de outras práticas”.

As considerações de Castells remetem a um impacto dos movimentos sociais não apenas na sociedade, mas, simultaneamente, na estrutura urbana. Tal concepção se aproxima do enfoque que estamos utilizando na nossa definição de Movimento Social Urbano. A diferença estaria no fato de acreditarmos que os movimentos sociais não influenciariam apenas na estrutura urbana (espaço-produto/ forma), mas

no próprio redirecionamento da mobilidade urbana (espaço-apropriação/ função). Infelizmente, Castells não forneceu nesta obra a devida importância à influência dos Movimentos Sociais Urbanos enquanto agentes envolvidos com a questão urbana, ao valorizar a estrutura pela estrutura.

Em termos de caracterização, Castells concebe que os movimentos se autodefinem por suas práticas (CASTELLS, 1999, p. 94) e, assim como definido por Touraine, eles estão diretamente relacionados à sua própria história, existindo igualmente concordância no que diz respeito aos princípios que regem a atuação dos movimentos (identidade, oposição e totalidade).

Jordi Borja aprofunda o debate sobre o papel dos Movimentos Sociais Urbanos definindo-os como “acciones colectivas de la población en tanto que usuaria de la ciudad, es decir, de viviendas y servicios, acciones destinadas a evitar la degradación de sus condiciones de vida” (BORJA, 1975, p. 12). Nesse sentido, Borja amplia o entendimento da ação desses sujeitos ao incluir a luta pela conquista das demandas urbanas (infra-estrutura e equipamentos) enquanto fundamento da ação dos Movimentos Sociais Urbanos.

Com relação à natureza dos movimentos, Borja (1975, p. 17 e 18) propõe quatro possibilidades que motivam a formação dos mesmos: a) deterioração das condições de vida; b) ameaça decorrente da ação urbanística (intervenção urbanística); c) déficit nas condições de moradia e de serviços e; d) oposição à política urbana da administração pública.

A caracterização proposta por Borja fornece o elo de ligação com a leitura geográfica ao concebê-los como sujeitos “constituídos por la acción de un grupo social que actúa sobre una base territorial” (BORJA, 1975, p.19). Assim, são movimentos que não se limitam a vivenciar o urbano enquanto elemento das relações sociais, mas enquanto produto da expressão material dessas relações na medida em que possuem o

território como objeto de ação, representado na luta pela infra-estrutura e acessibilidade urbana.

Os MSUs que atuam em João Pessoa, cidade selecionada como recorte analítico, se enquadrariam nos requisitos propostos por Borja, especialmente no que diz respeito à luta contra a ameaça da intervenção urbanística e o déficit de moradia. As discordâncias estão voltadas na importância que Borja delega ao fator organizacional uma vez que compreendemos não ser este o elemento fundamental na atuação dos movimentos urbanos. Isso não significa que defendamos que tais movimentos não necessitem de ações organizadas (planejadas), mas de levarmos em consideração que têm no imprevisto e na espontaneidade duas características importantes na configuração de suas bases ideológicas, especialmente pelo fato do planejador propiciar a realização de ações eficientes na medida em que possibilitam uma maior resistência na luta pela conquista do território ocupado.

Um último aspecto que poderíamos destacar a partir das formulações de Borja diz respeito à tentativa do autor em definir os elementos identificadores desses sujeitos sociais. Para ele, Movimentos Sociais Urbanos são “aquellos movimientos de las clases populares que partiendo de reivindicaciones urbanas alcanzan un nivel de generalidad de objetivos y de potencialidad política que modifican las relaciones de poder entre las clases” (BORJA, 1975, p. 54).

Tais movimentos são concebidos por Borja como movimentos populares de base social e territorial. Porém, não seriam todos os movimentos populares, mas apenas os que atuam em áreas urbanas, preocupados exclusivamente em auxiliar na solução do problema do déficit residencial, os quais se expressam de três formas: a) são movimentos reivindicativos (lutam por melhorias em infra-estrutura e equipamentos urbanos), democráticos (o objetivo reivindicativo é mais amplo, articulado e participativo) e com dualidade de poder (embates mais incisivos entre classes populares e a classe dominante). Os MSUs em João Pessoa desenvolveram bem as duas primeiras características ao

desempenharem atividades de ocupação urbana (construção de moradias) e ações de reordenamento espacial. Assim, as ações são pautadas na produção de território através da ocupação e nas condições de acessibilidade urbana, através da apropriação.

Já Lojkin, outro importante teórico sobre a questão urbana, analisa a atuação dos movimentos sociais a partir da problemática da hegemonia do Estado na observação das lutas de classes na qual aparecem como algo antagônico ao poder institucional do Estado. O movimento social para Lojkin corresponderia a “capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (...) dominante garante a subordinação e dependência (...) com relação ao sistema sócio-econômico” (LOJKIN, 1997, p.314).

Nesse sentido, o movimento social corresponderia, de acordo com Lojkin, ao mais alto grau de expressão da luta de classes. Este só passa a ter sentido quando atua em oposição à classe dominante e aos atores hegemônicos. Adquire, assim, um caráter revolucionário, apesar de afirmar que nem todo movimento seja revolucionário, corroborando, portanto, com as próprias formulações de Touraine.

Ao colocar o elemento político como fator de referência, Lojkin entende movimento social como consequência da combinação de um processo social decorrente do movimento de classes e outro relacionado ao movimento político. Seria, portanto, um segmento da sociedade que, ao se organizar, tem como objetivo “transformar o sistema sócio-econômico no qual surgiu” (LOJKIN, 1997, p. 359) a partir de um conteúdo ideológico e político posto em movimento por uma dada organização social. A expressão geográfica desses sujeitos sociais estaria, portanto, relacionada a sua extensão social em relação com o espaço territorial, ou seja, a escala de influência e articulação.

No âmbito do urbano Lojkin aponta os fatores ideológicos e políticos no que se refere ao poder do Estado, como sendo os principais

problemas na atuação dos movimentos. Assim, discorda de Castells quanto à compreensão de que a produção do urbano por parte dos MSUs esteja relacionada à questão da moradia e da acessibilidade aos equipamentos urbanos, alegando as conseqüentes limitações que produziriam a capacidade de contestarem o poder econômico e a reprodução social coordenada pela classe dominante. Contudo, ao firmar tal posicionamento, Lojkin acaba reduzindo o papel do Movimento Social Urbano ao associá-lo apenas a um agente reivindicador.

Contudo, consideramos que tais críticas não procedem, se levarmos em consideração o fato de que o objetivo dos movimentos urbanos está voltado para conquista da justiça social e qualidade de vida no espaço urbano. Questões de ordem econômica (reprodução dos meios de produção, consumo etc.) e social (desdobramentos da formação social) são de incumbência de outros movimentos sociais que embora estejam presentes no espaço urbano não têm como meta exercer influência na produção do espaço urbano.

Não resta dúvida de que a quase totalidade dos Movimentos Populares Urbanos se move na instância da reprodução da força de trabalho. Suas reivindicações se dirigem à conquista de bens e serviços do consumo coletivo e não direta e explicitamente a propriedade dos meios de produção, nem de suas características fundamentais, como a propriedade privada, a produção da mais-valia, enfim, a exploração do trabalho em suas mais variadas modalidades. (AMMANN, 1991, p. 62).

Após a análise das concepções desses teóricos, cuja trajetória acadêmica transcende um ramo específico do saber científico, é possível elaborar um esquema preliminar sobre as características dos Movimentos Sociais Urbanos, as quais se expressam no território, em escalas variadas. Tais movimentos preocupam-se exclusivamente com a produção do espaço urbano, se constituindo como sujeitos sociais ao buscarem desenvolver atividades em coletividade. É possível ainda

mostrar um quadro esquemático dos temas mais relevantes na produção dos autores (**Quadro 1**).

Quadro 1: síntese das principais abordagens sobre os Movimentos Sociais Urbanos.

	Relações de classe	Sujeito histórico	Sujeito coletivo	Estrutura social	Estrutura espacial	Identidade Operação Totalidade	Reivindicativo Democrático Dualidade de poder
TOURAINÉ							
CASTELLS							
BORJA							
LOJKINE	Dominante x dominado						Revolucionário

Elaborado por Xisto de Souza Júnior (2008)

No que se refere ao uso do aporte fornecido por esses autores enquanto referência na análise dos MSUs no Brasil, especialmente se a intenção estiver relacionada ao interesse de se fazer uma leitura geográfica da atuação desses sujeitos sociais.

Uma primeira limitação é a associação dos movimentos sociais a uma determinada classe social e seu caráter opositor e reivindicador, conforme observado anteriormente em Castells, Touraine e Borja. Lojkine vai mais além ao associá-los a uma classe específica (dominados) no embate contra outra classe de “atores” dominantes, como se os movimentos sociais não fizessem parte do Estado e este não pudesse, igualmente, se expressar como movimento social ao patrocinar ações de mobilização ou consulta pública como, por exemplo, um plebiscito e campanhas sanitárias e preventivas. Outros sujeitos tidos como agentes dominantes podem igualmente se expressarem como movimentos sociais. Assim, tal classificação é ineficiente e improdutiva.

A atual conjuntura política, econômica e social, especialmente de países como o Brasil, faz com que tais associações percam sentido uma vez que a própria organização social é hoje retrato de uma complexidade social na qual participam sujeitos sociais de diferentes grupos, etnias e situação social e financeira. Assim, é comum encontrar

em MSUs a participação tanto de pessoas sem nenhuma formação acadêmica como de pessoas com curso superior finalizado. É comum encontrar desde pessoas desempregadas até pessoas que sobrevivem da economia informal e outras que atuam na economia formal. Além disso, a própria realidade socioespacial tende a formar uma sociedade cada vez mais interativa, com exceção de casos especiais nos quais os espaços são segregados de forma a produzir uma verdadeira separação social, especialmente por tipo de renda.

Outra limitação está relacionada à questão da ênfase dada à estrutura social e espacial. Diferente do período em que os movimentos vivenciavam quando desenvolveram suas bases conceituais (década de 1970-80), limitar sua atuação ao debate sobre o tipo de estrutura social e na luta por reformas urbanas não possibilita apreender a complexidade mencionada no parágrafo anterior.

Por um lado, a sociedade não se divide mais em compartimentos e nem muito menos possui funções bem definidas de forma a proporcionar o funcionamento regular do sistema social. A própria concepção de sistema é igualmente questionável uma vez que a ação social é fluida tanto vertical como horizontalmente, em suas práticas e ações. Por outro lado, as reivindicações por mudanças no espaço urbano não atingem a mesma objetividade que em décadas anteriores uma vez que o próprio sentido de urbano ganhou novos arranjos: ao invés da luta por reformas, o objetivo passou a ser relacionado a luta por melhorias na infra-estrutura do espaço urbano (habitabilidade) e conquista por equipamentos urbanos. Assim, as concepções de justiça social e qualidade de vida assumem uma posição de destaque por parte dos Movimentos Sociais Urbanos ao se tornarem os principais alicerces das bandeiras de luta.

Um terceiro fator que demanda uma atenção especial ao se utilizar as concepções dos teóricos europeus diz respeito à própria conjuntura econômica, política, social e ideológica vivida pelas atuais organizações sociais.

No âmbito econômico os movimentos atuam hoje em uma realidade em que o poder privado passa a delinear as condições de ordenamento urbano, algumas vezes em parceria com o poder público, e uma realidade na qual o equilíbrio financeiro, estabilidade econômica e desenvolvimento social tem se tornado uma constante a diversos países emergentes. Assim, os movimentos são obrigados a dialogar com esses sujeitos ao invés de assumir uma posição reivindicatória. São guiados a participar da produção (inclusive do espaço urbano): seja através de práticas cooperativistas; seja por ações particulares de ocupação territorial.

No contexto político a realidade é, igualmente, diferenciada. Se outrora havia uma situação de oposição às políticas desenvolvidas pelo poder público, os atuais avanços na política urbana com a implementação de gestões cada vez mais democráticas têm provocado mudanças na forma de atuação dos movimentos sociais. Ao invés de se apresentarem como segmentos opositores, esses sujeitos sociais tornam-se “parceiros” no debate sobre o desenvolvimento urbano da cidade. Como se trata de um período de adaptação, essa conjuntura política tem sido responsável por verdadeiras cisões entres e nos diversos movimentos urbanos.

Quanto à questão social são evidenciadas mudanças significativas nos valores e forma de organização da sociedade. A luta pelo direito à moradia, por exemplo, não se resume mais a reivindicações de segmentos específicos da sociedade, mas a uma demanda comum e ampla. O acesso à moradia ganha uma complexidade diferente da luta por habitação que caracterizou os movimentos na década de 1970 ao ser compreendida como conjunto de elementos que possibilitam condições adequadas de habitabilidade (habitação, saúde, transporte etc.) e não mais a uma simples conquista de um teto.

Superpondo todos os elementos mencionados anteriormente, as mudanças na ideologia despontam como testemunho das limitações no uso dos aportes desenvolvidos pelos teóricos europeus para a realidade

brasileira, apesar de serem imprescindíveis se a intenção estiver relacionada a busca por uma construção da base teórica para classificar os MSUs no Brasil. O debate sobre o sistema de produção capitalista perde cada vez mais sentido.

Por um lado, a hegemonia econômica desse sistema no âmbito global e a queda do próprio socialismo sob a pujança do capitalismo, tornaram os discursos contra-capitalismo cada vez mais improdutivos. Por outro lado, as conquistas iniciadas no final da década de 1980 e aprovadas no século XXI, a exemplo do Estatuto da Cidade que garante a obrigatoriedade pela função social da cidade, têm fornecido condições básicas para a atuação dos movimentos sociais sem a necessidade de se travar “debates epopéicos” contra o Estado. Isso se efetiva através das aberturas que vem sendo fornecidas quanto à participação dos mesmos no debate sobre a produção do espaço urbano. O principal cuidado está relacionado ao risco de cooptação e a perda da identidade e motivação do movimento.

Os fatores conjunturais mencionados (econômico, político, social e ideológico) ganham uma complexidade ainda maior na medida em que os “atores sociais”, outrora excluídos das vantagens provenientes do atual desenvolvimento técnico-informacional, passaram a utilizá-los em benefícios próprios. Isso torna a relação com o urbano algo ainda mais complexo, impossível de ser apreendido através do reducionismo de uma visão estruturalista. Tais “atores” lidam com um espaço em constante reformulação. Ao afirmarmos tal posição não estamos fazendo referência ao estruturalismo enquanto corrente teórica, mas a estruturação enquanto processo contínuo do (re)ordenamento urbano a partir das mudanças nas funções sociais expressas no espaço, ou seja, a formação socioespacial.

No Brasil, dos geógrafos preocupados com a atuação dos Movimentos Sociais Urbanos destacam-se as produções Silva (1986), Souza (1988; 2004; 2006), Souza e Rodrigues (2004), sobre Movimentos Sociais Urbanos, além de Fernandes (2001; 2005) que tem desenvolvido

uma importante revisão conceitual acerca das características que diferenciam um movimento espacial do movimento territorial.

Em sua tese, José Borzacchiello da Silva analisa as formas de expressões espaciais de alguns sujeitos sociais que compõem a sociedade civil organizada de Fortaleza (CE). Ao estudar a atuação desses sujeitos, o autor contextualiza os fatores de formação dos Movimentos Sociais Urbanos, particularmente no contexto espacial da capital cearense, com ênfase a participação da sociedade civil concebendo o espaço-moradia como o local no qual os movimentos se expressam (SILVA, 1986, p. 173).

Temas como segregação, ação coletiva, estruturação urbana e participação coletiva aparecem como elementos balizadores das formulações do autor no que concerne a influência dos movimentos sociais no processo de produção do espaço urbano. Embora não tenha tido o objetivo de realizar um resgate teórico específico das concepções desenvolvidas sobre o tema, especialmente as produções dos autores europeus que tem exercido fortes influências sobre o estudo dos MSUs no Brasil, o autor analisa alguns dos principais temas trabalhados pelos teóricos europeus: a exemplo do valor que é dado ao fator político, acrescentando a inclusão dos movimentos sociais trabalhados enquanto ator político; a luta de classes e sentido de coletividade e participação.

O principal aspecto trabalhado pelo autor que nos instigou a formulação de debates é o fato ter desenvolvido sua pesquisa realizando entrevistas junto a sindicatos, associações, federações e fundações. Embora mencione esses segmentos como movimento popular (SILVA, 1983, p. 204), tais segmentos são concebidos em diversos momentos como exemplos de Movimentos Sociais Urbanos. Com relação à primeira afirmação não encontramos discordância com a concepção que adotamos em nossa análise. Contudo, a divergência emerge a partir do momento em que os movimentos populares selecionados passam a ser concebidos como movimentos sociais (populares ou urbanos).

Se recorrermos ao dicionário da língua portuguesa, não necessitando, portanto, conhecer em profundidade o tema, perceberemos de imediato que os sindicatos, associações, federações e fundações possuem significados comuns uma vez que remetem a um agrupamento institucionalizado, voltado para luta tanto em decorrência de interesses particulares como por interesses de um pequeno grupo (FERREIRA, 2004). Dessa forma, tais segmentos sociais são completamente contrários ao sentido de movimento social e Movimento Social Urbano, especialmente no que diz respeito à concepção que estamos adotando.

Em seu trabalho, o autor não realiza um aprofundamento sobre as diferenças entre movimento popular e movimento social e/ou movimento popular de bairro e movimento social de bairro, o que possibilitaria compreender melhor o que sustenta seus argumentos. Ao contrário, em diferentes momentos, ele trata essas relações como sinônimas. Infelizmente, não tivemos acesso à outra produção do autor a respeito dessa temática, com exceção de exposições orais em palestras e conferências, nas quais contextualiza esse debate enquanto problemática e não como fundamentação teórico-conceitual. Isso não permite afirmar que o posicionamento adotado ainda faça parte das concepções do autor.

Já Marcelo Lopes de Souza tem desenvolvido diversas análises de cunho teórico sobre o tema, embora se utilize de exemplos práticos em sua abordagem. Esse autor tem procurado identificar as características dos Movimentos Sociais Urbanos concebendo-os como uma das expressões dos ativismos sociais de bairro (SOUZA, 1988, 2004, 2006; SOUZA & RODRIGUES, 2004). Ele concebe como aspectos comuns ou legados (palavras do autor) a “conquista de direitos sociais (...), a politização das cidades (...) e a criação de uma margem de manobra para a humanização do urbano” (SOUZA, 2004, p. 193). Em linhas gerais o autor associa esses legados às conquistas de melhorias no equipamento urbano e infra-estrutura, direitos sociais entre outras. Todas estão relacionadas à produção do espaço urbano.

Concordamos com o autor quando este faz, diga-se de passagem, uma leitura geográfica sobre os Movimentos Sociais Urbanos, relacionando-os não apenas as questões de ordem material, conforme mencionada anteriormente, mais as de ordem política (participação nas decisões sobre a produção do espaço urbano); ideológica (luta por justiça social e qualidade de vida, a exemplo da luta pela reforma urbana); e sócio-econômica (luta pelo simples direito à cidade). Em trabalho escrito em co-produção com Rodrigues, o autor considera o que o “paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos constitui-se precisamente a partir da emergência de um padrão de análise das lutas urbanas” tendo como essência o fato de serem sujeitos sociais espontâneos e populares (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 8).

Outro aspecto igualmente positivo na obra do autor é a preocupação em fornecer um arcabouço conceitual sobre a concepção de Movimento Social Urbano segundo uma perspectiva geográfica, a começar pela preocupação em definir as características desse ator social, diferenciando-o de outras formas de atividade pública organizada (ativismos sociais). Para definir esta observação, nada melhor que uma transcrição de uma de suas análises:

[O]s *ativismos sociais* (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os ativismos, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (...), saques e outras; (...) Os *movimentos sociais*, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos ‘paroquiais’. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articula-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar” (SOUZA, 2006, p. 278). <destaque do autor>

Ao longo de suas formulações, o autor busca evidenciar os elementos que diferenciariam os ativismos sociais (urbanos) dos movimentos sociais (urbanos), embora dê uma maior ênfase à análise dos ativismos. Assim, considera sujeitos que realizam suas ações a partir de uma luta de bairros – representada por sujeitos institucionalizados (associações de moradores, sindicatos, etc); de outros que realizam a partir do bairro – com articulações que ultrapassam os limites da cidade (SOUZA, 2006). Nesse sentido, o que Borzacchiello denominou de Movimentos Sociais Urbanos ou de movimentos populares urbanos (associações, sindicatos, federações e fundações), se considerarmos as formulações de Souza & Rodrigues (2004, p. 86), seriam, na verdade, ativismos urbanos.

Com relação a caracterização dos MSUs concordamos igualmente com Souza (2004; 2006) em diversos aspectos, especialmente no que se refere às formas de atuação (influência na produção do espaço urbano) e ao desenvolvimento de estratégias que possibilitem a abertura de novas frentes de atuação sem o risco da cooptação dos membros por parte do poder público.

O ponto de divergência paira no fato do autor conceber o MTST como Movimento Social Urbano. Acreditamos, no entanto, que a dificuldade de ação integrada, fragmentação das atuações e significado adotado para o termo “moradia” se apresentam como fatores complicadores no que se refere ao aceite do MTST enquanto MSU. Vejamos como os próprios autores definem os Movimentos Sociais Urbanos:

“Os movimentos sociais especificamente urbanos são aqueles que, embora estando organizados em torno de questões diretamente vinculados ao espaço urbano como habitação e regularização fundiária, não agem somente na escala de um bairro, de uma rua ou de uma favela, mas buscam agir em escalas mais amplas (na cidade, no país e, às vezes, construindo até conexões internacionais)”

(SOUZA & RODRIGUES, 2006, p. 84 e 85). <destaque do autor>

O primeiro argumento que poderíamos utilizar em contestação da associação do MTST como Movimento Social Urbano parte dos próprios autores quando afirmam que “[h]oje o MTST tem núcleos em várias cidades do Brasil, mas não apresenta uma articulação nacional forte, o que leva os diversos grupos a atuar de maneira não uniforme” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 97).

Se na caracterização anterior o requisito para um movimento ser considerado como urbano é a capacidade de articulação com outros níveis escalares, a dificuldade do MTST conseguir tal articulação e ação conjunta coloca em xeque a consideração do mesmo como tal. Portanto, o fato de estarem presentes nas grandes (e médias) cidades, e em diversas regiões, não é suficiente para classificá-los como um Movimento Social Urbano uma vez que esta presença na quase totalidade espacial não é reproduzida em ações organizadas, integradas e complementares.

Outro aspecto que reforça o argumento é a ausência de mobilizações em torno de ações complementares a conquista dos direitos urbanos. Os próprios autores evidenciam isto ao mencionarem que “[n]ão basta pedir moradias, é preciso lutar contra toda uma série de processos que reproduzem as desigualdades sociais nas cidades, pois, além da luta pela moradia, é preciso lutar também por infra-estrutura, por emprego, por saúde...” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 98).

O fato é que o MTST é formado por sujeitos sociais que, em sua maioria, são trabalhadores atuantes no comércio informal. Assim, necessitam da conquista de residência no centro da cidade, próximas ao local de trabalho ou de fácil acesso. Eles têm como principal objetivo de luta a conquista de um teto (habitação).

Portanto, embora debatam e usem em seus discursos palavras em menção a necessidade de por fim ao capitalismo e a política neoliberal, ou ainda pela implementação da reforma urbana ou da

política fundiária, são sujeitos sociais que na prática se expressam apenas na conquista da habitação uma vez que não buscam se aprofundar em outras questões inerentes à sobrevivência no meio urbano.

Nesse contexto, concordamos que os movimentos dos sem teto existentes nas cidade corresponderiam ao que Marcelo Lopes compreende como uma expressão de ativismo urbanos. Porém, o MTST, ao limitar suas demandas na conquista por uma habitação (o teto) sem relacionar a continuidade da luta e a própria expressão da amplitude da luta (acessibilidade, equipamentos urbanos, infra-estrutura etc) de forma a produzir uma repercussão social no urbano, não poderia ser considerados como Movimentos Sociais Urbanos.

O que está sendo colocado em questão é o entendimento das concepções de moradia, território e função urbana que se pode perceber a partir das ações dos sem-teto. Isso, no entanto, não significa que não reconheçamos a forte presença que o mesmo exerce dentro da cidade o que nos remete a pensarmos na existência de **movimentos sociais da cidade** sendo o movimento dos sem teto um desses movimentos uma vez que eles se apropriam da cidade (?).

De fato, ao defenderem a luta por moradia enquanto sinônimo de habitação (conquista do teto) o MTST não consegue apreender a amplitude da necessidade social relacionada a questão da habitabilidade: moradia enquanto sinônimo de justiça social e qualidade de vida. Os membros desse movimento ocupam, normalmente, prédios e terrenos vazios. Com a conquista desses espaços-residência não existe uma continuidade na luta pelos direitos sociais que possibilitem uma condição digna de sobrevivência uma vez que essa luta passa a ser expressa por outras representações: ONG's, associações de moradores, amigos do bairro, clube de mães, pastorais, etc. Assim, a bandeira de luta, apesar de está volvida com discursos sobre a situação política, econômica e social, não reproduz mudanças práticas na situação política, econômica e social dos moradores que passam a habitar no espaço conquistado.

Outro aspecto importante está relacionado à própria compreensão de território. O MTST concebe o prédio ou terreno conquistado como espaço de moradia (habitação), voltando-se para problemas endógenos dos espaços ocupados e não do seu entorno. Assim, limitam-se a apropriação do território e não na sua produção como espaço reorganizador das funções urbanas. A preocupação do movimento estaria, portanto, voltada para se conquistar a habitação de forma a facilitar o acesso das pessoas ao centro urbano, particularmente o comercial, e não de conseguir, a partir dessa conquistas, impactos na própria dinâmica urbana. Isso explica a desaprovação da sociedade, pois o que expressa no social (culpa, particularmente da mídia) são, para eles, ações de pessoas invasoras do bem privado e público, em sua maioria composta por favelados, baderneiros ou micro-especuladores que, após a conquista, passam a negociar o bem conquistado.

Já os movimentos de luta por moradia, por exemplo, entendem o termo “moradia” em seu sentido amplo: condições de habitabilidade. Eles expressam suas ações como pessoas que lutam pela conquista de condições dignas de moradia. Ao produzirem territórios passam a lutar pela conquista dos seus direitos sociais (infra-estrutura, equipamentos urbanos), ou seja, justiça social e qualidade de vida.

Outro elemento que sustenta o argumento posto está relacionado ao fato de que o MTST, assim como outros ativismos de bairro, não se preocupa com a função urbana. Ao conquistarem a moradia (habitação) não existe um desdobramento do interesse pela conquista das renovações dos direitos sociais urbanos, embora incluam em seus discursos temas como a reforma urbana e a luta pela confirmação da função social das habitações. Assim, não existe a preocupação com reivindicações do tipo: direito à mobilidade urbana; direito às funções urbanas. Ao contrário, as atuações desses sujeitos são localizadas (apesar de realizarem debates amplos sobre a conjuntura política, econômica e social do país), sem repercussões em outras esferas e escalas do espaço urbano.

Da mesma forma que o MST (movimento que inspirou a formação de movimentos de trabalhadores no espaço urbano), o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto possuem uma expressão espacial uma vez que está presente em diversas localidades e escalas. Ambos produzem território (FERNANDES, 2005).

O elemento diferencial estaria no seguinte fato: enquanto o MST luta politicamente pela reforma agrária através de ocupações territoriais e luta pela conquista de um conjunto de direitos que possibilitem condições adequadas de sobrevivência (acompanhamento técnico, garantia de mercado através do cooperativismo, reconhecimento da posse e das funcionalidades espaciais, entre outros), o MTST luta politicamente por uma reforma urbana de cunho mais ideológico uma vez que as ocupações e reivindicações não são direcionadas para conquista de benfeitorias urbanas que garantam as condições de habitabilidade. Assim, entendemos que o MTST ocupa o espaço ao se apropriar do território uma vez que não exerce grandes influências no ordenamento urbano.

Com isso chegamos ao debate sobre as contribuições de Fernandes (2001, 2005) que ao estudar o MST tem articulado argumentos de forma a sustentar à tese de que existem movimentos socioespaciais e movimentos sócioterritoriais. A ênfase a esta distinção, de acordo com o autor, parte do princípio de que existe uma fragilidade por parte dos geógrafos em utilizar o conceito de movimento social tendo em vista a dificuldade de expressar a natureza geográfica da expressão desses sujeitos sociais.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a

partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos. Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. (FERNANDES, 2005, p. 30).

O autor sustenta seus argumentos no entendimento de que “as relações e as ações acontecem no espaço (...) em todas suas dimensões: social, político, econômico...” (FERNANDES, 2005, p. 30). Assim, numa leitura geográfica da ação desses sujeitos sociais a compreensão da produção do espaço e territórios se apresenta como algo imprescindível. Para o autor, todos os movimentos se expressam espacialmente (são, nas palavras do autor, socioespaciais). Entre esses movimentos existem aqueles que produzem o espaço político, deixando suas marcas nas redefinições espaciais, ou seja, produzem territorialidades e desterritorialidades. Tais movimentos teriam, portanto, o território (espaço produzido) como trunfo, uma vez que se apresenta como elemento fundamental para sua sobrevivência (FERNANDES, 2005). A estes, o autor definiu como sendo sócioterritoriais.

Para Fernandes (2005) tais movimentos se expressam de forma isolada, termo este que compreendemos como significado de ação fragmentada; e de forma territorializada ao produzir conexões multiescalares, desenvolvendo redes capazes de fomentar as suas estratégias políticas de territorialização. O MST seria o exemplo de movimentos sócioterritoriais atuantes no campo, enquanto na cidade seriam os movimentos dos sem-teto.

Movimentos (sócioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito. Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem fomentam a sua

territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. (FERNANDES, 2005, p. 32).

No que refere as proposições do autor, reconhecemos a importância de suas formulações para o desenvolvimento de uma abordagem geográfica dos movimentos sociais. Contudo, a falta de uma produção mais abrangente sobre as concepções trabalhadas pelo autor, especialmente no que se refere ao embasamento teórico que o levou a tais distinções, impossibilita uma leitura mais profunda sobre suas concepções. Isso, no entanto, não desmerece os avanços que vem sendo obtido a partir dos diversos ensaios publicados. Outro aspecto importante é o fato do autor considerar os movimentos dos sem-teto como movimentos sócioterritoriais atuantes na cidade, sem particularizar cada movimento da mesma forma como fez para os movimentos sócioterritoriais atuantes em espaços rurais (SILVA & FERNANDES, 2005).

Sem-teto é uma denominação destinada a identificar aglomerados de pessoas que não possuem uma residência para moradia, as quais estão organizadas em associações, fundações, movimentos sociais, entre outras. Entre esses movimentos que lutam por habitação, o MTST vem ganhando um destaque devido a sua presença em diversas escalas, embora sem promover ações conexas. Para o autor, tais movimentos se expressam, portanto, de forma isolada uma vez que buscam conquistar o território de moradia sem se preocuparem com as relações com o urbano. Assim, estariam mais enquadrados como movimentos populares.

Essas observações são complexas e necessitam de um maior aprofundamento analítico, o que obviamente não faz parte dos nossos objetivos nesse texto. O fato é que concordamos com a existência desses movimentos que expressam suas ações redimensionando as

configurações do espaço urbano. Tais movimentos seriam os de luta por moradia cuja bandeira (discurso-prática), além de ter a conquista do território como objeto, voltam-se para as questões urbanas, especialmente as que dizem respeito à conquista dos direitos sociais à cidade: justiça social e qualidade de vida.

Com base em tais reflexões, acreditamos que o leitor já possua as informações básicas, mesmo se não as considerar suficientes, para compreender as relações entre a atuação dos Movimentos Sociais Urbanos e suas influências no processo de produção e formação socioespacial.

2. Elementos da formação socioespacial da cidade de João Pessoa

"Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas." (LEFEBVRE, 2001, p. 46 e 47)

Mais do que passar a conotação de que a cidade deve ser observada como um “organismo vivo”, a epígrafe remete a pensá-la em sua essência: espaço construído pelo ser humano (CARLOS, 2001) tendo, portanto, uma existência histórica (LEFEBVRE, 1999) pautada em uma função de mediação entre uma “ordem próxima” e uma “ordem distante”, conforme mencionado por Lefebvre (2001, p. 46).

A esta “ordem próxima” o autor associa o fato da cidade ser observada como projeção da história das relações sociais dos indivíduos ou grupos que a compõem, os quais estariam constantemente influenciados por uma ordem mais distante, delineada pelas instituições que as representam e constituída pelos fatores externos que condicionam as próprias ações desses grupos, ou seja, aqueles que modificam o papel de cada um ao longo do tempo.

Os elementos da formação socioespacial em uma cidade correspondem, portanto, a uma relação dialética (contraditória e complementar) entre as práticas efetivadas pelos grupos sociais e a própria influência dos elementos econômicos, políticos e ideológicos que se apresentam externos a esta realidade, embora conduzam a sua existência⁷. No Brasil, isto se encontra diretamente relacionado aos diversos momentos de avanço e predomínio do capitalismo.

A formação socioespacial de uma cidade pode ser, assim, compreendida a partir de uma leitura das interferências dos diversos

⁷ Além desses três elementos (econômico, político e ideológico) a cultura exerce uma influência significativa na formação socioespacial, seja por se caracterizar como “potencial técnico de comunidades humanas” no uso e mudança dos seus habitats (WAGNER & MIKESELL, 2000, p. 121 e 122); seja devido ao seu papel enquanto “co-produtora da realidade que cada um percebe e concebe” (MORIN, 2005, p. 25). Contudo, em decorrência da complexidade da leitura geográfica desse termo (cultura), o que demandaria um maior aprofundamento analítico e a formulação de um arcabouço teórico complementar, além dos nossos próprios limites em analisar as diversas e possíveis expressões geográficas desse tema, optou-se por deixar a futuras pesquisas que busquem analisar a influência desse elemento na produção social do espaço urbano através da atuação dos movimentos sociais urbanos.

fatores (forma, estrutura, função e processo) que a constituem. Tais fatores, embora algumas vezes conflitantes, são complementares, uma vez que são originados a partir da atuação dos diversos sujeitos sociais entre os quais os movimentos sociais urbanos.

A cada movimento social, possibilitado pelo processo de divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre a divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial (...). A divisão interna do trabalho nos mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções são obrigadas pelas formas preexistentes ou novas (SANTOS, 2005, p. 60 e 61).

Tais ações trazem significados não apenas na ordem estrutural (CASTELLS, 2000), mas também ideológica uma vez que a relação espaço-tempo é apresentada como a articulação entre as mesmas. Nessa perspectiva, a compreensão da formação urbana ultrapassa as limitações deixadas pelas concepções que advogam uma leitura apenas de suas formas ou daquelas que defendem a leitura de suas estruturas, passando a ser produto da relação entre ambas, uma vez que são decorrentes de uma superposição das ordens próximas e distantes.

A forma, por exemplo, tem sentido se for apreendida como consequência de um valor social fornecido a ela em um dado período sendo, portanto, reflexo de uma dada estrutura social (SANTOS, 1985). No sentido de evitar a análise da formação social a partir de uma seqüência diacrônica sustenta-se a necessidade de proporcionar a leitura da cidade a partir de uma superposição das práticas socioespaciais (ordem próxima) e dos fatores conjunturais (ordem distante) externos a essa realidade (LEFEBVRE, 2001).

No espaço urbano esses fenômenos convergem constituindo a organização espacial como produto de um relacionamento mútuo entre a sociedade, representada por seus diversos segmentos, e a dinâmica espacial no qual se expressam geograficamente. Com base nesta relação

se evidenciam as constantes transformações em suas formas, estruturas e funções (SANTOS, 1985), a partir da própria relação dialética de seus elementos constituintes: ação e reação; estratégias e táticas; produto e produção.

No caso das cidades brasileiras poderíamos fazer uma analogia com os três momentos históricos de organização de território da América Latina: o primeiro indo até o início do segundo período da segunda revolução industrial; o segundo indo até o fim da Segunda Guerra; e o terceiro que ocorreria até o período atual, conforme evidenciado por Santos (2005, p. 89).

No que diz respeito a João Pessoa, tem-se, assim, uma fase pouco urbanizada pautada nas relações de exportação com a Europa; uma segunda fase influenciada pelo modelo de urbanismo americano (cidades funcionais) segundo as quais se evidencia uma formação espacial planejada e, finalmente, uma terceira, mais atual e complexa, na qual se superpõem o controle do poder público e a progressiva participação de outros sujeitos sociais. Embora os MSUs estejam presentes nas três fases, é nesta última que eles emergem como “atores sociais” preocupados inicialmente com o fim da espoliação urbana (década de 1970 e 1980) e depois pelo direito à cidade.

O fato é que a cidade apresenta uma característica singular: ao mesmo tempo em que é produto de fatores que influenciaram na sua ocupação e localização, especialmente os geográficos, similares aos evidenciados em outras cidades litorâneas, possui uma organização espacial na qual se destaca pelo “atraso” na realização de ações significativas, especialmente no que se refere à sua formação urbana. Isto se deve às próprias estratégias políticas que coordenaram tal processo, tanto no que diz respeito à difusão da infra-estrutura e equipamentos urbanos, como no que se refere à participação tardia das mobilizações sociais no processo de formação socioespacial, conforme será observado no próximo capítulo.

Embora isto seja mais evidenciado a partir da década de 1970, período em que se percebe um novo papel das prefeituras no

ordenamento urbano assim como a ascensão dos movimentos sociais e organizações populares, a compreensão da formação socioespacial de João Pessoa remonta ao próprio período do estabelecimento do seu sítio (AGUIAR & MELLO, 1985). Isto, por sua vez, está diretamente relacionado a fatores de localização espacial e relações sociais dos sujeitos sociais que participaram do processo de produção do espaço urbano da cidade.

Para se compreender a dinâmica evidenciada no espaço urbano pessoense é inevitável a inclusão de dois elementos que se apresentam como alicerces da atual estrutura urbana da cidade. Estamos nos referindo ao processo histórico da formação socioespacial, o qual é caracterizado principalmente pelos elementos físico-naturais, e à atuação do poder público na promoção do desenvolvimento urbano da cidade.

Destaca-se, ainda, o próprio papel desempenhado, ao longo do tempo, pela cidade. Por um lado, a influência de Recife (PE), especialmente econômica, impossibilitou uma participação mais efetiva da cidade no contexto de desenvolvimento do Nordeste Oriental. Por outro lado, a modesta participação dos diversos segmentos da sociedade assim como a dificuldade da cidade em potencializar o desenvolvimento urbano dos municípios limítrofes, impossibilitou a consolidação de um espaço metropolitano similar aos encontrados em outras áreas que tem a cidade capital como sede.

Os elementos responsáveis pela formação socioespacial da cidade de João Pessoa estão representados por três fatores: a) a formação histórica da cidade e a construção de sua identidade; b) a relação entre planejamento e gestão urbanos na produção da cidade; e c) os fatores que influenciaram em limitações no seu desenvolvimento urbano numa tentativa de descobrir que se encontra, efetivamente, por trás do discurso.

No primeiro caso, a cidade é observada a partir de três eventos principais: a) a sua localização e forma de ocupação que, ao contrário de outras capitais litorâneas, ocorreu a partir do continente e só depois seguiu em direção à orla marítima; b) as políticas desenvolvidas na metade do século XX; e c) o estímulo à participação popular após a década de 1970. Já no segundo caso, este processo é observado a partir

das estratégias de desenvolvimento, analisadas pelas propostas de planejamento e suas repercussões no espaço urbano de João Pessoa. Finalmente, a formação socioespacial é observada como consequência dos limites postos ao próprio desenvolvimento urbano da cidade, os quais são decorrentes dos diversos elementos conjunturais (econômico, político e ideológico) coordenados pela ordem próxima (sujeitos sociais) e ordem distante (influência capitalista).

2.1 Fatores da formação do espaço urbano de João Pessoa: em busca de uma identidade.

O processo de formação da cidade de João Pessoa foi significativamente influenciado por uma diversidade de fatores sócio-econômicos, políticos e ideológicos, produzidos tanto por consequência das relações sociais inerentes ao contexto urbano da cidade, como em decorrência das próprias relações de produção. Estas, ao longo dos anos, foram sendo modificadas por conta da dinâmica regional na qual a cidade encontrava-se inserida.

Ao contrário do ocorrido com outras capitais do Nordeste Oriental, João Pessoa teve sua organização espacial iniciada a partir do continente indo, tardiamente, em direção ao litoral, e sendo fortemente influenciada pelos elementos físico-naturais (relevô colinoso) que serviram de proteção contra os ataques indígenas.

a cidade desenvolveu-se num sítio colinoso à margem direita do Rio Sanhauá e sua parte mais baixa foi ocupada pelas atividades de comércio. Na sua porção mais alta, localizaram-se órgãos administrativos, culturais, religiosos e prédios residenciais de padrão alto. Esta ocupação permaneceu aos anos de 1855, havendo depois expansão da cidade em direção ao litoral e ao sul. Nos demais sentidos (norte e oeste) existem os obstáculos formados pelos rios, marés e mangues, que naquela época, representavam entraves mais sérios à expansão urbana (AGUIAR & MELLO, 1985, p. 50).

Este fator de localização do seu sítio geográfico acabou delineando os próprios desdobramentos e contrastes de sua configuração espacial, especialmente no que diz respeito a sua função e a sua configuração territorial, os quais são ressaltados como conseqüências de estratégias e táticas de seus sujeitos sociais.

Uma das conseqüências foi justamente a sua própria denominação⁸. Ao contrário de outras capitais nordestinas, o fator político se configurou como elemento predominante de sua designação. A exceção foi o período em que a mesma foi concebida como Parahyba, entre o final do século XIX e meados do século XX (AGUIAR e MELLO, 1985), quando os fatores físico-naturais prevaleceram.

No contexto da organização espacial, isto representa a influência política sobre os valores e condutas da maior parte da população, "atrofiando" a criação de identidades com a cidade assim como a difusão de posturas ideológicas contrárias e reivindicadoras.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que, em decorrência de um decreto do rei de Portugal, preocupado em consolidar o domínio português no norte do país (HONORATO, 1999), João Pessoa já surge como cidade não passando, assim, por outras formas de organizações espaciais (burgo, vila, aldeia etc.) como ocorreu com outras capitais (AGUIAR & MELLO, 1985), o que a caracteriza como a terceira cidade mais antiga do Brasil (AGUIAR, 2002)⁹.

⁸ Ao longo dos séculos, além da atual denominação em homenagem a João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, líder político assassinado em Recife (PE), em 1930, a cidade recebeu as seguintes denominações: Filipéia de Nossa Senhora das Neves, primeira denominação originada em homenagem à padroeira e, principalmente, ao rei Felipe II da Espanha; Frederica, quando da ocupação holandesa, em homenagem ao monarca holandês (Frederico); e Parahyba, em homenagem ao marco zero de sua fundação, rio Sanhauá, afluente do Paraíba (AGUIAR & MELLO, 1985).

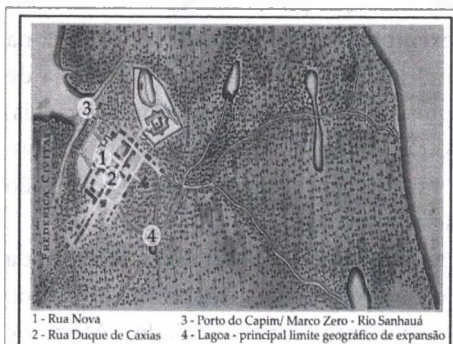
⁹ As outras são Salvador (1549) e Rio de Janeiro (1565). É importante deixar evidenciado que sua origem como cidade não significa sua classificação como a terceira ocupação urbana mais antiga, ou seja, é a terceira cidade mais antiga, mas não o terceiro burgo mais antigo (HONORATO, 1999).

Isto explicaria a pouca expressividade ou atividades incipientes dos sujeitos organizados (ONGs, movimentos sociais, ativismos sociais etc.). Por outro lado, aspectos históricos que poderiam ter sido inseridos no imaginário da população, a exemplo da forte influência indígena na delimitação territorial, foram deixados de lado pela própria história de sua formação espacial ou são apresentados como de menor relevância. Assim sendo, João Pessoa passou a desenvolver, nos seus habitantes, valores e identidades criadas mais uma vez por fatores que não condizem com sua natureza espacial.

Como exemplo disso, pode-se mencionar o título de segunda cidade mais verde do mundo, o qual é vendido e reproduzido como elemento de identificação da população com a cidade. Além de inverídico, uma vez que existem no mundo várias cidades que poderiam ter esse título, slogans como esse reforçam influenciam no tipo de imagem de cidade que é criada para o pessoense. Já o fato de ter tido seu marco zero às margens do rio Sanhauá ao invés da orla marítima como era comum às cidades marítimas, pouco é difundido e utilizado por parte dos sujeitos sociais responsáveis pelo processo de sua formação espacial.

Um outro elemento que influenciou na atual configuração espacial da cidade de João Pessoa foi justamente a demora da mesma em expandir o seu limite territorial. Até praticamente o final do século XIX e meados do século XX, a cidade de João Pessoa teve seus limites restritos ao sítio de sua fundação (**Figura 4**).

Figura 4: Ocupação territorial: João Pessoa no século XIX



Início da ocupação da atual cidade de João Pessoa “Frederica Civitas”. Ao contrário de outras cidades litorâneas, João Pessoa tem seu marco zero às margens do rio Sanhauá estendendo-se em direção leste de terrenos mais elevados. O traçado da ocupação inicial era restrito as duas principais ruas: atual Rua Nova (1) e Duque de Caxias (2) e as lagoas (4) e elevados eram compreendidos como um “limite geográfico de expansão”.

Até este período, os seus usos e dinâmicas ainda eram significativamente rurais (AGUIAR, 2002), e tinha como setor de maior dinamismo as terras baixas do Varadouro, aonde foi estabelecido e dinamizado o comércio, e as áreas mais altas onde foram estabelecidos os principais edifícios administrativos (AGUIAR & MELLO, 1985) e localizadas as residências da população com melhor poder aquisitivo. Tais espaços eram precariamente conectados por ruas ainda sem asfalto e tracejadas de forma irregular.

Poucas eram as ruas calçadas e a ocupação do espaço urbano era descontínua, ficando frequentemente, entre os prédios, grandes intervalos desabitados. As casas residenciais eram modestas, segundo a arquitetura típica das residências coloniais e despidas de muitos dos básicos necessários a prédios urbanos destinados a moradias (...). Logo depois do centro iniciavam-se os sítios, alguns deles com vários hectares, o que bem demonstra a origem rural da urbe e que perduraria por todo o século XIX (...). Os edifícios públicos eram poucos, carentes e inadequados (AGUIAR & MELLO, 1985, p. 75).

As políticas destinadas às melhorias no ordenamento urbano, além de serem restritas às principais ruas da época, eram predominantemente voltadas para beneficiamento de parte da população economicamente mais favorecida uma vez que os mais pobres encontravam-se residindo em pequenos casebres (AGUIAR & MELLO, 1985) ou em pequenos sítios localizados no setor periférico da área central, embora os hábitos rurais fossem comuns a todos.

Devido à ausência de infra-estrutura, a saúde constituía-se como um dos principais problemas da vivência urbana na cidade, especialmente por conta de diversas doenças epidêmicas, a exemplo da febre amarela. Isto se deve ao fato de que, nesse período, João Pessoa não passava de um ponto estratégico para escoamento da produção açucareira assim como ocorreu com outras ocupações litorâneas que, até meados do século XX, eram limitadas a meras reprodutoras da força produtiva impostas pelo sistema capitalista colonizador, caracterizado pelas imposições mercantilistas de cunho absolutista.

Esta condição foi predominante até as primeiras décadas do século XX, embora em proporções menores tendo em vista as ações públicas realizadas durante o início desse século, especialmente no que diz respeito à urbanização dos principais espaços públicos, os quais eram representados pelas principais ruas (Nova e Direita), o Ponto dos Cêmeris, principal espaço de encontro da burguesia emergente, e o espaço da Bica e fontes localizadas em todo o emergente perímetro urbano.

Contudo, a cidade permanecia dependente de Recife, tanto no âmbito econômico, relações de entrada e saída dos produtos produzidos e comercializados, uma vez que "ir a Recife ainda significava um sonho ou necessidade mais premente" (AGUIAR & MELLO, 1985, p. 257) como no que se refere à forte influência política e ideológica da capital pernambucana, relacionada especialmente aos hábitos urbanos que em Recife já se encontravam fortemente consolidados. Este momento marca a primeira grande transformação urbana (hábitos sociais) vivida pela sociedade pessoense o que permite, igualmente, formular o primeiro recorte sobre a formação socioespacial pautado nos seguintes fatores conjunturais:

- a) **Econômicos** - representados pela dependência direta da economia pernambucana e adoção, como estilo de vida, de hábitos e valores norte-americanos que começavam a se infiltrar no estilo de vida do cidadão. Contudo, os hábitos rurais ainda se faziam presentes no próprio meio urbano tanto na produção agrícola como na criação de animais (AGUIAR, 2002).
- b) **Políticos** - representado pela dificuldade de se criar ações que propiciassem uma mudança efetiva na qualidade de vida do cidadão; atraso na expansão do perímetro urbano; e participação efêmera da população no debate político, pelo menos até a morte de João Pessoa (1930) que serviu de estopim para a primeira grande mobilização popular (AGUIAR & MELLO, 1985);
- c) **Ideológico** - a sociedade mantinha presa a si valores patriarcais que não mais se adequavam aos valores que deveriam ser adotados por uma sociedade urbana. Assim, desenvolviam hábitos rurais por não conseguirem se adaptar as normas, especialmente higiênicas, que passavam a fazer parte da política desenvolvida pelo poder público.

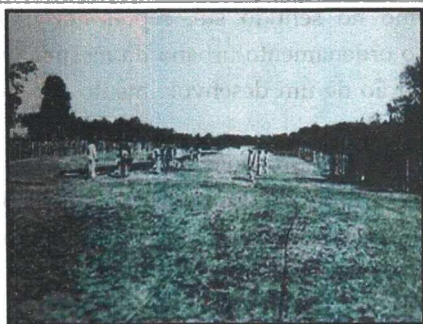
A partir da década de 1930, com a morte do presidente (governador) João Pessoa, a política desenvolvida para a cidade passou a ser direcionada à busca pela melhoria das condições de vida da população. Foram, então, criadas diversas obras de melhoramento urbano, especialmente as relacionadas à melhoria na coleta de esgoto (canais pluviais) e criação de residências, além do asfaltamento, iluminação pública, abastecimento d'água e serviços públicos em geral.

Em decorrência do aumento significativo da pobreza, devido ao aumento do número de imigrantes oriundos do interior do Estado assim como a falta de emprego, as condições de vida começaram a se configurar como uma das principais preocupações dos administradores públicos. Isso se deve ao fato de serem pressionados pela população, especialmente as que possuíam uma situação econômica estável e que já

tinha enraizado hábitos de condutas que não mais possibilitavam a vivência em conjunto com a população mais pobre. Emerge daí uma das primeiras e mais significativas mobilizações sociais expressas na nova denominação da cidade que passa a ser chamada de João Pessoa em decorrência do aceite popular aos ideais políticos do ex-governador.

Apesar disso, a morfologia urbana permaneceu quase que imutável até praticamente a metade do século XX, com exceção de algumas ações de “reforma” urbana, que deram início ao processo de descentralização espacial, a exemplo da revitalização do Parque Sólon de Lucena, na década de 1940, e da abertura da Avenida Epitácio Pessoa (Figura 5), na década seguinte (AGUIAR, 2002).

Figura 5: Expansão da Avenida Epitácio Pessoa: início do século XX



Início das obras para abertura da via que ligasse a cidade ao litoral (século XX). O significado das obras representa dois elementos vitais à compreensão da estruturação urbana da cidade: a) O avanço, em definitivo, rumo ao litoral; b) Uma das principais obras dos planos desenvolvidos no século XX.

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa. s/d

Com a abertura da Epitácio Pessoa são criados, em acréscimo aos bairros existentes nas primeiras décadas do século XX (Roger, Torre, Tambiá, Jaguaribe e Cruz das Armas), mais oito bairros (Expedicionários, 13 de maio, Miramar, Bairro dos Estados, Tambauzinho, Cabo Branco, Tambaú e Manaíra), os quais são ocupados, principalmente, por uma população com melhor poder aquisitivo.

Os bairros localizados no centro passaram a servir de moradia para os comerciantes e para a população de menor poder aquisitivo. É evidenciado, nesse contexto, o primeiro processo de segregação espacial

uma vez que pobres e ricos passaram a ter uma separação espacial bem definida.

Esta distribuição espacial não se configura como um elemento totalmente negativo para a população mais pobre uma vez que a proximidade com o centro urbano, especialmente para exercício da atividade comercial, favorecia sua mobilidade. O problema reside, portanto, no adensamento urbano e na falta de políticas voltadas para melhoria da infra-estrutura, além da ausência do fornecimento de equipamentos urbanos que possibilitassem uma melhoria na qualidade de vida (escolas, serviços hospitalares etc.) do pessoense.

No âmbito da forma urbana, a ocupação do leste da cidade, indo tanto no sentido norte como no sentido sul, representa uma “ruptura” na forma de se pensar o ordenamento urbano da mesma, ou seja, a negação do rio e a visualização de um desenvolvimento urbano voltado para o mar.

Neste momento, o crescimento urbano passa a ter como referencial o planejamento espacial, no qual se evidenciavam os traçados geométricos de ruas e quadras e a definição das funções dos bairros emergentes, especialmente no que se refere ao âmbito econômico e estratégico.

Os planos de desenvolvimento urbano traçados por Saturnino de Brito em meados do século XX foram retomados pela administração pública que passou a advogar um crescimento com vetores de expansão bem definidos. Em contraposição a este ordenamento planejado, evidenciava-se um centro urbano cada vez mais degradado, ocupado por uma população pobre e traçados urbanístico complexos, relicário de um período ainda colonial.

A reforma da faixa litorânea da cidade, com a locação de equipamentos urbanos, infra-estrutura, especialmente as relacionadas ao saneamento, e empreendimentos privados como o Hotel Tambaú, os quais representaram a origem turística do litoral pessoense, são

considerados como um elemento estratégico na formação socioespacial de João Pessoa.

O “pensar” a cidade passou, dessa forma, a ser compreendido pela preocupação com os valores morais (difusão de uma nova conduta de vivência social); estéticos (predomínio de objetos padronizados e visivelmente agradáveis, incluindo aí ruas e avenidas com traçados bem definidos, casas etc.) e espaciais (necessidade de se efetivar uma segregação espacial e separação entre os ritmos e formas de conduta social).

Isto pode ser considerado como um dos indicadores capazes de explicar o fato dos movimentos sociais urbanos terem sua sede no centro da cidade, afastados, assim, tanto do setor este-sudeste (litorâneo) provido de infra-estrutura e equipamentos urbanos, como do setor centro-oeste que possui maior demanda por tais serviços.

Um aspecto positivo está relacionado ao fato da preocupação com a preservação dos condicionantes paisagísticos litorâneos através da inibição legal para a verticalização das edificações localizadas na orla marítima. Com isso, João Pessoa conseguiu articular bem a necessidade de estruturação da orla marítima com a preservação do cenário paisagístico característicos do litoral nordestino.

Durante os anos de 1970, fatores externos relacionados à migração provocada pela seca no semi-árido e à atração pelo parque industrial emergente, assim como os próprios contrastes internos inerentes as disparidades socioespaciais, são responsáveis por uma nova fase do ordenamento urbano da cidade: um centro voltado para o comércio e administração pública; um setor litorâneo voltado para residência de uma população com maior poder aquisitivo; um setor meridional criado para comportar parte da classe média; e uma porção oeste onde se encontra localizada parte da população com menor poder aquisitivo.

Quanto aos imigrantes, oriundos predominantemente dos municípios interioranos, na medida em que não conseguiram se encaixar

em nenhum desses quadrantes, a maior parte foi se agrupando junto à população excluída criando, com isso, as diversas áreas de aglomerados subnormais, os quais se espalharam no centro da cidade em uma circunferência que abrange o perímetro urbano, com exceção do leste e do sul, este último apresentando um vazio urbano. A exceção foram aqueles que possuíam familiares residindo em João Pessoa ou que chegavam à cidade já com um emprego estabelecido.

Os MSUs surgem e se desenvolvem justamente neste momento em que as disparidades sociais começam a ficar mais evidenciadas. O processo de favelização associado aos problemas urbanos que passam a fazer parte da realidade socioespacial da cidade no final da década de 1980, e mais ainda durante a década de 1990, se apresentam como elementos motivadores da consolidação dos movimentos sociais urbanos cujo interesse e espacialização passa a corresponder com a própria distribuição espacial.

Diante do exposto, entre as décadas de 1970-1990, a cidade de João Pessoa apresentava, em sua configuração urbana, uma divisão socioespacial alicerçada em pelo menos setes frentes (**Mapa 1**):

Em acréscimo ao que se pode ser observado no mapa essas frentes possuem as seguintes características:

um **setor leste** voltado para o turismo, ocupado por parte da população com maior poder aquisitivo que, embora "limitado" por dois elementos físico-naturais - o rio Jaguaribe ao norte e a falésia morta ao sul - é altamente freqüentado e dinâmico devido a três principais corredores de acesso: os corredores norte, oeste e sul. O corredor norte, que corresponde à Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho (Retão de Manaíra), possibilita o acesso às praias de Manaíra, Bessa e Tambaú, a partir da BR 230 e pela Avenida Desembargador B. Menezes, é a principal opção para quem vem do Rio Grande do Norte, do interior do Estado da Paraíba e até mesmo do centro comercial e histórico da cidade em direção a cidade de Cabedelo (ao norte), ao pólo turístico

MAPA 1

Lista dos bairros

01 Aereolabe	36 João Agripino
02 Água Fria	37 João Paulo II
03 Altiplano Cabo Branco	38 José Américo
04 Alto do Céu	39 Marizani
05 Alto do Marim	40 Mandacaru
06 Anatólia	41 Mangabeira
07 Bairro das Indústrias	42 Miramar
08 Bairro dos Estados	43 Mucumagum
09 Bairro dos Ipês	44 Mumbaba
10 Bancelião	45 Mussurel
11 Barra do Gramame	46 Orlatório
12 Betas	47 Paratibe
13 Biribaú	48 Padre Zé
14 Cabo Branco	49 Padre Gandim
15 Castelo Branco	50 Penha
16 Centro	51 Planalto Rio Esperança
17 Cidade dos Colibris	52 Ponta do Seabra
18 Costa do Sol	53 Postal de Sol
19 Costa e Silva	54 Rangel
20 Cristo Redentor	55 São José
21 Cruz das Armas	56 Tamariz
22 Cuiá	57 Tambauzinho
23 Distrito Industrial	58 Tumbá
24 Erand Sátiro	59 Torre
25 Ernesto Galaf	60 13 de Maio
26 Expedicionário	61 Trinta e Seis
27 Funcionário	62 Valentina Figueiredo
28 Gramame	63 Varadourum
29 Groião	64 Varjão
30 Ilha de Bispo	
31 Iguaribe	
32 Jd. Cidade Universitária	
33 Jd. Oceania	
34 Jd. São Paulo	
35 Jd. Venosa	

LEGENDA

- 01 - Concentração populacional de alto poder aquisitivo,
- 02 - Expansão limitada por fatores físico-naturais: ocupação de baixo poder aquisitivo
- 03 - Sítio Histórico ocupado, principalmente, por comerciantes,
- 04 - Ocupação por loteamentos: população de médio poder aquisitivo;
- 05 - Áreas de expansão urbana
- 06 - aglomerados subnormais

As áreas mais antigas (norte e oeste) são ocupadas pela população de baixo poder aquisitivo, enquanto as áreas dos setores leste e sul (mais novas e planejadas) são ocupadas por uma população de médio a alto poder aquisitivo. O setor sul ainda se configura como uma área de expansão sendo, portanto, uma área de forte interesse por parte dos atores sociais.



Praia do Jacaré, ao Shopping Manaíra etc. O segundo corredor (o oeste) corresponde às Avenidas Senador Ruy Carneiro e Presidente Epitácio Pessoa, principais acessos para as pessoas que vêm do centro da cidade e demais bairros periféricos em direção à orla marítima de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra que compreendem as principais faixas do turismo litorâneo pessoense. Finalmente, o corredor sul (Estrada da Penha) corresponde ao principal acesso das pessoas que vêm de Pernambuco e Rio Grande do Norte (BR 101), do interior do Estado da Paraíba (BR 230) e de outras áreas periféricas da cidade de João Pessoa em direção à praia de Cabo Branco e ao Pólo Turístico Ponta do Seixas, além de se constituir como um dos principais acessos as praias do litoral sul de João Pessoa (PB 008) e da Paraíba. Conforme pode ser observado no mapa a seguir (**Mapa 2**), as principais áreas de atuação dos MSUs de João Pessoa estão próximas ou margeiam esses corredores, o que facilitaria o acesso dessa população aos espaços públicos e ao litoral, se o sistema de transporte público fosse de fato eficiente no atendimento das demandas dessa população pobre.

- 2) **Um setor norte limitado pelo rio Sanhauá ao norte**, o que inviabiliza a expansão urbana e ocupações populacionais que sobrevivem em meio a fortes problemas estruturais. Por se tratar de uma das áreas mais antigas da cidade e devido às próprias dificuldades de infraestrutura e equipamentos urbanos, corresponde a uma das principais áreas de atuação dos Movimentos sociais urbanos.

- 3) **Um centro histórico-comercial** com problemas estruturais significativos, ocupado, em suas funcionalidades, por um comércio predominantemente popular e pela concentração de serviços básicos. Corresponde a uma área com funcionalidades divididas uma vez que é tanto comercial como de serviços ou de residências. Tal característica, entretanto, confere a esta área uma posição de destaque quanto às mobilizações dos movimentos sociais (inclusive os urbanos) tendo em vista justamente o aspecto complexo de sua configuração socioespacial;
- 4) **Um setor centro-sul** onde foram estabelecidos os principais loteamentos habitacionais (Bancários, Mangabeira, Cristo Redentor, Valentina Figueiredo etc.), criados para absorver o excedente populacional já presente no contexto urbano (1970-1980), especialmente para a classe média. Isso se justifica no fato de que, ao mesmo tempo em que demonstrava interesses em se afastar dos setores mais pobres (oeste e leste), esta classe média não tinha recursos para ocupar as residências localizadas no setor leste (Manaira, Miramar, Tambaú, Cabo Branco etc), com preço de ocupação bem mais alto. A partir da década de 1990 as ocupações das áreas vêm fugindo do planejamento inicial destinado para a mesma, o que tem influenciado no processo de favelização e no conseqüente aumento dos problemas urbanos. A conquista desses territórios vem sendo feita em parceria com uma ação efetiva dos movimentos urbanos.
- 5) **Um setor sul** que se caracteriza como uma importante alternativa para expansão dos limites territoriais urbanos da cidade, sendo, portanto, uma das áreas mais visadas pelo planejamento urbano e empreendedores imobiliários, além de ser o setor no qual se localiza o distrito industrial da cidade. A ocupação dessa área se caracteriza tanto por ações planejadas, a exemplo da construção de condomínios populares, como o Morada do Sol (Grotão) e por ocupações e conquistas territoriais como a ocupação Jorge Luiz, no

bairro do Valentina Figueiredo. Contudo, tanto num caso como no outro a atuação dos movimentos tem sido cada vez mais efetiva seja por atuarem como articuladores e “parceiros” do poder público no que diz respeito ao planejamento; seja por assumirem uma posição de liderança no que diz respeito à decisão pela realização das ocupações, resistência e diálogo para conquista definitiva do território ocupado.

- 6) **Todo um perímetro oeste** ocupado por uma população mais carente, em sua maioria expulsa do centro da cidade ou oriunda de outras localidades, e com dificuldades no que diz respeito ao acesso ao centro urbano. São as ocupações dos terrenos mais elevados (bairros como Alto do Céu e Alto do Mateus) e das terras baixas. Por se caracterizar como uma das áreas mais carentes do espaço urbano de João Pessoa as comunidades nelas residentes vêm contando com um intensivo apoio dos movimentos sociais urbanos que além de coordenarem as ocupações têm conseguido conquistas importantes para essas comunidades a exemplo do ordenamento urbano da comunidade 5 de junho.
- 7) **Os diversos aglomerados subnormais** espacializados de forma fragmentada em todo o perímetro central da cidade, ocupando, especialmente, as áreas mais ameaçadas pelo risco ambiental, a exemplo da Mata do Buraquinho e as áreas alagadas e de manguezais. A atuação dos movimentos sociais, particularmente os urbanos de luta por moradia, expressa-se predominantemente nessas áreas. Em decorrência das diversas controvérsias quanto à viabilidade de ordenamento urbano dessas áreas, a influência dos movimentos se efetiva mais no sentido de orientação quanto aos procedimentos a serem adotados pelos moradores do que pela luta no que diz respeito a outros direitos sociais como a acessibilidade e qualidade de vida uma vez que a moradia já se apresenta como uma conquista efetivada por ação espontânea dos moradores.

Este é o quadro socioespacial encontrado em João Pessoa no final da década de 1990. Ao apresentar o mapa 1 para os coordenadores dos movimentos (MNLM, CMP e MLB), eles ficaram interessados em poder identificar possíveis espaços propícios a uma ocupação: Um desses espaços é o setor "01" que conta com espaços que já possuem infra-estrutura básica e os setores "04, 05 e 06" que começam a despertar o interesse do poder público e dos agentes empreendedores. O quadro conjuntural (econômico, econômico e ideológico) que caracterizou a formação socioespacial da cidade de João Pessoa na segunda metade do século XX, foi portanto:

- a) **Econômicos** – a dependência com Recife passa a ser, prioritariamente, relacionada ao comércio. A cidade tem uma configuração econômica bem delimitada, passando a ser composta por um centro bastante dinâmico e popular e um setor leste que passa a assumir uma posição de área central, especialmente após a construção dos Shopping Centers (Manaira e Mag) sendo ocupado pela população com maior poder aquisitivo e voltado predominantemente para a valorização do turismo litorâneo. Da mesma forma, evidencia-se uma difusão maior de outros sub-centros, a exemplo dos mercados públicos de bairros periféricos e populosos assim como de galerias, como o shopping sul, que passam a existir com o status de shopping center. Tais espaços vão sendo paulatinamente servidos com ações tanto de infra-estrutura como de locação de equipamentos urbanos (bancos, praças etc). Por outro lado, os bairros mais antigos (ocupados por uma população mais carente) assim como as favelas que passam a fazer parte do cenário urbano de João Pessoa ficam alheios aos benefícios resultantes desse processo de crescimento econômico da cidade.
- b) **Políticos** – O município passa a desempenhar um novo papel cujas ações produzem um rebatimento em sua ordenação urbana. O poder municipal é responsável pela criação de espaços

funcionais, com responsabilidades bem distintas, reorganizando o espaço ao formar espaços segregados nas mais diferentes escalas econômicas e socioespaciais. Emerge, assim, a figura de outros sujeitos sociais que passam a identificar as seqüelas deixadas pelo processo de formação socioespacial. Um desses sujeitos são os Movimentos Sociais Urbanos que passam a reivindicar ações mais eficazes na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, especialmente no que diz respeito à moradia, saneamento, segurança e saúde. A influência política desses sujeitos sociais é tanto formal (passam a fazer parte do debate sobre o ordenamento urbano da cidade) como informal (ao assumirem uma posição de liderança quanto a seleção e ocupação de áreas ociosas);

- c) **Ideológicos** – Os valores urbanos do pessoense são, assim, colocados em xeque, especialmente no que diz respeito aos elementos espaciais que os identificam. As propostas de expansão do turismo associadas às estratégias para uma participação mais efetiva da cidade na região passam a ser utilizadas como principais elementos na definição do pessoense através de sua cidade. Para isso, são criados slogans voltados para formação de uma identidade para o pessoense a exemplo do rótulo de cidade mais verde do mundo, mencionado anteriormente. Por outro lado, questões relacionadas ao direito à qualidade de vida, situação de moradia, entre outros, fogem praticamente do ideário de boa parte das pessoas que residem na cidade.

Por conta dessas características, a cidade de João Pessoa vivencia, em meados deste século, um paradoxo: por um lado tem conseguido criar elementos legais relacionados ao controle urbano, reduzindo, embora que insuficientemente, os impactos negativos característicos de ocupações socioespaciais litorâneas (poluição dos rios, ausência de saneamento básico, “desconfiguração” paisagística, decorrentes, do processo de verticalização litorânea etc.). Por outro lado,

os sujeitos sociais responsáveis pelo processo de sua produção não têm conseguido que a cidade desponte em termos de participação na dinâmica regional, sendo, ainda, uma capital dependente das relações com a capital pernambucana.

É, assim, no âmbito intra-urbano, uma cidade de porte médio que vem construindo os elementos necessários para sua consolidação, ao influenciar na reestruturação dos espaços das cidades adjacentes, fornecendo os parâmetros necessários à consolidação da área metropolitana e no desenvolvimento regional. Por outro lado, os limites estruturais herdados têm-se constituído em um dos principais problemas da capital paraibana. A cidade vai, portanto, se adensando sem investir de forma adequada na melhoria da infra-estrutura urbana e assim suprir as demandas cada vez mais emergentes da população, embora exerça uma função importante no contexto da dinâmica regional. Isto possibilita classificá-la como sendo uma cidade média, apesar de ser uma capital. O impacto dessa dualidade na ação dos Movimentos sociais urbanos será analisado nos capítulos subseqüentes.

Por enquanto, tais considerações devem ser concebidas apenas como mais um elemento para compreensão de que a organização socioespacial de João Pessoa vem sendo organizada como parte de um "*complexus*" socioespacial decorrente da atuação de diferentes sujeitos sociais dentre os quais se destacam os movimentos sociais urbanos que desde meados da década de 1990 vêm participando ativamente do debate sobre a produção social do espaço urbano da cidade. Em decorrência disso, as administrações públicas têm pautado as estratégias de desenvolvimento de João Pessoa em propostas de planejamento articuladas a partir de uma participação efetiva desses sujeitos sociais.

2.2 Planejamento e gestão: o que está por trás dessas concepções na apropriação do espaço?

Planejamento e gestão de espaços urbanos são concepções ao mesmo tempo complementares e divergentes. Complementares na

medida em que uma depende da outra para estabelecer os seus respectivos significados. Divergentes por terem fundamentos que não possibilitam uma aproximação de ambas no contexto do desenvolvimento urbano, especialmente no que diz respeito às políticas propostas pela administração pública e a participação dos sujeitos sociais nesse contexto.

Ambas trazem consigo elementos polêmicos (teóricos e práticos) que demandam debates mais sistemáticos entre os profissionais envolvidos com a análise da questão urbana (urbanistas, arquitetos, sociólogos, geógrafos etc.). Assim como o observado anteriormente, acreditamos que os fatores econômicos, políticos e ideológicos vêm, ao longo dos anos, exercendo influência na definição desses termos segundo os fenômenos inerentes à sociedade.

Antes de examinarmos, no próximo capítulo, a relação entre planejamento e gestão na produção do espaço urbano de João Pessoa, faz-se necessário analisar tais concepções em sua essência, na medida em que estas vão sendo moldadas pelos fatores socioespaciais.

No que concerne à concepção de planejamento no Brasil, esta se inicia na segunda metade do século XX com a expansão do ideário capitalista para a promoção do desenvolvimento, a longo prazo, tendo o Governo Federal como o seu principal articulador (DALAND, 1969; FRIEDMANN, 1960).

A opção pelo planejamento é decorrente de três situações inerentes ao mundo capitalista que se encontrava em expansão, a saber: a) a crescente complexidade da vida moderna, especialmente após a Segunda Guerra Mundial com o progressivo crescimento da área urbana; b) a relação progressiva do controle do homem sobre o meio ambiente a partir da intensificação do processo de industrialização; e c) a consciência humana acerca das atividades desempenhadas pelo mesmo (WANDERLEY, 1975).

O planejamento não se limita, portanto a “uma função técnica mas sim uma função social” (WANDERLEY, 1975, p. 27). Ao contrário.

Ele deve ser concebido como expressão da própria sociedade uma vez que tem como “missão criar as condições para uma sobrevivência do sistema a longo prazo” (SOUZA, 2004, p. 27).

Um dos grandes referenciais para a análise da influência do planejamento no desenvolvimento socioespacial foi, indiscutivelmente, John Friedmann. Embora suas produções tenham sido voltadas à análise do planejamento na escala regional (e nacional), em um período entre as décadas de 1960-70, suas concepções são oportunas para se compreender o impacto do planejamento no processo de ordenamento dos espaços urbanos.

Para explicar a realidade espacial brasileira, elas subsidiam as concepções tradicionais do planejamento urbano regulatório que compreende o período pós-Segunda Guerra a ao final da década de 1970 como para o seu reaparecimento no final da década de 1980¹⁰ no seio das administrações democráticas.

Friedmann concebeu planejamento como “uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e controle (sic.) consciente do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por êle (sic.) mesmo especificado” (FRIEDMANN, 1960, p. 7).

Contudo, no âmbito da produção do espaço urbano, o planejamento emerge como consequência das propostas de ordenamento evidenciadas pela Escola de Chicago (EUA) que passou a delinear, inicialmente aos arquitetos e urbanistas e depois a outros profissionais preocupados com a produção do espaço urbano, um sentido de cidade pautado na organização e na elaboração de leis próprias necessárias ao

¹⁰ O uso desse termo é oportuno se considerarmos que o planejamento (em meados da década de 1990) surge novamente como elemento do debate político na organização socioespacial. Contudo, na prática, o planejamento, desde sua origem em meados do século XX, nunca deixou de existir tendo sido apenas expresso de outras formas.

ordenamento urbano tendo como preocupação a criação de um ambiente “mais saudável” nas cidades¹¹.

Estamos, obviamente, nos referindo a primeira fase de produção teórica da Escola de Chicago voltada para análise das ocupações urbanas pela “acomodação da organização social ao meio ambiente físico” (GOTTDIERNER, 1993, p. 36) representado em capitais como Rio de Janeiro, Recife, João Pessoa etc., pelos projetos sanitaristas organizados por Saturnino de Brito nas primeiras décadas do Século XX.

O segundo momento de influência teórica da Escola de Chicago foi caracterizado pela expressão máxima do modernismo urbano idealizado pelo Estado (poder público na esfera federal) que priorizou o incentivo a construção de grandes edificações e aberturas de vias públicas formando a conhecida “selva de pedras”.

Em João Pessoa o planejamento urbano esteve evidenciado na reforma urbanística¹² elaborada a partir da década de 1920 a qual teve como parâmetro às intervenções pautadas no trinômio *sanear, embelezar e circular*.

Uma das principais propostas de saneamento e ordenamento urbano foi elaborada, justamente, por Saturnino de Brito, o que explica e confirma a preocupação com a formação de uma cidade mais organizada e mais urbanizada (Figura 6). A preocupação com as mudanças de

¹¹ A associação entre planejamento urbano e ambiente saudável ainda se faz presente uma vez que o principal objetivo do planejamento urbano continua sendo, conforme mencionado por Hillhorst (1975, p. 166), a “criação de um meio ambiente físico, destinado aos habitantes da cidade, que forneça a estrutura necessária para satisfação de suas necessidades culturais, econômicas, higiênicas e sociais” segundo os recursos disponíveis.

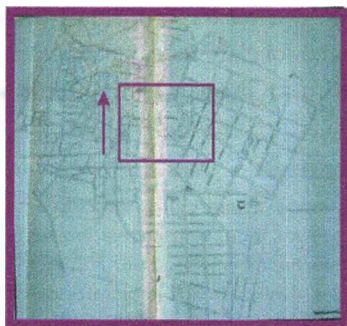
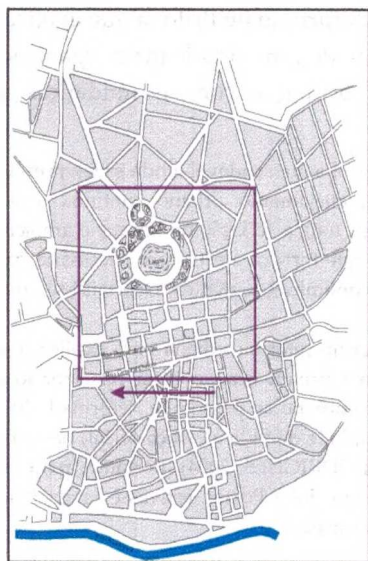
Existem autores que optam pelo uso do termo reforma urbana para explicar esse contexto. Nós optamos pelo termo reforma urbanística por está relacionado às transformações estruturais do ordenamento urbano ao passo que Reforma Urbana consista na inclusão da questão social (qualidade de vida e justiça social) nas ações decorrentes do planejamento (SOUZA & RODRIGUES, 2004). Portanto, para este contexto, ainda não se poderia mencionar que João Pessoa estivesse vivenciando uma reforma urbana, mas uma reforma urbanística.

hábitos, conforme observado anteriormente, reforça a influência dos preceitos da ecologia humana o qual foi resgatado pela Escola de Chicago para os fundamentos da ordem urbana.

Contudo, não se pode afirmar que João Pessoa se constitui como uma cidade planejada. Ao contrário, conforme observado no capítulo anterior, caracteriza-se pela espontaneidade de sua formação, sendo condicionada pelos elementos físico-naturais característicos de seu sítio. É igualmente improcedente afirmar que João Pessoa não tenha tido experiências de planejamento urbano.

Vários espaços foram reformulados e criados a partir de ações de planejamento, tendo suas funções modificadas ou pré-determinadas, a exemplo do ordenamento urbano das orlas de Tambaú e Manaira, criados prioritariamente para o turismo. Para isso foram estabelecidos muitos dos fundamentos estabelecidos pelo urbanismo moderno estabelecido a partir das concepções teóricas organizadas pela Escola de Chicago após a Segunda Guerra Mundial.

Figura 6: Reforma Urbana em João Pessoa (1923)



A **figura à esquerda** corresponde a um dos setores de Reforma que foram propostos por Saturnino de Brito em 1913. A Lagoa, no centro, ao invés de ser observada como um limite a expansão territorial passou a ser considerada como o ponto de partida. Na **figura à direita**, pode-se observar o que de fato foi realizado no governo de Sólon de Lucena (1920-24). Assim, o planejamento e ordenamento urbanos fundamentava as bases para o processo de expansão do espaço urbano.

Obs. As setas indicam à perspectiva que as imagens devem ser observadas e comparadas.

Fonte: Adaptado de: IHGP Projeto Parayba do Norte (1913), a esquerda; e Planta da Cidade da

Cabe lembrar que esta concepção de Planejamento desenvolvida pelos urbanistas da Escola de Chicago, cujo ideário encontrou um amparo significativo nos países emergentes, serviu como base para a criação do modelo de planejamento (urbano) voltado para a preocupação com a estruturação territorial (Blueprint Planing)¹³, especialmente no que diz respeito às funções da cidade.

“Não deveria, contudo, a nova estrutura realizar-se de maneira uniforme pela cidade toda: a cidade contemporânea deveria ter uma estrutura nitidamente diversificada. E isso para corresponder a uma estrutura social específica, segregada; a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida” (HALL, 1995, p. 246)

A propagação desse tipo planejamento serviu de base para a difusão do urbanismo modernista cujo marco principal foi a Carta de Atenas, documento produzido a partir dos debates realizados no IV Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo, realizado na cidade de Atenas, em 1933. As diretrizes instituídas neste documento, especialmente no que diz respeito à orientação para realização de zoneamentos de uso da terra pautado na separação funcional (SOUZA, 2004), ainda servem de parâmetros para muitas políticas urbanas.

Voltado para ratificar o estilo de vida propiciado pelo capitalismo, o urbanismo modernista estabeleceu os critérios que deveriam ser adotados pelas administrações públicas no sentido de se ter, efetivamente, uma cidade estruturada na ordem e adequada as nova dinâmica imposta pela economia-mundo de forma a transformá-la “em um único domínio público homogêneo patrocinado pelo estado [de forma a] eliminar as diferenças para criar uma cidade racionalista universal, dividida em setores de acordo com as funções urbanas: residência, trabalho, recreação, transporte...” (CALDEIRA, 2000, p. 311).

¹³ O Blueprint planing “trata-se de planos nos quais se projeta a imagem desejada em um futuro menos ou mais remoto” de forma a se ter, no ordenamento urbano, a cidade ideal. (SOUZA, 2004, p. 123).

Questões como a salubridade (saneamento, ventilação etc) e paisagismo passaram a configurar como prioridades na elaboração das propostas de planejamento urbano.

O principal artífice das concepções modernistas¹⁴ para a produção do espaço urbano foi, indiscutivelmente, o arquiteto Le Corbusier que definiu parâmetros ainda hoje utilizados no ordenamento urbano (SOUZA, 2004; CALDEIRA, 2000), especialmente no que corresponde a divisão espacial por zonas (o zoneamento urbano), determinando as funções urbanas da cidade e adaptando-as para as exigências do capitalismo (facilidade de deslocamento, concentração, harmonia social, ordem etc.).

Assim sendo, durante praticamente quatro décadas (1930-1970) a produção do espaço urbano das cidades teve na figura do poder público, dos arquitetos e dos urbanistas os principais financiadores e mentores do ordenamento urbano, sendo estes, na perspectiva de muitos pesquisadores, os únicos profissionais capazes de fornecer os subsídios necessários para a construção da cidade (HALL, 1995).

O planejamento urbano modernista dividiu a cidade a partir das funções urbanas (especificamente a econômica) uma vez que buscava a produção de uma cidade que favorecesse a ação do capital em sua organização socioespacial, especialmente o imobiliário e o industrial (SOUZA & RODRIGUES, 2004).

Nesse contexto, o Estado (em suas três esferas de governo: municipal, estadual e Federal) assume a responsabilidade de propiciar as ações voltadas para a conquista da modernização dos espaços urbanos criando, em decorrência disso, normas, leis e regras voltadas para a o controle urbano.

¹⁴ Embora a análise teórica sobre a modernidade seja algo cativante, compreendemos que a mesma não se faz oportuna para este trabalho. Contudo, caso o leitor queira se aprofundar nesta temática segue como sugestão a leitura das obras de A. Touraine (1973) e D. Harvey (2003) por tratarem de forma substancial a análise teórica da concepção de modernidade e suas variantes (modernismo, modernização, pós-modernidade etc).

Evidentemente que este controle não passou do papel, especialmente para as cidades brasileiras cuja desigualdade social levou os segmentos sociais economicamente menos favorecidos à realização de ações de ocupação urbana contrárias ao planejado pelas leis de ordenamento, resultando em um intensivo processo de favelização.

Se por um lado o planejamento regulador influenciou na reconfiguração dos espaços urbanos, por outro se caracterizou como o elemento motivador do surgimento de verdadeiras manifestações sociais oriundas de diferentes segmentos da sociedade: tanto os excluídos das propostas de ordenamento quanto aqueles inseridos na mesma de forma involuntária ao serem expropriados do centro da cidade (formando as periferias) ou obrigados a ocupar áreas impróprias à habitação. Em ambos os casos essa fração da sociedade não teve (e ainda não tem) direito quantos aos benefícios de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

A crise social decorrente desse “descontentamento urbano que girava em torno da base dos projetos modernistas de habitação e de renovação urbanas” (HARVEY, 2003, p. 88) propiciou o surgimento de movimentos organizados pela própria sociedade. Tais movimentos, apesar de originados por motivações diferenciadas (questões étnicas, de gênero, ambientais, habitacionais etc), tinham como objeto comum a luta pelo direito à cidade, representado por justiça social e melhoria da qualidade de vida.

No âmbito da análise sobre o ordenamento urbano emergiram estudiosos sensíveis a crise social evidenciada na cidade, a exemplo de Richard Sennett e Jane Jacobs que se caracterizam pelas influências de suas posturas críticas quanto aos valores que deveriam ser observados em um planejamento urbano.

A partir das críticas feitas ao impacto do planejamento urbano modernista na organização dos espaços urbanos, por estes terem se tornado espaços opacos, sem vida, alheios as particularidades locais, o planejamento crítico passa a valorizar os usos ao compreenderem que os “homens e mulheres poderiam construir suas próprias cidades” (HALL,

1995, p. 287). Com relação ao impacto da influencia do planejamento urbano na formação de espaços opacos, Sennett escreveu:

O autor entende que, apesar do risco da desordem funcional e visual da cidade decorrente da falta de planejamento, esta desordem seria melhor que uma planificação que produzisse uma cidade sem vida. Para ele, o papel do homem na formação histórica da cidade.

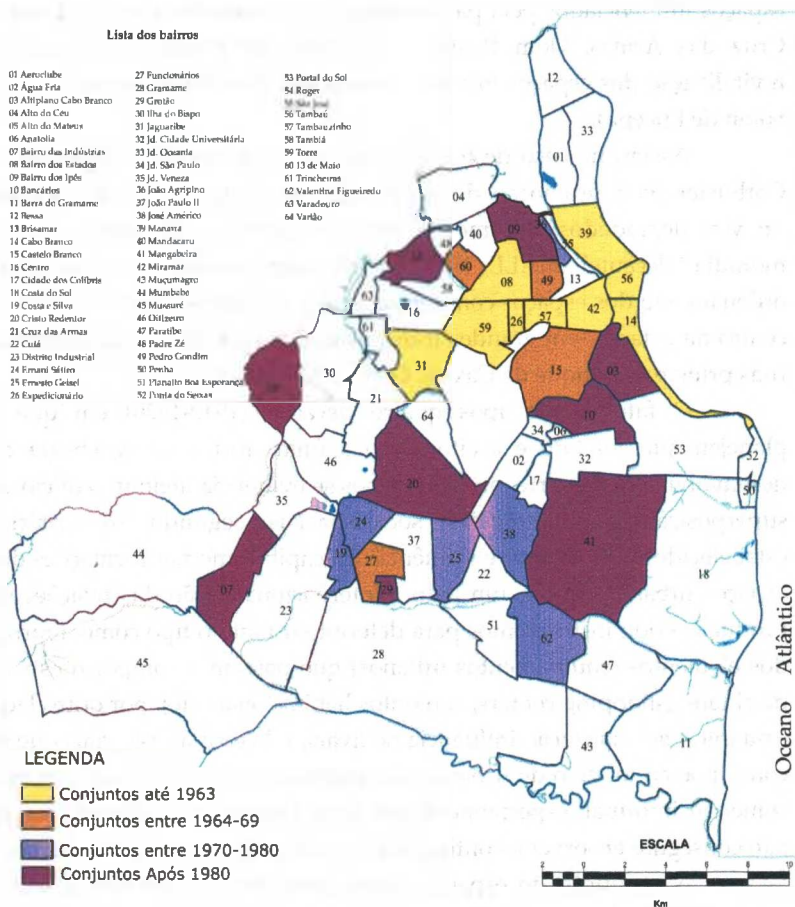
Fomentar lugares urbanos por zonificar, ya no centralmente contratados, promovería por tanto el desorden visual y funcional em la ciudad. Mi opinión es que este desorden es mejor que la planificación muerta y predeterminada que restrinja la efectiva exploración social. Es mejor que sean los hombres los forjadores del cambio histórico, a que éste venga condicionado por el diseño funcional de un plan preexperimental que 'ha de ser llevado a cabo' pese a quien pese. Si se permite que el elemento de la historia en sitios de la ciudad resurja de este modo, si se permite la dislocación funcional y una red de acontecimientos y personas concomitantes que habiten el mismo suelo, entonces los anhelos de identidad purificada pueden tener un campo abonado de pruebas verdaderamente formidable (SENNETT, 19__ p. 203).

Esse quadro de referências não foi diferente para a realidade de João Pessoa. De fato, embora as transformações urbanas tenham sido modestas e restritas à construção de alguns conjuntos habitacionais, à revitalização de alguns espaços no centro da cidade e à urbanização do litoral da cidade, o desenho de sua forma urbana tem sido influenciado pela participação social, embora ainda de forma modesta.

Essa participação se efetivou a partir de políticas públicas que resultaram no processo de segregação socioespacial motivando posturas reivindicativas em prol do cumprimento dos direitos humanos para a sociedade.

Isso propiciou o surgimento de ocupações espontâneas e descentralizadas entre as áreas ordenadas de forma planejada a exemplo das ocupações espontâneas (favelas) que surgiram incrustadas nos conjuntos habitacionais financiados pelo governo federal, especialmente os construídos nas décadas 1970 e 1980, por terem sido construídos nos setores periféricos da cidade, fugindo na rota da expansão urbana que caracterizou a cidade até o final da década de 1960 (Mapa 3).

MAPA 3



Até o final da década de 1960 os investimentos na construção dos conjuntos habitacionais estiveram restritos ao corredor principal de expansão leste com exceção dos funcionários devido a proximidade com o distrito industrial e Castelo Branco devido a proximidade com a torcida.

CIDADE DE JOÃO PESSOA
Conjuntos Habitacionais em João Pessoa

Fonte
 Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEPLAN/2006
 Andrade, 2007 (Dissertação)
 Araujo, 2006 (Dissertação)

Desenho: Xisto Souza Júnior, 2007.

Contudo, a reforma urbanística esteve mais presente nos espaços influenciados pela pavimentação das Avenidas Epitácio Pessoa, Cruz das Armas, Dom Pedro II e Camilo de Holanda, do que na revitalização dos espaços iniciais de ocupação (do Varadouro ao Parque Sólon de Lucena).

Assim, no caso de João Pessoa, ao contrário do que propunha Corbusier para promoção do ordenamento urbano - substituição dos imóveis degradados por imóveis mais modernos e adequados a uma moradia “decente” (HALL, 1995) – o planejamento esteve voltado para ordenamento dos espaços com formação estrutural emergente ficando, o centro da cidade, sem grandes transformações, com exceção de algumas ruas principais (Duque de Caxias, General Osório etc.).

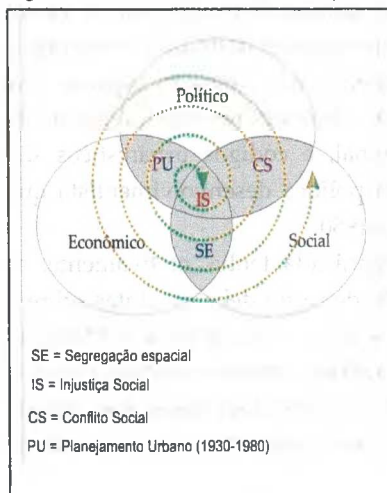
O fato é que após quatro décadas (1940-1970) em que o planejamento foi tido e aceito como a única forma de se chegar ao desenvolvimento, ocorre, ou pelo menos se evidencia melhor, o início da superposição dos interesses socioespaciais segundo os critérios estabelecidos pelo avanço e influência do capitalismo nas formações dos espaços urbanos. Se por um lado a internacionalização das relações de produção criou instrumentos para determinar tanto o tipo como a forma dos elementos (equipamentos urbanos) que passam a compor o espaço da cidade (shopping centers, conjuntos habitacionais etc); por outro lado essa internacionalização influencia no avanço de formas espaciais que se contrapõe ao modelo de urbanização proposto, a exemplo das favelas e comércio informal, especialmente em João Pessoa cuja industrialização não conseguiu absorver o contingente responsável por tal configuração.

A produção do espaço, assim como sua apropriação, passa a corresponder, ainda em meados da década de 1970, a realidades socioespaciais cada vez mais diversificadas no âmbito político (espaço planejado e ordenado *versus* espaços sem nenhum tipo de ordenamento e espontâneos); econômico (zonas ricas ocupadas por uma população de alta renda *versus* zonas encravadas por tipo de ocupações e funções

irregulares ou desorganizadas) e, finalmente; no contexto social (setores do espaço com infra-estrutura e equipamentos urbanos adequados a sobrevivência do homem *versus* espaços desprovidos de qualquer tipo de condições básicas para sobrevivência).

Observa-se, portanto, que o planejamento racional da escola modernista caracterizou-se como sendo um dos “tentáculos” do capitalismo ao ser responsável pelas crises sociais que passaram a fazer parte do contexto urbano das cidades, especialmente nos países subdesenvolvidos. Diante desse quadro de referência, alguns fenômenos urbanos tem se tornando uma realidade cada vez mais representativa da realidade urbana, a exemplo da segregação espacial, que intercala das contradições sociais e econômicas; injustiça social, produzida pelas contradições dos três elementos (social, político e econômico); e da má qualidade de vida, resultado das contradições inerentes à questão social em decorrência dos fatores político-econômicos (**Figura 7**). Esses dois últimos (a luta contra a injustiça social e conquista da qualidade de vida) tornaram-se, inclusive, os elementos motivadores da luta social encabeçada pelos movimentos sociais urbanos.

Figura 7: Relação entre os fatores conjunturais (EPS) na produção do espaço urbano.



O planejamento urbano (PU) racional esteve relacionado à interação entre os fatores econômicos, políticos e sociais. Em decorrência disso foram geradas duas consequências principais: uma espacial representada pela segregação espacial (SE) que dividiu em pedaços desiguais a maior parte das cidades; e outra social (CS) que possibilitou a emergência de novos sujeitos sociais com formações e interesses políticos e ideológicos distintos daqueles aspirados pelos planejadores. Isto gerou uma verdadeira crise social (crise na cidade e crise da cidade), ou seja, a injustiça social (IS) evidenciada na exclusão pelo direito à cidade. Esta relação apresenta-se como em espiral produzido pelas diversas relações e interesses socioespaciais oriundas das relações em escalas maiores como endógenas à própria escala da cidade.

Não obstante a isso as conseqüências ambientais provenientes das diversas intervenções urbanísticas patrocinadas pelas administrações tecnicistas durante a década de 1970 trouxeram à tona o debate de um problema que vinha se avolumando desde a expansão das políticas e planos desenvolvimentistas.

Estamos nos referindo à questão ambiental que nos centros urbanos ficou externalizada pela poluição acelerada dos recursos hídricos (decorrente da histórica deficiência no saneamento básico) e ausência de infra-estrutura em geral que fosse capaz de suportar o adensamento populacional que durante este período iniciou um processo geométrico de crescimento populacional. Isso possibilitou o surgimento de segmentos organizados da sociedade, especialmente as ONGs, associações de moradores, ativismos sociais e movimentos sociais, além dos debates e produções acadêmicas acerca do caos gerado na organização da cidade.

Contudo, o planejamento, apesar de todos os problemas evidenciados, trouxe importantes contribuições para a formação socioespacial da cidade. Uma dessas contribuições foi o estímulo ao zoneamento urbano pelo uso do solo que praticamente obrigou a prefeitura a fazer um levantamento cartográfico da configuração espacial da cidade e a criar leis que regulamentassem, em definitivo, as formas e tipos de ocupação urbana segundo cada escala espacial. A obrigatoriedade da elaboração de Planos Diretores no final da década de 1980, através da Reforma Constitucional, e códigos urbanísticos são exemplos dos benefícios trazidos pela política desenvolvimentista que predominou até a metade da década de 1980.

Embora a sociedade civil organizada tenha, efetivamente, se estruturado nesse período e participado de fortes debates e lutas sobre o futuro da cidade (e de outras lutas), ela não conseguiu se infiltrar no debate sobre a produção do espaço urbano, mesmo contando com o apoio da universidade, especialmente da parte dos cursos das ciências humanas que se engajaram na luta por mudanças na forma de se

observar os conflitos, criando instrumentos que explicassem a sua natureza e os seus limites, assim como o apoio da Igreja, especialmente a católica que, através de suas pastorais, forneceu o apoio logístico as ações elaboradas por esses segmentos da sociedade na luta pelos direitos humanos.

Os movimentos urbanos, quando existentes, caracterizavam-se, portanto, como grupos que atuavam motivados pelo planejamento desenvolvido pelo Estado (em suas três escalas administrativas) em parceria com os empreendedores urbanos. Assim, as ações não eram precedidas de planejamento do grupo sendo mais impulsivas que organizadas; mais táticas que estratégicas.

Esses sujeitos lutavam por habitação (residência, teto etc) ao invés de buscarem a conquista da moradia (habitabilidade). Portanto, condicionados pelo tipo de política desenvolvida com a implementação do planejamento urbano eles ocupavam os espaços produzidos se submetendo as condições impostas ao invés de produzir os espaços ocupados para, em seguida, impor suas condições de ordenamento (conquista de justiça social com qualidade de vida).

Contudo, foram as mudanças na forma de gestão do espaço, por parte do Estado, que mais influenciaram na organização territorial, entre as quais se destacam as alterações na própria conjuntura capitalista. Entre essas alterações está a redução da influência do Estado que passa a ser submetido às regras impostas por uma dinâmica econômica que estimula a abertura das fronteiras, a flexibilização e a perda da autonomia do domínio territorial (ARAÚJO, 2000). Como consequência, a partir da segunda metade da década de 1980, a política de administração pública pautada no planejamento é substituída pelo estímulo à prática de um “assistencialismo imediatista”.

O governo, particularmente na escala municipal, passa a se preocupar com a criação de políticas de ordenamento e desenvolvimento urbano e implementação de normas e leis voltadas para o controle do uso e ocupação do solo, de forma a gerenciar o espaço urbano segundo

os investimentos propostos para o mesmo. São criadas, assim, parcerias com o setor público, a exemplo dos acordos firmados com o governo estadual e federal que passaram a financiar as políticas (especialmente as habitacionais) e com os setores privados, especialmente os agentes imobiliários que passaram a delinear o espaço a partir dos usos e funções. As decisões seguem em consonância com o tempo de permanência no poder (tempo de gestão) o que tornou inviável (ou desinteressante) o investimento no planejamento urbano.

O “imediatismo” no debate da coisa pública é reproduzido na própria sociedade que passa a assumir uma eterna espera pelo governo ideal: Um governo que promoveria ações que solucionassem definitivamente os problemas vividos pela sociedade. Assim, a sociedade civil organizada, em suas diferentes frentes e escala de ação, não assumem uma postura propositiva quanto ao ordenamento urbano.

O impacto causado por tais mudanças, assim como evidenciado anteriormente, é causa e consequência de fatores conjunturais: econômico, político e ideológico, sendo este último decorrente da influência progressiva de diferentes segmentos da sociedade. É importante ressaltar que à análise desses fatores de forma isolada deva ser entendida apenas no sentido de facilitar a argumentação sobre a influência de cada um, haja vista o fato de que os mesmos são auto-dependentes.

No que diz respeito à questão econômica, esta passa a ser desenvolvida em duas frentes: a escala mundial, representada pelos atores globais que comandam a dinâmica político-econômica (capacidade política de investimento ou não no ordenamento urbano) e a escala local cujas mudanças estruturais e funcionais representam bem a influência do setor empresarial nas redefinições socioespaciais.

Estimuladas pelo momento propício criado pelo mercado, diversas empresas particulares emergiram como importantes sujeitos sociais ao definirem não apenas o ordenamento urbano, mas as regras da Divisão Territorial do Trabalho. Por outro lado, os municípios são

colocados na difícil situação de negociar com esses sujeitos a definição dos espaços, ao tornarem-se excluídos do processo e dos espaços dinâmicos, os quais passariam a receber todos os investimentos possíveis para sua expansão e domínio territorial. São criadas, assim, novas centralidades funcionais como foi o caso do estabelecimento do Shopping Manaíra e espaço turístico de Tambaú em João Pessoa, os quais, juntos, produziram um novo dinamismo socioespacial para esta área (litoral leste da cidade).

A cidade de João Pessoa, assim como ocorreu em outras cidades capitalistas, passa a ser produzida em meio a uma contradição: selecionar espaços e fornecer as condições (legais e estruturais) que possibilitem a atratividade de novos empreendimentos atendendo, ao mesmo tempo, as demandas sociais cada vez mais complexas, independente do espaço selecionado (pelo poder público e pelos agentes empreendedores) enquanto prioridade ao desenvolvimento urbano. Isso justifica a necessidade de valorizar políticas e intervenções cada vez mais rápidas, ou seja, substituírem o planejamento em detrimento da gestão pública.

No âmbito da perspectiva política as estratégias de ordenamento urbano sofreram uma mudança substancial. Por um lado o Governo Federal se afasta das ações locais repassando aos municípios a incumbência de gerenciar a sua dinâmica territorial. Por outro, o debate sobre o futuro das cidades passa a ter uma influência significativa da sociedade civil organizada, especialmente pelos movimentos sociais evidenciados em suas diferentes formas de expressão espacial (os movimentos culturais, de gênero, étnico, urbano etc).

As disputas de poder decorrente dessas duas forças no período de transição do regime ditatorial para o democrático (1970-1980) correspondem, assim, ao "fim" do planejamento como estratégia de governança da administração pública, a qual passa a ser desempenhada pelo empreendedorismo urbano ao assumirem uma posição de destaque no que diz respeito as decisões sobre os locais mais propícios para

receber o investimento assim como o próprio financiamento de desenvolvimento urbano.

Esses sujeitos, especialmente os relacionados ao ramo do setor comercial, ao implementarem empreendimentos de grande porte, tanto comerciais (shoppings, hotéis etc) como habitacionais, comerciais, empresariais, estão articulados em diferentes escalas espaciais o que possibilita uma flexibilidade quanto à decisão sobre a produção do espaço urbano.

O fato das ações serem predominantemente controladas pela confluência dos fatores políticos e econômicos repercutiu em mudanças e conflitos sociais e ideológicos acerca da apropriação dos espaços urbanos uma vez que as “mudanças econômicas maciças afetavam o sistema político, organização social, instituições religiosas e burocráticas e todos os outros elementos da sociedade. Portanto, o desenvolvimento se tornou ‘social’ e ‘político’, assim como econômico” (DALAND, 1969, p. 04).

Os conflitos sociais se tornam cada vez mais presentes em todos os setores da cidade e, com eles, a apropriação desordenada de diferentes espaços, independente de serem eles públicos ou privados. Nesse contexto, a luta pela qualidade de vida (habitação, saúde, trabalho, saneamento, ambiência urbana etc) e justiça social se apresenta como uma bandeira de luta de muitos segmentos sociais, especialmente os movimentos e as ONGs.

Além do interesse pela disputa política sobre o futuro da cidade passou a existir, também, uma disputa ideológica pautada nos discursos da administração pública e da sociedade civil organizada assim como os próprios discursos travados entre os próprios segmentos dessa sociedade que passam a definir prioridades distintas para a conquista de uma condição de vida urbana mais favorável às respectivas demandas particulares. Assim, embora tenham sido criadas diversas políticas de gerenciamento urbano, a produção do espaço vem sendo diretamente condicionada pela disputa entre os diversos sujeitos sociais. Nesse

período, enquanto alguns segmentos sociais são desarticulados, a exemplo dos movimentos e associações de bairros, outros passam a se estruturar e participar mais efetivamente nos debates sobre a reforma urbana tendo em vista o fato de serem reconhecidos, especialmente pelo poder público, como sujeitos sociais.

Com a reforma constitucional ocorrida no final da década de 1980 e a implantação de modelos de gestão voltados para o estímulo à participação popular e disposição em abordar problemas históricos, a exemplo da injustiça social, qualidade de vida e direito à cidadania, o debate sobre o ordenamento urbano ganha um novo impulso. O discurso pela reforma urbana passa a ser algo comum entre os envolvidos pelo debate sobre o futuro da cidade.

Coube a Porto Alegre (RS) e Recife (PE), mais a primeira do que a segunda, o pioneirismo a adoção da política de Orçamento Participativo (ou Democrático) em meados da década de 1990. Em pouco tempo as experiências dessas cidades foram utilizadas como referências para outras capitais, inclusive João Pessoa (PB) no final da década de 1990, sendo influenciadas por eventos internacionais sobre a reforma urbana nas cidades, conforme serão analisados com maiores detalhes no terceiro capítulo.

O fato é que as políticas desenvolvidas pelas gestões municipais são, mais uma vez, envolvidas pela própria conjuntura da economia-mundo a partir do avanço do neoliberalismo, delimitando as práticas de ordenamento territorial com base no estímulo as privatizações e redução da interferência do Estado em questões relacionadas às responsabilidades sociais. O discurso contido nas leis, especialmente as que garantem o direito à cidadania (saúde, habitação, educação etc), são confrontados com a realidade segundo a qual as desigualdades sociais são cada vez mais significativas. Por outro lado, as diversas conferências, simpósios e encontros relacionados a formulações de propostas de cidadania, além das diversas pesquisas acadêmicas sobre esta temática, forneceram as condições necessárias para uma participação popular mais

efetiva, particularmente no que diz respeito à coisa pública. Tais eventos favoreceram a difusão das ONGs e o reaparecimento dos movimentos sociais.

No âmbito econômico esses sujeitos surgem justamente no momento em que a estabilidade econômica (1994), proporcionada pela Unidade Real de Valor (URV), que posteriormente serve como fundamento para implementação do Real, permite aos sujeitos sociais pensarem as mudanças espaciais novamente a longo prazo, ou seja, resgatar o planejamento urbano enquanto estratégia de ação.

O desenvolvimento técnico, especialmente a popularização das técnicas de geo-referenciamento, associado ao desenvolvimento científico e informacional, possibilitou aos gestores públicos uma maior flexibilidade e segurança quanto aos investimentos urbanos. Esta situação é decorrente das parcerias firmadas com outros agentes sociais, particularmente as empresas privadas.

No âmbito político esses sujeitos surgem após a reforma constitucional cujas leis e normas passam a adotar mudanças significativas para o desenvolvimento urbano, a exemplo da obrigatoriedade do estabelecimento do Estatuto da Cidade em cidades com população superior a 20 mil habitantes e o incentivo à realização de planejamentos que priorizem a participação coletiva. Portanto, a conjuntura política sobreposta às demais, marca o retorno do planejamento enquanto estratégia de desenvolvimento urbano.

Finalmente, no contexto social, surgem novos sujeitos sociais entre os quais os movimentos sociais urbanos que passam a influenciar diretamente no processo de ordenamento urbano. Ao atuarem na luta pela moradia, compreendida como um complexo de ações infra-estruturais, esses movimentos passam a exercer um papel importante enquanto interlocutores entre o interesse estratégico do poder público e as reais demandas sociais.

Ao contrário do ocorrido na década anterior, esses sujeitos surgem justamente num período em que e o planejamento participativo

possibilita sua inclusão enquanto agente planejador. Em João Pessoa a superposição desses elementos só se configura no início do século XXI com o acesso ao poder de uma administração pública vinda das bases sociais: a administração do prefeito Ricardo Coutinho (PSB). A pouca experiência, tanto por parte da administração pública como por parte dos próprios movimentos sociais urbanos (criados na segunda metade da década de 1990) emerge como principal desafio à implementação de uma política de ordenamento urbano pautada na participação popular.

Contudo, apesar das dificuldades evidenciadas, o planejamento urbano vem sendo desenvolvido em meio a perspectivas favoráveis a consolidação de um cenário mais positivo quanto à participação popular no desenvolvimento de ações pautadas no planejamento urbano.

A imagem negativa do planejamento vem, assim, sendo paulatinamente substituída por perspectivas mais propositivas, voltadas a obtenção de um ordenamento urbano originado das bases populares indo, portanto, de acordo ao modelo de planejamento urbano idealizado pelos críticos ao planejamento modernista ao conceberem o problema habitacional como algo que não pode mais ser “resolvido de cima [por ser] um problema do povo [e como tal, só poderia ser] solucionado, ou até mesmo encarado corajosamente, mediante a vontade e a ação concretas do próprio povo” (HALL, 1995, p. 294).

Reaparece, em meio a esse quadro de referências, a opção pelo planejamento urbano em detrimento de ações assistencialistas e distantes das reais demandas socioespaciais decorrentes da ausência do planejamento enquanto estratégia de desenvolvimento urbano. Quanto a falta de experiência relacionada a participação social no planejamento, esta vem sendo superada pelo aprendizado comum decorrente da atuação do poder público e movimentos sociais urbanos, especificamente os que lutam por moradia.

O fato é que, tanto na experiência do planejamento tradicional (regulatório) como no planejamento patrocinado pelas empresas privadas, chamado de mercadófilo por Souza (2004), e no planejamento

atual inspirado na valorização da participação popular, nesses três casos, o papel do Estado (poder público) vem sendo marcante. Por outro lado, o surgimento de outros sujeitos sociais, como os movimentos urbanos, constitui-se como um elemento diferenciador.

Essa influência, por sua vez, apresenta três características:

- a) presença de um Estado (poder público administrativo) que, embora responsável pelo planejamento, se deixa envolver pelos interesses particulares de diferentes agências privadas, apesar de proferir discursos voltados para o assistencialismo;
- b) um setor privado responsável pelo financiamento dos planos elaborados pelo poder público, mas descompromissados, em sua maioria, com as reais demandas sociais sendo, assim, os grandes promotores da reprodução da crise social;
- c) uma sociedade cada vez mais organizada e atuante, porém ainda presa aos “grilhões deixados pela ditadura” (ainda não atuam como sujeitos sociais) e que se deixam levar por conquistas limitadas insuficientes para se conquistar a reforma urbana tão pleiteada.

O que existe, efetivamente, é a retomada do planejamento diferente daquele existente no período da ditadura. Entre os principais aspectos, poderíamos destacar:

- a) **Econômicos** – A crise gerada pelo endividamento e a consolidação do neoliberalismo como forma de gestão hegemônica resultou em adversidades econômicas significativas com repercussões em todas as escalas espaciais. Finalmente, embora o planejamento continue tendo o Estado (em suas três esferas administrativas) como principal agente idealizador das ações, o financiamento parte agora das instâncias privadas que possuem tempo e recortes espaciais muitas vezes diferentes daqueles delimitados pelo Estado ou necessitados pela sociedade;
- b) **Políticos** – O Estado, conforme observação anterior, é agora coadjuvante na elaboração das políticas de desenvolvimento

(planejamento espacial) uma vez que de um lado se torna dependente do setor privado-financiador e, por outro lado, se depara com segmentos sociais cada vez mais organizados e cientes dos seus direitos socioespaciais. A ausência de uma reserva econômica que sustente ações próprias, tendo que recorrer à prática do PPP (parceria público-privada) torna o Estado uma instância dependente de interesses particulares. As administrações municipais passam a ser responsáveis pela justiça social, porém sem condições técnicas e financeiras para isto;

- c) **Sociais e ideológicos** – Essa nova fase do planejamento se depara com uma sociedade politicamente mais organizada, porém vítima de uma herança histórica de exclusão, descrédito político e injustiça social o que reproduz um descrédito do planejamento. A participação ainda é incipiente uma vez que os indivíduos, especialmente os sujeitos coletivos, se deixam levar por diferenças ideológicas ignorando, assim, a articulação enquanto postura de participação mais eficiente. Contudo, o surgimento de movimentos sociais urbanos voltados para a luta pela moradia em ações que reduzam a injustiça social e propiciem melhor qualidade de vida, tem propiciado uma nova forma de se fazer planejamento.

Diante dos argumentos apresentados, pode-se montar a seguinte síntese acerca dos avanços e retrocessos do planejamento para o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras (**Quadro 3**):

Quadro 2: As idas e vindas do planejamento enquanto política de ordenamento urbano

	Planejamento (1930-1982)	Gestão (1983-1994)	Planejamento (1995-2006)
Econômica	<p>A ascensão do capitalismo com o desenvolvimento e expansão das indústrias contribuiu para o surgimento do planejamento enquanto forma de organização espacial. As cidades e a vida urbana são produzidas estrategicamente, pelo Estado e pelos arquitetos, para exercerem funções específicas, originando fenômenos urbanos como a segregação espacial. As desigualdades criadas produzem o caos nas cidades. O ordenamento urbano passa a ser coordenado pelas agências privadas, especialmente as imobiliárias, que passam a definir os setores a serem contemplados com infra-estrutura e saneamento.</p>	<p>O planejamento é substituído por formas mais instantâneas de ordenamento urbano. O avanço da globalização e de abertura de mercados fornece as condições necessárias para a inclusão das empresas privadas no ordenamento dos espaços urbanos. Para isso, setores da cidade são selecionados como vetores do desenvolvimento dando origem a criação de bairros nobres e áreas opacas (no que diz respeito, principalmente, a inclusão social). O zoneamento urbano proposto pelas políticas públicas é direcionado para favorecimento desses investimentos na medida em que fornece condições para o estabelecimento do mesmo.</p>	<p>As políticas neoliberais continuam delimitando a dinâmica urbana e o papel das cidades. Contudo, as empresas privadas perdem a autonomia financeira conquistada na década anterior e o Estado pode contar com a presença de novos parceiros na elaboração de ações que reduzam as injustiças sociais e garantam o direito à cidadania. Mesmo assim, as áreas mais beneficiadas com infraestrutura continuam sendo priorizadas para o investimento privado criando não apenas espaços segregados, mas espaços fragmentados (dotados de infraestrutura e equipamentos suficientes para o isolamento do "feio").</p>
Política	<p>Preocupado em fornecer as condições para o desenvolvimento, o Estado investe na elaboração de planos que propiciem o desenvolvimento urbano. Para isso, além de estatais, são criados instrumentos básicos como as cartas de crédito junto a órgãos de fomento para realização das obras de infra-estrutura das cidades. Endividado, o Estado abandona o seu papel no ordenamento urbano tendo que acatar as prioridades das instâncias de fomento (empresas privadas) reproduzindo e crise social.</p>	<p>O governo Federal deixa a responsabilidade do ordenamento urbano para as administrações públicas municipais, as quais, submetidas aos interesses das empresas privadas, acabam promovendo uma forma de ordenamento urbano que reforça a exclusão social. No sentido de amenizar este panorama são criados espaços para ouvir a demanda da população. Contudo, as decisões continuam sendo mais políticas do que sociais.</p>	<p>Amparadas pelo apoio da sociedade civil organizada, pela reforma constitucional e formação de redes internacionais de desenvolvimento urbano (cidades saudáveis; cidades sustentáveis; etc), as prefeituras retomam o planejamento enquanto estratégia política. Da mesma forma, o Governo Federal, especialmente a partir do início da década de 2000, assume uma postura mais social (pelo menos no discurso) e cria instrumentos que possibilitem o ordenamento urbano e a inclusão social.</p>
Social	<p>O modernismo fornece os instrumentos para a reforma urbana a qual é mais preocupada com a estética e funcionalidade do que com a inclusão e direito social. A crise econômica nos anos 1970 e o crescimento das injustiças sociais criam o ambiente propício ao surgimento e segmentos organizados na sociedade (associações de moradores, ONGs, Movimentos sociais urbanos, étnicos etc). A pressão política dificulta a participação desses sujeitos no debate sobre a justiça social e a qualidade de vida.</p>	<p>Vivenciando a retomada da democracia, a sociedade começa a se organizar melhor e a ter uma participação mais ativa na luta pela melhoria da qualidade de vida e redução da injustiça social. O longo período de experiência no regime autoritário acaba dificultando uma participação mais efetiva. A sociedade reproduz a política de exclusão ao não promover uma atuação mais articulada e eficiente. Assim, as conquistas são poucas e setoriais uma vez que as reivindicações são por ações assistencialistas.</p>	<p>Tanto as ONGs como os Movimentos Sociais, em especial os que lutam pela reforma urbana, passam a desempenhar um papel mais eficiente no debate sobre o futuro da cidade. Assim, atuam como articuladores entre o poder público e a sociedade, defendendo a posição de que a política pública eficiente tem por base a adoção de estratégias de desenvolvimento, ou seja, devem ser produto de planejamento.</p>

2.3 Os limites do desenvolvimento urbano de João Pessoa: para quem é o discurso?

Diante do exposto, a formação socioespacial da cidade de João Pessoa decorre de situações particulares que acabaram delineando não apenas a estrutura espacial na qual pousou seu sítio, mas a própria formação de seu ordenamento urbano. A cidade foi e vem sendo construída a partir das estratégias desenvolvidas pelas administrações públicas (estadual e municipal) em parceria com arquitetos, urbanistas e empresas privadas. Embora a influência da sociedade civil organizada venha sendo cada vez mais efetiva, ela praticamente não é reconhecida no que diz respeito as decisões sobre a produção da cidade.

João Pessoa, como observado em páginas anteriores, apesar de ter nascido como cidade, teve fortes dificuldades de se consolidar como tal, ou seja, definir o seu papel perante as demais capitais ou cidades do nordeste brasileiro, principalmente.

Estas influências acabaram definindo dois tipos de cidade. Uma cidade com uma organização espacial bem diferenciada daquelas encontradas nas demais cidades brasileiras uma vez que tem conseguido desenvolver sua fisionomia urbana sem abandonar elementos de seu sítio inicial, o que possibilita a existência de uma paisagem que se apresenta como um verdadeiro relicário urbano-ambiental do espaço onde teve estabelecido o seu sítio. Já no segundo caso, apresenta-se como uma cidade “descoberta” por sujeitos sociais que tradicionalmente têm ficado de fora do debate sobre os parâmetros do ordenamento urbano. Assim, existe uma cidade feita para ser produzida e apropriada pela e para a classe média e outra para ser produzida e apropriada pela sociedade em geral. Uma cidade que segrega, exclui e diversifica; e outra que resiste e se impõe. Tais aspectos tornam desafiador o interesse pela compreensão da formação socioespacial da cidade de João Pessoa assim como as estratégias e táticas desempenhadas pelos sujeitos sociais no processo de produção da cidade.

Para compreender essas duas cidades tem-se como uma das opções a observação dos fatores que influenciaram no ordenamento

urbano a partir da década de 1970, período em que a cidade se depara com diversas políticas de controle ao desenvolvimento urbano. Assim, é o período em que são criadas as condições iniciais para o surgimento e consolidação de sujeitos sociais que até então estavam ausentes dos debates sobre o futuro da cidade.

A cidade do discurso configura-se como a cidade mascarada por slogans especificamente criados para atender a um interesse emergente no contexto urbano: atuação das empresas privadas no ordenamento espacial. É, portanto, como uma cidade estrategicamente imaginada para ser apropriada por formas de organização espacial, previamente selecionada.

Termos como “A segunda cidade mais verde do mundo”; “O ponto mais oriental das Américas”; “cidade saudável”; entre tantos outros, são exemplos de instrumentos criados para dar sustento à formação de uma cidade diferenciada de outras com condições similares. Tais figuras criadas para a cidade são idealizadas pelo Estado e pelas empresas privadas sendo que o primeiro fornece os instrumentos legais e materiais (no que concerne a infra-estrutura) e o segundo fornece o aporte financeiro necessário para promoção de intervenções espaciais, especialmente no que diz respeito à locação de equipamentos urbanos.

Conforme pode ser observado, nos dois principais momentos em que o planejamento se apresentou como estratégia de ordenamento urbano, a produção do espaço foi delineada pelos parâmetros apresentados nessa parceria entre o poder público e as instâncias privadas de investimento (financeiro e material) em suas mais diferentes formas e escalas de atuação sendo a questão política e a econômica as principais expressões do espaço produzido.

A difusão e consolidação dos Movimentos Sociais Urbanos na década de 1990, por sua vez, apresenta-se como um marco da inclusão do fator social (participação da sociedade) no ordenamento urbano da cidade, embora ainda de forma restrita o que confere certa complexidade na formação da cidade.

Assim, as contradições aparentemente observadas, a exemplo da criação de uma legislação específica de controle a verticalização na

orla marítima que inibe a disputa imobiliária por aquele território¹⁵, são diluídas pelo discurso criado como identidade para a cidade. Isto se dá pelo fato de se perceber que a criação dessa legislação faz parte de estratégias de ordenamento urbano criadas em um período em que João Pessoa consegue, de fato, direcionar suas artérias viárias para o litoral, mesmo não se encontrando em condições de receber tais intervenções estruturais uma vez que o valor do uso do solo não correspondia ao valor desejado pelas empresas de fomento.

A legislação de proteção à orla marítima é, assim, encoberta pelo discurso do poder público de não permitir que a cidade se transforme no caos urbano presente em outras capitais cujo processo de verticalização influenciou na ambiência urbana. Embora seja um instrumento importante para evitar a especulação imobiliária descontrolada, ela passou a ser utilizada como “pano de fundo” para se criar uma reserva de valor sobre o território litorâneo tendo em vista as projeções que, já em meados dos anos 1970, eram apontadas para o litoral nordestino: área potencial para o desenvolvimento econômico pelo turismo e serviços em geral.

Enquanto as atenções foram voltadas para as ocupações no sul da cidade através da construção de bairros e conjuntos habitacionais de médio e grande porte, as políticas de proteção ao litoral foram utilizadas como instrumentos para a consolidação de uma área de valor territorial bastante atrativo para as empresas privadas.

O aceite do discurso da necessidade de se preservar os condicionantes paisagísticos do litoral pessoense, por conta da política de contenção do avanço da urbanização verticalizada na orla, oculta o interesse desse segmento em realizar investimentos no momento oportuno: uma certeza maior do retorno financeiro.

¹⁵ “Art. 229. A zona costeira, no território do Estado da Paraíba, é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação, na forma da lei” (PARAIBA, 2005).

As experiências com outras capitais com a criação de condomínios ou venda das terras antes de obtenção da infra-estrutura necessária justificam tal preocupação. Em João Pessoa, essa infra-estrutura só chegou a ser montada a partir da segunda metade da década de 1990.

Assim, houve o aceite em obedecer a legislação elaborada, desde a década de 1970, a partir Lei de Desenvolvimento Urbano (LDU) e firmada na década de 1980 com a constituição estadual. Contudo, isso não correspondeu a um desinteresse na aquisição de lotes na faixa da orla marítima a um preço aquém do cobrado na atualidade.

Em um segundo momento, após a pavimentação das principais vias de acesso, com exceção da Av. Epitácio Pessoa aonde foram realizados investimentos em equipamentos que atraíssem tal estrutura, a exemplo dos hotéis (com exceção do Hotel Tambaú, inaugurado antes da década de 1980), shoppings, centros comerciais etc., além da criação a partir da década de 1990 de equipamentos que confirmassem a viabilidade funcional da área, especialmente a turística com a criação do pólo turístico litorâneo com seus hotéis, bares, feiras etc.

Com a consolidação e reprodução dos discursos criados para a cidade, sendo um desses confirmados com a criação do pólo turístico Farol do Cabo Branco (O ponto mais oriental das Américas), tem-se observado uma mudança na postura dos empreendedores que passaram a construir edificações na orla.

Nos últimos anos têm-se evidenciado um aumento de empreendimentos verticais (condomínios e edifícios residenciais) e horizontais (recentes condomínios fechados construídos e em construção em bairros como Altiplano Cabo Branco e Morada do Sol) sendo construídos na faixa litorânea uma vez que a relação custo-benefício é favorável ao empreendedor.

Portanto, o aparente prejuízo obtido com a não construção dessas edificações durante as décadas de 1970 e 1980 é substituído pelo lucro adquirido com a compra das terras nesse período e sua venda nos dias atuais ou ainda pela própria construção de empreendimentos

(comerciais e residenciais) nessa área. Tanto numa situação como na outra esses empreendedores têm como poder de barganha a consolidação da imagem criada para a cidade e a infra-estrutura montada, na década de 1990, para sua consolidação.

Desta forma, enquanto por um lado, ao longo de praticamente 20 anos (1970 - 1990), o governo municipal ficou responsável pela criação de uma "imagem para a cidade" fornecendo para aquela área uma estrutura propícia a futuros investimentos (saneamento, revitalização da orla marítima, rodovias de acesso a todos os setores da cidade etc); por outro, os empreendedores urbanos, particularmente as imobiliárias ou instituições de fomento, ficaram responsáveis por tornar real essa imagem, através da locação de novos empreendimentos comerciais (Shopping Centers Manaira e Meg, restaurantes, hotéis na orla etc) e residenciais (Condímínio Extremo Oriental e o Cabo Branco Residence Privé), além da venda dessas imagens.

Sobre a localização desses empreendimentos, ver o mapa (**Mapa 4**) e as fotos a seguir (**Fotos 1 a 3**).

Em meio a esse contexto, de acordo com o qual se evidenciava um processo de antecipação espacial¹⁶, criou-se um imaginário segundo o qual a cidade de João Pessoa se tornou uma cidade que tem na qualidade de vida o sua principal identidade. Essa qualidade de vida, no entanto, não chega até aos moradores excluídos dos equipamentos urbanos. Com isso, o interesse por justiça social emerge como fator motivador para lutar pelo direito à qualidade de vida.

A retomada do planejamento durante a década de 1990 trouxe consigo novas expressões de discursos desenvolvimentistas que mais uma vez colocaram em xeque a equidade social na ambiência urbana. Embora reconheçamos um esforço pelo desenvolvimento de ações voltadas para atender as demandas urbanas (saúde, saneamento, etc.) João Pessoa foi, novamente, sendo “vendida” por um discurso que não corresponde diretamente a sua realidade urbana, tais como: cidade saudável; cidade limpa; entre outros.

Tais discursos apresentam como principais metas a revitalização do centro histórico através do reordenamento das moradias antigas e revitalização dos circuitos feitos no centro, a exemplo do uso do Parque Sólón de Lucena, recentemente (em 2006) escolhido como cartão postal da cidade.

Por sua vez, existe também a produção de uma cidade vivida por outros segmentos da sociedade através da forma como os mesmos vão se infiltrando na realidade negada: a da construída para todos. São sujeitos que vivem ou se preocupam com as pessoas que vivem às margens dos benefícios deixados pelos sujeitos que produzem a cidade imaginada: o poder público e os agentes privados.

Na primeira fase da construção dessa cidade, quando o planejamento começou desenhar a expansão urbana para o leste (litoral)

¹⁶ Segundo a mesma concepção adotada por Correa (1995, p. 39): “...localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas”.

e sul da cidade, estes sujeitos não se encontravam devidamente organizados ao ponto de questionar os fundamentos postos na organização territorial da cidade.

O fato de residirem nos bairros mais antigos (setor oeste e norte, além do centro da cidade) e da atenção ao desenvolvimento urbano planejado (infra-estrutura e equipamentos urbanos) ter tido como prioridade as áreas de expansão, especialmente a faixa litorânea, além da própria política desenvolvida pelas administrações públicas durante o período militar, influenciaram na pouca expressividade da organização social nesse momento. Isso ocorreu pelo fato de que, se por um lado os indivíduos não conseguiam perceber o que estava realmente por trás dos discursos promovidos pelos agentes empreendedores, por outro não contavam com nenhuma organização social capaz de realizar tal esclarecimento.

Essa cidade apropriada pela população mais carente é compreendida como a cidade dos excluídos do processo de desenvolvimento urbano uma vez que, se por um lado, durante duas décadas houve investimentos significativos para o ordenamento urbano das áreas favorecidas pelo planejamento; por outro, os espaços mais antigos ficaram alheios às propostas dessas políticas.

Assim, o discurso de João Pessoa como a segunda cidade mais verde do mundo esconde a João Pessoa dos excluídos, a cidade dos sem-moradia. Esconde a cidade composta por favelas banhadas pelos principais rios ou amparadas pelos principais morros do espaço urbano. A cidade saudável, moderna, esconde também a cidade das doenças e do atraso segundo a qual o modo de vida rural ainda permanece nas entranhas da estrutura urbana da cidade, conforme se evidenciava ainda nas primeiras décadas do século XX.

Enquanto no primeiro contexto se evidencia a conquista da qualidade de vida (habitação, emprego, saúde, transporte, etc.) para um setor da cidade; no outro essa qualidade de vida encontra-se diluída em meio a uma injustiça social cada vez mais visível.

O surgimento dos movimentos sociais urbanos propiciou a origem de um novo contexto para a produção do espaço urbano. Um contexto segundo o qual o poder público passa a ter que, obrigatoriamente, dialogar com essas representações antes de definir os parâmetros para o ordenamento urbano da cidade. Por outro lado, os fatores conjunturais de ordenamento urbano (econômicos, sociais e políticos), que caracterizou o contraste urbano da cidade, são acrescidos de outro, o ideológico, igualmente relevante no entendimento dos processos responsáveis pela produção do espaço urbano.

Para esses “novos” sujeitos sociais, devido a pouca experiência e dificuldade de gerar discursos amparados em posturas comuns, especialmente no que diz respeito aos parâmetros ideológicos do ordenamento urbano, tal fator se apresenta como mais um indicador da complexidade de se compreender o que está realmente por trás dos discursos na produção e apropriação do espaço urbano.

Este item serve, assim, como contextualização introdutória da complexidade que se tornou a organização espacial de João Pessoa, especialmente com a presença e atuação dos MSUs quanto às estratégias e táticas desenvolvidas pelos mesmos ao longo das três últimas décadas.

Quando se menciona a hipótese da existência de uma “cidade do discurso” não significa que a mesma não se expresse em sua materialidade. Não se trata do discurso subjetivo, mas do discurso que materializa uma realidade presente, especialmente por ter como consequência a reprodução da injustiça social.

Essa cidade do discurso corresponde, assim, a cidade fictícia. Já ao que foi classificado como “cidade real”, a cidade dos excluídos, essa também é uma realidade (material e subjetiva) vivida pelos demais segmentos sociais: seja pela impossibilidade de se isolar completamente dessa realidade urbana uma vez que são submetidos aos mesmos problemas urbanos (violência, ambiental etc.) vividos pela sociedade, por se tratar de problemas coletivos; seja pelo fato de não conseguir se excluir dos valores (culturais, políticos, sociais etc.) presentes igualmente no próprio segmento social excluído.

Assim, a afirmação de uma cidade do discurso e de uma cidade do real deve ser observada apenas como um modelo que permita compreender que existe uma João Pessoa produzida para atender essa realidade criada, a da cidade quase perfeita, e outra que expressa os principais problemas urbanos presentes em qualquer espaço urbano. É para esta João Pessoa que os Movimentos Sociais Urbanos devem pautar seus objetivos de ação.

3. Espaço construído e espaço em construção: os limites impostos pelas contradições na produção do espaço urbano de João Pessoa (1970-2000).

“Infelizmente, nos últimos anos, o domínio das práticas espaciais tem mudado, tornando ainda mais problemática qualquer definição imutável em relação ao urbano enquanto domínio espacial distintivo. Por um lado, testemunhamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades e diversos ‘clubes de esquina’, enquanto, por outro lado, o transporte rápido e integrado torna absurdo o conceito de cidade enquanto unida (HARVEY, 2005, p.171)

O parágrafo utilizado como epígrafe introdutória para este capítulo sintetiza dois grandes problemas vivenciados atualmente nas cidades: as repercussões provocadas pelas metamorfoses das práticas espaciais na produção do espaço urbano, devido a uma participação cada vez mais diversificada dos sujeitos sociais envolvidos com seu ordenamento e a complexidade em que se tornaram os espaços urbanos em decorrência das diferentes relações socioespaciais.

No que diz respeito às práticas espaciais, a partir do que foi observado no capítulo anterior, se por um lado a diversidade de “atores sociais” que ultimamente tem participado da produção do espaço evidencia novas perspectivas para o ordenamento urbano. Por outro lado, as conseqüências decorrentes da “exclusividade” assumida pelo poder público no ordenamento (planejamento urbano) assim como a influência do empreendedorismo privado na organização do espaço, ocupando e transformando os principais setores do espaço urbano, tem inibido a participação de outros segmentos da sociedade.

Em João Pessoa a atuação conjugada do setor público e privado foi determinante para sua atual configuração socioespacial. De fato, responsáveis diretos pelo planejamento urbano da cidade durante quase três décadas, esses “atores sociais” foram determinantes para a segregação do espaço urbano de João Pessoa: ocupação pela população mais pobre nos setores norte, oeste e sul e ocupação pela população economicamente mais favorecida nos setores nordeste, leste e sudeste.

Com isso, sujeitos sociais emergentes, a exemplo dos Movimentos Sociais Urbanos, estão sendo obrigados a desenvolver suas práticas espaciais em meio a contradições herdadas das práticas desenvolvidas pelo setor público e privado. Assim, esses movimentos vêm atuando, dialeticamente, em um espaço já construído, no qual realizam suas ações segundo o ordenamento, zoneamento e setorização funcional determinado para o mesmo, e em um espaço ainda em construção tanto no que diz respeito às mudanças das formas como no que se refere às alterações das funções.

Embora nesses últimos 10 anos tenha havido avanços quanto à inclusão da sociedade civil no debate sobre o ordenamento urbano, esta ainda ocorre de forma moderada. Isso se efetiva pelo fato dos sujeitos sociais que representam esta inclusão serem obrigados a atuar em um espaço que, embora não se apresente totalmente ocupado, têm, territorialmente, suas funções bem delimitadas pela legislação de ordenamento urbano, particularmente a Lei Orgânica do Município (1990) e pelo Plano Diretor (1992), os quais passaram a se caracterizar como o principal referencial na promoção do ordenamento urbano de João Pessoa. Tais sujeitos sociais são, portanto, condicionados a ter que atuar em um espaço cada vez mais complexo (quanto à sua infraestrutura e ordenamento) e contraditório (quanto à sua funcionalidade).

A relação dialética entre a análise do espaço construído (espaço apreendido como palco elaborado a partir das diferentes ações dos sujeitos sociais) e espaço em construção (se aceitarmos à idéia de que os processos prevalecem como agentes mediadores das transformações socioespaciais) remete para a necessidade de se analisar o espaço a partir da influência dos diferentes fatores conjunturais (políticos, econômicos e ideológicos) decorrentes das diversas práticas socioespaciais.

Contudo, independente do papel ou função desempenhada pelos "atores sociais" envolvidos com a produção do espaço urbano pessoense, ou do atual contexto socioespacial da cidade de João Pessoa, as ações destes vem assumindo um aspecto comum: produzir o espaço a partir de ações estratégicas voltadas para uma urbanização planejada, apesar dessa preocupação se materializar muitas vezes de forma utópica.

Por sua vez, o planejamento urbano aplicado à urbanização está diretamente relacionado a ações de produção ou reestruturação de territórios, a exemplo das mudanças na infraestrutura urbana, como as apropriações e desapropriações, bem como a dificuldade de implementação de ações que propiciem uma mobilidade urbana mais equitativa. Assim como ocorre com os agentes empreendedores, a localização e a facilidade de acesso tem sido, por exemplo, os principais

elementos das estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais urbanos.

Em João Pessoa, o planejamento, enquanto expressão da política urbana, tem transitado entre as diferentes escalas de ação ao se fazer presente e influente tanto a nível intra-urbano, delineando os critérios das mudanças territoriais, impondo regras e normas aos sujeitos sociais envolvidos com a questão urbana, como a nível regional (estadual e federal) ao desenvolver ações com sujeitos que se articulam nessa escala de forma a garantir a viabilidade financeira e prática para sua execução.

Portanto, além das oscilações da forma como o poder público tem promovido a gestão do espaço urbano ao optar, em alguns momentos, pelo planejamento enquanto estratégia de desenvolvimento e, em outros, por ações condicionadas pela demanda, às ações pautadas no planejamento tem se configurado, igualmente, como estratégia de outros sujeitos sociais segundo os seus respectivos objetivos ou intencionalidades. Em todos os casos, o recorte temporal comum corresponde ao início da década de 1970 quando o planejamento começou a fazer parte da política urbana do poder público municipal.

3.1 As idas e vindas do uso do planejamento na política de ordenamento urbano: da atuação do poder público ao surgimento de novos sujeitos sociais.

A década de 1970 marcou, especialmente para o mundo ocidental, um período de fortes transformações socioespaciais decorrentes do processo de globalização, a partir do acesso a novas técnicas, difusão do conhecimento e da informação e, principalmente, das conseqüências sócio-econômicas oriundas do impacto desse processo no ordenamento urbano tanto dos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos.

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, a globalização, conduzida pelo surgimento de "atores" hegemônicos (grandes empreendedores), assim como pela difusão de diversos segmentos sociais (movimentos sociais, ativismos populares, organizações sociais etc.), produziu fortes conseqüências ao espaço urbano.

No que concerne à conjuntura política, o país vivenciou, nesse período, a "plenitude" da intervenção militar, representada pelo centralismo e o autoritarismo administrativo decorrente das intervenções de ações da administração pública (federal, estadual e municipal) nos espaços "vazios". Tal conjuntura teve por objetivo promover o ordenamento espacial de forma a torná-lo apto às intervenções do setor privado que nesse período estava passando por um processo de expansão (conquista e domínio territorial). Por outro lado, a repressão produzida pela intervenção militar propiciou, nesse mesmo período, o surgimento de novos sujeitos sociais, especialmente os movimentos sociais que, incentivados pela Igreja Católica (Pastorais e Teologia da Libertação), passaram a se mobilizar em busca de conquistas pelos direitos sociais (inclusão social). Já o estímulo à criação de pólos industriais, particularmente em áreas metropolitanas, assim como a urbanização acelerada, repercutiu no surgimento de movimentos ambientalistas.

Tais movimentos, em parceria com outros segmentos da sociedade, passaram a ter como um dos seus principais objetivos a luta contra os impactos produzidos pelas ações dos empreendedores nas transformações dos espaços rurais ou urbanos. No caso específico do espaço urbano o problema ambiental esteve relacionado, principalmente, a poluição dos rios e ausência de um saneamento básico necessários ao atendimento a um contingente cada vez maior de pessoas que se multiplicavam nos principais centros urbanos.

O debate político passou a se infiltrar em outras esferas da sociedade (universidades, associações, espaços públicos etc.), o que resultou em uma participação mais efetiva do poder público municipal na elaboração tanto de planos de desenvolvimento como de políticas públicas mais flexíveis às exigências desses sujeitos sociais, especialmente em meados dos anos 1990 quando, especificamente para a realidade brasileira, puderam contar com um respaldo legal de participação na produção do espaço urbano.

No âmbito econômico, os investimentos dos empreendedores fomentaram transformações significativas no ordenamento urbano, especialmente no que diz respeito às áreas metropolitanas através da implementação de novos e modernos empreendimentos urbanos a exemplo dos grandes condomínios fechados (verticais e horizontais), conjuntos habitacionais, Shopping Centers, Hipermercados etc. Tais empreendimentos marcaram a transformação da realidade urbana ao reforçarem o processo de segregação socioespacial produzindo, a partir deste, novas centralidades.

Já no que se refere à questão social o debate migrou da escala regional, discussões sobre as desigualdades históricas entre as regiões sul-sudeste e norte-nordeste, discussão essa que predominou durante praticamente três décadas (1950-1970) para eclodir na escala intra-urbana (desemprego, falta de habitação, insalubridade, etc.) no final da década de 1970, influenciando na inclusão da justiça social e da qualidade de vida enquanto prerrogativas de um desenvolvimento urbano pautado

em ações públicas bem mais representativas e efetivas, baseadas no planejamento socioespacial.

o desenvolvimento urbano, o qual é o *objetivo fundamental* do planejamento e da gestão urbanas, deixa-se definir com a ajuda de dois *objetivos derivados*: a *melhoria da qualidade de vida* e o *aumento da justiça social* (...). À luz da preocupação com o planejamento e a gestão urbanas, ambos os objetivos (...) podem ser compreendidos como *objetivos intrinsecamente relevantes*, pois claramente dizem respeito a fins e não somente a meios. (SOUZA, 2004, p. 75 e 76). **(Destaque do autor)**

Assim sendo, no âmbito social a relação entre o processo de globalização e a nova divisão social e territorial do trabalho, evidenciada a partir da década de 1970, forneceu os elementos para uma realidade urbana bem mais complexa. Uma realidade composta por uma sociedade crítica, reivindicadora e atuante que teve nos sindicatos, movimentos de bairro e populares, assim como as associações de moradores, os principais agentes motivadores das transformações urbanas.

Com a participação cada vez mais efetiva desses sujeitos sociais, a lógica de uma sociedade ordenada por uma economia pautada em dois circuitos, o superior e o inferior, perdeu sentido uma vez que “todos os níveis da população podem estar ligados ao consumo fora do sistema a que pertencem” Santos (2005, p. 97), prevalecendo, com isso, a superposição inerente das relações socioespaciais decorrentes desses dois circuitos.

A conjuntura apresentada resultou, ainda durante a década de 1970¹⁷, em mudanças substanciais na organização do espaço ao influenciar na forma de atuação do poder público em suas três unidades

¹⁷ Muitas das ações que caracterizaram o ordenamento espacial na década de 1970 surgiram das propostas de planejamento de décadas anteriores, especialmente no que diz respeito à legislação. Contudo, as condições propícias para a difusão e reconhecimento dessa nova fase da política nacional, ocorreram na década de 1970.

político-administrativas (municipal, estadual e federal), especialmente no que diz respeito às ações que propiciaram o ordenamento urbano das principais cidades brasileiras: inicialmente as capitais (sejam elas metropolitanas ou não) e depois as cidades de porte médio.

Para o governo federal, esse período representou a inserção do Brasil no cenário mundial enquanto país em desenvolvimento uma vez que a criação de pólos de desenvolvimento (agroindustriais e metropolitanos, principalmente), com investimentos nos setores tecnológicos e científicos, possibilitou que o país vivenciasse um período de forte crescimento econômico, o qual ficou conhecido como “milagre econômico”. Esse período de crescimento econômico repercutiu em mudanças tanto na área rural como na área urbana.

Para o ordenamento do espaço urbano as repercussões do crescimento foram percebidas através dos fortes investimentos tanto do setor financeiro como das empresas privadas que juntos influenciaram no ordenamento urbano proveniente da construção de novos empreendimentos voltados para fornecimento das condições necessárias para a modernização do espaço urbano tanto em termos de infraestrutura quanto no que se refere a locação de novos equipamentos urbanos.

O financiamento proveniente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através das Companhias de Habitação Popular (COHABs), por exemplo, propiciaram mudanças substanciais no ordenamento urbano, especialmente nas capitais, através da construção de grandes conjuntos habitacionais populares¹⁸.

¹⁸ Embora o SFH tenha sido uma das principais referências no que concerne ao processo de apoio do poder público federal no financiamento habitacional, a expressão geográfica desse apoio remonta o início do século XX com a criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e a Fundação Casa Popular (IAP/FCP) os quais foram transformados na segunda metade do século XX em Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A atenção à moradia foi dirigida a todas as classes sociais variando apenas no que se refere à instituição de fomento, ao tipo de moradia e a localização espacial. Para a população com melhor poder aquisitivo o financiamento foi oriundo da iniciativa privada sendo os empreendimentos representados por conjuntos verticais localizados no setor leste da cidade. Já a classe média obteve o financiamento através de Cooperativas Habitacionais.

Quanto ao tipo de moradia houve a predominância de conjuntos habitacionais de pequeno porte, decorrentes de financiamentos oriundos do SFH/BNH ou do apoio dos sindicatos a exemplo dos bancários, comerciários etc., os quais, no caso específico de João Pessoa, resultou na formação de alguns bairros como Jardim Cidade Universitária, Bancários, Funcionários I e II. Esses empreendimentos foram localizados em áreas estratégicas quanto ao acesso e as funções urbanas. Finalmente, a população com menor poder aquisitivo obteve o financiamento proveniente dos Programas Habitacionais (parcerias entre os governos federais, estaduais e municipais) através de medidas assistencialistas. Assim, além de modestas, possuindo no máximo três cômodos (sala, quarto e banheiro), as residências eram entregues desprovidas de saneamento e infra-estrutura básica.

Incrustando-se nessas três grandes subdivisões foram sendo espacialmente distribuídas no espaço urbano ocupações "espontâneas" desprovidas de investimentos públicos ou privados e com condições adequadas a uma moradia digna. Tais ocupações resultaram, naturalmente, na formação de favelas que, durante a década de 1970, foram sendo difundidas na cidade de João Pessoa.

Envolvidos com problemas de ordem mais ideológica (igualdade de gênero e étnica, por exemplo) e política (luta contra a repressão imposta pelo governo militar), as organizações sociais existentes nesse período exerceram pouca pressão sobre o ordenamento

urbano da cidade. Representadas principalmente pelas associações de bairros, as ações estiveram restritas a reivindicações pontuais, voltadas para pressionar o poder público quanto ao atendimento das demandas sociais., relacionadas as melhorias no saneamento, emprego e educação. As ações desses sujeitos sociais, portanto, não conseguiram ultrapassar eficientemente a escala municipal devido a própria conjuntura política adotada pelo país durante esse período.

Os movimentos sociais que surgiram nesse período estiveram, por sua vez, relacionados à luta pela igualdade social (étnica, de gênero etc.). Possuíam, portanto, expressões mais espaciais do que territoriais uma vez que a luta não era voltada para conquista de territórios.

Os que mais se aproximaram do debate territorial foram os movimentos dos favelados. Estes, no entanto, estiveram mais próximos de serem considerados movimentos populares do que movimentos realmente sociais uma vez que as causas eram pontuais, pouco articuladas e voltadas para conquista do direito a habitação (ter a casa conquistada independente da mesma possuir ou não infra-estrutura) ao invés da conquista do direito à moradia (conquista da casa dotada de toda a infra-estrutura necessária a uma moradia decente).

Com o processo de redemocratização ocorrido a partir da segunda metade da década de 1980 e da própria reformulação da Constituição Federal em 1989, especialmente através dos artigos 182 e 183, é estabelecida uma atenção especial ao regulamento do ordenamento urbano.

A preocupação quanto ao futuro das cidades resulta na inclusão de normas específicas sobre a responsabilidade do poder público em produzir um espaço urbano mais justo e equitativo, produto de uma participação ativa da sociedade.

Pela primeira vez, é bom frisar, a cidade foi tratada na Constituição Federal, que nasceu com o intuito de

assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade futura, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. No estabelecimento da nova Constituição o país alcançou, também, um novo e promissor patamar com a incorporação, na lei fundamental, da participação popular nas decisões de interesse público. (OLIVEIRA, 2001, p. 3).

Portanto, se por um lado a redemocratização correspondeu a uma mudança na forma de atuação das prefeituras no que concerne a organização do espaço urbano, delegando a esta autonomia para resolução dos principais problemas urbanos assim como promover o desenvolvimento urbano de forma justa; por outro, evidencia-se, por parte do governo federal, uma nova fase de estímulo ao planejamento, especialmente na escala urbana em decorrência do aumento acelerado do processo de urbanização.

Além de estabelecer normas específicas voltadas para as novas atribuições do poder público municipal, o governo federal passa a atuar como interlocutor dos investimentos no ordenamento urbano, tanto os oriundos do próprio orçamento público federal como os decorrentes dos grandes empreendedores. Para isso, orienta como requisito para cidades com mais de 20 mil habitantes a implementação do Plano Diretor Urbano (BRASIL, 2007) enquanto instrumento para produção de um espaço urbano mais inclusivo.

É importante lembrar que a questão urbana foi inserida no debate político a partir de uma série de mobilizações, conferências e encontros oriundos de iniciativas da sociedade civil organizada (ONGs, associações, fundações, movimentos sociais etc.).

Os debates promovidos por tais organizações sociais, no final da década de 1980, resultou na formação do Movimento Nacional pela

Reforma Urbana (MNRU)¹⁹, o qual teve como grandes agentes-mobilizadores os movimentos de luta por moradia que, neste período, começavam se organizar e se difundir a exemplo da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e a Central de Movimentos Populares (CMP), os quais, embora tenham fincado raízes nos últimos anos da década de 1980, só foram consolidados enquanto representantes coletivos de luta por moradia apenas no início da década de 1990.

A atuação do MNRU, transformado na década de 1990 em Fórum Nacional pela Reforma Urbana, resultou na formulação da emenda constitucional que serviu de base para inclusão, na Constituição Federal, de um capítulo exclusivo sobre a política urbana: capítulo II cujos artigos 182 e 183 fornecem as bases para os desdobramentos futuros da política urbana no Brasil.

Além disso, a emenda constitucional fundamentou a promulgação do projeto de lei 5.788 de 1990, o qual, após uma década (1990-2000) tramitando no congresso e senado, foi utilizado como referência para a lei 10.257/01 que versa sobre o estabelecimento do Estatuto da Cidade como regimento para o ordenamento urbano "sustentável". Entre as principais conquistas obtidas a partir do projeto de lei 5.788/90, destacaram-se: a obrigatoriedade do Plano Diretor para municípios com contingente populacional superior a 20 mil habitantes; o IPTU²⁰ progressivo, a desapropriação para fins de reforma urbana e o

¹⁹ No Brasil, o debate sobre o tema "reforma urbana" não foi uma novidade do final da década de 1980. Antes, na década de 1960, o termo já aparece na administração pública enquanto meio para se conseguir o direito de propriedade urbana, combate a especulação imobiliária e valorização da função social da cidade, entre outros preceitos que foram retomados no final da década de 1980. Contudo, este tema é resgatado com um importante diferencial: ter agregado os movimentos de luta por moradia como um dos principais sujeitos na luta por uma reforma urbana (qualidade de vida e justiça social).

²⁰ Imposto Predial sobre Território Urbano de forma progressiva consiste na reforçar o a valorização da função social da cidade sob pena de perda do direito de propriedade.

direito a propriedade por tempo de uso e delimitação de sua função social.

Assim, pela primeira vez, a atuação de um movimento social (no caso específico dos movimentos nacionais de luta pela moradia, especialmente a CMP e o MNLM) conseguem realizar ações que influenciam diretamente na elaboração de leis e políticas futuras sobre o ordenamento territorial do espaço urbano.

Esses movimentos passaram, então, a se caracterizar pela influência exercida no debate e ação sobre o ordenamento do território urbano, fato este que permite, se utilizarmos uma linguagem geográfica de uma das concepções trabalhadas Fernandes (2005), classificá-los como movimentos socioterritoriais. Entre as principais propostas elaboradas que servirão de base para as políticas urbanas das décadas seguintes, destacaram-se: a concepção da função social; o direito à moradia; participação popular e gestão democrática; direito à propriedade por uso e conquista coletiva.

No que diz respeito à escala estadual, a atuação do governo no ordenamento urbano, por está envolvido com as políticas nacionais, foi sendo progressivamente reduzida uma vez que na transição de uma administração centralizadora-tecnista para uma democrática-participativa, no âmbito das três esferas de governo, houve um estreitamento dos laços entre o governo federal (detentor do financiamento e das regulamentações gerais) e o poder público municipal que passou a ser o principal responsável pela elaboração de políticas de ordenamento e controle urbano.

Se por um lado o período iniciado com a criação de estatais voltadas para resolução dos principais problemas, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbano, a exemplo, no caso da Paraíba, da EMAPA (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba)²¹, a

²¹ A Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba surgiu no final da década de 1970 (Lei Estadual nº 4.034 de 20/12/1978) para o desenvolvimento

CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) e CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), marcou o ápice da parceria entre o governo federal e o estadual (os estaduais)²²; por outro lado, com a redemocratização, o governo federal estreita laços com os municípios devido o agravamento dos problemas urbanos e o poder público municipal passa a assumir a responsabilidade de promoção do ordenamento “sustentável” dos espaços urbanos.

Durante a década de 1990 houve uma redução dos investimentos do poder público federal no que diz respeito à implementação de uma política que regulamentasse o desenvolvimento urbano das cidades, apesar da obrigatoriedade de implementação das Leis Orgânicas e dos Planos Diretores por parte do governo municipal. A instabilidade econômica vivenciada pelo país durante a década de 1990 assim como a própria opção política adotada especialmente durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao fornecer condições favoráveis aos investimentos de grandes agentes privados, além de um não acompanhamento efetivo das políticas de desenvolvimento urbano promovidas pelo poder público municipal, foram os motivos que resultaram em uma atuação passiva do poder público federal no que concerne ao patrocínio do ordenamento urbano.

Embora muitos municípios tenham cumprido, nesse mesmo período, as orientações estabelecidas na constituição, no que se refere a implementação do Plano Diretor para os municípios com população superior a 20 mil habitantes (BRASIL, 2007), essa recomendação acabou

tecnológico no meio rural e como instrumento para viabilizar o abastecimento dos centros urbanos.

²² Enquanto a CAGEPA foi criada para resolver o problema do saneamento básico agravado com a urbanização acelerada evidenciada entre as décadas de 1970 e 1980, a CEHAP, financiada pelos recursos do SFH (Sistema Financeiro Habitacional), através do BNH (Banco Nacional de Habitação), ficou responsável pela resolução dos problemas de falta de moradia a partir da criação de conjuntos habitacionais populares promovendo, com isso, a expansão urbana para os setores periféricos. Nenhuma das duas conseguiram atingir os objetivos que justificaram sua criação.

não sendo tão eficiente uma vez que, na prática, à falta de controle ou de financiamento para implementação efetiva do mesmo.

Assim, para muitas cidades, o Plano Diretor é implementado mais como um conjunto de normas definidas de uma política urbana do que enquanto um mecanismo de promoção de um ordenamento urbano planejado e eqüitativo. Para outras cidades que conseguiram implementar parte do que realmente foi compreendido no Plano Diretor, as ações foram ainda assim limitadas por não apreenderem o que os segmentos organizados da sociedade pleiteavam: uma maior qualidade de vida e justiça social.

A grande dificuldade esteve relacionada a ausência de uma ação mais efetiva do governo federal no que concerne a criação de mecanismos que viabilizassem a implementação dos critérios estabelecidos pelos planos diretores e de uma falta de experiência ou interesse político das administrações municipais quanto a luta pela criação das condições necessárias para promoção do ordenamento urbano segundo as normas estabelecidas no Plano Diretor. Acrescenta-se a isso a demora pela aprovação de uma lei que aprovasse a criação do estatuto da cidade enquanto instrumento de viabilização (financeira e prática) das políticas de desenvolvimento urbana propostas nos Planos Diretores e a pouca experiência dos segmentos organizados da sociedade civil em reivindicar a implementação das normas estabelecidas na lei.

No entanto, durante a década de 1990 houve um grande amadurecimento dos diversos segmentos sociais no debate sobre o futuro da cidade. Contudo, as grandes questões urbanas continuaram sendo relacionadas à ausência de uma política habitacional e urbana capaz de suprir as demandas evidenciadas no espaço urbano da cidade.

Questões relacionadas ao direito de igualdade de gênero, respeito étnico, de preservação ambiental, principais bandeiras de lutas dos movimentos sociais durante a década de 1970, foram minimizadas em decorrência da elaboração e implementação de políticas específicas e do surgimento de organizações não-governamentais que passaram a suprir as lacunas deixadas pelo poder público. Contudo, outras questões

continuaram a ser um problema cada vez mais crescente no ambiente urbano. Estamos, naturalmente, nos referindo à questão da conquista de uma moradia digna.

Apesar de terem surgido, ao longo desse período, diversos sujeitos sociais preocupados com a resolução desses problemas, à exemplos de ONGs como a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) e dos observatórios de políticas públicas que passaram a existir nas principais cidades, onde os problemas urbanos são mais acentuados, foram os movimentos sociais de luta pela moradia os que mais conseguiram conquistas no que diz respeito a justiça social e qualidade de vida para população com menor poder aquisitivo.

Isso se deve, por um lado, ao fato de que, ao contrário de outros sujeitos sociais, esses movimentos conseguiram se articular a nível de Brasil de forma a montar uma rede que possibilitasse ao mesmo a realização de ações coordenadas segundo uma agenda nacional de ocupação, resistência e luta. Por outro lado, em cada espaço de atuação o movimento conseguiu manter sua autonomia, segundo a realidade socioespacial do local onde exerce suas atividades.

Estrategicamente, isso significa que os movimentos de luta por moradia conseguiram, ao mesmo tempo, criar as condições necessárias para participar do desenvolvimento urbano tanto na escala nacional, em parceria com outros segmentos da sociedade civil, lutando pela consolidação de uma legislação federal que fornecesse as condições necessárias para o estabelecimento da reforma urbana; como na escala local, através da luta pela moradia decorrente de ações efetivas na produção do espaço (construção do território da moradia).

Tanto numa esfera como na outra esses movimentos se destacaram pela manutenção de uma autonomia política perante os demais sujeitos sociais ao se proporem a lutar por um ideário comum, a reforma urbana (justiça social e qualidade de vida), sem abandonar os elementos que os identificam como movimentos sociais urbanos: sujeitos sociais autônomos cuja atuação resulta em mudanças na organização do

espaço urbano ao garantir para a sociedade, especialmente a mais carente, o direito à cidade através da conquista das condições de habitabilidade, ou seja, o direito a uma moradia digna.

Só após a administração do governo Lula é que foram criadas as condições ideais para a reforma urbana. De fato, embora o Estatuto da Cidade tivesse sido aprovado em 2001, no final gestão de Fernando Henrique Cardoso, pela Lei n. 10.257/01, consolidando, em definitivo, as normas para atuação do poder público na resolução dos problemas urbanos; foi apenas com a criação do Ministério da Cidade, no governo Lula, que se criaram as condições ideais para garantir o estabelecido pelo Estatuto da Cidade: garantia da justiça social e qualidade de vida no espaço urbano das cidades; valorização da função social da cidade e da propriedade urbana da cidade; estímulos para implementação de gestões públicas mais democráticas; distribuição dos ônus e benefícios da urbanização a partir do estabelecimento da outorga onerosa; entre outras conquistas decorrentes de uma década de luta pela por parte dos diversos segmentos da sociedade civil organizada (BRASIL, 2001).

[O Ministério das Cidades] tem como competência institucional elaborar políticas de apoio ao planejamento e gestão territorial e fundiária urbana. Trata-se de uma política de apoio a[os] municípios [na] implementação do Estatuto da Cidade e [n]o fortalecimento dos processos de planejamento e gestão territorial e urbana. (BRASIL, 2004, p. 7; 15).

Com a criação do Ministério das Cidades as administrações públicas municipais puderam contar com novas alternativas para aquisição de financiamentos voltados para a promoção efetiva das orientações de ordenamento urbano propostas no Plano Diretor tanto no que diz respeito a reformulações no espaço urbano como no que se refere a resolução dos problemas habitacionais. Dessa forma, no início do século XXI são consolidadas as condições ideais para a realização da reforma urbana nas três vertentes conjunturais: política, econômica e social.

No âmbito econômico, o país tinha acabado de vivenciar, nos últimos anos da década de 1990, um período de equilíbrio monetário, iniciado com a implementação do Plano Real, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, embora não tivesse conseguido obter, nesse momento, a estabilidade econômica desejada, a qual só veio a ser conquistada durante o governo Lula²³. As melhorias orçamentárias associadas a políticas de criação de novos mecanismos de financiamento foram os elementos que representaram uma ação mais efetiva por parte do governo federal, especialmente no que corresponde ao financiamento para adoção dos Planos Diretores resgatando, em definitivo, o planejamento enquanto alternativa política de desenvolvimento.

No cenário político, apesar das diversas crises que assolaram a atual gestão do governo federal, especialmente entre os anos de 2005-2007, foram adotadas medidas fundamentais para a promoção do desenvolvimento urbano, entre as quais se destaca a criação do próprio Ministério das Cidades e as diversas ações e encontros patrocinados pelo mesmo, a exemplo das conferências municipais, estaduais e nacional das Cidades. Tais debates, ao contar com a participação de diferentes segmentos sociais, tiveram como principais resultados a criação de programas e leis relacionadas diretamente ao ordenamento urbano e atenção à moradia, especialmente para a população de menor poder aquisitivo.

Finalmente, a questão social, representada por uma atuação mais ativa dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, foi

²³ Concebe-se o início desse período correspondente ao começo da gestão do governo Lula, a partir da não renovação do acordo feito junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no que se refere ao empréstimo concedido ainda na gestão de FHC (1998) e renovado no final de sua gestão, até o momento atual em que os ativos internacionais no exterior (reservas internacionais) se torna superior a dívida externa do país. No âmbito no desenvolvimento urbano isso representa a existência de condições ideais para investimentos em ações sociais, especialmente as relacionadas à moradia.

caracterizada pelo amadurecimento dessas representações decorrentes do momento propício criado como consequência da estabilidade econômica e mudanças no campo político. A influência de tais mudanças, por sua vez, esteve relacionada à própria postura do poder público federal, ao criar situações mais favoráveis à participação dos segmentos da sociedade civil organizada (a exemplo da consolidação do Estatuto da Cidade e da promoção de diversas conferências sobre o futuro das cidades), como da nova tendência das administrações municipais em dialogar (de forma obrigatória ou não) com os segmentos da sociedade civil organizados envolvidos diretamente com a questão urbana, como é o caso dos movimentos sociais urbanos.

3.2 O planejamento urbano em João Pessoa: as diversas faces de uma ideologia.

A exemplo do que ocorreu no país como um todo, o planejamento urbano em João Pessoa só teve mesmo início a partir da década de 1970. O lento processo de urbanização, associado ao fato de ter sido apenas a partir dessa década que a cidade começou, efetivamente, o seu processo de expansão espacial e o governo federal a difundir investimentos no planejamento diretamente no ordenamento territorial dos espaços urbanos, são fatores que explicam o surgimento do planejamento a partir da década de 1970.

Uma exceção foi o Projeto do Sistema de Esgotos Sanitários que correspondeu a relatório técnico voltado para a elaboração do sistema de esgoto de João Pessoa, em 1968, a partir da retomada do projeto de saneamento elaborado por Saturnino de Brito, em 1913. Este projeto propunha a ordenação territorial da cidade a partir da seleção das áreas a serem contempladas com o abastecimento d'água e serviços de coleta e tratamento sanitário. As áreas contempladas por este projeto antecipavam a divisão territorial proposta a partir da década de 1970 no qual os setores centro, norte e leste corresponderam aos locais mais beneficiados pelas propostas de ordenamento territorial.

A experiência com o planejamento urbano em João Pessoa nasceu na gestão de Dorgival Terceiro Neto (1971-1974) ao estabelecer os fundamentos para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) enquanto mecanismo de promoção do ordenamento urbano da cidade. Além das reformas políticas (orientação para o desenvolvimento urbano) as mudanças estiveram igualmente direcionadas a promoção de uma reforma administrativa no sentido de por fim na "desorganização" que caracterizou a cidade de João Pessoa durante praticamente todo o século XX (JOÃO PESSOA, 1970, p.13).

Para proporcionar o desenvolvimento urbano pautado no planejamento o poder público foi obrigado a tomar como providência a adoção de equipes mistas para elaboração de um diagnóstico básico das reais condições de desenvolvimento urbano de João Pessoa tendo por objetivo catalogar a dinâmica físico-territorial da cidade correspondendo, portanto, a um instrumento destinado a resolução dos problemas de uso e ocupação do solo.

No âmbito da questão política o PDU foi proporcionado pela necessidade de promover mudanças urgentes na forma de atuação no espaço urbano. O crescimento acelerado do contingente populacional assim como o surgimento de grandes empreendedores que passaram a atuar na cidade, reestruturando as infra-estruturas pré-existentes e implementando novos empreendimentos, obrigou o poder municipal a conhecer o espaço de forma a gerenciar o seu ordenamento territorial. Assim, diante da complexidade que começava a se configurar na cidade, o poder público foi imbuído da necessidade de promover medidas que proporcionassem o controle das ações sobre o espaço urbano de João Pessoa sem, ao mesmo tempo, inibir os próprios investimentos no desenvolvimento espacial.

A concepção de que o ordenamento urbano devesse estar pautado no planejamento resultou na reestruturação do cadastro imobiliário necessário para o financiamento das mudanças na forma de arrecadação pelo uso e ocupação do solo urbano. O aumento do número de ocupações irregulares, evidenciado ao longo da década de 1970,

justifica a necessidade de se criar uma legislação específica, de controle ao uso e ocupação assim como ao deslocamento no espaço urbano. Assim, para o governo municipal, o PDU propiciaria o crescimento ordenado e controlado do espaço urbano, além do reordenamento dos espaços ocupados de “forma irregular”.

Por meio de uma ação planejada, a gestão municipal buscou delimitar os espaços segundo suas potencialidades funcionais de forma a proporcionar uma maior eficiência no “rendimento das atividades humanas” (JOÃO PESSOA, 1970, p. 213) sendo, para isso, observadas as limitações físico-naturais e sócio-territoriais de cada setor. O PDU correspondeu, portanto, ao primeiro esforço, por parte do poder público municipal, de promover o desenvolvimento urbano planejado para a cidade de João Pessoa com base na formulação de técnicas que possibilitassem a ocupação “racional” do solo urbano.

Trata-se em verdade, essencialmente de uma peça programática para condicionar a racionalidade formal da ocupação e uso do espaço urbano, nos limites e capacidades de decisão do governo municipal, com algumas incursões, sem dúvida, sobre fatos que dão conteúdo a processos tipicamente de desenvolvimento. Procura-se, através dele, lograr maior equilíbrio e eficiência no funcionamento do sistema urbano quanto ao espaço físico-territorial disponível (oferta) e as demandas de ocupação do solo, à distribuição dos equipamentos e serviços comunitários, inclusive os viários. A ação governamental reguladora, sob o modelo [Sic] de normas legais de zoneamento, loteamento, qualificação de usos, pressões (JOÃO PESSOA, 1970, p. 07).

Com relação ainda ao PDU, conforme pode ser observado acima, três aspectos se destacam enquanto parâmetros para a própria elaboração do código de urbanismo (1975) e do Plano Diretor (1992): a) a compreensão do espaço urbano como um sistema, o que denota a necessidade de se obter um maior equilíbrio e eficiência no seu funcionamento; b) uma melhor distribuição dos equipamentos e serviços comunitários; e c) a promoção dos meios para que o governo municipal

atuassem de forma mais eficiente na regulamentação do ordenamento urbano através da criação de instrumentos legais de controle do uso e ocupação do espaço urbano.

Assim sendo, no que diz respeito ao interesse pelo funcionamento do sistema urbano, evidencia-se a busca pela organização de um espaço com funções²⁴ bem definidas, abrangendo a três vertentes da economia que influenciam o ordenamento do espaço urbano:

- a) **o residencial ou imobiliário:** que corresponderam às áreas destinadas à ocupação populacional planejada, à exemplo dos espaços criados e destinados para receber os conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do BNH e da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), a partir da metade da década de 1970 e final da década de 1980;
- b) **o comercial e de serviços:** espaços delimitados para receber os empreendimentos de empresas privadas. Esses espaços são representados pelos corredores comerciais e de serviços, a exemplo da Av. Epitácio Pessoa, ou pelos espaços com funções comerciais bem definidas a exemplo da própria área central da cidade (centro histórico) aonde se localizam, principalmente, os médios e pequenos empreendimentos comerciais e de serviços; além de áreas bem delimitadas pelo planejamento, as quais foram contempladas com empreendimentos públicos (como os mercados) ou privados (bancos, lojas, restaurantes etc);
- c) **o industrial:** um espaço bem delimitado para apreender o pólo industrial que começava (década de 1970) a se estabelecer na cidade sendo localizados no setor sul (na área do atual bairro das indústrias) e nos pequenos distritos industriais criados nas

²⁴ Entenda-se, para o recorte temporal analisado nesse momento (década de 1970) que funções espaciais estão mais relacionadas aos aspectos econômicos dos setores urbanos. Os aspectos sociais ou as funções sociais da cidade serão incluídas apenas na década de 1990 quando as propostas de urbanização passarão a incluir as preocupações com a qualidade de vida e justiça social.

áreas de implementação dos conjuntos habitacionais entre às décadas de 1970 e 1980.

Quanto à distribuição dos equipamentos, eles vieram subsidiar o apoio aos investimentos desenvolvidos pelos agentes privados, especialmente no que diz respeito à viabilização das ocupações urbanas tanto residenciais como comerciais. Além da preocupação com o deslocamento entre os diversos setores ocupacionais, especialmente os litorâneos que passaram a contar com o aumento de vias que permitissem o acesso cada vez mais rápido. A questão urbana envolveria, portanto, a produção de um espaço estrategicamente funcional. Isto explica a preocupação com o zoneamento do espaço urbano assim como a consolidação das vias de circulação necessárias a promoção da mobilidade urbana.

O fato de ter sido elaborado em um período no qual o modelo tecnicista começava a predominar como estratégia de desenvolvimento urbano, consolidando a responsabilidade do governo municipal com o processo de produção do espaço e o conseqüente afastamento dos governos estadual e federal dificultou a realização de ações mais eficientes por parte da gestão municipal. Acrescenta-se a isso a ausência de recursos que propiciassem a aplicação de ações voltadas para atender muitas das demandas urbanas identificadas no levantamento feito organizadores do PDU.

Outra característica do PDU está relacionada ao fato do mesmo propiciar conexões com outros municípios adjacentes (Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e Conde) evocando, assim, a primeira intenção de se pensar o espaço não apenas ordenado na escala intra-urbana, mas estabelecendo parâmetros viáveis a formação de um espaço metropolitano ²⁵. Evidentemente, isso decorre do próprio discurso do governo federal que entre o final da década de 1960 a meados da década de 1970 passou a

²⁵ A respeito da existência da Região Metropolitana de João Pessoa esta se efetiva por Lei estadual complementar nº 59, de dezembro de 2003, em consonância com o artigo 25, parágrafo terceiro da Constituição Federal de 1988.

associar a modernização dos espaços urbanos a partir da consolidação de espaços metropolitanos²⁶ (JOÃO PESSOA, 1970).

A questão habitacional foi, indiscutivelmente, uma das principais preocupações na elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa, em decorrência do aumento do contingente populacional, especialmente por parte dos migrantes oriundos de outros municípios do interior do Estado. Em meados da década de 1970, das 48.185 residências cadastradas, João possuía 34.812 residências ocupadas por uma população de baixo poder aquisitivo (JOÃO PESSOA, 1970). As preocupações estiveram principalmente associadas a melhorias na infraestrutura urbana e eliminação dos espaços degradados. Buscava-se, portanto, o estabelecimento de moradias adequadas e que possibilitassem condições de habitabilidade, conceito este que fará parte das futuras políticas de desenvolvimento urbano da cidade.

O PDU correspondeu, assim, à primeira grande etapa do planejamento enquanto opção política para promoção do ordenamento urbano de João Pessoa. O seu conteúdo esteve relacionado ao desenvolvimento integrado do espaço segundo as funções econômicas estabelecidas para o mesmo. Para viabilizar as ações de planejamento a prefeitura criou a COPLAN (Coordenadoria Geral do Planejamento). Este órgão passou a ter como função prestar assessoria técnica à prefeitura assim como a própria elaboração, controle e avaliação de planos, programas e projetos desenvolvidos pela administração pública, além de atuar como órgão articulador entre os interesses dos poderes público e privado no que concerne a produção do espaço urbano.

Estimulados pelo incentivo financeiro proveniente do Projeto-Cura (Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada) elaborado pelo BNH (1972) para aperfeiçoamento dos equipamentos urbanos de

²⁶ Por iniciativa do governo federal, em 1973, são criadas nove regiões metropolitanas: São Paulo (SP), Belém (PA), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Recife (PE), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ). Após a reforma constitucional (1988) ficou destinado aos governos dos estaduais a implementação de regiões metropolitanas.

forma a amenizar os problemas urbanos que, já na metade da década de 1970, começavam a fazer parte da realidade urbana, especialmente das cidades metropolitanas.

As ações financiadas pelo projeto favoreceram principalmente medidas para o desenvolvimento dos espaços litorâneos ficando as áreas mais carentes fora das ações de urbanização. Além disso, as condições postas pelas normas do projeto resultaram na obrigatoriedade de se investir em uma legislação voltada para regulamentar o ordenamento urbano.

Para sustentar as exigências impostas pelo governo federal foi instituído, na gestão de Hermano Augusto (1975-79) o Código de Urbanismo (Lei n.2.102/1975) que serviu de base legal para a formação do primeiro Plano Diretor da Cidade. No Código de Urbanismo foram estabelecidas as normas de ordenamento e disciplinamento urbano delineando-se as condições para o zoneamento territorial assim como as normas para mobilidade no espaço urbano.

O Código de Urbanismo teve “como finalidade assegurar o desenvolvimento físico da estrutura urbana, capacitando-a a atender plenamente as funções de habitar, trabalhar, circular e recrear, proporcionando também a vida social equilibrada e sadia” (JOÃO PESSOA, 2001, Art. 7) tanto nas áreas já ocupadas como naquelas suscetíveis à urbanização assim como naquelas de interesse estratégico e dos espaços rurais uma vez que estes, na década de 1970, ainda representam a realidade socioespacial de João Pessoa.

Uma das formas de promoção do ordenamento urbano sob os preceitos do Código de Urbanismo foi, portanto, a promoção do parcelamento territorial público quando a divisão territorial era proveniente da ação pública; ou privado, quando o ordenamento era proveniente de ações de empresas privadas, porém submetidos ao parecer do poder público. Conforme consta nos artigos 73 e 74 do Código de Urbanismo, este parcelamento poderia ser feito sob a forma de arreamento (conexão de novas vias com vias oficiais), loteamentos (divisão do terreno em setores suscetíveis a futuras negociações)

remembramento (união dos lotes) ou desmembramento (quando a finalidade estava relacionada a edificação sem a abertura de novas vias).

O Código de Urbanismo valorizava, portanto, a definição de normas voltadas para a divisão funcional do espaço urbano, tendo, para isto, os empreendedores privados como principais parceiros. Esta parceria, por sua vez, se apresentava como uma relação dialética entre domínio e submissão uma vez que se por um lado o poder público exercia o poder de controlar a ocupação urbana da cidade, por outro, as ações desses agentes estavam diretamente condicionadas aos interesses econômicos dos grandes empreendedores, especialmente no que se refere a localização e condições para deslocamento.

Outro aspecto que passaria a caracterizar as futuras propostas de urbanização foi o estabelecimento zoneamento urbano-territorial enquanto meio de orientação para o uso e ocupação do solo urbano, valorizando, assim, a funcionalidade espacial como critério para a divisão territorial. Foram ao todo criadas 28 áreas de zoneamento funcional, sendo cinco residenciais, onze comerciais, uma turística, cinco industriais, uma especial-residencial, quatro especial de preservação e uma de grandes equipamentos sendo o mesmo critério definido para divisão dos setores ambientais (JOÃO PESSOA, 2001, art. 168).

Embora o zoneamento territorial possa ser sinônimo de controvérsias uma vez que representa uma organização espacial apenas como recortes territoriais não apreendendo, portanto, as relações socioespaciais inerentes ao mesmo, o seu estabelecimento propiciou, por um lado, o mapeamento territorial da cidade fornecendo as bases iniciais para a consolidação do Plano Diretor e conhecimento dos limites e potencialidades territoriais; por outro lado, propiciou as condições para a realização de ações mais efetivas por parte dos sujeitos sociais: o setor público (controle do ordenamento urbano); empreendedores privados (delimitação dos territórios funcionais) e outros segmentos da sociedade civil organizada que passaram a contar com informações mais precisas quanto ao espaço de atuação.

Além do investimento em propostas voltadas para aperfeiçoamento do sistema de saneamento básico a administração municipal contrata os serviços do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-PR (IPPUC) para promoção do ordenamento urbano da cidade cuja proposta valorizava o adensamento populacional em torno de grandes eixos viários do transporte coletivo, integrado a várias estações espalhadas no espaço urbano segundo um modelo similar ao implementado na própria capital paranaense, mas que acabou não sendo implementado por falta de recursos.

Durante a década de 1980 as ações de planejamento urbano realizadas pela prefeitura municipal de João Pessoa foram reduzidas assim como as provenientes de outras esferas públicas. A explicação está diretamente relacionada, naturalmente, a crise sócio-econômica agravada a partir do final da década de 1970 decorrente da renovação do papel do Estado, estímulo a privatização, descentralização das responsabilidades e promoção de ações mais eficientes a partir da busca por soluções rápidas aos problemas sociais e econômicos.

Essa nova conjuntura política trouxe fortes conseqüências na política de ordenamento urbano iniciada nos anos da década de 1970. Os investimentos no setor habitacional foram sendo paulatinamente reduzidos, especialmente após a extinção do BNH (1986) ao mesmo tempo em que novos atores privados passavam a exercer uma influência preeminente nas reconfigurações da função espacial da cidade ao proporcionar a difusão de novos empreendimentos comerciais e de serviços a exemplo dos shoppings centers, escritórios empresariais, centros comerciais etc.

A administração pública, especialmente na escala municipal, teve suas ações restritas ao estabelecimento e manutenção de normas, leis, decretos e programas sob o discurso de promover o controle urbano o qual, em sua essência, colaborava com as estratégias desses sujeitos sociais ao fornecer as condições ideais para sua difusão.

Assim, se por um lado a legislação (nas três escalas federativas) inibiu mudanças significativas em um dos setores espaciais mais

cobiçados pelos empreendedores (o setor litorâneo); por outro, possibilitou a esses mesmos sujeitos sociais as condições para influenciar no ordenamento socioterritorial da cidade ao delimitar os espaços segundo funções bem definidas para o mesmo, além de propiciar o direito de propriedade, especialmente nas áreas litorâneas por conta da localização ou da acessibilidade.

A redução da participação do poder público, tornando-se promotor ao invés de provedor das políticas de desenvolvimento urbano, associado aos fatores ideológicos de luta contra a política neoliberal, influenciou no surgimento de diversos movimentos sociais preocupados com o ordenamento urbano, especialmente os envolvidos com a luta pelo direito à moradia. Motivados pela conjuntura política (transição do regime de poder e mudança na postura do poder público cada vez menos atuante), econômica (crise financeira), social (aumento do déficit habitacional e da injustiça social) e, principalmente, ideológica (luta por uma sociedade mais justa) esses sujeitos iniciaram uma série de mobilizações conjuntas.

A ausência de uma política pautada no planejamento e em uma presença mais constante por parte do poder público repercutiu no agravamento da crise socioespacial que já vinha se desenvolvendo desde o início da década de 1970. A falta de controle quanto a manutenção dos investimentos propostos no Plano de Desenvolvimento, especialmente no que se refere ao interesse em por fim às moradias irregulares que se difundiam, incravando-se nos territórios cuidadosamente selecionados para exercer um determinado tipo específico de função.

Isso, no entanto, motivou o poder público municipal a estreitar laços com outros sujeitos sociais, os quais passaram a ser mais ativos no que diz respeito ao debate sobre o futuro da cidade, especialmente pelo fato de estarem respaldados pela própria constituição, sem no entanto modificar o papel desempenhado durante a década de 1970 (fornecimento de autorização para aquisição de bens e imóveis, elaboração do Plano Diretor etc). Quanto aos planos de ordenamento urbano desenvolvidos pelo poder público este continuou direcionado à

elaboração de normas, valorizando a configuração territorial através do zoneamento urbano.

Contudo, a abertura de espaço para ação da iniciativa popular através da apresentação de projetos-de-lei à Câmara municipal, embora ainda com algumas restrições, conforme estabelecido pela Lei orgânica municipal (JOÃO PESSOA, 1970), permitiu uma maior abertura de espaço a sociedade civil organizada no que concerne a participação no debate sobre a produção do espaço urbano. A Lei Orgânica municipal propicia, assim, um aprimoramento da política urbana de João Pessoa.

Com as reformulações na política urbana, a partir da promulgação da Lei Orgânica e da revisão do Plano Diretor, o planejamento é retomado, no começo da década de 1990, como estratégia política do poder público municipal tendo agora como objetivo a valorização das funções sociais da cidade no sentido da promoção da qualidade de vida da população (JOÃO PESSOA, 1992). Para isso, o Plano Diretor se torna o instrumento básico da política urbana a qual, por sua vez, passou a permitir uma participação mais ativa dos “representantes da comunidade diretamente interessada” (JOÃO PESSOA, 1992, Art. 152, parágrafo 2º.).

A moradia passa a ser uma das principais preocupações do governo municipal, especialmente no que diz respeito ao suprimento das necessidades da população mais pobre ao fornecer orientações mais sistemáticas quanto as normas legais voltadas para a valorização da função social da cidade e da propriedade permitindo, com isso, o direito ao acesso as terras públicas não utilizadas por parte da população com menor poder aquisitivo (JOÃO PESSOA, 1992, art. 75).

Com a promulgação da Lei n.3 de 30 de dezembro de 1992, na gestão do então prefeito Carlos Alberto Pinto Mangureira (1990-93), o Plano Diretor passa a ser regulamento e se torna a principal referência para o ordenamento urbano de João Pessoa. Amparado nos fundamentos da Lei Orgânica, o Plano Diretor busca enfatizar o controle e uso do solo urbano, circulação e tudo mais que propicie a qualidade de vida ao

peçoense tendo o planejamento como principal fundamento na estruturação das políticas de ordenamento urbano.

No que diz respeito às normas do ordenamento urbano, o Plano Diretor passa a sistematizar em um único documento algumas orientações contidas em legislações anteriores, especialmente no PDU, Código de Urbanização e na própria Lei Orgânica, confirmando os agentes públicos e privados como sujeitos sociais "responsáveis" pela produção e gestão do espaço urbano e acrescentando a importância da participação de outros segmentos da sociedade civil organizada, confirmando, assim, o compromisso em assegurar a qualidade de vida e justiça social na produção social do espaço urbano.

No que diz respeito às orientações para divisão territorial, esta continua sendo feita através do zoneamento espacial. Embora essa nova proposta tenha criado hierarquias nas prioridades para controle de adensamento populacional (zonas adensáveis prioritárias, zonas adensáveis não prioritárias, zonas não adensáveis, zonas de restrição adicional e zonas espaciais) a proposta mais uma vez não leva em consideração a própria dinamicidade socioespacial, o que causa a contestação dos diversos segmentos de representação social.

O Plano Diretor traz, portanto, inovações a exemplo da possibilidade de aplicação da outorga onerosa para autorização de construção, no setor adensável, de área superior ao permitido por lei assim como a própria criação do Fundo de Urbanização que passa a se caracterizar como uma das principais alternativas na aquisição de recursos voltados para atendimento das demandas da população de menor poder aquisitivo (JOÃO PESSOA, 1994, Art. 16) a partir dos recursos provenientes da aplicação da outorga onerosa e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), além de outras intervenções financiadas por iniciativa dos agentes privados.

Através do Plano Diretor o governo municipal consegue realizar alguns avanços na solução dos principais problemas urbanos relacionados ao direito à cidade ao estabelecer ações efetivas no atendimento às demandas por moradia, amenizando déficit habitacional

que se agravou durante a década de 1980, e a mobilidade urbana. De fato, no âmbito da questão habitacional, as atenções são direcionadas a valorização do próprio direito social de acesso a uma moradia digna.

A partir da segunda metade da década de 1990 as atenções estiveram, assim, relacionadas aos problemas dos assentamentos humanos, através do reassentamento das habitações em áreas de risco; urbanização e revitalização das zonas adensáveis; e elaboração de programas específicos de moradia popular realizado em parceria com agentes públicos e privados tendo como um dos principais mecanismos de financiamento o Fundo Municipal de Fomento à Habitação (FMFH) (JOÃO PESSOA, 1993, art. 57 e 58).

O Plano Diretor permitiu, portanto, a observação do urbano a partir da preocupação com o resgate do planejamento e do incentivo a participação popular nas redefinições das políticas urbanas, embora ainda de forma limitada. Para isso, instituiu o sistema de planejamento do município de João Pessoa, composto pela secretaria de planejamento (responsável pelo acompanhamento e avaliação do Plano Diretor), pelos órgãos de planejamento descentralizados na escala intra-urbana e pelo conselho de desenvolvimento urbano e setorial, os quais passam a fundamentar os planos de governo, plano plurianual, lei de diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual (JOÃO PESSOA, 1993).

No que diz respeito à participação da sociedade civil organizada, ele se efetiva, de fato, apenas na administração de Francisco Xavier Monteiro da França (1993-1997) quando o planejamento passa a assumir um papel importante na política municipal delineando novas frentes de financiamento e intervenção espacial dando ênfase a questão da moradia e ao ordenamento espacial.

Para os movimentos sociais, assim como para os outros segmentos sociais, tanto a gestão do Francisco França como as duas gestões de Cícero Lucena (1997-2004) não trouxeram grandes contribuições para a conquista dos direitos estabelecidos pela própria constituição federal (1998) e pelo Estatuto da Cidade (2001) os quais

garantem o direito coletivo ao território no qual a função social não se faz presente.

Contudo, a exemplo do que ocorreu na escala Federal, associar as dificuldades de implementar o estabelecido pela constituição a questões puramente político-partidárias é limitar demais o universo de variáveis que podem servir como explicação a ausência de ações mais consolidadas no que concerne ao direito à cidade é representado pelo direito a habitabilidade ou a moradia.

O longo período ditatorial influenciou não apenas as gestões que administraram a cidade durante a década de 1990 e começo da década de 2000, mas a própria sociedade que demorou a assumir uma posição mais crítica reivindicando os direitos conquistados com a reforma constitucional e os movimentos sociais que durante esse período deixaram muito a desejar em termos de atuação efetiva na produção do espaço ao se limitarem a debater questões puramente ideológicas que em nada contribuíram para melhoria da qualidade de vida dos pessoenses.

O tipo de planejamento desenvolvido na década de 1970, por não incluir a participação efetiva da população, não repercutiu em uma reforma efetiva no espaço urbano. Assim, as diversas tentativas de promoção do ordenamento urbano de João Pessoa, entre as décadas de 1970 e 2000, não passaram de reformulações pontuais voltadas para reprodução dos interesses do poder público ou das empresas privadas que investiram no empreendedorismo urbano.

O cenário político, econômico e social evidenciado nesse período, conforme será analisado no próximo item contribuiu para os poucos avanços na conquista da reforma urbana, o que só irá ocorrer efetivamente no início do século XXI quando esse cenário sofre alterações em suas diferentes escalas de poder e quando os movimentos sociais urbanos, já com experiência de uma década de atuação, passam a exercer um novo papel no contexto da produção do espaço urbano de João Pessoa.

3.3 A política urbana de João Pessoa: quando novos sujeitos sociais “roubam” a cena

Conforme observado no item anterior, o planejamento urbano na cidade de João Pessoa teve início em meados da década de 1970. Após praticamente uma década sendo colocado em segundo plano, o planejamento foi retomado nos anos noventa a partir da implementação do Plano Diretor da cidade tendo enquanto elemento diferenciador a inclusão de representações da sociedade civil organizada como co-autores das estratégias de desenvolvimento socioespacial. Contudo, foi igualmente observado que a participação desses “novos atores sociais” acabou não se efetivando em decorrência de fatores como:

- a) A pouca experiência desses sujeitos (ONGs, movimentos populares, movimentos sociais etc) não favoreceu a uma atuação mais efetiva;
- b) embora tenham havido avanços quanto à preocupação em garantir o direito à cidade, as propostas de planejamento estiveram mais voltadas para o ordenamento territorial ao invés de abarcarem as diversidades de relações sócio-territoriais;
- c) o governo municipal ainda não tinha a experiência necessária para desenvolver o planejamento a partir de uma ação conjunta com os segmentos da sociedade civil organizada uma vez que permitiam a participação apenas nas fases iniciais;
- d) os movimentos sociais compreendidos como urbanos por se preocuparem com a resolução dos problemas urbanos, relacionados principalmente ao acesso a moradia e a mobilidade, foram pouco ousados quanto à atuação na formação da política de desenvolvimento urbano.

Contudo, não foram apenas esses os fatores responsáveis pela ausência na implementação de uma política realmente participativa. Tais fatores, na verdade, fazem parte de um conjunto maior de arranjos

socioespaciais que influenciaram na ação pouco eficiente dos segmentos da sociedade civil organizada. O fator está relacionado aos efeitos da superposição da conjuntura política, econômica e social, evidência na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, expressa nas mais diferentes escalas territoriais.

No âmbito político os problemas estiveram relacionados desde a implementação da política neoliberal por parte do governo federal, iniciada na gestão de Fernando Collor de Mello (1992) e finalizada (em sua essência) na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso (2002) com a redução da participação do governo federal na elaboração de políticas que auxiliassem as administrações municipais na promoção do desenvolvimento urbano, até a ausência, por parte do governo municipal, de políticas mais eficientes que garantissem os direitos sociais conquistados na reforma constitucional (1988).

No contexto econômico, a crise monetária do início da década de 1990, e financeira, no final da mesma década, enquanto consequência da crise global, assim como a própria dificuldade de obtenção de financiamentos e a entrega do ordenamento urbano aos interesses dos empreendedores privados, por parte dos governos municipais, isso resultou na ausência de investimentos mais substanciais para aquisição de moradias, aumentando, com isso, o déficit habitacional para a população de menor poder aquisitivo.

Quanto à questão social, o longo período sob o regime ditatorial fez com que a década de 1990 se caracterizasse para a sociedade mais como um período de aprendizado do que um momento de ação afetiva uma vez que a dificuldade de desprendimento do protecionismo estatal, característica do período militar, desviou a atenção desses sujeitos para a realização de ações de caráter mais reivindicativo e ideológico do que propositivo e prático.

Assim, se tornaram mais comuns as reivindicações quanto ao cumprimento da implementação do plano diretor (na escala local) ou pelo fim dos acordos junto ao FMI (na escala nacional) do que a realização de propostas e ações de ocupação que propiciassem tanto o

cumprimento das normas de urbanização na produção do espaço como a própria luta para a implementação do estatuto da cidade e maior participação do governo federal na resolução dos problemas urbanos. Este quadro foi modificado após as renovações políticas e estabilidade econômica evidenciadas nos primeiros anos da década de 2000 tanto na escala Federal quanto na escala municipal.

Na escala federal isso se evidenciou a partir da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil (2002) o que serviu de estímulo a reformulações nas práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais, especialmente aqueles envolvidos com a questão de moradia e mobilidade devido a criação do Ministério das Cidades.

Já na escala municipal as mudanças foram iniciadas a partir da vitória de Ricardo Vieira Coutinho (2004) à prefeitura da cidade de João Pessoa pela Coligação Decisão Popular uma vez que, sendo este oriundo das bases dos movimentos sociais, houve uma nova reorganização na forma de atuação dos diversos segmentos sociais, particularmente os envolvidos com a luta pelo direito à moradia ao se sentirem contemplados pelo fato do prefeito iniciar a gestão cumprindo um acordo feito antes da eleição: a criação da secretaria municipal de habitação.

o governo de Ricardo Coutinho é um governo que vem respeitando os movimentos sociais. Claro que governo é governo e isso para agente é uma questão clara, mas ele vem respeitando os movimentos. (...) Assim que na campanha passada para prefeito o MNLM, agente se reuniu com todos os candidatos a prefeito e demos a cada um deles essa plataforma de luta e dentro dessa plataforma estava a questão da secretaria de habitação. Assim que o prefeito foi eleito, no outro dia, agente já estava na porta dizendo: prefeito, está aqui o termo de compromisso que Vsa. Senhoria assumiu na campanha. Nós queremos a secretaria de habitação e não é para o movimento não. É para a cidade de João Pessoa. Taí. Hoje uma das coisas que ele colocou para agente e que vai estar reforçando a questão da habitação.

(MNLN/PB. Entrevista realizada junto a Coordenação do MNLN. [janeiro, 2006]. Entrevistador: Xisto Souza Júnior, João Pessoa, 2006.).

Defendendo um discurso de gestão democrática a Coligação Decisão Popular assumiu a administração municipal de João Pessoa em 2005 tendo como premissa o restabelecimento do caráter público da administração municipal, além da promoção da inclusão social e aposta no planejamento urbano a partir da participação ativa dos diversos segmentos da sociedade civil.

O início da administração é caracterizado pela substituição de uma forma de gestão pública pautada na relação predominante entre as diversas escalas do poder público (Federal, Estadual e Municipal) e o empreendedor privado, especialmente o setor imobiliário, comercial e industrial que perdurou na ordem do discurso urbano desde a década de 1970. A atual gestão assume o poder defendendo a inclusão da participação popular na articulação política enquanto um elemento importante na promoção de uma gestão democrática.

Além das Organizações Não Governamentais (ONGs), associações populares, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Movimentos Sociais étnicos, de gênero e etc., que passam a ser efetivamente reconhecidos como “novos” sujeitos do cenário urbano sendo chamados a participar do debate sobre a cidade. Entre esses movimentos, os movimentos com a luta pela moradia (MNLN, CMP, MLB) passam a ganhar um maior espaço enquanto agentes estratégicos no debate sobre a produção do espaço urbano tendo em vista a relação direta que os mesmos possuem na própria produção e reordenamento de territórios no âmbito do espaço urbano.

A gestão da Coligação Decisão Popular inicia o governo sustentando o discurso de uma administração democrática e inclusiva, tendo como embasamento o seguinte tripé: a) inovar na forma de administrar a cidade a partir da criação e transformação do modelo de promoção da administração pública; b) aproximar à sociedade civil organizada dando a esta a possibilidade de atuar de forma mais efetiva e

eficiente; e c) promover a integração das questões relevantes para a promoção do desenvolvimento urbano mais justo.

Esse discurso está pautado na própria situação socioespacial vivenciada pela cidade uma vez que esta gestão encontrou consolidado, enquanto herança de gestões anteriores, os seguintes fatores: uma legislação urbana bem delimitada (Plano Diretor e Lei Orgânica); uma experiência histórica de intervenções urbanas pautadas na realização de planejamento, apesar dos diversos problemas inerentes ao mesmo; segmentos da sociedade civil já habituados e conscientes de seus direitos e deveres com o espaço urbano; e, finalmente, a presença de sujeitos sociais diretamente envolvidos com a luta por resolução de questões urbanas como infra-estrutura e equipamentos a partir da luta pelo direito à moradia e por condições mais justa de habitabilidade: os movimentos sociais urbanos. Isso, por sinal, explica o uso desse termo pelo prefeito em suas diversas exposições públicas.

“Eu sei o que significa para todos do movimento; para todos que se candidataram a essas casas e que estão construindo o seu sonho de ter um local para morar com sua família. Eu sei o que significa isso quando a gente olha para trás e fazia discussões dizendo: mas, não adianta só a casa. Não dá para você simplesmente construir muitas casas e não tratar da questão da habitabilidade. Não tratar das questões que é como as pessoas podem e devem ser felizes; ter as suas necessidades básicas atendidas dentro de um mesmo espaço”.

(MNLM/PB. Discurso proferido pelo prefeito Ricardo Coutinho durante a inauguração do Conjunto Habitacional Colinas do Sul, no bairro do Grotão em janeiro de 2007.)

A Coligação Decisão Popular assume, portanto, uma cidade mais amadurecida no que diz respeito ao interesse de outros sujeitos sociais em participar diretamente das propostas de ordenamento ou

lutar pelo cumprimento de direitos já adquiridos. Ao contrário do que ocorreu com administrações passadas, isso tem possibilitado a implementação de propostas mais condizentes com as reais demandas da sociedade.

Contudo, mais do que associar o aumento da participação dos novos sujeitos sociais no debate sobre a produção do espaço urbano a uma autonomia ideológica implementada pela Coligação Decisão Popular, é inquestionável a influência da atual conjuntura econômica, política e social presentes no contexto urbano de João Pessoa enquanto fatores motivadores das transformações socioespaciais mesmo não se desconsiderando que o perfil político dessa gestão, assim como a própria gestão do governo Lula, tem facilitado o aceite das propostas de ação no espaço urbano.

Com relação aos fatores econômicos os elementos foram favoráveis tanto na escala nacional com a participação em um número cada vez maior e diversificado de agentes privados em decorrência da estabilidade econômica, especialmente os atuantes no setor comercial e imobiliário como na própria escala local em decorrência das novas formas de obtenção de financiamentos, especialmente para aquisição de moradia, os quais são proporcionados e favorecidos pelos programas desenvolvidos no âmbito do governo federal ou com os recursos provenientes dos próprios empreendedores urbanos.

Assim, a gestão de Ricardo Coutinho contou, por um lado, com um cenário de perspectivas favoráveis aos investimentos provenientes do governo federal através do Ministério das Cidades, em especial para populações de baixo poder aquisitivo que se configuram como os maiores prejudicados pelo aumento do déficit habitacional decorrente da ausência de investimentos mais substanciais entre as décadas de 1970 e 2000, período em que a crise habitacional foi agravada.

Por outro lado, a existência de uma legislação urbana consolidada há mais de uma década, permitiu que o governo municipal

dedicasse uma maior atenção à realização das propostas contidas no plano de governo, especialmente no que se refere a fonte na qual se pode buscar os recursos para executar os projetos planejados.

Assim, na escala local as condições econômicas apresentaram-se favoráveis aos investimentos nas obras de infra-estrutura urbana, a exemplo o transporte e do saneamento, além do próprio atendimento a resolução dos problemas de moradia com investimentos oriundos do governo federal e/ou do fundo de urbanização como é o caso do Fundo Municipal de Fomento à Habitação (FMFH) e do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB).

Por isso, assim como ocorreu em outras cidades brasileiras, a exemplo de Porto Alegre (RS) e Recife (PE) entre as décadas de 1980-90, é estabelecido o orçamento democrático: uma ferramenta de controle dos investimentos na produção do espaço urbano que passa a se caracterizar como o principal referencial de uma gestão pública baseada na participação da sociedade civil organizada no debate sobre as decisões a cerca das prioridades para o ordenamento urbano.

O orçamento democrático se caracterizou como um meio de participação direta do cidadão na elaboração, implementação e fiscalização da lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA) na cidade de João Pessoa. Outro elemento diferenciador tem sido a possibilidade de obtenção do Crédito Solidário. Oriundo da iniciativa dos próprios movimentos sociais urbanos, o crédito solitário consiste no financiamento a custos baixos, sem juros e com acordo direto ao mutuário podendo contar com a parceria do poder público (federal e estadual), das empresas privadas (na aquisição de terrenos ou construção de moradias) sob acompanhamento dos demais sujeitos envolvidos com esse termo.

Com isso, se antecipou a influência de outro fator: o político. A opção por uma administração pautada na valorização do diálogo com a sociedade proporcionou novas relações socioespaciais. A própria

logomarca escolhida para plano de Governo (Uma Decisão Popular) apresentou-se como um elemento que sustentou o estabelecimento de uma gestão que passa a contar com uma participação mais efetiva dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, incluindo aí os próprios MSUs, abrindo-se, assim, novos espaços pautados cada vez mais nos debates.

A questão urbana ou o ordenamento urbano passa a depender da participação direta dos diversos segmentos da sociedade nas reformulações das estratégias de desenvolvimento assim como no acompanhamento e análise das ações desempenhadas pelo poder público municipal e pelos empreendedores. Esse tipo de mudança torna a questão (postura) política um elemento importante na formação socioespacial da cidade de João Pessoa uma vez que desperta o interesse pelo debate sobre o futuro da cidade, acompanhando diretamente as principais ações de mudança na organização do mesmo. Essa abertura ao diálogo passa a se constituir como o principal destaque no relato dos coordenadores dos MSUs.

No âmbito da escala federal houve uma maior aproximação do governo junto aos municípios numa tentativa de juntar esforços que propiciasse a construção de instrumentos legais para a promoção do desenvolvimento urbano municipal com o cumprimento do Plano Diretor e estabelecimento do Estatuto da Cidade a partir do estímulo a uma participação mais direta dos diversos segmentos sociais enquanto condição para se obter mais justiça social e qualidade de vida nos espaços urbanos.

Isso se efetiva através de investimentos financiados pelo Ministério da Educação, especialmente os de ordem orçamentária e, principalmente, a partir de debates como, por exemplo, a Conferência das Cidades, que permitiu as gestões obter informações sobre os reais problemas da cidade evidenciados pelos sujeitos sociais que participam de sua produção. Isso tem possibilitado um maior amadurecimento na

participação da sociedade civil organizada no que diz respeito à escolha das prioridades para o movimento e para a comunidade.

Com isso chegamos às mudanças ocorridas no terceiro fator: o social. Ao assumir o poder a Coligação Decisão Popular se deparou com uma sociedade mais atuante, representada não apenas por ONGs, associações de bairros, ativismos ou movimentos sociais, mas por uma população cada vez mais envolvida com o debate sobre a produção do espaço urbano. Dá-se início, assim, a um período no qual a sociedade se torna um ator estratégico voltado para realizar uma atuação mais efetiva com base na adoção de uma postura mais propositiva do que reivindicativa.

As três décadas de dependência das ações e determinações provenientes do poder público municipal, especialmente no que se refere à produção do espaço urbano, fez dessas participações algo pontual, pouco diversificada e altamente dependente das intervenções propostas no ordenamento urbano.

Devido a um maior acesso as informações e a uma maior experiência adquirida nas diversas reuniões, assembléias etc., houve um aprimoramento da atuação desses sujeitos sociais assim como um maior reconhecimento da importância dos mesmos. Em decorrência desse tipo de experiência, os movimentos sociais urbanos de luta por moradia conseguiram obter algumas conquistas, especialmente no que se refere ao seu reconhecimento como sujeito social.

Dessa forma, mais do que uma "inovação" da parte da Coligação Decisão Popular, no que concerne a adoção de uma nova forma de promoção da gestão do espaço urbano, foram os atuais arranjos econômicos, políticos e sociais, sempre intercalados pelo fator ideológico, os elementos responsáveis pelas condições ideais para que a atual política urbana fosse possível de ser aplicada.

Por outro lado, como já mencionado, a opção pela gestão participativa com a valorização do planejamento urbano inclusivo exerceu um elemento importante na redução das desigualdades

socioespaciais em João Pessoa na qual o planejamento urbano passe a considerar a participação dos movimentos envolvidos com essa temática como sendo algo relevante ao processo de produção de uma cidade mais justa.

Assim, com base nos argumentos apresentados nos parágrafos precedentes pode-se afirmar que a gestão Coligação Decisão Popular emergiu enquanto referência para a visualização das mudanças na forma como eram feitas as políticas urbanas sem, com isso, se desconsiderar a importância do alicerce criado ao longo das últimas três décadas, especialmente no que diz respeito à legislação de ordenamento urbano.

Dessa forma, assim como ocorreria com qualquer outra coligação política, embora, talvez, em menor intensidade e amplitude, os avanços nos meios de comunicação e informação, assim como o amadurecimento e adaptação popular ao regime democrático, após décadas sob um regime centralizador e autoritário, a atual gestão marca um período de reforma administrativa do governo municipal de João Pessoa.

No âmbito da política urbana de João Pessoa é possível se evidenciar três importantes transformações: a valorização da intersetorialidade e descentralização administrativa; o reconhecimento de novos sujeitos sociais envolvidos com o planejamento do espaço urbano, e o próprio planejamento participativo.

Com relação ao primeiro tópico (intersetorialidade e descentralização), ao contrário do que se observou em administrações anteriores, a gestão Ricardo Coutinho se preocupou com a promoção de intervenções baseadas na atuação mais efetiva dos diversos setores da administração pública municipal e na promoção de diálogos com os mais diferentes sujeitos sociais, criando, para isso, instâncias decisórias em diversas localidades do município, as quais passam a atuar em um esquema de subprefeituras funcionais. Com a participação de outros sujeitos sociais na produção do espaço urbano obteve-se uma maior

garantia quanto ao atendimento aos reais problemas vividos pela sociedade.

Essa participação ocorre tanto de forma direta – quando existe o convite para atuar na própria administração – como de forma indireta – através do envio de planos, programas, projetos de lei ou até mesmo reivindicações decorrentes de mobilizações públicas ou promoção de meios para a promoção da articulação entre os diferentes sujeitos sociais.

Com relação à participação direta, esta se caracterizou como um dos pontos mais polêmicos entre os MSUs, tanto internamente, devido às contendas criadas entre os mesmos em decorrência do risco da existência ou não de cooptação por parte do poder público o que, em caso positivo, levaria a um afastamento dos objetivos do movimento; como externamente, proveniente dos embates entre os movimentos que concordam com a importância de cooperação com o poder público e outros que não concordam com o posicionamento de atuar como parceiros do governo municipal.

A terceira mudança (planejamento estratégico) esteve relacionada ao fato de que a administração transfere a responsabilidade de definição da política de curto, médio e longo prazo para a própria sociedade civil. Isso fez com que esse segmento buscasse uma melhor articulação, participando de forma mais efetiva nos debates sobre a produção do espaço urbano.

Essa mudança representou uma outra dificuldade aos movimentos sociais urbanos uma vez que, ainda inexperientes com essa nova forma de promoção da política urbana (uma política mais pautada em proposições do que em reivindicações), esses movimentos sociais tiveram dificuldades de atuar de forma eficiente quanto à aprovação de suas prioridades, com exceção daquelas oriundas de ações práticas relacionadas a ocupação territorial, resultando em divergências entre os mesmos. Acrescentou-se a isso, a própria dificuldade de articulação,

tanto interna como externa, correspondendo a outro fator que dificultou na realização de uma ação mais efetiva.

Entre esses sujeitos sociais os movimentos de luta pelo direito à moradia obteve uma maior destaque devido a natureza dos mesmos, os seus objetivos e posições ideológicas sobre o futuro da cidade. Caracterizaram-se, portanto, como sujeitos sociais que tem o território como objeto de ação, influenciando diretamente nas redefinições socioespaciais.

A postura desempenhada por esses movimentos é produto de uma série de fatores que envolvem direta e dialeticamente a relação entre a formação dos objetos espaciais (produção do urbano) e o tipo de funcionalidade dada ao mesmo através das práticas socioespaciais justamente por serem obrigados a atuar em um espaço construído (em termos de configuração territorial), mas igualmente em construção (em termos de redefinições sócio-territoriais). São justamente essas contradições que serão observadas no próximo item.

3.4 As novas configurações territoriais e as ações dos sujeitos sociais

A realidade socioespacial da Região Metropolitana de João Pessoa, especialmente no que tange as questões observadas, suscita fortes embates quanto a sua caracterização enquanto área metropolitana uma vez que a maior parte de sua população está concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e Cabedelo (**Figura 8**). Entre esses, João Pessoa se destaca por concentrar praticamente o dobro do somatório dos demais municípios o que explica o alto adensamento populacional.

Figura 8: Região Metropolitana de João Pessoa



Tabela 01

População Residente na Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e densidade demográfica no ano de 2007

Municípios da RMJP	População Residente	Área (km ²)	DD* (hab/km ²)
RMJP	1.049.290	2274	461,4
Bayeux	92.891	32	2.902,8
Cabedelo	49.728	31	1.604,1
Conde	19.925	173	115,2
Cruz do Esp. Santo	15.281	196	77,4
João Pessoa	674.762	211	3.197,9
Lucena	10.943	89	122,8
Mamanguape	40.283	349	115,4
Rio Tinto	23.023	466	49,4
Santa Rita	122.454	727	168,3

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME

Com exceção do aglomerado formado pelos municípios de João Pessoa, Cabedelo e Bayeux que possuem articulações visíveis entre si, tanto funcionais como estruturais, os demais municípios não fornecem as condições necessárias para a consolidação da RMPJ: Infra-estrutura, adensamento populacional significativo, densidade demográfica, acessibilidade, entre outros.

O que distingue esta nova forma das precedentes não é só seu tamanho (que é consequência de sua estrutura interna) mas também a *difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica* (CASTELLS, 2000, p. 53) (**destaque do autor**).

A articulação de Cabedelo à cidade de João Pessoa decorre, inicialmente, pelo fato da mesma ser sede do único porto da região o que demandou a estruturação de vias de acesso e circulação de produtos (agrícolas e industriais) e dos investimentos no setor de turismo de praia enquanto real potencialidade econômica para o município e região. Já Bayeux destaca-se por ter seu espaço diretamente conjugado à João Pessoa, além de conter um forte adensamento populacional composto, principalmente, por uma população de baixo poder aquisitivo.

O fato é que a RMJP ainda não possui os elementos necessários para o reconhecimento enquanto aglomerado metropolitano. A repercussão desse debate para os demais sujeitos sociais que exercem suas territorialidades em João Pessoa, a exemplo dos movimentos sociais urbanos, é relevante na medida em que interfere diretamente nas estratégias e práticas socioespaciais desses sujeitos.

Envolvida por um discurso cada vez mais comum aos gestores públicos, o de pensar o espaço agora como metrópole, a população, especificamente a de baixo poder aquisitivo que corresponde ao principal público da luta dos movimentos urbanos, está cada vez mais sendo realocada para setores periféricos da cidade. Com isso, esses sujeitos sociais são levados à reestruturação de suas estratégias de ação, sendo levados a necessidade de se adaptar a uma nova escala espacial que conduz ao afastamento da área central espraiando-se pela periferia da própria cidade ou dos espaços dos municípios vizinhos que compõem a RMJP.

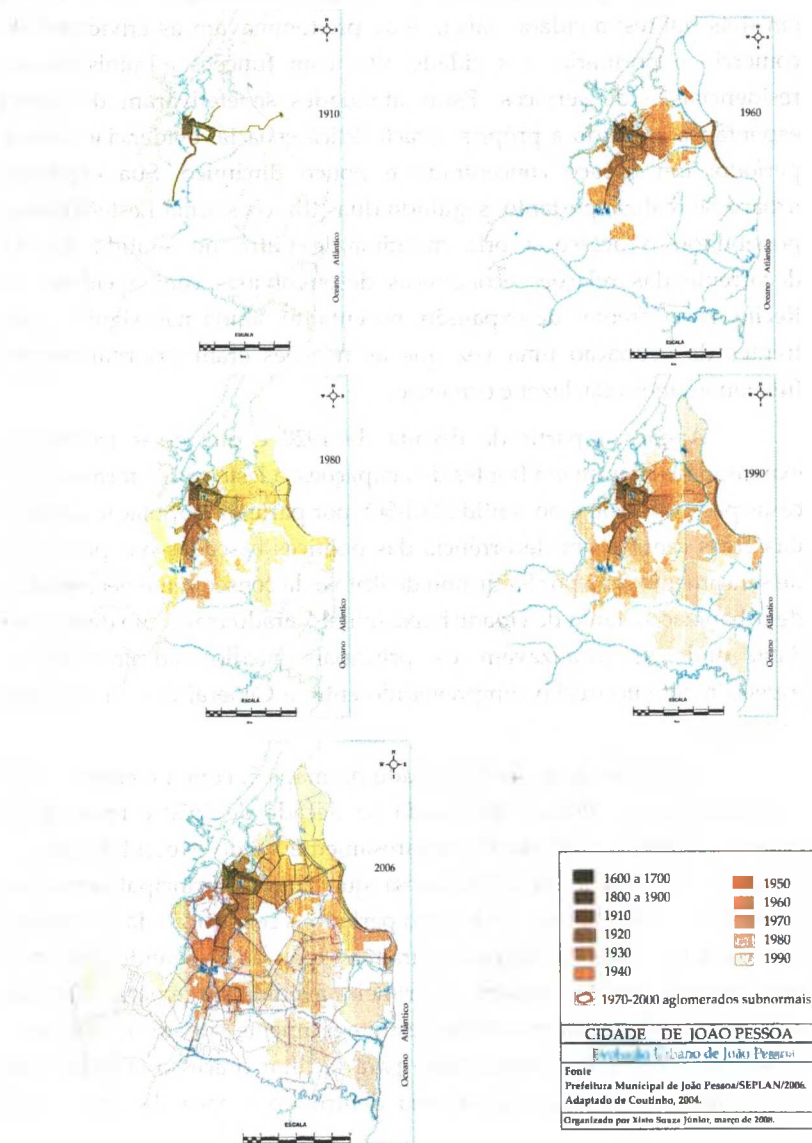
Por outro lado, se considerarmos como inconsistente a existência dessa área metropolitana, por motivos já apresentados, as

estratégias desses movimentos passam a ser de natureza centrípeta. Isso conduz os MSUs a valorizarem os espaços centrais da cidade, especialmente os que possibilitam acessibilidade ao setor de comércio e serviços. A escala de atuação seria, portanto, bem mais concentrada, o que confere uma maior eficiência na ocupação e garantias de permanência. De um modo geral, esta é a escala trabalhada pelos movimentos tendo em vista a dificuldade deles em desenvolver ações pensando o espaço numa escala metropolitana.

Tanto numa situação quanto na outra a dialética entre espaço construído e espaço em construção se faz presente nas diversas práticas dos MSUs que passam a ter que atuar frente a essas duas realidades do espaço urbano de João Pessoa: por um lado, um espaço polarizado pela influência econômica de Recife; e por outro, um espaço que desponta no atual cenário regional como um pólo regional, especialmente no que diz respeito à estruturação dos municípios próximos constituindo, portanto, uma área metropolitana. Essas realidades decorrem da própria configuração territorial da cidade, especialmente nas últimas três décadas (1970-2000).

Conforme observado no capítulo anterior, a expansão urbana de João Pessoa começou tardiamente e de forma diferenciada do que normalmente ocorreu com outras capitais do litoral nordestino sendo constituída a partir do continente chegando ao litoral apenas no final da década de 1960 e, principalmente, durante as décadas de 1970-1990 quando se intensificou a expansão urbana, resultando na atual configuração territorial (**Mapa 5**).

MAPA 5



O fato é que, em meados do século XX, a cidade era subdividida em dois setores: a cidade baixa, onde predominavam as atividades de comércio e portuária, e a cidade alta, com funções administrativas, residenciais e de serviços. Essas atividades se efetivaram de forma espontânea segundo a própria característica espacial evidenciada nesse período: um espaço concentrado e pouco dinâmico. Sua expansão urbana se realiza, portanto, seguindo duas direções: uma Leste-NE, que possibilitou o acesso à orla marítima, e outra no sentido Sul-SO decorrente das relações econômicas desenvolvidas com a cidade de Recife. Essas frentes de expansão, no entanto, ainda não significavam frentes de ocupação uma vez que as relações eram prioritariamente funcionais: moradia, lazer e comércio.

Apenas a partir da década de 1920 é que essas frentes de expansão resultaram em frentes de ocupações: a leste com a formação de casas para veraneio e no sentido Sul-SO por parte da população expulsa das áreas centrais em decorrência das políticas baseadas nas propostas de saneamento feita por Saturnino de Brito e da conseqüente necessidade de urbanização, tanto da cidade baixa (atual Varadouro) como da Cidade Alta, onde se localizavam os principais prédios administrativos, especialmente no trecho compreendido entre a General Osório e Duque de Caxias.

Conforme pode ser observado no mapa 5, com a construção da Avenida Eptácio Pessoa (finalizada na década de 1950 e meados da década de 1960), a cidade foi vagarosamente sendo expandida para o litoral e com ela a classe burguesa que residia, principalmente, na Avenida das Trincheiras. No mesmo período, a construção das Avenidas Pedro II e Cruz das Armas propiciaram a expansão no sentido Sudeste e Sul, respectivamente. Enquanto a primeira avenida surge para viabilizar a formação do distrito industrial, estrategicamente situado no acesso a cidade do Recife, a segunda surge para facilitar o acesso ao centro de abastecimento de água, que existia dentro do espaço da atual mata

buraquinho, e acesso ao centro universitário que iniciava o seu processo de consolidação iniciado em meados da década de 1960.

Com a construção do Centro Universitário (atual UFPB) foi possível realizar a conexão do centro comercial da cidade com os bairros de Miramar e Brisamar, além de uma nova alternativa para se chegar a orla marítima através da Avenida Eptácio Pessoa propiciando, assim, um novo processo de expansão urbana: início e expansão da ocupação dos espaços correspondentes aos bairros Castelo Branco e Miramar.

No final da década de 1960 a cidade apresenta uma morfologia urbana contendo duas características distintas: uma espontânea e outra planejada. A frente de adensamento espontâneo, então formada pelos espaços dos atuais bairros de Cruz das Armas, Jaguaribe, Trincheiras, Ilha do Bispo, Varadouro, entre outros, é representada por ocupações progressivas realizadas no sentido centro-Sudoeste acompanhando o traçado da Avenida Cruz das Armas. Algo semelhante ocorreu no sentido centro-Norte propiciando a formação dos atuais bairros do Padre Zé, Mandacaru, Ipês e Treze de Maio. Foram estas ocupações constituídas por uma população de baixo poder aquisitivo, oriundas, predominantemente, das áreas centrais que estavam passando por uma metamorfose quanto a sua função urbana (deixando de ser residencial e passando a ser comercial e de serviços) ou constituída por migrantes (JOÃO PESSOA, 1993).

Já a frente de ocupação planejada, consolidada a partir da década de 1970, foi constituída por ações de urbanização que tiveram como principal referência as mudanças funcionais da Avenida Eptácio Pessoa, deixando de ser um corredor residencial para se tornar um corredor de serviços. As ocupações, propiciadas para uma população de médio a alto poder aquisitivo, foram favorecidas pelos financiamentos na aquisição de habitação decorrentes da Política Nacional de Habitação (PNH) através da construção de conjuntos habitacionais e revitalização da orla marítima, especialmente após o estabelecimento do Hotel Tambaú, em 1971.

Isso resultou na intensificação de ocupações a leste, na orla marítima e eixos de acesso (atuais bairros de Manaíra, Tambaú, Portal do Sol, Ponta do Seixas e Penha, Altiplano Cabo Branco e Tambauzinho), além de uma expansão no sentido sul, compreendido pelos atuais bairros do Cristo Redentor, Ernesto Geisel, Ernani Sátyro e Costa e Silva.

Esses dois setores de expansão são entrelaçados por ocupações em áreas impróprias (vertentes, áreas alagáveis e de preservação permanente a exemplo dos manguezais, fundos de vale, etc.) e espaços segregados por iniciativas do poder público e empresas privadas, ambos decorrentes de um processo migratório, intensificado durante as décadas de 1970-80. Até então as poucas favelas existentes em João Pessoa eram incorporadas às propostas de ordenamento urbano desenvolvidas a partir da década 1970. Contudo, a demora pela definição da política urbana, concretizada apenas na década seguinte, associada à própria intensificação dos imigrantes, intensificou a difusão de favelas e com isso os problemas urbanos relacionados, principalmente, a questão de acesso ao mercado de trabalho, moradia, saúde, entre outros.

Assim, se por um lado evidencia-se a consolidação de uma cidade planejada, com infra-estrutura e equipamentos urbanos capaz de suprir as necessidades mínimas de parte da população; por outro lado observou-se a consolidação de um espaço espontâneo, conseqüente de ocupações irregulares em áreas de riscos (**Mapa 6**), a exemplo dos manguezais e das áreas de encostas sendo, portanto, um espaço com carências significativas no que diz respeito à infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Diante do crescimento das ocupações de baixo poder aquisitivo, concentrada principalmente nas proximidades do centro urbano, especialmente no perímetro do centro histórico, surge a necessidade de investimentos em políticas de intervenção voltadas para o redirecionamento desses aglomerados e definição das funções que já se contextualizavam para a cidade, especialmente no que diz respeito a sua importância administrativa, potencialidade industrial e turística, conforme já evidenciado em capitais como Salvador, Recife, Natal e Fortaleza durante a década de 1970. Em João Pessoa, no entanto, isso ocorre de forma diferenciada devido à existência de “espaços vazios”, espacialmente nos setores sudeste, sul e oeste, e de espaços pouco adensados.

No decorrer desse período (1970-1980) a atuação social esteve representada, principalmente, pela formação de grupos organizados a exemplo de movimentos sociais, movimentos populares, sindicatos, associações, entre outros. Tais representações, constituídas por perspectivas diferenciadas, especialmente no que concerne aos aspectos políticos e ideológicos, tiveram em comum o interesse em representar uma coletividade ameaçada pela perda ou submissão dos seus direitos civis e políticos decorrentes das ações de um Estado autoritário e regulador (governo militar).

Assim sendo, essas representações foram organizadas enquanto interlocutores legais da sociedade na conquista dos seus direitos, conforme os preceitos estabelecidos, principalmente, pela Carta das Nações Unidas (1945) e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) entre tantos outros tratados e declarações originados desde então²⁷.

²⁷ Entre os documentos, destacaram-se ainda: a Conferência Internacional de Direitos Humanos (1966, em Teerã), a Conferência dos Direitos Humanos (1993, em Viena) e a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (1996, em Istambul) que forneceram os fundamentos para os Direitos Humanos, o qual tem como principal fundamento o direito à moradia.

Entre as diversas instituições²⁸ que surgiram nesse período como apoio à atuação dos movimentos sociais (étnicos, de gênero, ambientalistas etc.) ou aos demais segmentos da sociedade, a Igreja Católica emerge como um dos principais referenciais para obtenção dos direitos, especialmente os civis e políticos. Através de suas pastorais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Igreja assume um papel de intermediador entre a população e o Estado na obtenção pela conquista e reconhecimento dos direitos humanos.

Na Paraíba esses movimentos encontrariam ressonância junto à cúpula da Igreja, dirigida desde 1966 pelo Arcebispo Dom José Maria Pires. Ao contrário dos antecessores, comprometidos com tradicionalismo e salvação das almas, Dom José fazia-se partidário de 'Igreja na Cidade', isto é, prática religiosa secularizada e voltada para o social. Seu exemplo contaminou o cabido metropolitano onde sacerdotes de inspiração tradicionalista aderiram à nova linha, emanada do Vaticano II e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com sede em Brasília. (MELLO, 2002, p. 219 e 222).

De fato, de acordo com Fernandes (2000, p. 50), as CEBs "tornaram-se espaços de reflexão e aprendizado de como transformar a realidade, por intermédio da luta pela terra". Embora o autor enfatize a influência da Igreja Católica no auxílio a conquista da terra dos espaços rurais através da atuação das CEBs e das CPTs, fundamentando a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é importante ressaltar o papel da Igreja na estruturação de movimentos e organizações populares nos espaços urbanos contribuindo, assim, para "organização da chamada sociedade civil" (MELLO, 2002, p. 223).

²⁸ Na Paraíba pode-se destacar: o Papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Paraibana de Imprensa (API), Sindicato dos Bancários, além de outros segmentos profissionais como médicos, arquitetos e cientistas sociais (MELLO, 2002).

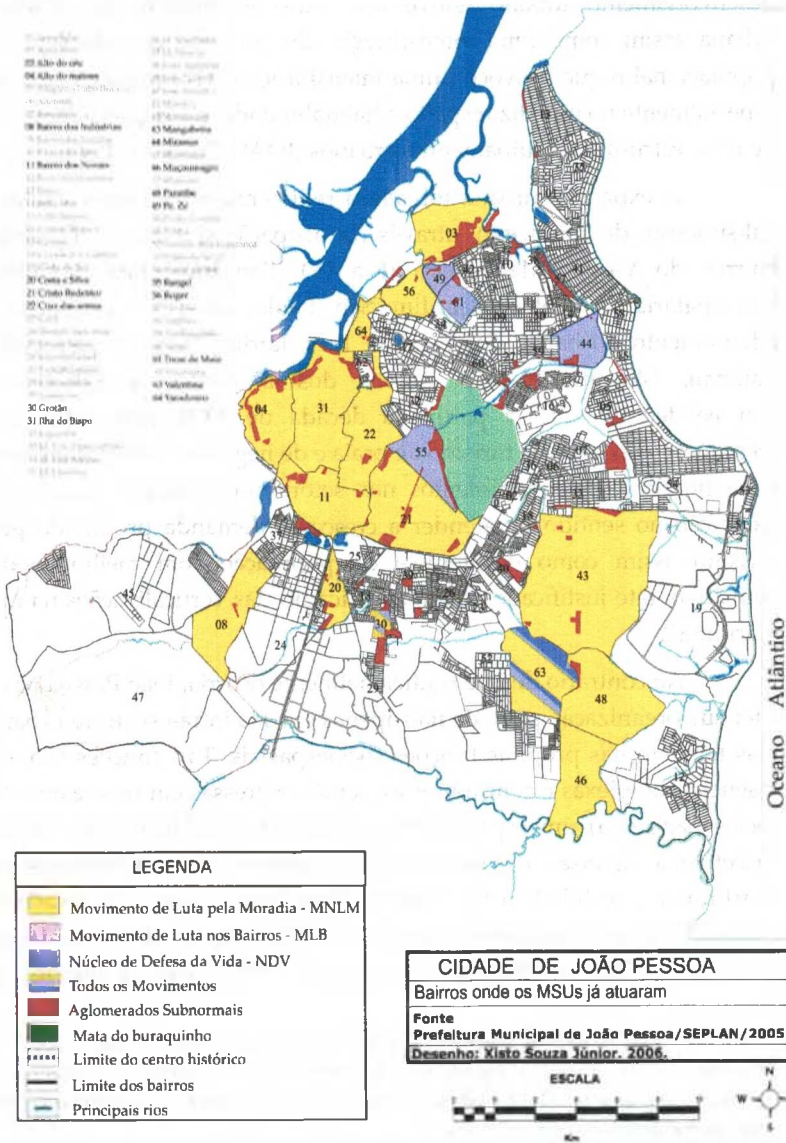
Com o apoio da Igreja Católica, firmando o fundamento bíblico do direito pela terra (posse por ocupação), tanto nos espaços rurais como nos espaços urbanos a formação de territórios e territorialidades se constituiu como a principal forma de conquista dos direitos humanos ofuscado pela repressão promovida durante a ditadura. No âmbito rural, a expressão geográfica desses sujeitos sociais tem seus fundamentos na conquista de espaços para fins moradia e trabalho dando ao mesmo a função social de meio de produção. Já no espaço urbano essa expressão geografia se materializa na escala da moradia estando à função social associada à apropriação ou habitabilidade.

No caso de João Pessoa, assim como de outras cidades, além do interesse em contribuir com o fim da repressão militar a atuação da Pastoral da Terra no espaço urbano foi motivada pela existência de uma zona rural adjacente a esse espaço ou presença de hábitos e estilos de vida comuns ao espaço rural a exemplo da criação de animais de pequeno e médio porte soltos nos quintais e/ou nas ruas, em diversas localidades do ambiente urbano. Tais elementos ainda fazem parte do contexto da paisagem urbana da cidade de João Pessoa²⁹.

Assim, se por um lado o poder público, especialmente o municipal, demonstrou preocupações com o futuro da cidade, produzindo os primeiros planos de ordenamento urbano; por outro, apoiados pela CPT e CEBs, os segmentos emergentes da sociedade civil (associações, sindicatos, movimentos sociais, entre outros) desenvolveram estratégias de ocupação de terras em diversas localidades na cidade, especialmente as dos setores norte e oeste, resultando no adensamento dos bairros do Roger, Padre Zé, Mandacaru, Ipês, João Paulo II e São José (ao norte) e os bairros do Varadouro, Ilha do Bispo, Trincheiras e Jaguaribe (Oeste e centro). Dos 64 bairros na cidade, os MSUs relataram atuação em 19 (**Mapa 7**).

²⁹ Para um aprofundamento mais substancial, consultar Maia (1994).

MAPA 7



Durante a década de 1980, com o delineamento das políticas de desenvolvimento urbano houve um redirecionamento da expansão urbana assim como uma intensificação do processo de adensamento populacional o que provocou uma intensificação dos problemas sociais, especialmente no que diz respeito à habitabilidade: condições adequadas de infra-estrutura e equipamentos urbanos (JOÃO PESSOA, 1993).

A expansão urbana foi sendo redimensionada para os setores sul-sudoeste do município, através da ocupação das áreas dos atuais bairros do Varjão, Mangabeira (I a IV), Bancários, Jardim Cidade Universitária, Anatólia e Jardim São Paulo; além da ocupação e adensamento do bairro dos Estados, Ipês, Jardim Oceania, Aeroclube, Tambaú, Manaíra e Bessa, alvos dos agentes imobiliários e empreendedores que, a partir da década de 1990, motivados pelo crescimento do setor de turismo de praia e de negócios, deslocaram, para faixa litorânea os investimentos nos setores de comércio, serviços e habitação no sentido de atender a crescente demanda produzida pelo turismo assim como o interesse da população com melhor poder aquisitivo, fato justificado pela intensificação das verticalizações na orla marítima³⁰

Ao contrário do que tradicionalmente ocorria, João Pessoa passa a ter sua organização pautada não apenas em sua infra-estrutura urbana, mas também nas próprias funções socioespaciais. Tais funções são, em essência, complexas e contraditórias, sendo expressas em três realidades socioespaciais: a) um espaço urbano adensado; b) um espaço urbano suscetível à expansão; e c) espaços de resistências. Os espaços rurais que constituíam a realidade urbana de João Pessoa até meados da década de 1990 se tornam inexistentes para as fontes legais de informações estatísticas (IBGE, Prefeitura Municipal, IDEME, etc.). Contudo, na

³⁰ Embora a orla marítima de João Pessoa esteja resguardada por uma legislação específica que inibe a especulação (PARAIBA, 2005), tem-se percebido um aumento da quantidade de edifícios acima de três andares, especialmente nos bairros localizados no litoral norte.

prática, essa realidade ainda se faz presente através das chácaras, sítios, vacarias, ruas, campos abertos etc.

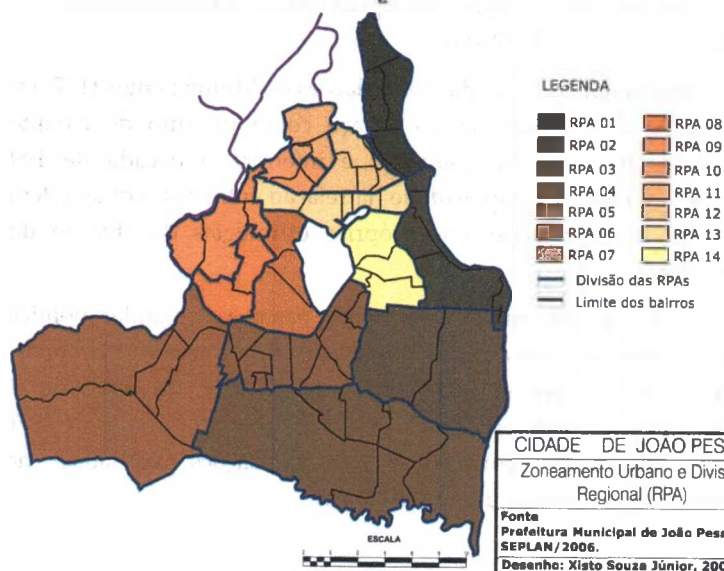
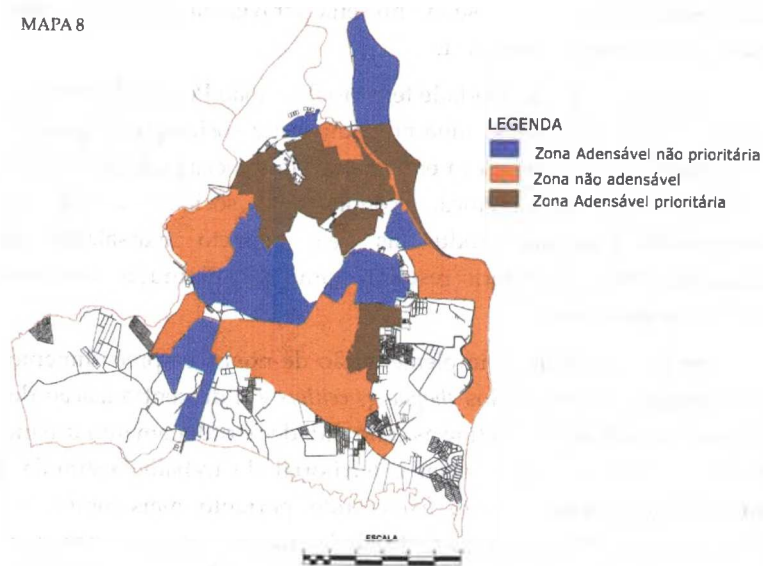
Sobre essa nova realidade territorial de João Pessoa do início da década de 1990, sobrepõe-se uma nova dinâmica socioespacial pautada em uma relação mais complexa entre os sujeitos sociais em decorrência da própria dinâmica política, econômica e social. De fato, as consequências espaciais produzidas pelo impacto avassalador da globalização sobre o território resultou numa reconfiguração territorial da cidade de João Pessoa.

Se por um lado, a implementação de novos empreendimentos socioespaciais, a exemplo dos *shoppings centers* e a descentralização dos equipamentos urbanos, redefine as centralidades e ordenamento urbano. Por outro, a nova relação social e territorial de trabalho estimula a valorização dos fluxos sobre os fixos sendo, portanto, mais complexa e difusa, tendo a valorização da mobilidade como o elemento principal. Assim, as territorialidades passam a predominar sobre o interesse pela produção (controle) de territórios.

Retomando as bases das formulações de Milton Santos (1979) no que concerne à compreensão do espaço como produto de circuitos diferenciados da economia (superior e inferior), a década de 1990 representa uma maior complexidade na relação entre essas duas esferas a partir de transformações nas próprias estratégias de atuação dos sujeitos sociais.

Assim, o ordenamento territorial passa a demandar políticas que possibilitassem a visualização das articulações entre esses circuitos e o impacto que a mesma produz na sociedade e no território. O ordenamento por zonas territoriais, característicos das décadas de 1970-1980, é substituído por novas regionalizações pautadas nas funcionalidades do espaço urbano (**Mapa 8**).

MAPA 8



CIDADE DE JOÃO PESSOA

Zonamento Urbano e Divisão
Regional (RPA)Fonte
Prefeitura Municipal de João Pessoa
SEPLAN/2006.

Desenho: Xisto Souza Júnior, 2007.

A nova divisão espacial por regiões administrativas possibilitou ao poder público um maior controle sobre o ordenamento urbano uma vez que as ações públicas passaram a ser estruturadas com base nas demandas identificadas nas reuniões distritais. Esse tipo de gerenciamento favorece igualmente a participação popular a partir da criação da figura dos delegados que são escolhidos em Assembléia, indicados pela própria sociedade. Para os movimentos esse tipo de gestão se torna interessante na medida em que cria na população o hábito pelo debate público sobre o espaço urbano.

As ações de reforma do espaço urbano de João Pessoa evidenciadas nos últimos anos vêm se efetivando de duas formas: a) pelas intervenções propostas pelo poder público a partir da política de ordenamento urbano na qual os movimentos, assim como os demais sujeitos sociais, são convidados a participar do processo de implementação; b) por ações espontâneas da população com o apoio dos próprios movimentos urbanos a partir de ocupações de terrenos ou de mobilizações para conquista dos direitos de cidadania representados na conquista do direito à moradia.

A produção do espaço urbano torna-se, portanto, complexa uma vez que de um lado representa a confirmação das políticas de desenvolvimento segundo as quais os espaços são preventivamente delimitados em termos de configuração territorial e uso funcional, e por outro, é um espaço produzido de forma espontânea, embora organizada uma vez que parte das estratégias e táticas de ação desenvolvidas pelos movimentos sociais urbanos que se expressam geograficamente a partir da realização de ocupações urbanas e construção de moradias.

Embora muitas vezes contraditória, essa expressão geográfica se materializa na conquista e produção de territórios tendo como parâmetro os próprios fundamentos regidos na Constituição Federal. Ao contrário de outros movimentos sociais (*hip hop*, MEL, UVAS, etc.), populares (APROS, APAN, GRUCON, SAMOPS, etc.) e outras representações sociais que atuam também no espaço urbano (a exemplo da I.R.E,

FDHMMA, CAIS etc.)³¹, os movimentos de luta por moradia produzem território e participam das redefinições socioespaciais do ordenamento urbano.

Desta forma, se por um lado a reforma constitucional propiciou o surgimento desses sujeitos sociais (movimentos de luta por moradia) ao possibilitar uma aproximação entre a conquista de moradia como conquista do direito humano à qualidade de vida, por outro lado, a nova proposta de ordenamento urbano pautada na definição de regiões administrativas através da valorização do planejamento como principal característica da gestão democrática forneceu a esses sujeitos uma maior mobilidade no espaço urbano no que se refere às estratégias e táticas de atuação.

³¹ Embora tenhamos colocado o significado de cada uma dessas siglas na lista de siglas, o momento demanda a discriminação de cada um: MEL (Movimento do Espírito Lilás); UVAS (União Voluntária de Apoio aos Soropositivos); APROS (Associação das Profissionais do Sexo da Paraíba); GRUCON (Grupo de Consciência Negra do Rangel); APAN (Associação Paraibana dos Amigos da Natureza); SAMOPS (Associação de Acessória aos Movimentos Populares); I.R.E (Instituto de Referência Étnica); FDHMMA (Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves); CAIS (Centro de Cidadania, Ações e Interações Solidárias).

4 De quem e para quem é a cidade? a produção do espaço na perspectiva dos MSUs.

*"Nós estamos aqui meus amigos pra contar nossa missão,
É tanta gente sem casa que e de cortar coração,
E gritando em voz alta, queremos uma solução (...).
Nós queremos casas boas pra poder ter união,
com direito à saúde pra poder ser cidadão.
Nós queremos a limpeza como área de lazer,
que também somos humanos temos direito a viver.
Água, esgoto e energia, queremos com abundância.
Educação, rua calçada e também ter segurança."*

*(Música cantada durante o VII Encontro do
MNLM – Itapeverica da Serra, São Paulo, 21 a 23
de maio de 2004)*

De um modo geral, os movimentos sociais que atuam no espaço urbano das cidades brasileiras são sujeitos sociais recentes, pois surgem, inicialmente, em concomitância com o processo de industrialização e urbanização difundido no país em meados do século XX, enquanto resultado do agravamento da crise no campo (luta pelo direito a terra) e do agravamento dos problemas urbanos provenientes da ausência de um planejamento capaz de atender a crescente demanda dos migrantes oriundos do campo ou de outras cidades que, situadas na periferia dos grandes centros urbanos, passam a se constituir como espaços estratégicos aos interesses dos grandes atores econômicos e políticos fomentadores do processo de modernização desses espaços.

Com o golpe militar os movimentos sociais sofreram uma retração em decorrência do novo papel que o poder público constituído passou a exercer: promotor do desenvolvimento regional e urbano, do ordenamento territorial e o controle espacial tanto no campo como na cidade passando, com isso, a atuar nas redefinições das fronteiras territoriais, reorientando os usos e funcionalidades do espaço a partir de uma interferência mais significativa nas diferentes escalas de ação.

No campo, o Estado, compreendido aqui na perspectiva de governo constituído, volta-se para a reprodução dos interesses dos grandes proprietários de terra (capital monopolista), intensificando os conflitos no espaço rural ao inibir as lutas populares pelo acesso à terra. Em novembro de 1964, ano em que eclode o golpe militar, é sancionada a primeira lei (4.504/64) de Reforma Agrária: o Estatuto da Terra.

A partir de verbas obtidas pelo Fundo Nacional de Reforma Agrária criado nessa mesma lei (Art. 27), o Estatuto passa a delinear as políticas de ordenamento territorial dos espaços rurais, propiciando as condições políticas, econômicas e sociais para o desenvolvimento agrário e a obtenção da reforma agrária.

O Estatuto da Terra foi concebido na intenção de propiciar garantias quanto à conquista da propriedade a partir de normas voltadas

para exigir a função social da mesma (Artigo 12º.), propondo-se, assim, a promover mudanças significativas na estrutura fundiária do país a partir da valorização da ação de estatais que atuassem na escala regional como a Superintendências de Desenvolvimento (SUDENE, SPVEA, SUDOESTE etc.).

Na prática, no entanto, o Estatuto da Terra correspondeu a uma forma de controle das lutas sociais e conflitos de terra que eclodiram no espaço rural a partir da década de 1950 no sentido de coibir uma possível revolução dos trabalhadores no campo.

A real intencionalidade implícita no Estatuto é confirmada através da implementação, dois anos mais tarde, da Lei no. 4.947/66 que definem as normas do direito agrário, estabelecendo as desapropriações aos imóveis rurais³² concebidos como fundamentais aos projetos de desenvolvimento (parágrafo único do Art. 2º). Com a promulgação desta lei são criadas, de certa forma, as “condições” para difusão da figura dos grileiros através da autorização dos títulos de posse (Art. 3º.) a qual é oficializada pelo próprio Sistema Nacional de Cadastro Rural (CNIR).

A participação de outras escalas do poder público administrativo, a nível municipal e estadual, através do INCRA³³, denuncia o favorecimento da concessão aos grandes empreendedores em troca, principalmente, de favorecimentos políticos ou econômicos.

Com isso, os homens e as mulheres que realmente dependiam da posse da terra para sobrevivência passaram a ter maiores dificuldades na conquista das mesmas em decorrência tanto da pressão política do

³² Conforme consta na própria Lei 4.504/64, em seu Artigo 4º, Inciso I, entenda-se por Imóvel Rural “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada”.

³³ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária corresponde a uma autarquia federal criada pelo Decreto n.1.110/70 tendo como objetivo a promoção da Reforma Agrária, organização do cadastro de imóveis rurais e administração dos territórios da União (BRASIL, 2008).

governo militar e dos grandes proprietários de terra como da própria situação econômica vivenciada pelo país no início da década de 1970.

No âmbito político o Estado restringiu a possibilidade de ação conjunta por parte dos pequenos produtores, dificultando a ação desses não apenas no que se refere à conquista da terra, mas a sua própria manutenção. Por outro lado, a dependência de mantimentos associada à dependência pela concessão de terras por parte dos grandes produtores, além das adversidades físico-naturais, foram fatores responsáveis pela desarticulação dos homens e mulheres que habitavam no campo.

No que se refere à situação econômica, esta despontou em duas frentes contraditórias: se por um lado houve um aumento dos investimentos de empresas estrangeiras e do próprio Estado no desenvolvimento de políticas e ações de modernização do campo, especialmente no que se refere à implementação de novas técnicas; por outro, o impacto desse período favorável de crescimento econômico vivido pelo país não representou grandes benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras do campo tanto no contexto social (ausência de avanços na qualificação profissional) como no econômico (melhoria da renda familiar).

As conseqüências desse último fator foram mais significativas uma vez que os rendimentos continuavam baixos e a maior parte dos lucros era cooptada pelos atravessadores e comerciantes, o que impossibilitou o exercício do direito posto pela Lei n. 6.383/76 que, entre outras medidas, estabelecia que os "ocupante[s] de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, [faria] jus à legitimação da posse de área contínua até 100 hectares" (Art. 29).

Já na cidade a atuação do Estado esteve voltada para o estímulo a produção de um espaço construído para melhoria das condições de habitabilidade da burguesia emergente, cada vez mais consolidada, em grande parte proveniente do campo, representada, principalmente, pelos médios e grandes empreendedores urbanos, agentes imobiliários,

empresas da construção civil, entre outros cujo rendimento confere a conquista de alguns benefícios decorrentes do desenvolvimento urbano: moradia, acessibilidade, segurança, etc.

De fato, os investimentos na infra-estrutura urbana, proporcionado pelo Estado, e a locação de empreendimentos e equipamentos imobiliários, financiados pelo SFH/BNH, tornou secundário o atendimento das demandas provenientes das camadas mais pobres, as quais, sem outra alternativa, tiveram que se aglomerar em setores da cidade impróprios à moradia, normalmente em áreas de alagados, morros, zonas periféricas funcionalmente segregadas, vertentes de relevo, etc.

Tanto no campo como na cidade, o Brasil do final da década de 1960 se caracterizou pelas diversidades socioespaciais. No campo, a política agrária e os investimentos na tecnificação não foram capazes de absorver os pequenos produtores que, excluídos do direito legal de acesso a terra, foram submetidos às imposições dos grandes proprietários, fato que os levaram a adotar as seguintes atitudes: migrar para os centros urbanos, especialmente os das grandes cidades, com o objetivo de serem inseridos como mão-de-obra para os parques industriais em difusão; ou ficar no campo se organizando em grupos e lutando pela conquista da terra, formando, assim, as condições básicas para a formação dos movimentos rurais de luta pela terra e reforma agrária. Na cidade, as políticas de urbanização desenvolvidas pelo Estado e pelos grandes empreendedores foram insuficientes para absorver o excedente populacional oriundo do campo, resultando na formação de grandes aglomerados subnormais e, com eles, movimentos populares voltados para lutar pelo direito à cidade.

Nesse ínterim, o processo de urbanização foi adquirindo claras conotações espoliativas. O Estado, preocupado em consolidar as atividades produtivas, omite-se da provisão das necessidades mais imediatas da grande maioria da população (...). No entanto, como não era isso que acontecia na prática, o reforço recebido pelos movimentos sociais urbanos representava, de fato, um agravamento do antagonismo entre as massas e o Estado (JACOBI, 1983, p. 147).

A partir da década de 1970 os novos arranjos na conjuntura política e econômica mundial produziram um impacto significativo nas estratégias do Estado quanto ao controle e desenvolvimento urbano e regional.

No campo, a industrialização “padroniza” os espaços a partir da expansão e implementação das técnicas de produção agroindustriais (produção tecnicista) representadas pela criação de pólos específicos de desenvolvimento, reestruturando as configurações sócioterritoriais especialmente das regiões centro-oeste, norte e nordeste. Em contrapartida, expropriados do acesso a esta nova configuração territorial, os grupos de pequenos proprietários e posseiros, sujeitos as imposições postas pelos grandes produtores ou, ainda, agricultores desempregados em decorrência do avanço da tecnificação do campo, iniciaram um processo de reivindicação pelo direito a terra. A ação desses novos sujeitos sociais resultou na formação de um dos maiores movimentos sociais de luta pela reforma agrária no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual, atualmente (2008) organizado em 23 estados do território nacional e tem como bandeira de luta o combate ao descaso do Estado para com os homens e mulheres do campo, na busca pela tão sonhada reforma agrária.

Na cidade, as mobilizações resultaram na organização de movimentos sociais e populares voltados para reivindicação de conquistas e direitos sociais, resultando na formação de diversos tipos de mobilizações: movimentos de gênero, feminista, ambientais, moradores

da favela, pelo custo de vida, loteamentos clandestinos, além das associações de moradores, amigos de bairro e federações comunitárias, entre outros. Tais mobilizações eclodiram especialmente nos grandes centros citadinos a partir da década de 1970³⁴.

Esses movimentos (sociais e populares) eclodiram em formas de organizações comunitárias e organizações coletivas, regulamentadas ou não, em combate a opressão, especialmente após a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5)³⁵. Se por um lado esse ato representou o ápice de opressão do Estado (militar) sobre a sociedade, ao coibir articulações públicas; por outro fez com que as mobilizações se tornassem mais estratégicas e menos espontâneas.

O AI-5 ratifica também o papel que a igreja já vinha exercendo no que se refere a posição de estímulo a criação de mobilização populares através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que surgiu na metade da década de 1970 e, desde então, tem prestado um assistencialismo não apenas aos trabalhadores do campo, mas

³⁴ Dos diversos movimentos existentes nesse período, o movimento dos sem teto e de luta por moradia destacam-se por se expressarem geograficamente ao produzirem territórios decorrentes da luta por melhoria das condições de moradia da população economicamente menos favorecida. Entre os dois, os movimentos de luta por moradia exercem uma maior influência no ordenamento urbano ao desenvolver práticas sócio-territoriais voltadas para conquista da justiça social. Já os movimentos dos sem teto, em especial o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), tem expressões pontuais (conquista do território-residência) não possuindo, portanto, uma influência maior no contexto de ordenamento espacial (transporte, segurança, lazer, etc.).

³⁵ Editado na gestão do presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969), o AI-5 ficou conhecido como o mais cruel dos Atos Institucionais criados pelo regime militar. O AI-5 permaneceu em vigor por uma década (1968-1978). Além de revogar os dispositivos constitucionais de 1967, inibiu a formação de muitos movimentos (populares e sociais) ao coibir mobilizações públicas com expressões políticas, gerando com isso descontentamentos por parte da população que se sentia excluída de ações efetivas para inclusão social.

igualmente aos moradores da cidade (população mais carente) uma vez que a maioria era proveniente do campo.

As características repressivas do regime nos anos que se seguiram ao AI-5 geraram um esvaziamento muito significativo das SABs, que perderam o seu caráter de defesa dos interesses do bairro. Foi nesse período que a Igreja, a partir das Comunidades Eclesiais de Base e outros agentes pastorais, passam a desenvolver um trabalho que se torna praticamente a única alternativa de participação das classes populares a nível dos problemas de bairro. O trabalho das CEBs valoriza, intensamente a participação do morador na vida da comunidade e seu envolvimento nos movimentos reivindicatórios urbanos. A partir das CEBs, a Igreja amplia sua participação através de Clubes de Mães, das Pastorais Operária, da Periferia, da Juventude, do Trabalho e dos Direitos Humanos. Esses setores iniciam no começo da década de 1970 um trabalho que se torna praticamente a única alternativa de participação das classes populares nos seus locais de moradia (JACOBI, 1983, p. 149).

Na década de 1980 o processo de redemocratização do país trouxe o surgimento de novos movimentos e ativismos urbanos voltados para a luta contra o descaso histórico das políticas públicas urbanas e o fim das desigualdades sociais. Os principais argumentos estiveram relacionados ao fato de que a situação de sobrevivência no espaço urbano tinha chegado ao nível da insustentabilidade sendo necessária uma contra-ofensiva por parte da sociedade no sentido de se obter uma reforma urbana.

Entre esses novos movimentos sociais destacaram-se àqueles envolvidos com a luta pelas melhorias dos serviços urbanos e habitação. Em suas diferentes frentes de ação, tais movimentos passaram a se preocupar com a construção de uma identidade política, a qual esteve reproduzida por uma postura de autonomia frente ao Estado de forma a expressar as demandas populares e sociais. Esta posição esteve direcionada a substituição da manipulação e cooptação política,

características do associativismo, sindicalismo ou pelo simples vínculo a interesses partidários, por uma ação mais espontânea e consciente que representassem o real interesse da coletividade.

O momento conjuntural no qual esses movimentos são originados (luta pela redemocratização do país, a mobilização pelas diretas-já; e o movimento político pela reforma constitucional no final da década de 1980), influenciou a formação ideológica desses movimentos ao contribuir para a criação da identidade comum entre os mesmos: luta pela reforma urbana e conquista do direito social à moradia a partir da implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano. Esse momento coincide com a difusão, no campo, dos movimentos de luta pela reforma agrária, os quais passam a assumir uma posição de referência para a atuação dos movimentos sociais urbanos.

O fim da década de 1980 foi marcado por mudanças significativas nas formas de mobilização e na própria forma dos movimentos exercerem suas ações. O discurso ideológico, pautado na luta por demandas pontuais cede lugar a uma a necessidade de desenvolvimento de uma ação mais prática, articulada e não mais dependente do poder público.

Por sua vez, vários movimentos (étnicos, gênero, etc.) que surgiram nos anos de 1960-70, são cooptados por instituições não-governamentais. Com isso, vão perdendo paulatinamente o seu caráter de movimento social ao comprometerem sua autonomia e identidade. Outros, como o movimento dos favelados e movimentos de bairro, são cooptados pelo poder público através dos seus líderes, se transformando em movimentos de cunho político-partidário ou são institucionalizados, perdendo igualmente o caráter de movimento social ao criarem estatutos e normas de atuação, deixando de lutar por causas de interesse coletivo.

Durante a década de 1990 os movimentos sociais que atuaram na cidade entraram numa verdadeira crise de existência, em especial pelo fato de que a reforma constitucional passou a garantir direitos antes negados, a exemplo do direito à saúde, educação, igualdade social, etc.

Tais reivindicações se configuraram como as bandeiras de luta que motivaram o surgimento desses movimentos, o que leva a muitos pesquisadores, políticos e militantes a cogitarem um possível fim dos movimentos atuantes no espaço urbano. O quadro se modifica na medida em que os movimentos do campo, comandados pelo MST, reestruturaram seus objetivos de luta ao se interessarem pela conquista do direito à terra, amparados pelas mudanças na reforma constitucional. Tais movimentos passam a observar à cidade como um dos pontos estratégicos para realizar as mobilizações e reivindicações tendo em vista a alta concentração populacional e o impacto que as ações geram sobre o cotidiano urbano. Assim, passam a estimular a consolidação de movimentos dos sem teto no sentido de fortalecer as mobilizações e conseguir resultados mais eficientes.

Os discursos passaram a ser não apenas de cunho social e político, mas, e principalmente, ideológico ao serem direcionados ao questionamento da posição do governo federal frente à economia-mundo e a “venda do Brasil” para os grandes atores hegemônicos, deixando em segundo plano a dívida histórica contraída com os trabalhadores tanto do campo (reforma agrária) como da cidade (reforma urbana).

Guiados pela conquista dessas duas reformas, os movimentos sociais investiram no apoio ao Partido dos Trabalhadores, de forma mais específica a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, como a promessa de mudança. Naturalmente, como é do conhecimento comum, o governo de Lula gerou uma série de decepções para os movimentos sociais que se sentiram enganados por não terem atendidas, com a rapidez esperada, as demandas exigidas, além de terem que conviver com o constante risco de cooptação e perda de autonomia decorrentes da implementação de políticas participativas contextualizadas em um discurso democrático-popular, tanto a nível federal como na escala municipal, mas que continuavam sem possibilitar o espaço necessário para que os movimentos atuassem de forma mais efetiva.

Nós elegemos um governo que chamamos nosso. Portanto, esse governo não é um governo de todos. Se fosse um governo de todos teria 100% dos votos de todo o Brasil. Esse é o governo dos trabalhadores. Das excluídas e excluídos desse país. Então, o papel do nosso movimento é reafirmar a sua independência mesmo diante do governo que nós elegemos (...). Nós não elegemos vocês para cumprir com os contratos do governo do neoliberalismo que o FHC fez. Nós elegemos você, governo Lula, para cumprir com a história e com a esperança que nós construímos ombro a ombro contigo. Ou tu ta do nosso lado como sempre teve ou tu ta contra nós. Nós não somos oposição ao governo Lula. Nós somos afirmação da vida.

(Depoimento do Coordenador do MNLM durante o VII Encontro Nacional do MNLM. ItapetERICA da Serra – SP, de 21 a 23 de maio de 2004. DVD/ Acervo do MNLM-PB.

Por outro lado, os eventos (políticos, econômicos e sociais) que ocorreram na década de 1990 propiciaram uma reformulação na forma de atuação dos movimentos, possibilitando uma rearticulação nas suas estratégias de atuação. Se por um lado questões como as melhorias na política educacional, de saúde, de transporte, etc., influenciaram na desestruturação de muitos movimentos; por outro, o fracasso da política habitacional e a incapacidade de promover a reforma urbana foram elementos que fortaleceram movimentos que já existiam desde a década de 1980, a exemplo do Movimento de Luta por Moradia (MLM), transformado depois em Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e do Movimento de Bairros.

Tais movimentos influenciaram na consolidação de outros, como por exemplo, o dos sem teto (reivindicando habitação), além de diversos movimentos culturais que se difundiram nos guetos urbanos, a exemplo do *Rap*, *Hip Hop* (SP), *afroreggae* (BA), *Manguebeat* (PE), os quais, ao contrário de movimentos anteriores, que surgiram durante a ditadura militar, a exemplo do tropicalismo e movimentos ecológicos que

possuem uma expressão espacial ao produzirem territorialidades e gerarem conflitos de poder.

A intencionalidade emerge como um importante elemento diferenciador da atuação dos movimentos que se originaram antes da redemocratização para aqueles que surgiram após a redemocratização. Os primeiros tiveram como expressão de suas intencionalidades as relações sociais representadas na luta pelo fim da desigualdade social (direitos iguais entre as classes sociais), o que explica a larga produção dos sociólogos acerca do surgimento e difusão desses sujeitos entre as décadas de 1970-80. Já os movimentos que emergiram no período posterior a redemocratização, têm o espaço como expressão de suas intencionalidades, sendo que alguns aprofundam essa experiência no espaço ao produzem território, como é o caso dos movimentos de luta por moradia. Esse tipo de intencionalidade ratifica bem a relevância da análise geográfica da atuação desses sujeitos sociais urbanos.

Para John Searle (2002) a intencionalidade é a “propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (SEARLE, 2002, p. 01). Nesse contexto, expressões como crenças, temores, esperanças e desejos se configuram como indicativos de intencionalidades uma vez que se caracterizam como fenômenos que representam uma determinada coisa ou objeto (AUDI, 2006) sendo, portanto, o resultado da mente de forma a obter uma satisfação. Para Searle (2002, p. 18) “[t]odo estado Intencional com uma direção de ajuste é uma representação de suas condições de satisfação”.

Adotando como verdadeira a premissa da intencionalidade como representação da satisfação, todo o sujeito coletivo tem a intencionalidade como o principal fundamento de sua identidade. Se considerarmos a própria concepção de Searle (2002) que exemplificou a crença, o desejo e a intenção como expressões da intencionalidade, alguns movimentos (étnicos, gênero, ecológico etc.) associam-na a uma melhoria social (a relação entre as classes sociais) enquanto outros

(MTST, MNLM, MLB etc.), observam-na como instrumento de obtenção de melhorias nas condições espaciais.

O primeiro caso corresponde à atuação de movimentos que têm como intencionalidade o *desejo* de obter melhores condições de vida; a *crença* de que isso só é possível com base em ações revolucionárias a partir da *intenção* de modificar a própria estrutura social uma vez que esta reproduziria todos os embates sociais. Já o segundo caso corresponde a movimentos que têm como intencionalidade: o *desejo* de que todos tenham uma moradia seja no sentido restrito (conquista de um teto) seja no sentido amplo (condições de habitabilidade); a *crença* de que isso é possível a partir de ações organizadas de ocupação no sentido (intenção) de conseguir a reforma urbana (justiça social e qualidade de vida).

Existe, nesse contexto, uma relação intrínseca entre intencionalidade e ação uma vez que a primeira se complementa na materialização da segunda que, por sua vez, só tem sentido de existência quando da presença da primeira (antes ou durante). A crença na existência da ocupação, por exemplo, só se concretiza quando da presença do ato de ocupar. Caso contrário, limita-se a uma pretensão. Por sua vez, o ato de ocupar existe se concebido como resultante de uma intencionalidade que o alimenta como é o caso do desejo de se conquistar uma moradia, o qual pode ser anterior (fomentador) ou simultâneo (motivador).

Precisamos, antes de mais nada, distinguir as intenções que são formadas antes das ações e as que o não são (...). Há pelo menos dois modos de se deixar mais clara a distinção entre uma intenção na ação e uma intenção prévia. A primeira (...) é observar que muitas das ações que realizamos são realizadas espontaneamente, sem que formemos, consciente ou inconscientemente, nenhuma intenção prévia de fazermos tais coisas (SEARLE, 2002, p. 118).

e ainda

Todas as ações intencionais têm intenções na ação, mas nem todas têm intenções prévias. Posso fazer algo intencionalmente sem ter formado uma intenção prévia de o fazer e posso ter uma intenção prévia de fazer algo e todavia não fazer nada no sentido dessa intenção (SEARLE, 2002, p. 119).

Entre os movimentos sociais cuja intencionalidade está pautada na relação socioespacial, existem aqueles que vão ainda mais além ao demonstrarem interesses com a produção do espaço a partir da apropriação e produção de territórios (conquista da moradia e influência no ordenamento urbano). Para isso, reestruturaram suas formas de atuação ao se articularem em diferentes escalas. Assim, a intencionalidade (expressa nos fundamentos políticos, econômicos e ideológicos) é igualmente multi-escalar e a influência nas transformações no espaço onde atuam, produzindo os tais territórios, se configura como a principal expressão geográfica desses sujeitos sociais decorrente da necessidade de se conquistar melhorias na própria infra-estrutura urbana.

Ao produzirem território (espaço) esses movimentos sociais materializam suas intencionalidades dando a estas uma condição dialética uma vez que ao mesmo tempo em que assumem uma posição de representação e satisfação ao ocuparem o espaço, existe uma realimentação a partir do surgimento de outras intencionalidades pautadas em um interesse coletivo pela reforma urbana.

4.1 Os movimentos sociais urbanos de João Pessoa

A partir do critério de classificação de movimentos sociais urbanos enquanto sujeitos sociais que participam diretamente da produção do espaço urbano ou que interfere diretamente no ordenamento urbano da cidade foram classificados em João Pessoa quatro movimentos como urbanos: O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM); A Central de Movimentos Populares (CMP); o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) e; o Núcleo de Defesa da Vida (NDV). Os três primeiros por estarem envolvidos com o debate sobre a produção do espaço urbano através da luta pela conquista da moradia e o último sobre a questão da mobilidade urbana.

De acordo com as informações coletadas durante a atividade de campo e análise das entrevistas, apenas o MNLM possui uma estrutura organizacional capaz de lhe proporcionar um papel decisivo no debate sobre a produção do espaço urbano: seja em decorrência da forma de atuação; seja por conta da influência política, social e ideológica que vem exercendo nesses últimos anos. Já a CMP vive um conflito interno sobre a sua função social sendo dividida entre os que defendem a atuação exclusiva enquanto articuladora dos movimentos sociais e os que defendem a importância das atividades desempenhada junto às comunidades, exercendo o papel de movimentos sociais urbanos. O MLB possui pouca expressividade espacial uma vez que limita sua ação a setores bem delimitados na cidade. O NDV, além de possuir pouca expressividade, ainda tem o agravante de estar institucionalizado enquanto ONG. Contudo, a função social que desempenha, conforme será evidenciado mais adiante, evidencia características de movimento social.

Todos desenvolvem suas atividades acompanhando diretamente a atuação do poder público, especialmente no que diz respeito à elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população: moradia, segurança, educação, transporte etc. Embora boa parte dos membros que estão na coordenação

não serem naturais da cidade, todos demonstraram envolvimento com as questões urbanas de João Pessoa e o conseqüente interesse pela participação no movimento social.

As ações são decorrentes tanto de iniciativas dos movimentos, através de decisão coletiva como por iniciativa popular, além da promoção de acessória junto a outras organizações e entidades voltadas para a promoção do bem comum. Dos quatro movimentos, apenas o NDV não possui sede própria, fato de que dificulta a realização de uma ação mais efetiva.

O reconhecimento da atuação dos movimentos na elaboração do diagnóstico acerca da situação de habitabilidade da população mais carente ficou evidenciado através de um relatório, feito pela Comissão Nacional pelo Direito à Moradia adequada e à Terra Urbana³⁶, em maio de 2004, sobre as condições de moradia das comunidades pobres de João Pessoa (SAULE JUNIOR; CARDOSO; GIOVANNETTI, 2005).

Além de ONGs, associações, sindicatos e movimentos sociais de gênero e ambiental, a comissão teve um apoio substancial do MNLM, CMP e NDV uma vez que as localidades selecionadas para ser realizado o diagnóstico correspondem a áreas que direta ou indiretamente receberam o apoio dos movimentos: Condomínios Liberdade, Independência I e II e Amizade (no bairro Valentina Figueiredo), a favela Novo Horizonte (no Cristo Redentor), o Assentamento Jorge Luiz (no Valentina Figueiredo), o acampamento Patrícia Thomaz (em Mangabeira) e o acampamento 5 de junho (no Alto do Mateus).

Além de problemas relacionados à falta de infra-estrutura as ocupações têm em comum a insegurança quanto à conquista do direito de posse, uma vez que a população ainda não possui a documentação legal que garanta tal direito, assim como o acesso a serviços básicos

³⁶ A Comissão foi composta por pesquisadores da área de direito urbanístico e teve por objetivo realizar um relato sobre os desrespeitos sociais, econômicos e culturais de comunidades pobres.

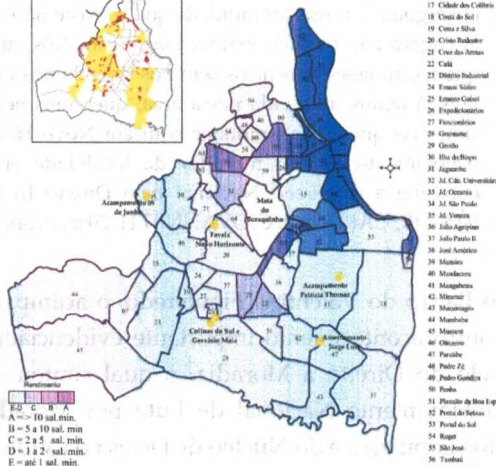
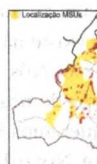
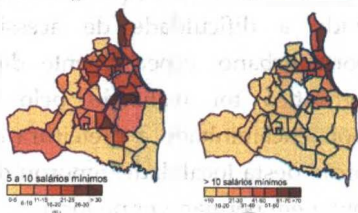
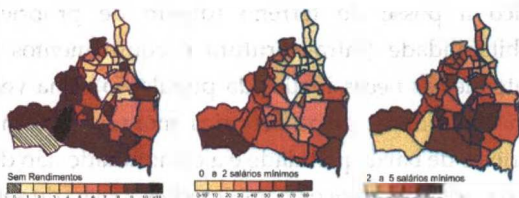
como água e energia. Assim, o acompanhamento vai desde o início da ocupação até a conquista legal do território (SAULE JUNIOR; CARDOSO; GIOVANNETTI, 2005).

O problema é ainda maior pelo fato das ocupações terem sido realizadas em locais afastados do centro da cidade no qual se concentram a população com menor rendimento por domicílios particulares permanentes no qual predominam moradores das classes sociais D e E (**Mapa 9**).

Localizada no bairro do Cristo Redentor, às margens do Rio Jaguaribe, a favela Novo Horizonte existe a mais de 21 anos sendo composta por mais de 600 unidades habitacionais. A comunidade vem recebendo assistência tanto do MNLM como do CMP e MLB.

Apoiados nos artigos 9 e 14 da Lei Federal no. 10.257/01 eles vêm orientando a comunidade no sentido de conquistar o direito fundiário pelo uso Capião uma vez que as ações de urbanização da localidade estão condicionadas a legalização da mesma junto ao poder público. A ocupação é composta por pessoas com baixo rendimento que sobrevivem da coleta de lixo, construção civil ou atividades doméstica.

MAPA 9



O mapeamento da distribuição do rendimento por domicílios permanentes da cidade de João Pessoa, elaborado a partir das informações do IBGE - banco de dados SIDRA -, comparado com o mapa dos locais de atuação dos movimentos sociais urbanos na cidade, possibilita observar que a cidade está fragmentada em termos de distribuição de residência por condições de rendimento. As práticas abscissionárias dos MSLA estão diretamente relacionadas ao local de concentração da população e estão localizadas nas principais aglomerações suburbanas.

Base de dados populacionais permanentes - 2000

População urbana de João Pessoa por rendimento mensal do empregado pelo Município

População Urbana	Rendimentos segundo salário mínimo					BPP	Pag. Urb. Total
	0 real.	0 a 2	2 a 7	7 a 10	> 10		
João Pessoa	11593	33665	33223	25223	21417	26100	115663
01 Assunção	36	36	43	69	521	183	8301
02 Aguiar	37	36	66	148	366	132	1068
03 Alagoinha Caba Branca	42	136	333	179	200	276	851
04 Alvarito	97	1037	1036	533	84	38	1437
05 Alto de Brasília	419	436	1152	661	200	87	3076
06 Anjo	18	4	14	1	1	1	36
07 Arraial das Bananeiras	336	443	489	475	100	48	1910
08 Barro Preto	30	46	101	196	276	38	739
09 Bica da Lagoa	402	302	100	100	100	100	1002
10 Bracara	117	108	696	423	312	174	2376
11 Buzina	4	0	27	7	4	1	39
12 Camo	43	86	189	209	302	44	1913
13 Capim	14	14	14	24	52	10	116
14 Casa Branca	36	32	38	147	274	97	174
15 Centro Branco	149	364	327	734	361	161	1338
16 Centro	15	142	159	349	100	10	616
17 Cidade das Colinas	36	106	113	104	70	40	429
18 Cláudia do Sol	11	10	53	27	1	4	107
19 Costa e Silva	696	602	212	434	462	28	3333
20 Cruz Roberto	76	2097	2098	1749	1336	366	10366
21 Cruz dos Anjos	10	10	1474	10	10	10	476
22 Cuiá	30	42	134	240	340	40	1416
23 Distrito Industrial	539	379	119	70	1	1	1018
24 Fátima Solis	106	424	379	696	33	46	1746
25 Fátima	102	102	113	102	70	40	429
26 Espadachim	43	149	118	143	210	237	638
27 Fátima	149	70	976	490	377	434	4086
28 Gramma	102	102	102	102	102	102	606
29 Guará	174	160	401	336	10	5	1456
30 Ilha do Ruyter	170	626	396	237	10	8	2455
31 Jaguaré	67	119	526	1474	847	160	3860
32 Jd. Cid. Universitária	10	10	10	24	52	10	106
33 Jd. Olinda	63	29	47	224	366	1767	3461
34 Jd. São Paulo	30	30	76	149	300	100	645
35 Jd. Vinhos	107	616	616	100	10	10	3022
36 João Aguiar	10	10	10	10	10	10	60
37 João Paulo II	130	473	460	762	176	36	2067
38 Jd. Antares	140	80	130	354	80	36	1040
39 Marinho	132	132	132	141	149	101	687
40 Manduira	100	100	100	100	100	100	600
41 Mangueira	1147	2019	4306	1073	109	4	1229
42 Mirante	102	104	179	100	304	74	976
43 Montanhas	173	173	173	173	173	173	1038
44 Mourão	13	13	14	14	1	1	65
45 Mourão	4	4	4	4	4	4	24
46 Ocuire	104	104	104	104	104	114	624
47 Paraíba	100	63	63	63	13	13	396
48 Pedro Zé	101	623	460	368	34	13	1688
49 Pedro Zé	14	32	18	108	174	36	318
50 Pólo	40	40	70	71	2	2	276
51 Pólo	100	100	100	100	100	100	600
52 Pólo de Setas	2	4	10	30	40	100	147
53 Pólo do Sol	80	136	130	30	30	54	444
54 Rapax	100	70	442	361	139	10	1620
55 São José	100	100	100	100	100	100	600
56 Tumbi	40	40	112	143	1377	1478	4024
57 Tumbi	37	37	37	37	37	37	222
58 Tumbi	10	10	10	10	10	10	60
59 Tumbi	201	787	512	1064	494	100	4178
60 Tumbi	100	200	200	200	200	200	1200
61 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
62 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
63 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
64 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
65 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
66 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
67 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
68 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
69 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600
70 Tumbi	100	100	100	100	100	100	600

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 - Base de dados populacionais permanentes de João Pessoa - 2000

Base de dados populacionais permanentes de João Pessoa - 2000

O apoio dos movimentos está relacionado a luta pela conquista do direito jurídico à posse do terreno (direito de propriedade) e condições de habitabilidade (infra-estrutura e equipamentos urbanos suficientes para atender as necessidades da população) uma vez que as residências foram construídas pelos próprios moradores com uso de materiais impróprios e de baixa qualidade e a comunidade não dispõe de saneamento básico e serviços básicos como creches, posto de saúde, etc. O problema se agravou devido a dificuldade de acessibilidade decorrente da falta de transporte urbano, especialmente durante o período de chuva. Esse diagnóstico foi realizado pelo MNLM, transformado em projeto e depois encaminhado à prefeitura que, por não ter interesse com a urbanização desta localidade, ignorou o mesmo desconsiderando o interesse popular em permanecer no local.

Nós que aqui moramos queremos que as autoridades enxerguem a nossa comunidade que já existe há 17 anos e até agora não foi feito nenhum benefício. Nós queremos que façam esses benefícios sem nos tirar de nossas casas, pois já temos uma vida nessa área, queremos benefícios sim, mas queremos continuar aqui em Novo Horizonte. (Depoimento de um morador da localidade em carta entregue à Comissão Nacional pelo Direito In SAULE JÚNIOR; CARDOSO; GIOVANNETTI, 2005, p.24).

Localizado no Bairro do Valentina Figueiredo, o acampamento Jorge Luiz (2002) foi outro acontecimento importante evidenciado pela Comissão Nacional pelo do Direito à Moradia, o qual contou com a colaboração direta do Movimento Nacional de Luta por Moradia, da Central dos Movimentos Populares e do Núcleo de Defesa da Vida.

De acordo com a coordenação do MNLM o acampamento foi produto de uma ação planejada pelo movimento que atuou na realização da ocupação e no acompanhamento da negociação junto à prefeitura e ao Ministério Público para obtenção da legalização do terreno ocupado (**Foto 4, 5 e 6**).



Antes de coordenar as ocupações os membros do movimento realizam reuniões internas e com membros da comunidade (foto 4) no sentido de planejar o melhor momento para realização da ocupação. São também realizadas reuniões no próprio local de ocupação (foto 5) para montagem da estratégia de permanência. A ocupação é realizada com a participação direta dos membros das famílias (foto 6).

Fonte: Acervo do MNLM (2002 - 2004).



Os coordenadores do MNLM entendem esta experiência como um exemplo da capacidade dos MSUs em conseguir moradia para os mais pobres a partir da ocupação e resistência tanto por parte das investidas da prefeitura em querer retirar as pessoas da ocupação como por parte da própria população do bairro que demonstrou resistência à ocupação. Esta resistência ficou expressa na dificuldade de aceitar os ocupantes no atendimento dos serviços básicos de saúde.

Após seis anos de ocupação e de muita luta e diálogo entre a prefeitura e ocupantes, o MNLM passou a negociar um acordo com a prefeitura para transferência da comunidade para o Condomínio Residencial Gervásio Maia que na ocasião estava sendo construindo no Colinas do Sul, bairro do Grotão, através do projeto “operação mudança

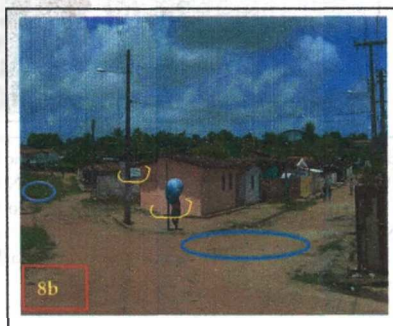
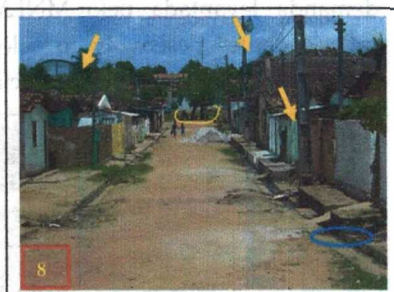
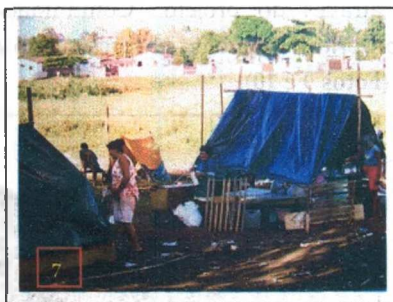
de vida”, o qual teve por objetivo promover a transferência das famílias para esta localidade, especialmente as que residiam em acampamentos³⁷.

Outra comunidade que recebeu à visita da Comissão Nacional pelo Direito à Moradia e à Terra Urbana foi o Conjunto 5 de junho que se originou a partir de uma ação planejada realizada em 1998, pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia em parceria com a Central de Movimentos Populares.

Ao todo foram assentadas 101 famílias que ocuparam e resistiram na localidade morando em lonas durante muito tempo (**Foto 7**) até o reconhecimento por parte da prefeitura e garantia do direito à moradia após diversas reuniões realizadas junto à prefeitura e Ministério Público. Atualmente a comunidade conta com residências de alvenaria e com serviços de infra-estrutura básica: abastecimento d’água, energia, transporte, etc. (**Foto 7 e 8**).

A localização geográfica é uma condição diferencial no conjunto 5 de junho uma vez que a proximidade com o centro urbano da cidade e a disponibilidade de transporte e serviços básicos permitiu aos moradores dar continuidade as atividades que desempenhavam antes de realizarem a ocupação, fato que não ocorreu, por exemplo, com a população transferida para o condomínio residencial Colinas do Sul, entregue em 2007 pela prefeitura municipal, cuja distância do centro da cidade se apresenta como um problema em decorrência das poucas opções de transporte público, o grande intervalo entre um ônibus e outro e o próprio valor da passagem.

³⁷ Essa ação se efetivou em dezembro de 2007 quando a prefeitura patrocinou a transferência da comunidade do Jorge Luiz para o residencial Gervásio Maia que, além de casa de alvenaria, contém todo o serviço de infra-estrutura básica (coleta de esgoto e lixo, abastecimento d’água, escola, Unidade de Saúde da Família, Centro de Referência de Educação Infantil e escola).



As pessoas ocuparam a área do campo de futebol (destaque em amarelo na parte superior da foto 8b) e permaneceram habitando em lonas (foto 8a) até que a prefeitura cedeu o terreno de frente onde foram estabelecidas as residências (Foto 8a e 8b). Atualmente a comunidade conta com acesso a equipamentos e infra-estrutura básica para residir com dignidade no local (destaques em amarelo), com exceção do serviço de esgotamento sanitário e saneamento que ainda são deficientes, destaque em azul (Fotos 8a e 8b).

Fonte: Foto 7: Acervo do MNLM (1998)/
Foto 8a. e 8b: Xisto Souza Júnior, 2007.

Com relação a essa conquista das casas no Colinas do Sul, concebida como uma outra vitória dos movimentos (MNLM, CMP e MLB) em parceria com a prefeitura e com o governo federal, através do Crédito Solidário, as famílias contempladas com as casas puderam contar com boa infra-estrutura (saneamento, energia, abastecimento d'água etc.) e equipamentos urbanos (escolas, creches, unidades de saúde da família, etc.) adquirindo, portanto, uma melhor qualidade de vida, se levarmos em consideração que a maioria veio proveniente de assentamentos e acampamentos.

O residencial Colinas do Sul foi conquistado a partir de uma demanda levantada pelo MNLM através do projeto “Comunidade Independente” desenvolvido pelo próprio movimento e apresentado à prefeitura enquanto demanda social (Fotos 9 e 10).



Residencial Colinas do Sul foi criado a partir da parceria entre a prefeitura (Concessora do terreno), a Caixa Econômica Federal (Financiadora a partir de verbas do Crédito Solidário) e o MNLM (Idealizador do projeto de concessão de moradia para a população mais carente). Na foto 9 o projeto criado em parceria entre o Estado e o MNLM com indicação dos equipamentos urbanos que complementam o projeto de moradia. Na foto 10 as residências mostrando em perspectiva o tamanho do empreendimento com capacidade para 1.336 famílias.

Fonte: Foto 9 e 10/ Xisto Souza Junior, 2007.

Contudo, um elemento torna essa conquista contraditória uma vez que, se por um lado as residências são adequadas à moradia, por outro, a distância do centro da cidade constitui-se em um fator que pode comprometer a sustentabilidade da moradia uma vez que a maioria dos trabalhadores passaram a necessitar de transporte público para ir ao trabalho sem possuir o rendimento suficiente para tal gasto.

As limitações em termos de mobilidade urbana comprometem, portanto, as conquistas de habitabilidade. Se por um lado essas pessoas se sentem contempladas com a conquista do território (a moradia); por outro passam a ter suas territorialidades (condições de acessibilidade ao espaço urbano) são limitadas pela falta de recursos e deficiência no fornecimento dos serviços básicos. Dessa forma, os movimentos

acabaram reforçando o processo de segregação urbana ao aceitarem a escolha do lugar selecionado para os acampamentos, antes localizados em setores estratégicos do território pessoense, sem existir garantias prévias de melhoramento dos serviços básicos de sobrevivência.

Apesar dos problemas, a Comissão avaliou como positivas as ações desempenhadas pelos movimentos uma vez que possibilitaram a sistematização de informações precisas sobre a situação socioespacial das comunidades selecionadas para a realização do levantamento sócio-econômico.

MNLM

A origem do MNLM corresponde a uma trajetória de conflitos socioespaciais decorrentes de fatores políticos (ausência de participação nas decisões de ordenamento urbano), econômicos (falta de recursos para aquisição de bens e serviços) e sociais (aumento da quantidade de pessoas excluídas dos benefícios provenientes do desenvolvimento econômico), os quais foram caracterizados numa situação de instabilidade administrativa marcada pela transição de um cenário ditatorial-centralizador para um cenário democrático-participativo expresso na reforma constitucional ocorrida no final da década de 1980.

Essa contextualização é representada por uma mudança no papel do Estado (poder público executivo) e da própria sociedade civil organizada. Por um lado o Estado passa a ser condicionado pelas consequências sócio-econômicas do impacto da globalização nas organizações socioespaciais, especialmente no que concerne a influência do empreendedorismo privado no ordenamento dos espaços urbanos. Por outro, insatisfeitos com o tipo de política implementada (valorização do crescimento econômico como representação máxima do desenvolvimento), diversos segmentos da sociedade civil passaram a se organizar para reivindicar mudanças sociais na luta pela conquista dos direitos humanos, dos quais o direito à moradia se torna uma das

principais estratégias de organização. Desse contexto de luta (social) e resistência (ao modelo político expresso pelo Estado) surgiram os movimentos de luta por moradia que adotaram como meta a luta pela dignidade representada pela conquista do direito à habitabilidade (moradia com infra-estrutura e equipamentos básicos).

Mais do que uma decisão ideológica, o movimento se consolida em João Pessoa como consequência de uma demanda popular: luta pela conquista de residência por parte das pessoas desabrigadas pela enchente de 1989 tendo o apoio da Arquidiocese da Paraíba (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004). Assim, o movimento nasce dentro da Igreja Católica que, além do incentivo e influência na organização do MNLM, foi fundamental para criação da própria identidade do movimento tanto no contexto ideológico – a espiritualidade enquanto elemento condicionador das ações – como no contexto político e social – decisão pela assistência mais forte das pastorais no acolhimento da população excluída. A decisão pela assistência à moradia não surge, portanto, por obra do caso uma vez que no início da década de 1990 passa a se caracterizar como um das mais urgentes demandas das cidades tendo em vista o aumento progressivo dos aglomerados subnormais.

Inicialmente o grupo se organiza utilizando a denominação de **10 favelas** uma vez que o objetivo estava relacionado ao auxílio das pessoas que moravam em favelas e demandavam melhorias nas condições de vida, sendo a Igreja a instituição na qual as demandas eram apresentadas através das pastorais (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004). Na medida em que aumentava o número de pessoas contempladas pelas intervenções do grupo, através da igreja, começou a existir um consenso de que a assistência era abrangente e o vínculo com a Igreja Católica provocava resistência a pessoas de outras crenças que se sentiam constrangidas em ter que ir às dependências da Igreja Católica. Conscientes dessa limitação, o grupo chegou ao consenso sobre a necessidade de se desvincular da igreja e a se organizar enquanto movimento social, em 1993, tendo como objetivo a luta por moradia.

Assim, passou a utilizar a Sigla de MLM-PB (Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba) se identificam como “movimento social de caráter popular com a finalidade de organizar a parte da sociedade que necessita reivindicar seus direitos, sobretudo o direito a habitação digna” (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004, p. 140).

O movimento (...) nasceu da estrutura da Igreja, ainda da pastoral, e aí o movimento começou a fazer uns trabalhos que não era movimento ainda, era pastoral, em parceria com a Cáritas Arquidiocesana. Então quando o movimento começou a fazer um trabalho aqui na cidade de João Pessoa, nas comunidades periféricas, então se viu que este movimento tinha como crescer, tinha outros lugares para alcançar. Aí o movimento teve uma assembleia e nesta assembleia, que aconteceu em 1993 para 1994, ou coisa assim, a gente discutia que a gente não queria mais que o movimento fosse uma pastoral. Por que a gente não queria mais que o movimento fosse uma pastoral? Porque quando o movimento era pastoral, ele só poderia atingir o público católico. E o movimento não é isso. O movimento é para atingir todos porque a missão do movimento é atender as questões da moradia, seja ele católico, evangélico, macumbeiro, etc. Assim, ele não tem cor nem raça. A nossa missão maior é a questão da moradia. Daí, então, a gente tinha uma relação muito boa com a arquidiocese. Tivemos a conversa com o bispo, na época o Dom Marcelo que estava chegando e com ele não tivemos problema, tanto é que durante o tempo que ele passou coordenando a Arquidiocese da Paraíba, ele deu sempre um apoio aos movimentos sociais. Não excluiu nenhum. Tanto é que nós estávamos nas dependências da igreja. Então, é isso.

(Depoimento de um Coordenador do Movimento Nacional de Luta por Moradia em entrevista realizada na sede do movimento no dia 12 de janeiro de 2006).

O início das atividades só veio a ocorrer em 1994 através da realização de um encontro de formação política no qual foram delineados os princípios de atuação e debatidas as metas de

reivindicações a exemplo da luta pela implementação do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. Em 1995 o movimento se filiou ao MNLM, tornando-se a representação estadual desse movimento sendo obrigado, portanto, a aderir as decisões do mesmo na escala nacional a exemplo do estabelecimento do dia 03 de junho como o dia nacional da realização de ações políticas (ocupações, mobilizações, passeatas, etc.) em todo o território nacional³⁸.

Na medida em que foi se articulando com outros segmentos da sociedade civil organizada o MNLM passou a ter uma maior influência nos debates sobre a produção da cidade ao realizar ações, oficinas e propostas voltadas para urbanização, definindo como metas: **o direito à conquista de moradia digna e reforma urbana**. Essas metas, conforme será observado mais adiante, passou a fazer parte do discurso dos membros do movimento, os quais, por falta de um debate interno mais profundo, passaram a ser confundidos ao serem ora concebidos como bandeira de luta; ora como estratégia de atuação³⁹.

O movimento só concretiza a sua organização após os dois encontros estaduais (1997-1998) nos quais define sua estrutura e forma de atuação. Passa, então, a realizar parcerias com outros segmentos da sociedade civil organizada, a exemplo das atividades de documentação audiovisual realizada em conjunto com o Serviço de Documentação

³⁸ Informação obtida do DVD do 6º. Encontro Nacional do MNLM (10 anos de luta: ocupando, resistindo e morando) que ocorreu em Ibitiré (MG) entre os dias 23 e 26 de março de 2001. Acervo do MNLM-PB.

³⁹ Durante o VII Encontro Nacional de Luta por Moradia realizado em Itapeverica da Serra (SP), entre os dias 21 e 23 de maio, vários membros do MNLM nacional identificaram moradia digna e reforma urbana como sendo eixos de luta (estratégia de ação) e em outros momentos como bandeira de luta. Contudo, parece ser mais coerente associar a reforma urbana como eixo de luta e a luta por moradia digna como bandeira de luta associada a outras bandeiras identificadas pelos membros do movimento (ocupação, despejo e regularização fundiária, inovações tecnológicas e melhorias habitacionais e cooperativismos) nesse mesmo evento. DVD do VI Encontro Nacional. Acervo do MNLM-PB.

Popular (SEDUC) a partir da implementação de um projeto desenvolvido pelo próprio movimento: o “projeto abra o olho”.

Com esta parceria o movimento registrou em vídeo algumas das ações desenvolvidas junto às comunidades mais carentes de João Pessoa e de comunidades de outros municípios adjacentes, a exemplo de Bayeux.

Durante o processo de organização do movimento ocorreram divergências quanto à sua função social, especialmente no que diz respeito à postura ideológica, metodologia de atuação e as relações de poder entre os próprios coordenadores do movimento. Essas divergências são originadas de forma espontânea uma vez que às práticas cotidianas, independentes da escala de ação, nem sempre se efetivam de forma harmônica, sendo originados conflitos decorrentes de posicionamentos distintos quanto a crenças, valores, ideologias, posturas políticas, entre outros. Tal aspecto ficou bem evidenciado quando, no ato de uma entrevista com um dos coordenadores do movimento, fomos indagados sobre os motivos da escolha de apenas um dos coordenadores para realização da entrevista.

Outra forma de evidenciar as divergências políticas, expressas nos posicionamentos dos coordenadores e membros do movimento, é a existência de conflitos quanto ao posicionamento político do movimento. Uma parte dos coordenadores defende a necessidade de se manter independência política da administração pública, justificando o risco de cooptação. Outra parte, por sua vez, observa a aproximação com o poder público como um evento importante e favorável à luta desenvolvida pelo movimento.

As divergências foram expressas em outras situações, tais como a decisão pela associação do movimento, na ocasião ainda MLM, ao Movimento Nacional de Luta por Moradia. Alguns defenderam o vínculo justificando uma possível projeção da ação do movimento local uma vez que este passaria a fazer parte da agenda nacional de ação.

Outros, porém, defenderam um posicionamento contrário, justificando o risco de dependência dos posicionamentos ideológicos e políticos, além da perda da identidade e independência do movimento local.

Quanto à atuação, o MNLM exerce suas atividades em diversas escalas. Localmente, as ações são expressas através de reuniões e eventos (internos e com diferentes segmentos da sociedade) assim como através da realização de mobilizações, passeatas e ocupações (**Fotos 11 a 18**) na cidade e em outros municípios do estado, sendo estes organizados pela comissão estadual.



A foto 11 - reunião interna dos membros do movimento, com destaque a Bíblia posta no centro como sinal da permanência do fator espiritual como fundamento ideológico do movimento; A foto 12 - reunião realizada na SETRAPs (em 2002) onde se negociava as condições de moradia das famílias do assentamento Jorge Luiz; Na foto 13 - ocupação no centro administrativo da prefeitura municipal reivindicando os direitos dos acampados. A foto 14 - passeata para implementação do Estatuto da Cidade durante o evento Grito dos Excluídos. Na foto 15 tem-se o acompanhamento na moradia para conscientização da participação pelos direitos sociais à moradia (acampamento Mandacaru, no Alto do Céu). Na foto 16 a reunião com a comunidade renascer - luta pelo direito à moradia. Na foto 17 a realização de uma passeata no Recife durante o Fórum Social Nordeste (2005) e na foto 18 a participação no encontro estadual do MNLM.



Já atuação na escala nacional, a atuação é expressas nos encontros nacionais organizados pela coordenação nacional, atividades que envolvem questões de interesse comum, a exemplo da Conferência Nacional das Cidades, para definir os critérios da política nacional de habitação e através de mobilizações realizadas em forma de passeadas organizadas para ocorrer de forma simultânea em diferentes locais ou de forma conjunta em um único lugar.

Nacionalmente, o MNLM está presente nos seguintes estados: Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Maranhão, Distrito Federal, Ceará, Tocantins, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Na escala internacional o movimento obteve pelo menos duas importantes interações: a parceria com o Comitê Católico contra a fome e pela vida, que auxilia financeiramente o movimento no desenvolvimento de suas ações; e uma atividade realizada na Irlanda na qual membros do movimento expuseram a experiência do movimento no trabalho com os excluídos (Fotos 19 e 20).



Visita de uma das coordenadoras do MNLM-PB a Irlanda para relatar a experiência do movimento no combate a exclusão e conquista dos direitos humano.

Fonte: Acervo do MNLM-PB.

Na escala estadual o movimento atua, além de João Pessoa, em mais dez municípios (Patos, Pombal, Pintibu, Guarabira, Cabedelo, Sapé, Alhandra, Salgado de São Félix, Bayeux e Santa Rita), embora preste auxílio a outros municípios, o que confere ao movimento uma amplitude espacial assim como uma maior visibilidade e capacidade de mobilização política.

O MNLM da Paraíba é um ator social voltado para promoção da luta pela reforma urbana e conquista do direito à moradia através da organização das pessoas que não têm esse direito garantido, despertando nelas a consciência política para a conquista do direito à cidade. A ação do movimento evoca uma aparente contradição uma vez que, se por um lado defende a importância da ação local, identificação com a cidade expressa na conquista da moradia e dos direitos sociais; por outro lado, sua capacidade de articulação é fundamental para aquisição de novas articulações que influenciem no posicionamento político e ideológico.

Durante o VI Encontro Nacional, o movimento definiu como Plano de Luta⁴⁰:

1. Comemorar o dia 3 de junho como dia nacional de Luta pela Moradia;
2. incentivar a ocupação de terras;
3. ocupar conjuntos habitacionais em litígio;
4. esclarecer os objetivos das ocupações;
5. proibir a comercialização de imóveis conquistados a partir da luta;
6. garantir acesso à terra de pessoas portadoras de deficiência;
7. incentivar debates sobre gênero, etnia, segurança, educação, saneamento, saúde, ecumenismo e geração de renda nas ocupações;
8. investir em segurança nas ocupações;
9. reivindicar a regularização fundiária das ocupações;
10. coibir nas ocupações: bares, tráfico de drogas e seitas religiosas que promovam a extorsão e desorganização da população;
11. estimular o cooperativismo e os mutirões na construção de casas.

⁴⁰ Informação obtida no DVD do evento. Fonte: acervo do MNLM.

Esse Plano de luta surge com o objetivo de pressionar a gestão pública (municipal, estadual e federal) para realizar ações que possibilitassem uma melhoria na qualidade de vida da população, especialmente a mais carente. Para os participantes da ocupação, o objetivo está relacionado ao estabelecimento de normas que favoreçam o convívio comum e a responsabilidade social.

O movimento valoriza o planejamento como estratégia de ação, especialmente quando tem por objetivo a promoção de ocupações orientando os familiares envolvidos com a ação para a necessidade de resistir até conseguir o reconhecimento do poder público. Para isso, busca promover a capacitação de alguns membros, treinando-os para atuarem como agentes articuladores da ação. Contudo, as ações ocorrem também de forma espontânea a partir de iniciativa da própria população que consultam os membros do movimento solicitando apoio para permanência na área ocupada e conquista de benefícios urbanísticos.

Apesar de aceitar as ações espontâneas, o movimento busca valorizar o planejamento como ferramenta na escolha do melhor local para a realização da ocupação. Para a escolha desses locais, leva em consideração: a natureza do terreno (público ou privado onde não se exerce a função social), a questão topográfica, acessibilidade a serviços e comércio, entre outros elementos (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004).

Com relação à questão topográfica existe o cuidado para não se realizar ocupações nas áreas de vale, alagados ou de encosta, uma vez que são áreas em que não se pode obter a conquista legal de posse por serem protegidas por leis de ordenamento urbano e ambiental. Percebe-se, com isso, a importância que o movimento tem com relação ao conhecimento geográfico da cidade no sentido de identificar os pontos estratégicos que possibilitem a realização da ocupação e conseqüente conquista do direito de posse.

O movimento considera sua atuação baseada na organização, formação e intervenção (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004). A preocupação com a organização está relacionada ao desenvolvimento de estratégias que propiciem uma ação articulada e eficiente. Para isso, valoriza a

formação dos seus membros, qualificando-os para o exercício das práticas socioespaciais de forma a poder intervir no ordenamento urbano tanto no âmbito político, como no contexto econômico e ideológico.

Ao se preocuparem com a conquista da moradia digna, a partir da reforma urbana, o movimento desenvolve seu discurso pautado na preocupação com a conquista do território e com a função social do seu uso: mobilidade, acessibilidade, infra-estrutura, equipamentos urbanos, etc. Enquanto ator social, o movimento apresenta-se como um sujeito coletivo capaz de promover mudanças na organização territorial do espaço onde atua. Apesar das diversas ações já realizadas, das quais muitas resultaram em mudanças na qualidade de vida das pessoas, conforme mencionado anteriormente, o MNLM ainda não é devidamente reconhecido pela sociedade e pelo poder público, embora a atual gestão pública (2004-2008) tenha estreitado laços com o movimento.

Da parte da sociedade isso ocorre devido à forma como as ações desenvolvidas pelo movimento chegam ao conhecimento popular, especialmente através da mídia que muitas vezes associa as práticas dos movimentos com vandalismo, desocupação, etc., provocando uma resistência popular quanto ao aceite do papel socioespacial desempenhado pelo movimento. A prefeitura, por sua vez, ainda não reconhece efetivamente a importância do movimento na participação da produção do espaço urbano, enquanto parceiro capaz de fornecer auxílio na resolução dos problemas socioespaciais.

Isso vem sendo modificado na medida em que o movimento passa a produzir e reproduzir suas próprias atividades (DVDs, participação em reuniões comunitárias, etc) chegando à sociedade com uma outra imagem e levando o poder público a repensar a importância de se realizar parcerias com os movimentos envolvidos com a questão urbana. Ao expor à moradia como um problema social, o MNLM tem influenciado na retomada do debate sobre o futuro da cidade e sobre os principais problemas socioespaciais no ambiente urbano: segregação, exclusão, ordenamento, mobilidade, etc.

Em termos de organização, o MNLM é composto por coordenadores. Estes possuem o mesmo poder e representatividade dentro do movimento, com mandato de dois anos com possibilidade de renovação por mais dois. Cada membro do movimento pode se candidatar à coordenação do mesmo desde que esteja devidamente envolvido com as metas do movimento e disposto a agir coletivamente. Entre os coordenadores, um é eleito para representar nacionalmente o movimento, tornando-se membro da coordenação nacional do MNLM (OLIVEIRA & FERREIRA, 2004, p. 157).

Assim, o MNLM se constitui como um movimento político-social que organiza homens e mulheres que não possuem moradia ou que a possuem, mas não vivem de forma digna, seja pela ausência de uma residência sem infra-estrutura básica; seja pela falta de equipamentos e serviços urbanos. É um movimento que se preocupa com a conquista do território através da ocupação. Para isso, exerce uma influência local ao definir as áreas nas quais são realizadas as ocupações e lutar pelo ordenamento urbano da cidade. Assim, ao se articular em outras escalas, acaba influenciando também nas decisões políticas na produção dos espaços urbanos a exemplo da conquista do Estatuto da Cidade, aprovado após uma década de debates sobre a importância de se definir a lei que garantisse o direito social de acesso à moradia, especialmente para a comunidade mais pobre.

CMP⁴¹

A Central de Movimentos Populares se origina da experiência de articulação de diversos movimentos populares na busca pela definição de um eixo comum de luta que propiciasse a conquista dos direitos sociais tendo como parâmetro a luta contra o neoliberalismo capitalista. A formação da CMP se dá por conta da fragilidade que os movimentos demonstravam ao atuar isoladamente no estabelecimento do diálogo com o Estado, tanto de ordem técnica como política, além da

⁴¹ Base da informação a partir da análise do questionário (Apêndice 3) e da entrevista individual (Apêndice 4)

própria forma de atuação ao optarem por atividades isoladas, mesmo quando a demanda voltava-se para um interesse comum.

Numa tentativa de superar tais limitações os movimentos sociais passaram a montar agendas comuns de ação que estivessem amparadas a uma mesma bandeira de luta. Em João Pessoa, essa ação conjunta foi centrada na bandeira pela reforma urbana segundo a qual cada movimento estruturaria sua metodologia e eixo de luta em temas como moradia, transporte, igualdade de gênero, etc., de acordo com os quais passaram a atuar os sindicatos, federações, associações, etc.

Surge daí o interesse em promover a articulação dos diversos movimentos sociais através da unificação de lutas sendo, porém, respeitadas as individualidades ideológicas e estruturais de cada movimento. Para coordenar essa ação conjunta, materializada através da realização e participação em fóruns, reuniões, mobilizações, entre outras atividades foi criada, em 1980, a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS).

A partir da ANAMPOS buscou-se desenvolver ações mais diretas através propostas voltadas para a promoção da inclusão social e enfrentamento da ideologia política do capitalismo (concebida como exploradora e dominadora), assim como o combate a posição do Estado frente a essa postura política, além do desenvolvimento de atividades que propiciassem a unificação das lutas dos movimentos populares e sindicais, especialmente no que diz respeito à luta pela redemocratização e reforma constitucional.

Em 1988 a ANAMPOS é dissolvida para dar lugar a Comissão Pró-central de Movimentos Populares a qual, cinco anos depois (1993), é efetivada como Central de Movimentos Populares. Atualmente a CMP está presente em 16 Estados (Acre, Rondônia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal) sendo composta não apenas por movimentos sociais e populares, mas também por outros segmentos da sociedade civil organizada (ONGs, Fundações, Associações, Sindicatos, etc.).

Assim, tanto no âmbito organizacional como no próprio contexto que motivou sua consolidação a CMP, nacionalmente, não se constitui, em sua essência, como um movimento popular ou movimento social urbano (segmento social que atua diretamente na transformação das condições socioespaciais da população). De fato, ao ser originada da necessidade de agrupar e representar diversos segmentos da sociedade civil na luta por objetivos comuns, especialmente no que se refere a luta pela reforma urbana e contra a política neoliberal, a CMP passou a desenvolver ações voltadas para a promoção da articulação dos movimentos (sociais e populares) e apoio as atividades desempenhadas por esses movimentos.

Em 1996, durante o I Congresso Nacional da Central dos Movimentos Populares ocorrido em Belo Horizonte (MG), foi definida a estrutura política do movimento através da escolha da coordenação nacional e da executiva nacional. No segundo congresso, realizado em 1999 também em Belo Horizonte, o qual contou com a presença de 500 delegados de diversos segmentos sociais, o movimento assumiu, em definitivo, a postura de oposição frente à adoção da política neoliberal implementada pelo governo federal na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Após o segundo congresso, a CMP define sua postura política baseada nos seguintes eixos: fim de acordos com o FMI; defesa das reformas agrária e urbana; combate a política de privatização e valorização dos serviços públicos de saúde e educação; combate a descriminalização de gênero, raça, étnico, etc., os quais estão alicerçados em princípios como solidariedade, fraternidade, autonomia, democracia, entre outros.

A CMP possui agenda própria de luta e mobilização, apesar de possuir atividades diversas, tendo como uma das principais preocupações a informação e a articulação dos movimentos sociais e populares, especialmente os que desenvolvem suas atividades no espaço urbano pela luta pelo direito à cidade.

Contudo, em João Pessoa, exerce uma atuação diferenciada da atuação desenvolvida pela CMP nacional uma vez que, além de atuar como articuladora, ela realiza ações de orientação e acompanhamento das ocupações, a exemplo da ocupação de Costa do Sol e Ponta do Seixas, embora professe um discurso centrado na defesa do seu papel como agente articuladora das ações entre os movimentos. A CMP de João Pessoa busca auxiliar na promoção da conquista da justiça social e qualidade de vida através do investimento público, de forma democrática, e lutando contra os principais problemas urbanos, entre os quais os relacionados ao direito à moradia, educação, saúde e transporte.

De acordo com os coordenadores, a CMP local participa ativamente do debate político através das discussões sobre a implementação de políticas públicas voltadas para resolução dos problemas mencionados e elaboração de projetos para o desenvolvimento social, a exemplo dos debates para implementação do Fundo de Desenvolvimento Social, do Estatuto da Cidade e da Resolução 460 que fornece apoio financeiro para que a população mais carente possa realizar obras de melhoria das condições de moradia.

O movimento costuma se reunir três vezes ao mês, sendo organizado em forma de colegiado, abrangendo sete setores estruturais: comunicação, administração, organização, formação, finanças, mobilização e assuntos jurídicos. Apesar dessa estrutura, o movimento não reflete um caráter hierárquico uma vez que cada membro, independente do setor onde atua, possui o mesmo poder de decisão que os demais.

Quanto ao papel de articulação, a CMP procura não interferir nas decisões ou ações dos movimentos filiados, garantindo, assim, a autonomia dos mesmos. Sua ação está relacionada à busca pela criação de laços comuns entre os movimentos no sentido de inserir os mesmos, os quais muitas vezes existem apenas localmente, em debates nacionais, sejam eles vinculados ou não à CMP.

Os constantes investimentos feitos para implementação de políticas habitacionais voltadas para melhoramento das condições de

moradia da população mais carente têm direcionado o movimento a participar ativamente das decisões sobre a implementação dessas políticas. Para isso, além de coordenar reuniões e participar de encontros e fóruns sobre política habitacional, na maioria das vezes de forma indireta uma vez que a participação ocorre a partir de um dos movimentos associados, cujo membro, normalmente, é militante da CMP, existe uma preocupação quanto ao cumprimento da legislação, especialmente no que diz respeito a garantia da moradia enquanto direito social, além da observação da existência de equipamentos adequados a nova demanda.

Contudo, ao contrário do MNLM, a CMP observa a moradia enquanto demanda pontual da sociedade e não como uma superposição de demandas, por está diretamente relacionada a outros problemas, tais como: acessibilidade, infra-estrutura, equipamentos urbanos, segurança, saúde etc. Nesse sentido, a concepção de moradia se aproxima do significado de habitação (teto) e não de habitabilidade (condições sociais propícias a aquisição de bens de forma igualitária).

Embora o movimento tenha bem definido os seus objetivos (bandeira e eixos de luta), ainda vivencia uma condição de conflito interno quanto a sua função social e desenvolvimento de suas atividades. Se por um lado os coordenadores da CMP demonstraram o interesse de assumir o papel de articuladores e representantes dos movimentos e segmentos sociais, expressando valores ideológicos que fundamentam a atuação do movimento; por outro, sensibilizando-se com as demandas da população menos favorecida, os coordenadores desenvolvem ações características de um movimento social urbano, tais como a constante participação nas ocupações e o acompanhamento das ações desenvolvidas pelos movimentos filiados.

A questão política é outro fator que interfere diretamente na definição dos papéis a serem desempenhados na cidade. Sendo constituída por diversos movimentos, os quais muitas vezes possuem diferentes posicionamentos político-ideológicos, a CMP acaba se expressando de forma heterogênea quanto à definição da principal

demanda social, apesar dos coordenadores terem um discurso comum voltado para o combate a política neoliberal, assumindo assim uma posição contrária ao Estado da forma como está constituído, mesmo quando este se dispõe a realizar uma gestão democrática e participativa.

A CMP na Paraíba possui, portanto, uma postura independente da assumida pelo movimento nacional ao participar diretamente de ações espaciais relacionadas ao acompanhamento de ocupações e luta pela reforma urbana. Embora os coordenadores assumam um discurso de que o movimento desenvolva exclusivamente a função de articulação, na prática, realiza ações práticas participando, portanto, do processo de produção do espaço urbano de João Pessoa.

MLB⁴²

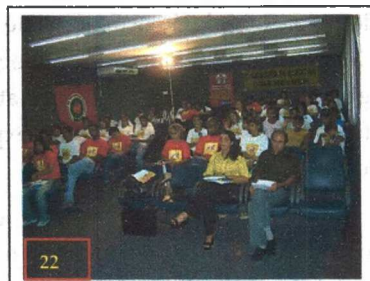
O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) tem como bandeira de luta a conquista por moradia a partir da luta pela reforma urbana. Sustenta suas reivindicações na luta contra a política neoliberal e contra o capitalismo que, para o movimento, tem impossibilitado a formação de uma sociedade mais justa uma vez que boa parte da população fica excluída do direito à cidade, especialmente no que se refere à moradia enquanto requisito básico da dignidade. Assim, semelhante à CMP, o MLB direciona sua luta por motivações políticas ao associar a conquista dos direitos sociais (moradia, saúde, saneamento, emprego, etc.), através da implementação de um regime socialista-democrático.

O MLB surgiu em 1999 a partir de mobilizações de sem-tetos para reivindicar o direito de permanência nos prédios e terrenos ocupados. Atualmente, está presente em 13 Estados (Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul), sendo todas as representações associadas à Central de Movimentos Populares. Defendem um discurso voltado para promoção da consciência da

⁴² Base da informação a partir da análise do questionário (Apêndice 3) e da entrevista individual (Apêndice 4)

população mais pobre, especialmente os moradores de aglomerados urbanos de favelas e bairros, para a defesa de seus direitos sociais.

O Movimento desenvolve suas atividades a partir de articulações com outros movimentos sociais, especialmente às organizadas pelo CMP. Além de ações práticas o MLB participa também da organização de eventos a exemplo do I Fórum Social Nordestino, realizado de 24 a 27 novembro de 2004, em Recife (PE) e o I Encontro Nacional de Habitação realizado na cidade de Recife (PE) (Fotos 21 e 22).



A foto 21 é uma passeata pela Av. Conde da Boa Vista realizada durante o I Fórum Social Nordestino, realizado na cidade de Recife em 2004 (24 a 27 de novembro), o qual teve como principal reivindicação a radicalização da democracia e contra o neoliberalismo, fim da violência contra a mulher (motivo da passeata) e combate a política de transposição do Rio São Francisco, além da luta pela implementação de uma política participativa. A foto 22 corresponde aos debates ocorridos durante o I Encontro Nacional de Habitação realizado em Recife, no ano de 2007 em pró da inclusão social e garantia da conquista do direito à moradia digna, especialmente para os moradores de acampamentos, favelas, etc.

Fonte: Foto 21 = acervo do MNLN e foto 22 = Xisto Souza Júnior

Enquanto o Fórum reuniu movimentos de diversas origens e princípios, tendo como principal preocupação a luta pela dignidade social (gênero, habitação, etc.), no Encontro nacional foi enfatizada a questão da luta pela inclusão social a partir da conquista das condições dignas de moradia.

Entre os diversos exemplos mencionados, dois merecem destaque por demonstrarem algumas das qualidades do movimento

(união, luta e resistência): a ocupação Alburqueque, em Jaboatão dos Guararapes (PE), e Leningrado Potiguar, em Natal (RN). Na ocupação de Albuquerque, após diversas lutas contra o Estado, o movimento conseguiu, em 2003, a conquista do direito à moradia alojando 256 famílias. Já as conquistas obtidas na ocupação de Leningrado, com o alojamento de 1800 famílias, representam para o movimento uma expressão do potencial de mobilização popular.

Um aspecto comum nas ocupações realizadas pelo MLB é a referência que o movimento faz em defesa do socialismo, seja através dos líderes, a exemplo da ocupações de Albuquerque (nome em homenagem a Mércia de Albuquerque, advogada de presos políticos durante o regime militar) e Leningrado, atual San Petersburgo (Rússia), em referência a cidade que mais expressou o significado da ideologia socialista.

A importância dada a questão política faz do MLB um movimento que supervaloriza o fator ideológico tendo, portanto, resistências em desenvolver uma atividade conjunta com o poder público e com outros movimentos que não compartilham diretamente com o posicionamento do MLB. Tal posição reforça a presença de ações fragmentadas por parte dos movimentos e da dificuldade de implementação das orientações propostas pelo CMP.

Ao contrário do MNLM, o MLB não desenvolve atividades em todos os bairros da cidade. Acaba, com isso, reforçando o processo de segregação decorrente muitas vezes de questões pessoais uma vez que a seleção dos bairros está diretamente relacionada as relações pessoais entre os membros do movimento e a comunidade, com exceção das vezes em que ocorrem problemas de consequências naturais.

De acordo com a coordenação, a escolha da área de atuação depende da dificuldade financeira do movimento, especialmente no que se refere ao acompanhamento de todas as localidades que demandam pela ajuda do movimento.

Outro elemento que restringe uma ação mais efetiva do MLB está relacionado ao fato de seus membros estarem associados à CMP. Existe uma dificuldade de se definir até onde uma ação corresponde às iniciativas e práticas do MLB ou até onde representam a intencionalidade da CMP, fato que repercute negativamente na própria imagem da Central dos Movimentos Populares. Além disso, a aproximação com os sindicatos e partidos políticos (socialistas e comunistas) interfere diretamente na autonomia do MLB enquanto movimento social urbano na medida em que acabam influenciando no universo de atuação.

Em seu discurso, os coordenadores do MLB não apreendem a concepção de moradia na mesma perspectiva do MNLM (elemento de convergência para a conquista de outros direitos sociais). Ao contrário, associa o conceito de moradia a conquista de uma habitação, deixando para outros segmentos sociais a preocupação com a luta pelos direitos humanos.

A posição ideológica do movimento com relação ao poder público acaba igualmente dificultando uma participação mais efetiva na luta pelo bem comum. Embora tenham amenizado tal postura frente à atual gestão municipal (2004-2008), ainda apresentam várias expressões de reivindicação por mudanças e implementação de políticas públicas voltadas para uma solução dos problemas urbanos.

Isto confere ao movimento um caráter de movimento social urbano uma vez que, mesmo não concebendo a moradia em sua complexidade, mas enquanto significado de residência, a preocupação em participar dos debates políticos de reforma urbana possibilita tal associação.

NDV⁴³

Dos movimentos que atuam diretamente na produção do espaço urbano, o Núcleo de Defesa da Vida é o menos representativo e o mais controverso, a começar por sua caracterização enquanto movimento social (NASCIMENTO, 2003) e do próprio contexto responsável por sua formação.

Ao contrário de outros movimentos que nascem da aflição social por uma demanda específica, o NDV surge de um evento no qual algumas pessoas decidem se organizar para lutar por um benefício de uma localidade específica. Dessa forma, o NDV não surge como social, mas como uma organização popular.

O NDV foi criado em 1996 a partir de um curso ministrado pela ONG Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares (SAMOPS), fato que explica a decisão, quatro anos depois, por sua institucionalização em decorrência da opção pela criação de um estatuto e legalização enquanto entidade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos (NASCIMENTO, 2003).

Este curso forneceu as informações básicas para que fosse possível a organização de um grupo voltado para lutar pelo direito à cidade, especialmente no que se refere à infra-estrutura (transporte, água, energia, etc.) e conquista de equipamentos e serviços urbanos de forma a obter uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Assim como ocorreu com o MNLM, sua consolidação é resultante do apoio das pastorais da Igreja Católica, fato que justifica o perfil do NDV em lutar pelos direitos sociais a partir da formação política dos membros envolvidos, orientação as pessoas auxiliadas pelo movimento e valorização do voluntariado enquanto forma de atuação.

O NDV se expressa geograficamente realizando suas atividades nas comunidades do Conjunto Valentina, Mussumagro, Santa Bárbara,

⁴³ Base da informação a partir da análise da entrevista individual (**Apêndice 4**) e Nascimento (2003)

Loteamento Planalto Boa Esperança e Conjunto Sonho Meu, todas localizadas no Bairro Valentina Figueiredo, setor sul da cidade de João Pessoa, embora nos últimos quatro anos (2003-2007) venha desenvolvendo articulações com segmentos e comunidades nos bairros do Alto do Mateus, Bancários e Cristo Redentor.

Apesar de não possuírem sede própria, os membros se reúnem mensalmente para traçar os planos e ações a partir de iniciativa de um dos componentes ou por iniciativa da população quando demandam uma necessidade específica a partir do contato com os líderes comunitários que costumam participar das reuniões do núcleo.

O NDV tem como bandeira de luta as reivindicações pela implementação das políticas públicas, especialmente na área da educação, saúde, meio ambiente e transporte. Dessas, a luta pela implementação de um sistema de transporte público e de qualidade recebe uma maior atenção por parte do NDV uma vez que, desde sua consolidação, o movimento concebeu o direito ao transporte público e coletivo como a principal alternativa para a mobilidade urbana da população, questão esta que considera como sendo o maior problema da cidade de João Pessoa.

Ao contrário dos demais movimentos, o NDV atua estruturado sob sistema de lideranças e não enquanto coordenações. Isso acaba centralizando o poder de decisão nas mãos dos líderes, fato que resulta no risco de cooptação ou verticalização na decisão tanto por motivos ideológicos como políticos.

A principal crítica relacionada ao núcleo diz respeito ao fato do mesmo ter se institucionalizado. Assim, para os demais movimentos, o NDV é caracterizado como uma Organização Não Governamental.

Contudo, se por um lado a institucionalização lhe confere restrições a sua ação enquanto representante social uma vez que fica submetido ao risco da influência de outros sujeitos sociais, sendo submetido aos interesses particulares dos mesmos; por outro lado, a opção dos membros do movimento em atuar de forma voluntária e por se preocuparem com as implementações das políticas públicas, escolha de uma bandeira específica de luta e de ter pelo menos um dos membros vinculados a outro movimento social ou coletivo, confere-lhe a condição de movimento social.

Assim, se estruturalmente o NDV deve ser concebido como uma Organização Não Governamental, sendo, portanto, correta a menção de “a NDV” (a ONG Núcleo de Defesa da Vida); na perspectiva funcional e prática o núcleo corresponde a um movimento social urbano uma vez que tem preocupações quanto a organização territorial e com a acessibilidade urbana.

Nesse contexto, torna-se mais coerente, independente de legalmente ser concebida como ONG, classificar o Núcleo de Defesa da Vida como um movimento social: o “NDV”. É nessa perspectiva que optamos por incluí-lo no rol de movimentos sociais urbanos de João Pessoa.

Em entrevista realizada com um dos líderes do NDV, a institucionalização do núcleo foi explicada alegando-se motivos financeiros uma vez que para esses representantes fica mais fácil adquirir verbas junto a órgãos públicos ou privados com o registro legal do núcleo enquanto ONG.

Embora sirva como explicação, este motivo não pode ser utilizado como justificativa uma vez que existem várias formas de se conseguir financiamentos, mesmo sendo um movimento social. A opção pela institucionalização resultou apenas no surgimento de resistência quanto à inclusão do núcleo nas estratégias desenvolvidas pelos demais movimentos sociais.

O movimento se expressa de diferentes formas: elaborando propostas para melhorar a qualidade de vida da população; prestação de assistência aos moradores; realização de denúncias sobre precariedades na infra-estrutura e equipamentos urbanos; realização de eventos e oficinas voltados para a capacitação e conscientização popular sobre os direitos sociais; auxílio aos assentados; parcerias com outros segmentos sociais, especialmente com os movimentos sociais, entre outras atividades.

O uso dos meios de comunicação para divulgação das ações e promoção da mobilização, especialmente à rádio comunitária (difusora *mussumagro*) e do jornal comunitário (*Boa Notícia*), o qual é editado e divulgado pelos próprios moradores (NASCIMENTO, 2003), tem se constituído como uma das principais estratégias de ação e mobilização do NDV.

O movimento vem também se utilizando da mídia de massa, o que possibilita a divulgação das ações em outras escalas, embora muitas vezes ocorram distorções sobre os motivos do movimento, uma vez que sempre existe o risco dos meios de comunicação estarem sob a influência dos interesses políticos, econômicos e ideológicos de outros sujeitos sociais.

Contudo, um fato importante é a consciência dos líderes quanto aos fatores conjunturais que se acobertam nos interesses da mídia de massa, mas que admitem ser possível o uso dos meios de comunicação em benefício dos próprios movimentos, aproximando-se do já observado por Santos (2000) acerca da tendência do estabelecimento de uma globalização alternativa na qual a cultura popular utiliza a própria técnica da cultura de massa em benefício próprio.

Há a possibilidade cada vez mais freqüente de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso de instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa (...). Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos de baixo pondo em relevo o cotidiano dos pobres; das minorias; dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”

Depoimento de Milton Santos. Texto extraído do filme de Silvio Tendler (2006), Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban, 2006. Rotação: 0:53:44 a 0:54:00 e 0:54:07 a 0:54:25. 1 DVD (81min. e 18s.), son, color.

Embora Milton Santos esteja se referindo a todos os movimentos que nascem da própria sociedade, os quais, portanto, participam da consolidação dessa globalização alternativa, compreendemos que no âmbito das transformações geográficas (a reorganização socioespacial) os movimentos sociais urbanos assumem uma posição de destaque na medida em que ao produzirem territórios (no ato de ocupar os espaços) redimensionam a formação do espaço urbano quanto as suas funcionalidades, usos e estrutura. É em meio a esse contexto que o NDV se insere e se contextualiza como movimento social tendo em vista o tipo de atuação que exerce.

O uso consciente da potencialidade dos meios de comunicação enquanto ferramenta para a conscientização popular tem possibilitado ao movimento chegar a outras escalas, tanto no espaço citadino como no âmbito regional e até mesmo nacional, especialmente quando recebe o apoio de outros movimentos que se articulam em outras escalas, a exemplo do CMP e MNLM.

Esta preocupação com a articulação com outros segmentos da sociedade civil organizada (ONGs, associações, movimentos sociais, etc.)

tem influenciado no amadurecimento do NDV, abrindo possibilidade para sua reorganização, especialmente no que diz respeito à retomada de sua identidade enquanto movimento social urbano, aproximando-se, portanto, da população mais pobre.

Apesar de exercer funções de movimento social, o fato de estar estruturado como uma ONG faz com que o NDV esteja submetido ao risco constante de ser cooptado, especialmente pelo poder político uma vez que as possíveis alianças realizadas com o Estado, segmentos da sociedade civil organizada ou com empresas privadas tendem a influenciar no desenvolvimento das atividades do núcleo.

A grande influência no ordenamento urbano da cidade está pautada na preocupação com as políticas públicas para o transporte urbano coletivo, mobilidade e acessibilidade social aos espaços públicos da cidade considerados como de difíceis acessos para a população mais pobre, conforme vimos no mapa 2, no terceiro capítulo. Isto se constitui como um dos grandes problemas do espaço urbano por condicionar o direito ao uso da cidade por parte dessa população economicamente menos favorecida.

Assim, enquanto a CMP, o MNLM e o MLB se preocupam com as condições de infra-estrutura e equipamentos urbanos (moradia, saneamento, escola, etc.), o NDV está mais preocupado com as adoções de políticas públicas que propiciem a mobilidade urbana da população mais carente através do investimento na fluidez e acessibilidade enquanto formas de inclusão social no contexto da formação socioespacial da cidade de João Pessoa.

4.2 Um olhar geográfico sobre a atuação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa⁴⁴.

Diante do que vem sendo observado os Movimentos Sociais Urbanos de João Pessoa são sujeitos sociais que participam da produção socioespacial da cidade, os quais, apesar de possuírem aspectos divergentes quanto à natureza e forma de atuação, têm em comum a preocupação com a dinâmica urbana e a garantia social da qualidade de vida da população mais carente. Contudo, tendo em vista a função social que desempenham, os movimentos estão submetidos ao constante risco de cooptação.

No caso do MNLM, devido ao conflito existente entre a coordenação local e a coordenação nacional, especialmente no que diz respeito à forma de atuação, o movimento está sujeito ao risco de cooptação ideológica. Por outro lado, a parceria que vem sendo estabelecida nos últimos anos junto ao poder público têm resultado numa cisão entre os coordenadores que defendem a importância dessa parceria enquanto estratégia de garantir a inclusão social e àqueles que observam nessa parceria o risco de cooptação política uma vez que o movimento estaria na constante ameaça de não poder atuar de forma autônoma.

A CMP e o MLB estão igualmente sujeitos ao risco de cooptação ideológica, porém de cunho fundamentalista uma vez que o discurso contra-capitalista, em favor da implementação de um sistema socialista de governabilidade, acaba influenciando na tomada de decisões, comprometendo a defesa do interesse coletivo. Assim, o posicionamento político adotado, pautado em valores ideológicos sustentados desde a origem dos movimentos (partidária e sindicalista), tende a tornar os movimentos vítimas das próprias limitações inerentes aos valores políticos adotados, especialmente na atual conjuntura mundial que já se

⁴⁴ Base da informação a partir da análise do questionário (Apêndice 3) e da entrevista com grupo focal (Apêndice 5)

encontra “enredada pela teia do” sistema capitalista, parecendo improvável o sucesso de outra forma de organização social, política e econômica diante dessa conjuntura.

O NDV, por sua vez, tendo em vista o fato de ter sido institucionalizado e estruturado enquanto ONG está submetido ao risco constante de cooptação política uma vez que se torna vulnerável a influência dos órgãos que fomentam as ações do movimento assim como da própria gestão municipal, responsável pelas decisões sobre o ordenamento urbano.

Os movimentos possuem características comuns e outras distintas com relação à cidade, a estrutura organizacional, metodologia de trabalho e reconhecimento social sobre a influência do movimento.

O primeiro aspecto diz respeito à composição. A coordenação (ou liderança, no caso do NDV) é composta por poucos membros, os quais são responsáveis em definir as ações dos movimentos sociais. Desses, apenas o MNLM demonstrou preocupação com relação ao planejamento na definição das estratégias de ação.

O NDV e o MLB possuem sérios problemas em termos de organização. Além da ausência de uma sede permanente que possa servir de referência as pessoas que necessitam de suas atividades, evidenciaram a existência de contendas quanto à realização das ações. Enquanto o primeiro espera o surgimento da demanda popular para desenvolver suas atividades; o segundo realiza as ações de forma fragmentada e seletiva. Embora a atuação do NDV seja igualmente pontual, o fato do movimento está envolvido na questão do transporte público e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da acessibilidade no espaço urbano, influencia na superação dessas limitações. Já o MLB fica retido na escala local, na qual exerce sua territorialidade a partir do acompanhamento das demandas dos assentados. Mesmo sendo vinculado à CMP, a falta de uma organização interna e a dificuldade dos componentes em separar a ação do MLB da

atuação do CMP influencia negativamente na luta pela firmação de sua autonomia.

A Central de Movimentos Populares possui sua sede no mesmo prédio do partido político no qual seus membros são vinculados (o PSdoB) o que pode influenciar no desenvolvimento das atividades do movimento tendo em vista o risco de transferir a estas os valores e posturas político-partidárias. Já o MNLM possui sede própria, a qual, além de está estrategicamente localizada (rua Duque de Caxias, no centro histórico) tem servindo de referência para a realização de ações articuladas com outros movimentos, além de favorecer a mobilização popular.

Outro aspecto destacado pelos coordenadores do MNLM, NDV e CMP foi a preocupação com a formação de propostas para melhorias das condições de vida da população. O MNLM e o NDV preocupam-se com a elaboração de projetos que são direcionados ao poder público, instituições privadas e ONGs assim como a participação em ações sociais decorrentes de projetos do governo municipal. O MNLM, no entanto, vai um pouco mais além ao se preocupar em elaborar cartilhas voltadas para a qualificação profissional, a exemplo da cartilha de orientação ao cooperativismo (**Apêndice 6**). Já o MLB, embora participe de eventos e fóruns realizados nacionalmente, não desenvolvem projetos. A CMP, mesmo não elaborando projetos, tem auxiliado na realização de propostas de outros movimentos sociais.

Outro aspecto que evidencia as diferenças entre os movimentos diz respeito à perspectiva quanto ao futuro da cidade. O MNLM parte do princípio de que a ação prática através da implementação de políticas públicas é a forma para se obter uma cidade melhor uma vez que reflete uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. O MLB e a CMP ressaltam o fator ideológico como um elemento importante para obter uma cidade melhor sendo este pautado da substituição de um Estado capitalista para um Estado socialista. A CMP acrescenta ainda a importância de investimentos em mecanismos que estimulem a

participação popular e da conscientização popular sobre a importância de participar da decisão sobre o futuro da formação socioespacial da cidade. Já para o NDV o futuro da cidade depende da implementação de políticas públicas mais eficientes, especialmente às que são necessárias para atender as demandas das comunidades mais pobres propiciando uma melhor qualidade de vida e mais justiça social para essa população.

Com base nisso percebe-se que o ordenamento urbano da cidade está condicionado ao aspecto econômico-social na perspectiva do MNLM; sócio-política para o CMP, político-econômica para o MLB e o NDV. Tal posicionamento foi ratificado quando perguntamos sobre o principal problema urbano observado pelos movimentos.

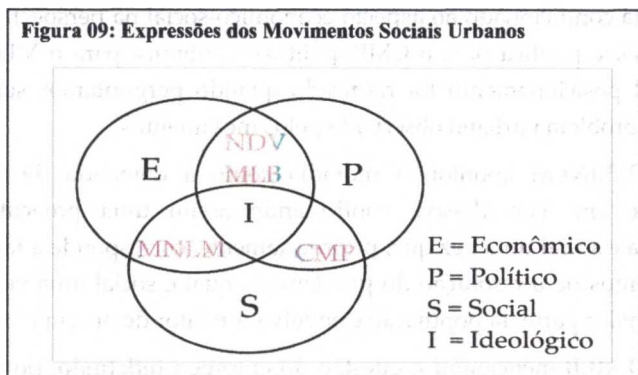
O MNLM apontou a moradia como à demanda de maior prioridade em João Pessoa, confirmando assim uma preocupação econômica e social uma vez que, prioritariamente, corresponde à falta de investimentos para resolução do problema, o qual é social uma vez que atinge a maior parte da população e envolva um fator de ordem política.

O MLB mencionou a questão do emprego refletindo, portanto, uma posição política (luta por transformação do sistema capitalista pelo sistema socialista) e econômica (falta de emprego decorrente da adoção da política capitalista).

A CMP, por sua vez, relacionou como principais problemas a questão do emprego, moradia, segurança e saneamento, refletindo uma relação dos problemas urbanos a questões de ordem política e social, sendo esta última associada como consequência da própria postura política adotada pelo Estado.

Já o NDV, ao associar os problemas urbanos a questão do transporte e segurança, expressa a questão política (ausência de políticas públicas que propiciem uma melhor acessibilidade da população mais carente) e econômica (ao associar a questão da violência como consequência da exclusão social).

É evidente que o elemento ideológico, expresso nas intencionalidades, aparece na interseção entre esses fatores que comandam as ações dos movimentos fazendo com que os fatores políticos, econômicos e sociais estejam, mesmo que implicitamente, presentes nos discursos dos membros dos movimentos. Assim, teríamos o seguinte modelo esquemático (**Figura 09**)



Modelo esquemático elaborado por Xisto Souza Júnior (2007)

Quanto à atuação, os quatro movimentos possuem posições convergentes ao fazerem a opção pela assistência à população mais pobre, residentes principalmente na periferia da cidade, sendo a questão da moradia, seguida da mobilidade urbana, apontada como um grave problema urbano. O MLB, no entanto, ressalta a importância das organizações populares enquanto elementos estratégicos na transformação social. De um modo geral, todos se preocupam em participar dos eventos sobre a questão urbana, sejam eles organizados pelo Estado ou por outros segmentos da sociedade civil organizada. Apesar disso, nenhum dos coordenadores (ou líderes no caso do NDV) utiliza a articulação entre os movimentos como um espaço próprio para o debate.

Outro aspecto importante diz respeito à questão do reconhecimento da ação desempenhada pelos movimentos. Para os coordenadores do MNLM, através da mídia que divulga as ações de ocupação, apropriação e mobilização, a sociedade percebe o esforço do movimento na luta pela melhoria das condições de vida das pessoas e da formação de uma cidade melhor, embora reconheça que, em muitos casos, as informações são comprometidas por influência política de outros sujeitos sociais. O NDV entende que existe reconhecimento, o qual, no caso do movimento, é ainda maior porque o movimento vem se utilizando do poder da mídia para divulgar as ações e intencionalidades. Já para o MLB e CMP não existe este reconhecimento. O MLB atesta que isso se deve a discriminação e difamação dos movimentos através da mídia que os associa a baderneiros, desocupados, invasores, etc. Para o CMP existe um desconhecimento populacional sobre a função dos movimentos popular e social decorrente da ausência de uma cultura de orientação política por parte da sociedade.

De fato, embora exista o reconhecimento de que a mídia de massa beneficie interesses de segmentos específicos da sociedade, com criatividade e planejamento os movimentos sociais podem se utilizar dos meios de comunicação para expor suas atividades. Quanto ao desconhecimento político por parte da população mais pobre não observamos isso de forma pessimista uma vez que a cada dia as pessoas estão procurando formas de conhecer os seus direitos. A opção pela participação nos movimentos, especialmente pela população mais carente, tem aumentado e com ela a conscientização política sobre os fatores que motivam a luta dos movimentos sociais urbanos.

De um modo geral os movimentos concordam quanto à definição do que seria um movimento social urbano. Para eles, MSUs são movimentos que influenciam diretamente no futuro da cidade ao participarem do processo de produção e reprodução da cidade. Isto converge com as práticas dos movimentos estudados. Dos quatro que classificamos como MSU, três (MNLM, CMP, MLB) exercem uma

expressão geográfica ao participarem diretamente da produção do território (escala da moradia), influenciando, por consequência, na dinâmica urbana; e um (NDV) se preocupa com a produção de territorialidades ao lutar pelo direito de acesso ao transporte público coletivo.

Embora o MNLM e MLB não considerarem o NDV como movimento social por ter se institucionalizado como ONG, a Central dos Movimentos Populares considera que, na prática, o NDV realiza ações condizentes com as desempenhadas pelos movimentos sociais urbanos. Tal aspecto é relevante na medida em que proporciona o debate sobre o que seria, tanto na perspectiva teórica como na empírica, mais importante na classificação de um movimento social: sua estrutura ou sua função?

Esta observação nos remete para a necessidade de retomarmos as bases teórico-conceituais que sustentam o entendimento de movimento social enquanto ator geográfico. Conforme trabalhado no capítulo 2, movimentos sociais urbanos são compreendidos como aqueles sujeitos sociais que se expressam geograficamente a partir da produção do espaço (território) de forma a influenciar no ordenamento urbano.

A função social deve, portanto, ser levada em consideração na definição de movimento social. Para o urbano essa função está relacionada a realização de ações que possam influenciar na sua configuração tanto no contexto das formas (transformações na configuração territorial a partir da ocupação) como no âmbito dos processos.

Com base no que foi apresentado nessa análise, poderíamos sintetizar alguns elementos comuns dos MSUs da seguinte forma (**Quadro 03**).

Quadro 03: Síntese dos aspectos comuns dos MSUs:

	MNLM	CMP	NDV	MLB
Futuro da Cidade	Ação prática através de políticas públicas	Fator ideológico (participação popular)	Políticas públicas mais eficientes	Fator ideológico
Ordenamento urbano (motivos)	Econômico-social	Social e político	Político e econômico	
Demandas	moradia	Emprego, moradia, segurança e saneamento	Transporte e segurança	emprego
Papel da mídia	Existe reconhecimento	Problema de ordem cultural	Existe reconhecimento	Existe má intencionalidade
Conceito de MSUs	São os movimentos que influenciam diretamente no futuro da cidade através de suas práticas (apropriação do território e acompanhamento do processo de urbanização).			

Elaborado por Xisto Souza Júnior (2008)

4.3 A produção da cidade a partir do discurso dos movimentos sociais urbanos⁴⁵.

Já foi atestado que os movimentos sociais urbanos atuam espacialmente produzindo territórios e influenciando na consolidação de novas funções ao espaço urbano. Das relações cotidianas até as grandes reuniões e visitas existem, naturalmente, divergências internas (entre os coordenadores) e externas (relações com outros sujeitos sociais). As ações desempenhadas pelos movimentos são influenciadas por três relações escalares: a individual-familiar, na qual estão expressos os valores cotidianos; a coletiva, na qual se efetivam as relações sociais pautadas em ações, debates e participação política e; finalmente, a relação entre a sociedade civil e o Estado nas três escalas federativas: nacional, regional e municipal.

Em João Pessoa, os MSUs têm em comum o interesse na luta por infra-estrutura e obtenção de equipamentos urbanos tendo como principais preocupações a solução dos problemas de moradia (MNLM, CMP, MLB) e mobilidade urbana, bandeira esta que é defendida principalmente pelo Núcleo de Defesa da Vida (NDV). Tais movimentos possuem algumas características comuns e outras distintas com relação à forma de atuação, estrutura organizacional, metodologia de trabalho e reconhecimento social.

Em seus discursos⁴⁶, os coordenadores dos movimentos apresentaram um contexto no qual se evidencia uma relação direta entre a ação dos movimentos e a produção do espaço urbano. Atestaram um urbano dos excluídos, formado por pessoas que necessitam de um apoio incondicional de segmentos organizados da sociedade civil que trabalhem com questões relacionadas a conquista do direito à cidade, como é o caso dos movimentos sociais urbanos. Para isso, se expressam territorialmente ao realizarem ações que influenciam no ordenamento

⁴⁵ Base da informação a partir da análise da entrevista com os coordenadores (Apêndice 4), projetos DVDs etc.

⁴⁶ Análise com base com o discurso do tópico 1: (estrutura, composição e articulação).

urbano a partir de ocupações territoriais, promovendo uma nova dinâmica em termos de apropriação do espaço.

A origem dos movimentos urbanos de João Pessoa, assim como os processos norteadores de sua consolidação, influenciou diretamente na forma de participação social no debate sobre a produção do espaço. De um modo geral os movimentos expressam suas práticas a partir de valores políticos, sociais e ideológicos, construídos desde o processo de sua organização e consolidação.

O MNLM, conforme já observado, tem sua origem nos fundamentos religiosos e ideológicos da Igreja Católica. Mesmo depois de ter se desvinculado da influência dos preceitos católicos, após perceber que a luta pelo direito à moradia (direito à terra) não poderia ser restrito ao público católico, os membros do movimento ainda reproduzem tais princípios nas comunidades onde atuam, embora atestem que a preocupação esteja pautada no discurso da conquista da moradia e do treinamento (qualificação) dos membros para se tornarem agentes transformadores, independente de crença, gênero, idade, etc.

O MNLM busca valorizar a ocupação enquanto estratégia de ação e a preocupação com a formação da consciência social como subsídio a conquista do direito à cidade através da conquista do direito à moradia. Soma-se a isto a disposição de atuar em parceria com outros movimentos.

Já a Central de Movimentos Populares (CMP), tendo sido originada da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimento Popular e Sindical), apresenta um discurso ideológico próximo ao discurso defendido nos sindicatos ao enfatizar uma posição política radical contra o Estado e contra o capitalismo, defendendo como modelo ideal de governabilidade a implementação de um sistema socialista enquanto alternava viável a conquista da inclusão social.

O discurso dos coordenadores do movimento é, portanto, bem mais impositivo. Ao defenderem uma transformação radical no tipo de

política desenvolvido pelos membros do movimento acabam influenciando ideologicamente os movimentos associados. Assim, o movimento, especialmente em João Pessoa, deixa de atuar como agente-articulador para desempenhar ações específicas de ocupação e acompanhamento em comunidades pobres.

Esse foi, inclusive, o motivo alegado pelos coordenadores do MNLM para desvincular o movimento do quadro associativo da CMP, apesar de considerarem como sendo possível a realização de atividades em conjunto com a CMP e os movimentos associados, nos casos em que o objetivo principal seja o de promoção de mais justiça social para as comunidades mais pobres.

Já o NDV possui outra particularidade: por ser originado de uma ONG (SAMOPS) não possui uma bandeira de luta definida, preocupando-se com questões relacionadas à luta pela conquista dos direitos humanos. Tal influência é decisiva na opção pela institucionalização enquanto organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de direito jurídico e privado.

Por outro lado, a influência da Igreja Católica, no momento inicial da organização do movimento, foi fundamental para que, mesmo se institucionalizado, o NDV continuasse a exercer atitudes de movimento social a exemplo do voluntariado e da assistência social por demanda. Assim, estruturalmente, o NDV é uma ONG, mas na essência atua como um movimento social, condição esta que nos remete a reflexão do que deve ser levado em consideração enquanto prioritário na classificação de um movimento social urbano segundo a perspectiva da Geografia: sua estrutura ou sua função?

Com relação à cidade e seu potencial de atração⁴⁷ os movimentos têm em comum a identidade com a mesma, apesar de muitos coordenadores não serem pessoenses. Os movimentos observam

⁴⁷ Análise com base com o discurso do tópico 2: (A cidade e o seu potencial de atração)

João Pessoa como uma cidade bonita, segura e grande, embora associem a qualidade de vida na cidade como característica de uma cidade de porte médio; bem vista pelas pessoas, apesar de identificarem poucos pontos clássicos (turísticos-identitário) e os que estão necessitados de uma atenção especial. A praia, o centro histórico, especialmente a lagoa, assim como a cidade baixa (marco zero) são, para os movimentos, os lugares mais importantes de João Pessoa. A falta de infra-estrutura, no entanto, impossibilita um melhor uso do centro histórico. Para o MNLM, tal investimento levaria uma maior aceitabilidade por parte da população.

Um aspecto negativo da cidade de João Pessoa, segundo os movimentos, é a falta de acessibilidade decorrente da ausência de uma ação mais efetiva da administração pública. O investimento estrutural no sistema de transporte se constitui, contraditoriamente, em um avanço e em um retrocesso. Um avanço na medida em que propicia uma melhoria na mobilidade urbana e na qualidade dos serviços prestados a partir da implementação do sistema integrado de transporte público, em parte conseqüência da atuação do NDV através da promoção de debates, reivindicações e propostas de mudanças nas políticas públicas. Já o atraso estaria relacionado ao descaso quanto ao atendimento das demandas da população mais carente, especialmente no que diz respeito ao valor da passagem, quantidade de veículos coletivos disponibilizados e intervalo entre um veículo e outro.

A segregação socioespacial aparece como um problema comum apontado pelos coordenadores dos movimentos enquanto conseqüência da própria formação da cidade de João Pessoa e da ausência de políticas públicas que tivessem realmente reduzindo os problemas socioespaciais da cidade, conforme identificado ao longo do segundo e terceiro capítulos.

Isso se deve à ausência de uma política voltada para suprir as necessidades da população proveniente de outros municípios paraibanos,

e que resultou no surgimento de ocupações irregulares (1980-1990) e no conseqüente agravamento das questões urbanas.

A cidade é, na perspectiva dos coordenadores dos movimentos, produzida para os mais ricos, beneficiados nas políticas voltadas para o desenvolvimento urbano, embora tenha ambas as realidades em seu contexto organizacional: de um lado, os ricos (moradores da praia e do centro) e do outro, os pobres que necessitam de ações mais eficazes, especialmente por serem os que mais se preocupam em ficar em dia com as obrigações tributárias. Para os coordenadores, o próprio poder legislativo dificulta uma maior igualdade no uso da cidade ao favorecer a intervenção dos grandes empreendedores sem haver uma compensação para a população mais pobre.

De acordo com os movimentos, em especial o MNLM, quem produz a cidade são os grandes empresários e esta é produzida para a população com melhor poder aquisitivo. Já os pobres são deixados para trás, o que torna importante uma contra-ofensiva por parte dos movimentos sociais urbanos através da ocupação das áreas mais nobres enquanto forma de mostrar ao poder administrativo o descontentamento dos pobres quanto à situação em que vivem. Portanto, eles concebem João Pessoa como uma cidade dos contrastes: entre o rico e o pobre; dos incluídos e os excluídos.

De acordo com os coordenadores dos movimentos, João Pessoa é uma cidade que nas últimas décadas vem sofrendo mudanças significativas em sua configuração territorial em decorrência da atuação de diferentes segmentos sociais, dentre os quais se destaca a participação dos movimentos sociais urbanos através das ocupações, redefinição das funções sociais e atuação como agente propositor de alterações na legislação de políticas públicas, além do debate sobre a definição do que deve ser considerado como propriedade dentro de uma cidade.

Outro aspecto ressaltado é o esclarecimento dos direitos e deveres a serem adotados pelas famílias que participam da ocupação⁴⁸. Para o MNLM, direito e dever são coisas inseparáveis, mas a população é apenas educada para exigir seus direitos. Em alguns setores, como o da moradia, este direito é negado a exemplo do que ocorre com as pessoas que moram em acampamentos ou favelas e que não podem contar com serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos adequados.

Contudo, por falta de uma formação adequada, essas mesmas pessoas não valorizam o espaço conquistado assim como não percebem os motivos que levam a conquista. Além disso, por falta de maiores esclarecimentos, as pessoas pensam em participar das ocupações sem ter noção das dificuldades existentes entre a ocupação e a conquista assim como o sentido de solidariedade uma vez que concebem a conquista como uma posse individual.

O Movimento Nacional de Luta por Moradia é uma proposta de você parar de achar que está sozinha para resolver o teu problema de moradia. Para você, quando for despejada, você acha que o problema é só seu. O movimento é pra gente enfrentar o nosso desafio. Para juntos, a gente organizar e encontrar um local para a gente ficar. Esse movimento somos nós; somos todos nós (...). A gente se reuni e decide onde tá o nosso espaço. Onde tem um pedaço de chão para nós nesse mundo. Nós temos que conquistar o nosso direito de morar, fazer que a terra cumpra o seu papel social.

(Discurso do coordenador do MNLM nacional durante o VII Encontro Nacional de Luta por Moradia realizado em Itapeperica da Serra-SP, entre os dias 21 e 23/05/2004. DVD/Acervo MNLM 00:06:13 a 00:06:46).

Se for definido aqui: vamos pra uma área, chegando lá se organiza e ocupa e ali, primeiramente, não tem essa estória não de dizer: Oh! Aqui no terreno vou fazer uma cerca (...). Esse não é o objetivo. O objetivo é ocupar lá a área (...). A gente não vai querer ocupar para querer

⁴⁸ Análise com base com o discurso do tópico 3 - (direitos e deveres da população)

construir ali naquele canto desordenadamente, certo? Se a gente conquista aquela área ali mesmo, então a gente vai fazer topografia. Vai fazer um conjunto como no 5 de junho. A gente não ocupa para fazer favela.

(Discurso do coordenador do MNLM-PB durante a formação da Comissão de coordenadores de Patos-PB no dia 31/05/2004. DVD/Acervo MNLM 00:12:14 a 00:12:46).

Um aspecto importante nesses dois depoimentos é a preocupação da coordenação do movimento em conscientizar a comunidade quanto aos deveres para a realização de uma ação conjunta assim como a preocupação em realizar ações baseadas em planejamento. Dessa forma, procura valorizar a realização de ocupações tendo como intencionalidade a promoção de uma urbanização futura. Demonstram-se, portanto, contrários ao processo de favelização.

Quanto à participação do movimento no desenvolvimento de atividades em conjunto com a prefeitura, a coordenação do CMP observa isso como um problema uma vez que o movimento passa a correr o risco de cooptação, além de reforçar a tendência da reprodução do processo de segregação urbana decorrente das imposições da prefeitura quanto à escolha do local no qual os investimentos são empregados. A escolha é normalmente por setores da periferia, os quais são desprovidos de um sistema eficiente de transporte, infra-estrutura e serviços urbanos. Assim, além de não poder escolher a casa, a população fica impossibilitada de escolher o local de moradia. Para o NDV o problema está no fato da sociedade ser ainda produto de ações individualistas impostas pela mídia, a qual dificulta a realização de ações coletivas. Isso se reproduz no próprio movimento uma vez que este tem a dificuldade de agir de forma articulada.

A principal conseqüência disso é a dificuldade de se desenvolver ações conjuntas, pautadas em objetos comuns. Com isso, o espaço de ação dos movimentos é um espaço fragmentado, recortado por interesses particulares frutos de intencionalidades (políticas, econômicas

e sociais) igualmente particulares, mesmo em locais em que mais de um movimento realiza atividades.

Da mesma forma que a década de 1990 representou um período de mudanças na forma em que o poder público desenvolvia suas políticas, valorizando o planejamento ⁴⁹, os movimentos urbanos consolidados no início desse período (MNLM e CMP) desenvolveram uma postura de atuação adaptada a esta nova conjuntura social (consciência da importância do segmento da sociedade civil organizado no ordenamento urbano), político (implementação da política neoliberal e valorização do planejamento em detrimento de ações espontâneas) e econômica (equilíbrio monetário e dependência da ajuda direta do Fundo Monetário Internacional). Tais aspectos passam a caracterizar o universo ideológico desses movimentos.

Um exemplo desse posicionamento ideológico foi, justamente, a importância que passou a ser dada a ocupação e mobilização em espaços públicos (ruas, praças, Órgãos públicos, etc.) e em espaços de debates políticos (encontro nacionais, fóruns, congressos, reuniões, etc.) para discutir o planejamento urbano. Como consequência disso, o novo movimento social deixa de ser um simples agente reivindicador para se tornar um importante agente propositor. Ao contrário do que ocorria em outros momentos, o investimento em oficinas, associado a uma preocupação com a capacitação dos membros do movimento, propicia aos mesmos um conhecimento sobre questões técnicas no âmbito urbano, as quais são fundamentais para exercício desse novo papel de agente propositor.

Em João Pessoa essa mudança ocorre na transição da gestão de Cícero Lucena (2000-2004) para a atual gestão de Ricardo Coutinho (2004-2008) e se consolida nesta última uma vez que o prefeito tem sua

⁴⁹ Análise com base com o discurso do tópico 4 - (política pública e planejamento urbano)

formação política iniciada nas relações de base, especialmente por ter sido durante algum tempo vinculado ao movimento social. Além disso, em termos de funcionais, a atual gestão faz a opção pelo debate político como pré-requisito para a definição das políticas de desenvolvimento urbano, especialmente no que diz respeito aos investimentos na infraestrutura urbana.

Essa nova conjuntura apresenta-se como um momento ideal para a atuação do movimento de luta por moradia uma vez que, nesse mesmo período, o governo federal passa a se preocupar em tentar amenizar o problema da moradia no espaço urbano, o qual foi agravado pelas diversas falhas nas políticas implementadas durante a década de 1990 ao valorizar o empreendedorismo privado e, com ele, a privatização do espaço e redefinições territoriais, a partir da criação do Ministério das Cidades e da aprovação do Estatuto das Cidades que forneceu aos movimentos populares e sociais, além de outros segmentos da sociedade civil organizada, um novo instrumento de mobilização e reivindicação do direito à moradia a partir da comprovação do não uso social do espaço urbano.

A atual gestão municipal (2004-2008) tem estimulado, portanto, a participação dos movimentos sociais urbanos no debate sobre a produção do espaço⁵⁰. Estes movimentos são motivados pela situação de moradia da população mais pobre, mas também do crescente interesse de pessoas dispostas a participar de organizações sociais enquanto instrumento para lutar por uma cidade melhor. Assim, apesar das gestões anteriores terem favorecido a organização dos movimentos na medida em que, ao se posicionarem de forma opressora e repressiva, as ações dessas organizações sociais, a abertura ao debate e a possibilidade de propor sugestões ao ordenamento urbano foram materializados na atual gestão administrativa, o que possibilitou a consolidação dos MSUs,

⁵⁰ Análise com base com o discurso do tópico 5: (atuação dos Movimentos Sociais Urbanos).

especialmente os que lutam por moradia (MLB e MNLM), os quais vem se fortalecendo nesses últimos dez anos.

Os MSUs de João Pessoa possuem objetivos comuns, embora estes sejam expressos de forma diferenciada uma vez que apresentam posturas políticas diferenciadas. Isto dificulta a criação de uma unidade e ação integrada, a qual se concretiza quando do interesse de luta pela conquista de mudanças consistentes na atual conjuntura urbana.

Para os coordenadores do MNLM, o fato de existir movimentos que supervalorizam as decisões políticas no ordenamento urbano e no seu papel social, a exemplo do que ocorre com a CMP, dificulta a definição de uma bandeira de luta comum. Assim, os movimentos acabam lutando por coisas específicas, deixando de lado a luta por objetivos comuns, à exemplo da reforma urbana.

O risco de cooptação é mencionado como outro desafio aos movimentos. Se por um lado a aproximação do poder público, no que se refere a participação na realização das políticas urbanas, pode favorecer o reconhecimento do movimento enquanto ator social; por outro lado, tal aproximação pode levar a limitações no desenvolvimento das atividades. Esta divisão de posicionamento ocorre igualmente entre os coordenadores de cada movimento.

No que se refere aos objetivos dos movimentos, esses não são tão distintos, embora sejam expressos de forma diferenciada uma vez que os movimentos expõem, abertamente, suas posições políticas de forma diferenciada, fato que dificulta a formação de uma unidade de ação (criação de uma bandeira de luta comum), exceto quando o foco da luta e reivindicações estão voltadas para a luta por moradia.

O MNLM é, em João Pessoa, reconhecidamente o movimento social urbano mais organizado. Em parte, isso decorre da capacidade do movimento em se articular tanto verticalmente (diferentes escalas espaciais) como horizontalmente, ao atuar em diversos setores da cidade a partir de parcerias com diversos movimentos.

Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos anos (2003-2008), no qual o tema moradia se tornou estratégico ao ser associado ao sentido de dignidade de sobrevivência no espaço urbano, têm exercido uma influência substancial na consolidação do MNLM enquanto ator social participante do processo de ordenamento urbano.

A escala de atuação é concebida como um elemento-chave na definição de movimentos sociais urbanos sendo uma vez que esses se caracterizam como sujeitos sociais cujas práticas estão voltadas para uma escala específica (conquista da moradia e habitabilidade), embora estejam efetivamente articulados em diferentes níveis escalares. Assim, embora tenham sua função social relacionada a luta pela conquista do direito de acesso à terra (produção do território na escala da moradia) enquanto bem coletivo, desenvolvem suas práticas a partir de articulações em escalas geográficas diferenciadas.

Para o NDV, a organização é observada como uma das principais dificuldades da realização das ações a que se propõe o movimento uma vez que este tende a reproduzir interesses individuais, submetendo o movimento ao risco constante de cooptação, além da pouca participação da população nas atividades desempenhadas pelo movimento.

No que se refere a posição dos movimentos quanto a participação do desenvolvimento urbano⁵¹, a prioridade está relacionada a socialização da infra-estrutura, justamente no setor periférico da cidade por se constituir como o mais favorável a expansão urbana. Para eles, caso esta expansão não venha acompanhada de investimentos em infra-estrutura a tendência é que a cidade cresça de forma desordenada, especialmente no que se refere ao direito à moradia. É nisso que consiste, para os movimentos, o sentido de direito à cidade: a preocupação com o futuro ordenamento urbano e o conseqüente reconhecimento do poder

⁵¹ Análise com base com o discurso do tópico 6: (produção do espaço urbano).

público sobre a importância da participação e influência do MSU nesse processo.

Embora a gestão administrativa da Coligação Decisão Popular (2004-2008) seja fruto de um partido de esquerda, o PSB, a relação entre a prefeitura e os movimentos ainda ocorre de forma insatisfatória, segundo os membros dos movimentos. Isso se deve ao reconhecimento limitado (mais discursivo do que prático) das ações e capacidades dos movimentos sociais quanto à influência no processo de produção do espaço urbano, especialmente no que se refere a uma participação mais efetiva nas decisões sobre a implementação das políticas urbanas. Tem-se como resultado a formação de uma cidade que segrega o mais pobre ao dificultar o seu acesso aos espaços públicos e aos direitos sociais. É justamente a luta contra esta segregação socioespacial que serve de motivação as ações dos movimentos sociais urbanos, apesar deles acabarem reproduzindo esse processo ao serem envolvidos nas práticas e valores que o sustenta.

A tarefa dos movimentos no contexto da produção do espaço urbano é, portanto, a de organizar as pessoas, estimulando o engajamento na bandeira de luta defendida pelos movimentos de forma a conquistar o reconhecimento social da importância da participação desses no processo de produção espaço.

A questão da moradia é o principal problema dessa ação desarticulada entre o planejador urbano (o Estado), que mesmo inconscientemente acaba envolvido nas estratégias dos grandes empreendedores urbanos, e os movimentos sociais urbanos que, além de alertar constantemente para o risco da construção de uma cidade em que se promova a exclusão, têm lutado pela transformação da atual conjuntura socioespacial a partir da efetivação de práticas territoriais.

Assim, a ação territorial dos movimentos sociais urbanos vem se efetivando a partir do acompanhamento das ações desenvolvidas pelo

governo ao reivindicarem, quando necessário, a realização de políticas públicas voltadas para o beneficiamento da população mais pobre. As discordâncias políticas existentes se constituem como uma das principais preocupações dos movimentos. Estes, por sua vez, têm por meta a superação dos limites enquanto estratégia para a criação de uma agenda comum entre os movimentos.

4.4 Desafios ao estudo dos movimentos sociais urbanos

Com base em tudo que foi argumentado até o momento tem-se que a eficiência da ação dos MSUs está diretamente relacionada ao emprego da valorização de sete princípios básicos que os caracterizam: o **C O M B A T E** (crítica, ocupação, mobilização, bandeira de luta, articulação, território, estratégia). É com base na atuação pautada nesses princípios que os movimentos se expressam no espaço, participando de sua produção.

Ao assumir como princípio a valorização de um posicionamento baseado na capacidade crítica o movimento garante a reprodução de uma imagem de autonomia frente ao poder público e demais sujeitos sociais, independente do contexto político da realidade socioespacial que vivencie. Com tal posicionamento, o movimento reduz o risco de cooptação. Isso não significa que o mesmo deva sempre exercer um papel de opositor das ações do poder público, mas que desenvolva a habilidade de desempenhar uma função de interlocutor entre a sociedade e o governo municipal. Supervalorizar a postura ideológica escondida em posturas políticas pode interferir no desempenho da função social que motivou sua formação.

Em João Pessoa, o MNLM tem expressado à crítica na perspectiva da importância do diálogo e desenvolvimento de parcerias, enquanto o CMP e MLB observam essa participação com ressalvas. No primeiro caso o movimento corre o risco de cooptação por acomodação e perda da identidade, enquanto no segundo caso passa a ser presente o

risco de se deixar prevalecer posturas político-ideológicas sobre questões sócio-econômicas.

O segundo princípio que deve orientar a ação dos movimentos é o do direcionamento dos objetivos para realização de **ocupações** uma vez que se constitui como elemento que identifica o caráter de urbano (ação social na produção da cidade) do movimento. O ato de ocupar concebe a este a oportunidade de materializar sua intencionalidade, a qual está expressa na conquista da moradia e se constitui na forma pela qual os movimentos deixam suas marcas no espaço urbano, influenciando no seu redimensionamento e nas próprias decisões sobre o contexto político das decisões sobre formação. Dos quatro movimentos estudados apenas o NDV não valoriza a ocupação como princípio de atuação, por se preocupar apenas com a luta pelo direito da acessibilidade urbana. O CMP, que no contexto nacional age como articulador, atua em João Pessoa a partir de ações práticas relacionadas à realização e acompanhamento da conquista pelo direito à moradia.

Já o terceiro (**mobilização**) se constitui como um dos principais desafios para os movimentos, pois está diretamente relacionado à capacidade de atuação. Esse princípio vem sendo mais explorado pelo MNLM do que pelos demais movimentos que encontram problemas de organização, pré-requisito para promoção de mobilizações. Isso explica os motivos pelos quais o MNLM tem conseguido uma maior expressividade na participação de ações relacionadas ao ordenamento urbano de João Pessoa. Como os movimentos se expressam geograficamente no espaço a partir da produção do espaço, a mobilização se apresenta como uma opção para se conseguir se conseguir esta expressão de forma integrada.

A **bandeira de luta** se constitui como a espinha dorsal de um movimento social uma vez que é através dela que se expressam os seus valores ideológicos, políticos, sociais etc. Dos movimentos analisados, apenas o MNLM e CMP expressaram a existência de uma bandeira de luta (Reforma Urbana). Sem a definição desse princípio que serve de

alicerce a atuação espacial do movimento na produção do território, existe o comprometimento da realização de uma ação eficiente. No caso dos MSUs a bandeira de luta se materializa, de fato, na busca pela reforma urbana sendo a moradia digna um eixo de luta, conforme evidenciado pelos coordenadores do MNLM.

Outro princípio importante é o da **articulação** que permite aos movimentos a mobilidade necessária para se conseguir obter a conquista da luta para qual se propõem. Essa articulação se expressa, principalmente, por motivos ideológicos e políticos. Dos movimentos urbanos de João Pessoa, apenas o MNLM e CMP conseguem desenvolver este princípio, ambos sustentados nos dos elementos mencionados, embora de forma diferenciada.

Para o MNLM o fator ideológico não se apresenta como prioridade uma vez que a resolução dos problemas sociais aparece como meta (conquista da moradia) ao passo em que o posicionamento político é concebido como algo complementar na formação da identidade do movimento. Já para o CMP a situação inversa tendo em vista a grande importância que o movimento expressa a questão ideológica que, por sua vez, sustenta a própria postura política do movimento.

O **território** aparece como um dos princípios-chave na identificação da função espacial do movimento uma vez que integra os demais princípios identificados a partir do momento em que representa a capacidade de influência no ordenamento espacial. É observando se o movimento expressa esse princípio em suas ações que se torna possível identificá-lo como efetivamente urbano. Esta expressão se materializa na capacidade que o movimento desenvolve quanto a produção e apropriação do espaço, influenciando, portanto, no próprio processo de formação da cidade. Os quatro movimentos estudados demonstraram, a partir de suas práticas, uma preocupação direta com essas questões.

O sétimo e último princípio é o da **estratégia**, o qual está diretamente relacionado à capacidade do movimento planejar suas ações

de forma a evitar desperdícios, especialmente no que se refere à imagem social. Assim, agir com estratégia evita o risco de se adotar ações precipitadas e equivocadas, obtendo, portanto, uma maior eficiência nas ações realizadas.

Dos movimentos estudados o MNLM é o que mais se preocupa em expressar esse princípio uma vez que as ações, conforme observado, são realizadas com base na realização da viabilidade espacial, política, social e econômica da ação que busca desenvolver. Por outro lado, a preocupação com o poder da mídia confere aos demais movimentos uma preocupação, apesar de superficial, com a questão do planejamento: seja para evitar situações pejorativas à imagem do movimento; seja como forma de levar ao conhecimento social os princípios do movimento.

Entre os movimentos estudados apenas o MNLM tem na prática do **COMBATE** a constituição de sua identidade enquanto participante do processo de produção do espaço urbano. O CMP aparece em segundo lugar devido à dificuldade de se mobilizar e de agir de forma articulada em consequência dos próprios valores ideológicos que discordam dos adotados pela atuação do movimento em outras escalas. Já o NDV e o MLB são os que possuem maiores dificuldades de se consolidar (ser reconhecido pela sociedade e pelo poder público).

Para finalizar esta análise ratificamos como dois outros grandes desafios para os desenvolvimentos urbanos a precarização atual no mundo do trabalho e a sua firmação como agente propositivo no debate sobre o ordenamento urbano. Com relação à primeira questão, por não poderem contar com recursos disponíveis que possibilitem o auto-sustento, os membros dos movimentos acabam tendo que dividir a participação no movimento com atividades necessárias à sua sobrevivência o que dificulta o engajamento completo aos valores sociais adotados pelo movimento. Por outro lado, ao assumir uma postura de agente propositor (apresentando alternativas e não apenas problemas) os membros dos movimentos têm conseguido dar uma maior qualidade às ações desenvolvidas. Como consequência, os movimentos sociais

urbanos vêm cada vez mais se firmando como ator social estratégico no desenvolvimento urbano.

Considerações Finais

Os argumentos apresentados ao longo do texto apresentaram pelo menos dois aspectos que sustentam à tese de que os movimentos sociais urbanos têm uma participação ativa no processo de produção do espaço urbano sendo, portanto, sujeitos sociais que despertam o interesse ao estudo geográfico de suas ações.

O primeiro aspecto está relacionado ao fato de que esses sujeitos sociais se expressam geograficamente através da realização de ocupações. Assim, ao contrário de outros movimentos que igualmente atuam na cidade, os MSUs têm o território como sendo a sua principal preocupação enquanto sujeitos coletivos. Já o segundo aspecto diz respeito à função social que o movimento possui uma vez que, ao definir a moradia e a acessibilidade urbana como metas de ação, eles assumem uma importante atuação enquanto articuladores entre a sociedade e o poder público no debate sobre a produção da cidade.

A estratégia escolhida para o desenvolvimento da tese, a começar pela escolha do método (o qualitativo), se não foi a melhor, foi àquela que nos possibilitou o acesso a realidade a qual nos dispomos a estudar tendo em vista as limitações espaciais (distância do cotidiano dos indivíduos) e a própria natureza dos sujeitos selecionados para investigação (os movimentos sociais urbanos).

Com relação à primeira limitação, esta corresponde a impossibilidade de participarmos das atividades desenvolvidas pelos movimentos (suas conquistas e angústias), fato que nos levou a leitura das ações dos movimentos a partir de suas expressões (discursos) e não de suas práticas (procedimentos cotidianos), embora estas últimas estivessem contempladas nos discursos. O método qualitativo possibilitou, a partir da superposição de discursos (montagem da matriz discursiva) representada pela leitura dos valores e práticas territoriais dos movimentos estudados, compreender como estes realizam suas

atividades e quais as preocupações que os mesmos apresentam quanto à produção social do espaço.

O segundo fator limitante foi reflexo da impossibilidade de participar ativamente das práticas cotidianas dos indivíduos. Os movimentos sociais apresentam-se como sujeitos que, em decorrência do histórico de luta e resistência, têm dificuldades de aceitar a presença do estranho em seu convívio. As barreiras que são criadas devem ser concebidas como uma forma prudente e compreensível deles preservarem seus valores e garantirem sua sobrevivência. Isso não poderia ter sido diferente conosco tendo em vista o não envolvimento no cotidiano dos mesmos.

A implicação disso está relacionada na obtenção tardia da confiança dos membros que relutaram em fornecer os materiais produzidos (projetos, ações, fotos etc.). Só após vários contatos é que alguns disponibilizaram informações de seus respectivos acervos, com destaque para o MNLM que foi o que mais forneceu informações.

O território foi observado no segundo capítulo como a essência da atuação e identificação dos objetivos dos MSUs. Embora produto de relações e práticas sócio-econômicas conseqüente das relações históricas entre o Estado e os empreendedores urbanos, o território é também concebido como a resultante de práticas na produção do espaço. É, assim, o território da apropriação a partir da ocupação e redefinição das dinâmicas socioespaciais. Os territórios produzidos pelos movimentos sociais urbanos, a partir de suas práticas, influenciam no próprio redimensionamento dos valores que sustentam o desenvolvimento urbano.

De acordo com o observado no terceiro capítulo, a formação socioespacial de João Pessoa influenciou diretamente na identidade dos movimentos quanto à definição dos locais em que estes exercem suas territorialidades assim como nos próprios valores políticos, econômicos e sociais. Os movimentos desenvolvem uma atividade pautada em duas

realidades: por um lado, uma cidade produzida por uma imagem criada pelo poder público e pelas empresas privadas e, por outro, uma cidade escrita pelas impressões espaciais dos excluídos. Tanto numa situação como na outra, João Pessoa é percebida como uma cidade fragmentada e esta fragmentação é também consequência das próprias práticas socioterritoriais dos movimentos.

Na primeira forma de observar a cidade, expressa na venda de sua imagem (“cidade saudável”, “ponto mais oriental das américas”, “segunda cidade mais verde do mundo” etc.), João Pessoa é apreendida pelos movimentos enquanto um espaço produzido para os ricos uma vez que os pobres são colocados às margens desse processo de produção de seu espaço urbano. É, portanto, concebida como uma cidade boa de se morar, pois permite uma boa qualidade de vida.

Porém, os movimentos observam também outra cidade. Uma cidade que ficou às margens das políticas de planejamento urbano, desenvolvida principalmente a partir da década de 1970 através da implementação do planejamento enquanto estratégia de política pública. Observam uma cidade de pessoas excluídas do discurso do imaginário urbano que é reproduzido e vendido como identidade da cidade. Contudo, eles concebem igualmente a cidade como produto de pequenas práticas socioterritoriais originadas por pessoas que se apropriam, de fato, da imagem real da cidade: uma cidade com problemas infra-estruturais cuja população clama por mais justiça social, especialmente no que se refere a conquista de uma moradia digna.

Justiça social e qualidade de vida vão, assim, sustentar os discursos dos movimentos, fundamentando suas bandeiras de luta e eixos de ação sendo a luta pela reforma urbana a síntese dessa relação. A luta pelo direito à moradia é concebida, por sua vez, como um caminho para se obter a reforma urbana uma vez que apreende o conjunto de demandas: conquista da residência, acessibilidade, saneamento, educação, saúde etc. Em outras palavras, através da conquista de uma moradia digna se conquista igualmente o próprio direito à cidade.

Com base na leitura dos fatores históricos de formação da cidade de João Pessoa pudemos identificar o próprio processo que delinea a ação dos movimentos a partir da apropriação do território. Com base nessas considerações, percebemos, no quarto capítulo, que os movimentos vêm conseguindo obter um reconhecimento social, especialmente por parte da administração pública, embora este ainda se efetive de forma pouco expressiva.

O longo período de consolidação do movimento, associado a pouca experiência com a participação no planejamento público da prefeitura, expressa de forma mais nítida apenas a partir da década de 1970, implicou na ausência do desenvolvimento de competências e habilidades mais qualificadas. O entendimento desses dois patamares não fez parte de nossa preocupação ao longo das reflexões desenvolvidas no presente texto, sendo, assim, um desafio para ser estudado em outro momento ou por outros pesquisadores.

Embora os movimentos exerçam uma influência significativa, especialmente após o início da gestão de Ricardo Coutinho ao longo do quadriênio 2004-2008, eles ainda se deparam com fortes restrições para desenvolvimento de ações mais amplas na cidade, apesar de que tenham obtido alguns progressos no decorrer desse período a partir de experiências que representam as mais importantes conquistas dos movimentos, a exemplo do MNLM que entre os demais é o que mais tem conseguido êxito em suas empreitadas.

Fechamos o quinto capítulo com os relatos dos aspectos mais importantes destacados pelos movimentos no que se refere às relações socioespaciais desenvolvidas e materializadas em práticas sócioterritoriais. Dos elementos-chave expressos pelos movimentos, a intencionalidade se destaca na medida em que fundamenta os valores ideológicos dos movimentos em sua relação com a produção social do espaço. A intencionalidade constitui-se como a expressão da materialização dos objetivos dos movimentos dando origem a novas intencionalidades.

Dos movimentos estudados, o MNLM se constitui como a principal referência para identificação dos elementos que possibilitam contemplar um movimento como sendo verdadeiramente urbano. Ao se preocupar com o princípio do **C O M B A T E** - ação pautada na **crítica, organização e mobilidade** a partir dos valores relacionados à **bandeira de luta e articulação** e no **território** como expressão de **estratégias territoriais** - o MNLM tem participado efetivamente do processo de produção social do espaço urbano da cidade de João Pessoa. A CMP segue um roteiro aproximado uma vez que em João Pessoa atua como agente produtor do espaço, enquanto o MLB e o NDV apresentam fortes limitações.

A busca pela conquista do território, representado pela conquista do espaço da moradia, enquanto estratégia de conquista do direito à cidade é, portanto, a principal expressão geográfica desses sujeitos sociais. A criação de alternativas que possibilitem uma maior aproximação e reconhecimento social consiste em um dos grandes desafios a ser superado pelos movimentos. O poder da mídia, tradicionalmente utilizado pelos grandes atores políticos para denegrir a imagem dos movimentos, ainda é pouco utilizado pelos movimentos sociais urbanos.

A criatividade, que se constitui como uma das principais qualidades do movimento, se bem utilizada, pode promover uma reversão no discurso que chega ao conhecimento da sociedade. Em João Pessoa isso vem sendo feito através da realização de documentários, publicações em periódicos de circulação local e uso das rádios comunitárias.

Ao geógrafo fica o desafio de explicar o tipo de cidade que vem sendo construída a partir da influência desses sujeitos sociais. O nosso foi o de identificar que tais sujeitos sociais, diante da atual conjuntura socioespacial, têm participado desse processo na medida em que

produzem território e influenciam no ordenamento urbano da cidade, participando da formação de uma organização socioespacial cada vez mais complexa.

Assim, ao invés de “fechar uma porta” na observação científica da influência geográfica das práticas sócioterritoriais desses sujeitos sociais, tivemos a preocupação de apontar tendências que podem e devem ser observadas pelos sujeitos responsáveis pelo processo de produção do espaço urbano de João Pessoa, especialmente os movimentos sociais urbanos que nos últimos anos têm tomado para si a responsabilidade de atuar como articulador entre a sociedade e o governo municipal. Para isso, é necessário deixar para os movimentos que participam do processo da produção do espaço urbano a partir da prática do **COMBATE**.

Quem luta por moradia

Letra: Wellington

Música: Salete

“Quem luta por moradia não pode desanimar
Toca sanfona e pandeiro
E não deixa o corpo parar (bis)
Jesus Cristo acompanha quem a vida entregar.
Quem briga por seus direitos, ele vem iluminar. (bis)
O governo quer o povo oprimido e sem ação,
Quando alguém abre os olhos, lá vem a perseguição (bis)
Não tememos seus poderes, destes homens Incompetentes.
Penso que é banana e bobo, E é quem enganou a gente (bis)

Quem tem sua casa caindo vive e respira aflição.
E não dorme, só dá cochilos, é grande a solidão (bis)
Agora falo dos sem-teto, que vive na humilhação.
E uma nudez maior, é viver na vida em vão (bis)
As crianças eu conto bem, sofrem e gemem em silêncio.
Seu destino é sempre a casa, que mostram muito contentes (bis)
Para falar da mulher, tenho que falar com raça,
Além de não ter a casa, e o marido na cachaça (bis)
Para falar da moradia e omitir o sofrimento,
Prefiro escrever, a negar meus sentimentos (bis)
Confiando em Jesus Cristo, que é homem justo e fiel, sua terra prometida”

Bibliografia

- AGUIAR, Wellington H. Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. 3ª. Ed. João Pessoa: Idéia, 2002. 354p.
- AGUIAR, Wellington H. Vasconcelos de; MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1985. 279p.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDRADE, Paulo Augusto Falcioni de. **Metamorfose dos centros urbanos: uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa-PB (1970-2006)**. João Pessoa, 2007. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana – CT – UFPB). UFPB: João Pessoa, 2007. 150p.
- ARAUJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no conjunto mangabeira, João Pessoa-PB**. João Pessoa, 2006. Dissertação (Pós-graduação em Geografia – CCEN – UFPB). UFPB: João Pessoa, 2006. 203p.
- ARAUJO, Tânia Bacelar. De. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000. 392p.
- AUDI, Robert (Org.). **Dicionário de Filosofia de Cambridge**. Tradução de João Paixão Netto; Edwino Aloysius Royer et. al. São Paulo: Paulus, 2006. 1019p. (Coleção Dicionários).
- BAKHTIN, Mikhail (V.N.Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Tradução de Michel L. e Yara F. Vieira. 8ª.Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAUER, Martin W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2002.
- BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Ediciones Siap – Planteos, 1975.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. 263p.
- BRASIL, **Planejamento Territorial Urbano e política fundiária**. n.3. Caderno MCidades (Programas). Brasília: Ministério das Cidades, novembro de 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Versão atualizada até a Emenda n. 54/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2007.

BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 35p. – (Série fontes de referência. Legislação; n.40).

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 22 de março de 2008.

BREDARIOL, Celso; VIEIRA, Liszt. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 171p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo, Edusp, 2000. 400p.

CALIXTO, Maria J. M. Silva. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. 2000. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia/FCT/Unesp). Presidente Prudente-SP, 2000.

CARLOS, Ana Fani A., **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590p. (coleção pensamento crítico)

_____. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2ª.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In. Castro, Iná Elias; Gomes, Paulo C da Costa; Corrêa, Roeberto Lobato.(ORGs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.

COUTINHO, Marco Antônio Farias. **Evolução Urbana e Qualidade de Vida: O caso da Avenida Epitácio Pessoa**, 2004. Dissertação (Mestrado/ PRODEMA-UFPB). João Pessoa, PRODEMA, 2004. 220 p. : il.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13ª. ed. São Paulo: Afiliada, 2005. 424p.

DALAND, Robert T. **Estratégias e Estilo do Planejamento Brasileiro**. Trad. Carlos Kronauer. 7ª. Vol. Rio de Janeiro: Lidador, 1969.

DESCARTES, René. **Discurso del método**. Lima, Peru: Saber humano, 19 __ __ (colección Saber humano – obras literarias).

DESLANDES, Suely Ferreira; ASSIS, Simone Gonçalves. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In. Minayo, M.C.S.; Deslandes, S. F. (Orgs). **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 195-226. 380p. (Coleção Mulher e Saúde)..

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 318p.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, janeiro-junho, 2005.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 120p.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário eletrônico aurélio 5.0**. 3ª.ed. São Paulo: Positivo, 2004. Disponível em CD-ROM < <http://www.aureliopositivo.com.br>

FREITAS, Maria T.; JOBIM E SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia (Orgs.). **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. v.7. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época). 112p.

FRIEDMANN, John R. P. **Introdução ao planejamento regional**. Trad. Mário Faustino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960. 130p.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In. Bauer, Martin W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2002. p. 244-270.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. Loyola: São Paulo, 2004. 383p.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARNECKER, Marta. **Os Conceitos elementares do materialismo histórico: teoria**. 2. ed. São Paulo: Global, 1983. 295p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (coleção Geografia e adjacências) 252p.

_____. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12ª. Ed. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento Regional: enfoque sobre sistemas**. Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (189p.).

HONORATO, Rossana. **A cidade entrevista**. João Pessoa: UFPB, 1999. 396p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007**. www.ibge.gov.br. Acesso em 19/10/2007.

JACOBI, Pedro. **Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo**. In: Boschi, Renato Raul (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 147-179.

JOÃO PESSOA, **Lei Complementar n. 3 de 30 de dezembro de 1992** (Plano Diretor da Cidade de João Pessoa). João Pessoa: SEPLAN, 1994.

JOÃO PESSOA, **Plano de Desenvolvimento Urbano e Comunitário**. 1ª. ao 3ª. Capítulo. João Pessoa: Coordenação de Planejamento, 1970.

JOÃO PESSOA, Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Plano de Governo (1993-1996)**. SEPLAN/JP: João Pessoa, 1993.

JOÃO PESSOA. Lei n.2.102, de 31 de dezembro de 1975. Institui o Código de Urbanismo integrante do Plano Diretor Físico do Município de João Pessoa, suas normas ordenadoras e disciplinadoras e dá outras providências. In João Pessoa. **Código de Urbanismo**. João Pessoa: SEPLAN, 2001.

JOÃO PESSOA. **Lei Orgânica**. João Pessoa, SEPLAN, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução de Maria Helena R. Ramos e Marilene Jamur. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b. 180p.

_____. **A Revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 181p.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.

_____. **The Production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. 2ª. Massachusetts: Blackwell, 1992. 454p.

LEFÈVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul (RS): Educs, 2003. (Coleção diálogos) 256p..

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local X exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução de Manoel Fernando G. Seabra. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção espaços). 210p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Novas Direções). 358p.

MAIA, Doralice Sátyro Maia. **O campo na cidade: necessidade e desejo**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia)

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**. Vol. 1. 9ª Ed. João Pessoa: União, 2002. 280p.

MINAYO, Maria C. de S.; (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 5ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 270p.

MINAYO, Maria Cecília de; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 9 (3); 239-262, 1993.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia, pequena história crítica**. 12ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORIN, Edgar. **O Método**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4ª.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. 320p.

NASCIMENTO, Luciana Silva do. **Estratégias do urbano: educação popular na construção da vida urbana em João Pessoa/PB: a experiência do Núcleo de Defesa da Vida Don Helder Câmara**. 2003. Dissertação (Pós-graduação em educação – PPGE/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2003. 157p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina E. **Estatuto da Cidade: para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

OLIVEIRA, Maria Lucia Lopes de Oliveira; FERREIRA, Ronildo Monteiro . **Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba**. In. ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES. Movimentos sociais e educacionais no nordeste. Recife: EQUIP, 2004. (Série Educação popular). P.139-161

PARAIBA. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Paraíba: promulgada em 5 de outubro de 1989. Atualizada e acompanhada dos textos integrais das Emendas Constitucionais nºs. 1 a 18, bem como dos dispositivos e expressões suspensos por medida cautelar e os declarados definitivamente inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal**. João Pessoa: Assembléia Legislativa, 2005

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

RIBAS, Alexandre D; Sposito, Eliseu Savério; Saquet; Marcos A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. (p. 15-36)

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2005. 171p.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4ª. Ed. Recorde: São Paulo, 200

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes; GIOVANNETTI, Júlia Cara. **O direito humano à moradia em João Pessoa**. São Paulo: Instituto Polis, 2005. 44p.

SEABRA, Odette C. L. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001. p.75-95.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 391p. (Coleção Tópicos).

SENNETT, Richard. **Vida urbana e identidade pessoal: los usos del orden**. Tradución de Josep Rovira. Barcelona: Península, 19__.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.

SILVA, Anderson A.; FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra – 2000 – 2004. São Paulo: **ABRA**, v. 32, n. 1, p. 84-105, 2005.

SILVA, Antônio Willamys Fernandes da. **Transformações Urbanísticas em um Bairro Planejado: O caso do Projeto Habitacional Mangabeira –PB**, 2005. Dissertação (UFPB – Centro de Tecnologia – Programa de Pós-graduação em engenharia urbana). João Pessoa: UFPB, 2005. 117p.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José B (Org.). **A Cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 85-92.

_____. **Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica**. 1986. 332p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SILVA, Luiz (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560p.

_____. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrad Brasil, 2006. 632p.

_____. **O que é ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004. 136p. (coleção paradidáticos: série sociedade, espaço e tempo).

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Unesp, 2004. 217p.

_____. Pequenas argumentações para uma temática complexa. In. Mendonça, F.; Kozel, Salette (Org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea.** Curitiba: UFPR, 2004b. 270p. p. 63-76.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** Tradução Elia Ferreira Edel. 7ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

_____. **Production de la société.** Seuil: Paris, 1973.

_____. **Sociologia de la accion.** Traducción al castellano M. Castells et. al. Barcelona: Ariel, 1969.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel/FAPESP, 2001. 374p.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Temas da Geografia cultural. In. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século (1).** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. 168p. (p. 111-167).

WANDERLEY, José B. **Viabilidade do planejamento regional.** In. Governo do Estado de São Paulo. 1ª. Encontro de Planejamento e desenvolvimento regional. Secretaria de Planejamento: São Paulo, 1975. p; 23-31.

APÊNDICES

Apêndice 1 Roteiro das entrevistas e dos questionários.

ENTREVISTA COM OS COORDENADORES

1. O vínculo com a cidade e as perspectivas para o desenvolvimento urbano da mesma.
2. A cidade e seus potenciais de atração no contexto do desenvolvimento urbano;
3. A cidade como produto de seus habitantes: os direitos e deveres na produção do espaço urbano.
4. As políticas públicas e o planejamento urbano: o que deve ser considerado como estratégico para o desenvolvimento urbano da cidade de João Pessoa.
5. A atuação dos movimentos sociais urbanos no processo da reestruturação do espaço urbano.
6. A estruturação urbana da cidade e as estratégias de ordenamento.
7. A cidade, a dinâmica urbana e suas identidades.

ENTREVISTA ENTRE OS COORDENADORES: GRUPO FOCAL

Tópico Guia

1. Muito se diz que a cidade de João Pessoa é uma cidade tranqüila e boa para se morar. Será que isso pode ser tomado como um fato?
2. Uma das principais características de uma organização urbana bem estruturada consiste no reconhecimento e participação de diálogos entre os diversos atores sociais. Como está a cidade de João Pessoa nesse contexto?
3. Um movimento social existe com o objetivo de transformar uma determinada situação (melhorar as condições de vida da sociedade). Em João Pessoa isso vem sendo feito? Como o seu movimento está fazendo? O que tem faltado?
4. Seria possível identificar alguma ordem de prioridade entre as reivindicações? Como trabalhar juntos? É possível? O que falta?
5. Quando se fala de produção do espaço urbano existe uma relação entre luta por infra-estrutura e equipamentos urbanos. O que o movimento social pensa para os próximos anos com relação a todo o eixo sul da cidade?
6. Identifique no mapa o(s) local(is) onde o movimento social atua? Por que atua neste e não em outro? É possível agendar formas de participações conjugadas? De que forma?
7. Quais as maiores dificuldades que um movimento social urbano tem para exercer a sua atuação em João Pessoa? Como superar?

Questionário aplicado junto aos membros dos movimentos sociais urbanos

Cidade de João pessoa - pb

NOME DO MOVIMENTO:

ANO DE VÍNCULO AO MOVIMENTO:

FUNÇÃO DESEMPENHADA JUNTO AO MOVIMENTO:

TEMPO DE RESIDÊNCIA:

CIDADE DE ORIGEM:

SEXO: () M () F

1. Quantas pessoas estão vinculadas, hoje, ao movimento?

.....

2. Quais os papéis desempenhados por essas pessoas? Aonde atuam?

.....

.....

.....

3. Que projetos já foram realizados pelo movimento?

.....

.....

.....

4. Quais as perspectivas do movimento quanto ao futuro da cidade?

.....

.....

.....

5. Quais os locais aonde o Movimento atuam e porque esses espaços e não em outros?

.....

.....

.....

6. De que forma o movimento tem participado no debate sobre a produção da cidade?

.....

.....

.....

Apêndice 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa fará parte da tese que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da UNESP de Presidente Prudente, São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, a qual tem por título: **A influência dos movimentos sociais urbanos na reestruturação do espaço urbano de João Pessoa-PB.**

Desta forma, deixo desde já garantido ao participante desta etapa: **entrevista com grupo focal**, o direito a qualquer esclarecimento sobre o estudo em qualquer fase do mesmo; direito de recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; confidencialidade e anonimato. Deixo também registrado que as informações serão sigilosas e que os participantes não serão identificados e que os resultados do estudo serão utilizados exclusivamente para publicações e encontro científicos, tais como: monografias, dissertações, teses, artigos em revistas científicas, congressos, reuniões além de outras atividades de caráter exclusivamente acadêmico.

Qualquer esclarecimento adicional entrar em contato com **Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior**, a qualquer momento pessoalmente no endereço: Rua Dineza Carneiro Monteiro, 148, Mangabeira I, João Pessoa. CEP: 58.055-710; pelo telefone (83) 3238-6170 ou pelo e-mail: xtojúnio@yahoo.com.br.

Diante _____, disso, eu, _____, representante do _____, estando ciente dos motivos apresentados e do compromisso firmado para o uso das informações que estão sendo coletadas, aceito participar da pesquisa acima referida. Data: ____/____/2007.

Assinatura: _____

ANEXOS

TRANSPORTE E FERREIRO

Motoristas voltam à Al

Mais de mil condutores autónomos devem voltar à prestação da Assembleia para acompanhar a votação do projeto que regulamentava esse transp

Richard Barrios

Este grande grupo de motoristas autónomos que se reuniu no grande salão do Parlamento para acompanhar a votação do projeto de lei que regula o transporte de passageiros em autocarros, não é apenas um grupo de motoristas, mas também um grupo de cidadãos que se uniu para lutar por um futuro melhor para o setor.

Segundo o presidente do grupo, João Carlos, há cerca de 10 anos que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

Hoje não haverá protesto

Os motoristas autónomos não vão fazer qualquer protesto hoje, segundo o presidente do grupo, João Carlos. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

Os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

400 famílias sem teto serão cadastradas em JP

As famílias sem teto serão cadastradas em JP, segundo o presidente do grupo, João Carlos. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

As famílias sem teto serão cadastradas em JP, segundo o presidente do grupo, João Carlos. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.



Representantes do Movimento de Ação pela Moradia em reunião com o prefeito, Carlos Lopes

PAULO DE ALMEIDA

400 famílias sem teto serão cadastradas em JP

As famílias sem teto serão cadastradas em JP, segundo o presidente do grupo, João Carlos. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

As famílias sem teto serão cadastradas em JP, segundo o presidente do grupo, João Carlos. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

As famílias sem teto serão cadastradas em JP, segundo o presidente do grupo, João Carlos. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

As famílias sem teto serão cadastradas em JP, segundo o presidente do grupo, João Carlos. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

e mais

Os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

Os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.

Os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor. Ele explicou que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor, e que os motoristas autónomos estão a lutar por um futuro melhor para o setor.



Representantes da Comunidade Santa Bárbara fizeram parte da manifestação por melhores condições de moradia

REIVINDICAÇÃO *24.04/2007* *Comunidade PB*

Moradores de favelas invadem Prefeitura

JOSE ALVES

Cerca de 200 moradores de favelas invadiram o Palácio Pimenta, pertencentes ao Município de Manaus, invadiram o prédio e tarde no Centro Administrativo Municipal, no bairro de Água Preta, para exigir do prefeito Cláudio Lucena, umas poucas melhorias em suas condições de moradia e a aprovação do Plano Diretor da cidade.

Os moradores de favelas presentes no Valquíria Figueiredo, Cristo Redentor, Alto do Mameia, Ilha do Blápi e Bairro das Noivas entre outros bairros, invadiram o Centro Administrativo Municipal, por volta das 16h00, e se instalaram na recepção do órgão gritando por melhorias.

Um dos coordenadores do Movimento de Moradia, Geovani Freire dos Santos informou que todas as famílias que invadiram o Centro Administrativo, estavam dispostas a só sair de lá quando fossem recebidas pelo prefeito Cláudio Lucena.

Segundo Geovani dos Santos, a revolta dos moradores das comunidades ocorreu a por causa do crescimento desordenado da população urbana em decorrência

do êxodo rural na Paraíba.

O problema maior, segundo ele, é que o crescimento desordenado do município atingiu milhares de pessoas que não têm condições de adquirir suas casas através dos programas habitacionais lançados pelos governantes.

Manaus

João Pessoa, de acordo com Geovani dos Santos, tem uma população de cerca de 900 mil habitantes. Desse total, cerca de 30% da população necessita de mudanças para adquirir moradia. Nos últimos 20 anos, houve um crescimento de mais de 700% da quantidade de favelas em João Pessoa, totalizando cerca de 240 mil pessoas sem condições de moradia, informou ele.

Desde o dia 9 de julho os coordenadores do Movimento de Moradia, entregaram uma petição de reivindicações ao prefeito da Capital. Como não obtiveram respostas, promoveram manifestações e acabaram invadindo o Centro Administrativo Municipal. O prédio ficou ocupado das 16h00 até as 18h00, quando o prefeito Cláudio Lucena se comprometeu em receber os moradores do Movimento de Moradia, na manhã de hoje, às 10h00.

LUTA PELA MORADIA

O NORTE 03/09/2002

Sede da Setraps é invadida

Cerca de 200 pessoas protestaram contra o despejo e reivindicação moradia e infraestrutura para as 150 famílias que existem em JP

Angelo Soares
Reportagem

Dezertas pessoas, do Movimento de Luta por Moradia (MLM), invadiram, ontem à tarde, a sede da Secretaria Trabalho e Promoção Social (Setraps), no Centro Administrativo de João Pessoa. Os manifestantes pressionaram a quem desobedece o despejo com as comunidades carentes da capital. Eles reivindicaram moradia e infraestrutura das favelas. Exatamamente duas horas depois, eles do Rêgo e Serra Bárbara. No próximo dia 6, as manifestações da comunidade serão realizadas pela prefeitura (João Pessoa) e pela sua secretaria para resolver o assunto.

O coordenador da comunidade, Manoel Fátima dos Santos, coordenador geral e secretário das atividades do grupo. De acordo com Manoel Fátima, a prefeitura não está seguindo o plano diretor da cidade e as favelas estão subutilizadas. A luta de moradia é um direito das comunidades. Ele afirma ainda que não há interesse político e não há vontade política por parte da prefeitura em resolver o problema. "Estamos pedindo a prefeitura para resolver o problema", disse.



Sem-teto e favelados realizaram manifestação em frente à sede da Setraps, no Centro Administrativo

vida dessas comunidades. Como exemplo, após o despejo para trabalhar", afirmou.

O coordenador do MLM afirma que João Pessoa possui cerca de 150 favelas. Esse número corresponde à soma de diversas comunidades que estão tomando a iniciativa por iniciativa para melhorar a qualidade de vida das comunidades", destacou.

Os manifestantes pediram que

seja o novo sistema de licitação para que todos os problemas sejam solucionados e que as comunidades que se encontram prejudicadas possam ter as suas necessidades atendidas. "Vamos pressionar a prefeitura para que seja de acordo com o plano diretor. Não vamos ficar esperando a prefeitura resolver o problema", disse. Ele disse ainda que algumas comunidades que fazem um grande trabalho sendo atendidas pela prefeitura,



"A cidade cresce e as autoridades não estão tomando nenhuma medida para melhorar a vida das comunidades"

Manoel Fátima

**FANÁTICA POR FUTEBOL
FANÁTICA POR OFERTAS
FANÁTICA POR VOCÊ**

NEOCOMP DURON Completo

1.0 GHZ
128 MB RAM


JORNAL DA PARAÍBA

PARAIBA, SEXTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2006

Cidades


LUTA PELA INDÍGENA / Protesto faz parte de movimento nacional e a principal reivindicação era o apoio do governo à aprovação do projeto de lei que cria o PIRM

Sem-teto invadem agência da Caixa em JP

• ALNE GUYER

Sob o lema de "Sem-teto invadem agência da Caixa em JP", um grupo de cerca de 100 pessoas invadiu a agência da Caixa Econômica Federal localizada no bairro de São José, em João Pessoa, na tarde de ontem (12). Os manifestantes exigiram a aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.125, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU).

Os manifestantes invadiram a agência da Caixa Econômica Federal localizada no bairro de São José, em João Pessoa, na tarde de ontem (12). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.125, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU).

Os manifestantes invadiram a agência da Caixa Econômica Federal localizada no bairro de São José, em João Pessoa, na tarde de ontem (12). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.125, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU).



Os manifestantes invadiram a agência da Caixa Econômica Federal localizada no bairro de São José, em João Pessoa, na tarde de ontem (12). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.125, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU).

Os manifestantes invadiram a agência da Caixa Econômica Federal localizada no bairro de São José, em João Pessoa, na tarde de ontem (12). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.125, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU).

Os manifestantes invadiram a agência da Caixa Econômica Federal localizada no bairro de São José, em João Pessoa, na tarde de ontem (12). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU). O grupo também exigiu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.125, de 2005, que cria o Programa de Incentivo à Reforma Urbana (PIRU).

Camelôs dificultaram o trânsito na Lagoa

Dois mercados, de uma vez ou outra, acampam e tiram o trânsito da Lagoa de Pôrto Alegre em João Pessoa. O comércio informal, que ocorre no entorno da Lagoa, dificulta o trânsito dos veículos e a circulação de pedestres. O comércio informal, que ocorre no entorno da Lagoa, dificulta o trânsito dos veículos e a circulação de pedestres. O comércio informal, que ocorre no entorno da Lagoa, dificulta o trânsito dos veículos e a circulação de pedestres.


PROTESTOS - Sem-teto invadem a agência Caixa Econômica e camelôs dificultam o trânsito

Cooperativa Instrumento de Luta

O modelo político habitacional em vigor no Brasil permanece sendo como principal característica a individualidade do Estado para estabelecer e implementar investimentos urbanos. Hoje 80% da população vive e convive nas cidades, em condições precárias, e não existe uma ação por parte do Estado que estabeleça um controle mais eficaz da propriedade urbana e que criminalize os investimentos especulativos, a especulação imobiliária, e que garanta a união, a ocupação e apropriação de solo de uma forma a obter a justiça social na cidade e o bem-estar de todos os moradores.

Enquanto permanece a inércia do governo federal, diversos estados e municípios vêm desenvolvendo algumas ações para melhorar o quadro de grande precariedade nas condições dos moradores existentes e a falta de serviços para a habitação.

Essas iniciativas são motivadas pela pressão dos movimentos populares. Quando estes que se organizam lançam mão de seus próprios recursos organizados, para a execução de programas de urbanização de favelas, regularização fundiária, construção de casas etc.

Em muitas localidades, os movimentos organizam desdobramentos independentes em forma de auto-organização e auto-organização como os mutirões, as associações de favelas ou de Comissões Habitacionais Abandonadas. As cooperativas habitacionais surgem como formas alternativas de sucesso na construção de conjuntos habitacionais, em áreas de verticais públicas, nos vastos terrenos a serem utilizados para uma produção de renda socialmente em relação a esse modelo.

É a luta destes movimentos que está levando as mudanças necessárias. Para tanto, o MNLN tem atuado na formação de suas federações, para que dentro do Movimento obtenha mais brilho em suas atividades específicas. Desta maneira fortalecer, também, a consciência da luta pela reforma urbana no Brasil.

AGOSTO 2000

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

Av. Cal. David Sarraf - 177 Edifício C2 P - 32.210.110 - Contagem - Minas Gerais - Brasil
Telefone - (51) 3311-1891 - 3361-4793 • E-mail: mnlm@movimentosocial.org.br

COOPERATIVISMO CARTILHA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS



Apoio: Coordenadoria Eclesiástica de Serviços - CES

Capa: A capa utilizada na tese traz como tema a cidade produzida pelos movimentos sociais urbanos. A imagem corresponde a um mapa de João Pessoa aonde se observa a construção de uma casa (moradia) por um homem o qual representa a figura dos movimentos sociais urbanos (MNLM, MLB e NDV) como sujeitos sociais. Sendo apresentado apenas em sombra como forma de representar a falta de um reconhecimento de sua importância na produção do espaço urbano. A parede em tijolos aparentes, na qual se observa alguns buracos demonstrando a precariedade das condições de construção, representa o principal objetivo dos movimentos urbanos: a produção do território da moradia. A pichação dos nomes dos movimentos representa a necessidade constante que eles têm de denunciar a falta de reconhecimento do seu papel enquanto ator social, com destaque para uma das principais frases utilizadas pelos movimentos: **ocupar, resistir pra morar**. Ao centro, em forma de concreto, a imagem da mata do buraquinho que representa o processo de urbanização acelerada da cidade estando ao fundo a própria estrutura urbana da cidade de forma a conceber que a produção do espaço da moradia corresponde à produção do espaço urbano. Isso é reforçado na frase escrita no cavalete posto em primeiro plano na parte inferior esquerdo cuja frase posta (nós também somos autores dessa obra), expressa por um dos coordenadores dos movimentos, ratifica o interesse desses atores sociais em participar do processo de ordenamento do espaço urbano.

(Texto e desenho: Souza Júnior, X. S. S. de.)